



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Monique Nascimento

**“TODOS JUNTOS, TODOS NÓS”: O NARCISISMO DAS PEQUENAS
DIFERENÇAS E A DINÂMICA DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS
MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-**

19

Florianópolis

2021

Monique Nascimento

**“TODOS JUNTOS, TODOS NÓS”: O NARCISISMO DAS PEQUENAS
DIFERENÇAS E A DINÂMICA DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS
MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-**

19

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Administração.

Área de Concentração: Organizações e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Eloise Helena Livramento
Dellagnelo, Dr.^a.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento, Monique

"Todos Juntos, Todos Nós" : o narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC / Monique Nascimento ; orientador, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, 2021.

270 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Narcisismo das Pequenas Diferenças. 3. Identificação . 4. Psicanálise. 5. Teoria do Discurso Político. I. Dellagnelo, Eloise Helena Livramento . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração. III. Título.

Monique Nascimento

“Todos Juntos, Todos Nós”: o narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC no contexto da pandemia da covid-19

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. José Marcio Pinto de Moura Barros, Dr.
Universidade Estadual de Minas Gerais

Prof. Fernanda Tarabal Lopes, Dr^a.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Helena Kuerten de Salles Uglione, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em administração.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^a. Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dr.(a)
Orientadora

Florianópolis, 2021.

À todas as vítimas letais da Covid-19, em especial, à minha querida e amada avó, Maria Helena. Mulher forte e guerreira que muito lutou pela vida.

"Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que rí quando deve chorar
(...)
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria (...)"
(NASCIMENTO, 1978).



AGRADECIMENTOS

Há algum tempo, li em uma obra de Christian Dunker que, na língua inglesa, agradecer (*to thank*) e pensar (*to think*) pertencem a uma origem etimológica comum. De fato, isto se confirmou na elaboração desta tese. Pensar junto, compartilhar descobertas, arriscar premissas, dividir prazeres, inquietações e angústias inerentes a vida e a um processo de doutoramento, se tornam menos difíceis quando se tem uma rede como esta à qual quero agradecer.

Tenho a convicção que esta tese reflete todo o apoio recebido durante um processo [doutoramento] que por si só já é repleto de desafios. No entanto, quando marcado por uma pandemia isto se potencializa. Colocar no papel ideias e observações enquanto se tem medo de perder pessoas queridas, angustia. Conseguir concentrar-se enquanto milhares de brasileiros perdem a vida e pessoas amadas trabalham em contato com contaminados é difícil. Ver a família adoecer [e adoecer junto] e aguardar ligações para se ter notícia de quem se ama e está na UTI é torturante. Realizar entrevistas quase sem fôlego, por conta do pulmão comprometido, para tentar não pensar na perda de quem se foi por não ter tido oportunidade de tomar vacina, dói. Tentar desenvolver um trabalho como este, com o raciocínio lento, por sequelas da Covid-19 e pelas noites mal dormidas, é angustiante.

Infelizmente todo esse atravessamento do real se fez presente no meu doutoramento, e, mais especificamente, durante a escrita da tese. Contudo, o amor e o apoio que recebi tornaram esta tese possível.

A Deus, agradeço pela minha recuperação e de outros familiares. Sou grata pelo amor recebido no momento mais desafiador da minha vida.

Ao meu amigo e parceiro de vida, Arthur, que me apoia em projetos, sonhos e tudo o que faço, obrigada. Sou grata a ti, meu bem, por teu empenho em me ajudar a tornar esta tese algo “concreto”. Teu incentivo, ajuda com programas, os quais não domino, e, sobretudo, teu amor e cuidado durante todo processo foram imprescindíveis.

Aos meus pais, agradeço pelo esforço em me possibilitar boas bases educacionais. Ao incentivo para que eu fosse atrás dos meus desejos. Sou grata por cada vez que levantaram mais cedo para me levar no ponto de ônibus e por me buscarem em dias frios e chuvosos. Pelo amor a mim dispensado, cada um do seu jeito. Ao meu irmão pelos empréstimos da cadeira, quando minhas costas doíam, e do computador, quando o meu resolvia não funcionar.

À vó, Maria Helena (*in memoriam*), que não teve a oportunidade de estudar e que me motivava com o orgulho que transcendia cada vez que falava na neta "doutorada". Ao vô

Paulinho, pela empolgação com os congressos e apresentações de trabalhos. Pelo esforço em “seguir em frente” depois da perda.

Aos avós Helena e Vilson, agradeço o apoio dado aos meus pais durante minha infância. Às idas a Brusque para comprar meu material escolar, fazendo com que a volta às aulas sempre fosse, para mim, um evento desejado.

Aos meus padrinhos, agradeço ao apoio incondicional a continuar estudando, assim como os jantares e almoços pós-vestibulares. Agradeço a cada conversa, a cada gesto de amor e por não me deixarem lidar com a notícia da perda da vó sozinha.

Às minhas amigas de infância, Day, Lidi e Eliane, por entenderem minhas ausências. Por se demonstrarem interessadas em entender minhas ideias de tese. Por me ouvirem. Agradeço por estarem ao meu lado nos bons momentos e nos difíceis. Sou grata pelas pessoas que vocês mobilizaram quando a vó adoeceu e pelo amor que me transmitiram. À Day, em especial, agradeço pelo cuidado também dispensado a minha mãe.

Ao Flavinho pela amizade e apoio mesmo à distância.

Aos colegas de Observatório da Realidade Organizacional - SC, com quem convivi e aprendi nesses anos, muito obrigada! As discussões que tive e que presenciei, desde mestranda, auxiliaram no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Entre elas, cito e agradeço às trocas com Kettle.

Às amigas e aos amigos de linha de pesquisa sou grata por possibilitarem que compartilhássemos nossas jornadas no doutorado. Vocês tornaram esse caminho mais leve e feliz. Lembrarei sempre de cada aula, que sentávamos lado-a-lado, com imenso carinho. Cada conquista de vocês, abraços no intervalo, cafés no container, almoços no RU, desabafos, trocas e videochamadas ficarão marcados em mim.

Às amigas Larisse, Larrisa, Kamile e Marina, e ao Diego, agradeço por conhecê-los. Costumo dizer que entre as maiores alegrias do doutorado estão as pessoas que conheci e vocês estão entre elas. Larisse obrigada pela tua generosidade ao compartilhar saberes acadêmicos e a vida. A ti, só não agradeço às fotos bem batidas! Diego, te agradeço por cada troca sobre ideias de pesquisa, cafés acerca de temas aleatórios e conversas a respeito da França. Larissa, sou grata pela tua bondade, bom humor e disponibilidade em ajudar. Nossos abraços no intervalo das aulas do Silvio são inesquecíveis. Kamile, obrigada por nossas conversas sobre vida, família e trocas acadêmicas. Marina, poderia escrever por páginas sobre o que sou grata a ti. Te ter na minha vida foi um grande presente. És uma grande parceira de trabalho e de vida. Às KL's M, agradeço por toda preocupação e amor no momento em que mais precisei.

À professora Fernanda Sanchez, agradeço por insistir que eu me dedicasse à academia. Ao professor Silvio Cairo, sou grata por despertar o interesse em mim acerca das Teorias de Desenvolvimento Econômico. Ao professor José Márcio Pinto de Moura Barros, por aceitar contribuir com esta pesquisa. À professora Helena Kuerten de Salles Uglione, agradeço por cada conversa, sugestão e aprendizados a mim transmitidos. À professora Fernanda Tarabal Lopes, sou grata pela generosidade durante minha trajetória na pós-graduação, disponibilidade em me auxiliar e por toda sua contribuição. À professora Eloise Helena Livramento Dellagnelo, agradeço: à paciência durante as disciplinas; ao conhecimento transmitido; à liberdade para desenvolver pesquisas acerca do que me inquieta; às inquietações despertadas; ao apoio. Agradeço, ainda, à professora Eloise, por me ajudar a insistir na finalização da tese e por não se limitar ao papel de orientadora.

Ao apoio institucional da CAPES, pela bolsa de doutorado.

Aos sujeitos que participaram desta tese e, gentilmente, dedicaram tempo de suas vidas para a realização desta pesquisa, obrigada.

À todas e todos vocês a quem citei, muito obrigada! Sem dúvidas, vocês tornaram esta tese possível.

“O nascimento de uma ideia é precedido por uma longa gestação, por um processo inconsciente para o gestante. Assim explico minha falta de apetite no jantar magnífico, minha insônia agitada numa cama de lençóis frescos, após um dia atarefado” (LISPECTOR, 2016, p.45).



RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações dos membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da covid-19, à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político (TDP). Com vistas a lograr o referido objetivo, empreendeu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa em que se lançou mão de observação participante e não participante, bem como de entrevistas com onze agentes culturais e de dados secundários. O contexto discursivo, decorrente da coleta de dados, foi analisado segundo a Análise de Conteúdo Categorical de Bardin (2016). Enquanto categorias analíticas definidas *a posteriori*, recorreu-se, sobremaneira, aos conceitos de narcisismo das pequenas diferenças, identificação, significante vazio, ponto nodal e antagonismo. Os resultados da análise da dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC, evidenciaram particularidades em dois períodos distintos: o primeiro deles foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil, ocorrido no ano de 2019, que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC; o segundo período é aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. No primeiro período em análise, percebeu-se a disputa pela fixação parcial de sentidos do significante vazio, e também ponto nodal, “sociedade civil”. Diante da fixação nodal do significante “sociedade civil” houve, entre os sujeitos identificados com este significante, o estabelecimento de uma relação equivalencial e a conformação de uma cadeia de equivalências. Isto impulsionou a demarcação da fronteira política ou corte antagônico, dicotomizando o espaço social. Aponta-se que a relação antagônica estabelecida entre nós e eles, conselheiros representantes da sociedade civil e do governo estadual, evidenciou, ainda, manifestações do narcisismo das pequenas diferenças. No segundo período, frente a uma conjuntura em que os membros do CEC-SC passaram a assumir uma série de demandas relacionadas à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e a outras ações para mitigar o impacto da pandemia da covid-19 no setor cultural catarinense, a percepção da fronteira política entre o nós x eles, sociedade civil x governo, foi se tornando menos evidente, até se deslocar. Assim, a dicotomização do espaço social, entre nós e eles, deixou de ocorrer. Isto se deu, sobretudo, com a conformação de uma cadeia equivalência que requisitou a formação de um significante vazio, a identificação com este e que tal significante funcionasse como um ponto nodal. No período aqui descrito, o ponto nodal observado, e também significante vazio, alvo de identificações entre os membros do CEC-SC, foi a “emergência cultural”. Essa reunião de sentidos em um ponto comum, emergência cultural, foi possibilitada pela identificação com esse significante e atuou na união de agentes culturais, e, mais especificamente, no grupamento em estudo. Compreende-se que isto ocorreu, com a diminuição do investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol daquilo que era comum ou do que havia sido esvaziado de seu significado particular. Por sua vez, isto atuou na suspensão de diferenças entre eles, bem como do narcisismo das pequenas diferenças. Situação que auxiliou na formação de uma unidade ou relação equivalencial e possibilitou uma identificação coletiva. Por fim, aponta-se que a articulação teórica aqui desenvolvida, em caminho divergente ao mainstream dos Estudos Organizacionais, evidencia a relevância das dinâmicas de identificações nas ações dos sujeitos. Dinâmicas estas mobilizadas pela afetividade e que se fazem presentes nos fenômenos organizacionais.

Palavras-chave: Identificação. Narcisismo das pequenas diferenças. Teoria do Discurso Político. Psicanálise. Estudos Organizacionais. Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina.

ABSTRACT

The purpose of this research was to reflect about the narcissism of small differences in the dynamics of formation of identifications of CEC-SC members, in the context of the covid-19 pandemic, in the light of psychoanalysis and the Theory of Political Discourse (TPD). In order to achieve this objective, a qualitative approach research was undertaken, in which participant and non-participant observation was used and also interviews with eleven cultural agents and secondary data. The discursive context, resulting from data collection, was analyzed according to Bardin's Categorical Content Analysis (2016). As analytical categories defined a posteriori, we resorted, above all, to the concepts of narcissism of small differences, identification, empty signifier, nodal point and antagonism. The results of the analysis of the dynamics of identifications among CEC-SC members showed particularities in two distinct periods: the first was the moment of the election process for civil society representatives, which took place in 2019, which implied a change in configuration of the CEC-SC; the second period is the one that involved confronting the Covid-19 pandemic. In the first period under analysis, the dispute for the partial fixation of meanings of the empty signifier was noticed, as well as the nodal point, "civil society". Faced with the nodal fixation of the signifier "civil society", there were, among the subjects identified with this signifier, the establishment of an equivalence relationship and the conformation of a chain of equivalences. This boosted the demarcation of the political frontier or antagonistic cut, dichotomizing the social space. It is pointed out that the antagonistic relationship established between us and them, councilors representing civil society and the state government, also evidenced manifestations of the narcissism of small differences. In the second period, in a context in which CEC-SC members began to assume a series of demands related to the "Aldir Blanc Cultural Emergency Law" and other actions to mitigate the impact of the covid-19 pandemic on the cultural sector of Santa Catarina, the perception of the political boundary between us x them, civil society x government, became less evident, until it shifted. Thus, the dichotomy of the social space, between us and them, ceased to occur. This happened, above all, with the conformation of an equivalence chain that required the formation of an empty signifier, the identification with it and that such signifier function as a nodal point. In the period described here, the observed nodal point, and also an empty signifier, the target of identifications among the members of the CEC-SC, was the "cultural emergency". This gathering of meanings in a common point, cultural emergence, was made possible by the identification with this signifier and acted in the union of cultural agents, and, more specifically, in the group under study. It is understood that this occurred with the reduction of libidinal investment in the self, or in the particular, in favor of what was common or what had been emptied of its particular meaning. In turn, this acted to suspend differences between them, as well as the narcissism of small differences. Situation that helped in the formation of a unity or equivalence relationship and enabled a collective identification. Finally, it is pointed out that the theoretical articulation developed here, in a way divergent from the mainstream of Organizational Studies, shows a promotion of identification dynamics in the actions of the subjects. These dynamics are mobilized by affectivity and are present in organizational phenomena.

Keywords: Identification. Narcissism of Small Differences. Political Discourse Theory. Psychoanalysis. Organizational Studies. Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadê Você, Regina?.....	134
Figura 2 - Como Votará a Bancada Catarinense?.....	142
Figura 3 - Plantão Lei Emergência Cultural.....	143
Figura 4 - #AprovaEmergenciaCultural Votação Câmara dos Deputados.....	143
Figura 5 - #AprovaEmergenciaCultural Véspera da Votação no Senado	147
Figura 6 - Mobilizações e Articulações Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.....	163
Figura 7 - Mobiliza-SC.....	22
Figura 8 - Trecho da Moção de Aplauso concedida ao CEC-SC pela ALESC.....	33
Figura 9 - Apoio à Prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc pelo CEC-SC ...	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos eventos de observação	40
Quadro 2 - Descrição dos Sujeitos e dos Eventos abertos.....	44
Quadro 3 - Codificação dos Sujeitos e Eventos	46
Quadro 4 - Relação das entrevistas realizadas.....	47
Quadro 6 - Institucionalização do SNC por Unidade Federativa	126
Quadro 7 - Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura de Santa Catarina 2020.....	27
Quadro 8 - Modalidades e Categorias do Prêmio Catarinense de Cinema - Edição 2020	29
Quadro 9 - Modalidades e Campos Artísticos e Culturais Edital de Credenciamento #SCulturaemSuaCasa	34
Quadro 10 - Contemplados no Edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC no ano de 2020.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Ancine Agência Nacional do Cinema
CEC-SC Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina
CFC Conselho Federal de Cultura
CNC Conferência Nacional de Cultura
CNPJ Conselho Nacional de Política Cultural
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
ConEcta Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura
CONGESC Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina
EO's Estudos Organizacionais
FBN Fundação Biblioteca Nacional
FECAM Federação Catarinense de Municípios
FCC Fundação Catarinense de Cultura
FCP Fundação Cultural Palmares
FCRB Fundação Casa de Rui Barbosa
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram Instituto Brasileiro de Museus
Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC Ministério da Educação
MEI Microempreendedor Individual
MinC Ministério da Cultura
OAB/SC Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina
PCV Programa Cultura Viva
PL Projeto de Lei
PNCV Política Nacional de Cultura Viva
PNP Plano Nacional de Cultura
SAI Secretaria de Articulação Institucional
SAv Secretaria Nacional do Audiovisual
SEC da Economia Criativa e Diversidade Cultural
SEDEC Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural
Sefic Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

SDAPI Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

SFC Sistema Federal de Cultura

SIEC Sistema Estadual de Cultura

SNC Sistema Nacional de Cultura

SOL Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte

TCE Tribunal de Contas do Estado

TDP Teoria do Discurso Político

SUMÁRIO

1	CAMINHOS QUE CONDUZIRAM À PROBLEMÁTICA DE PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	13
1.1	O QUE SOU? OS USOS E AS LACUNAS CONCERNENTES ÀS TEMÁTICAS IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	27
2	ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	37
2.1	PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	40
2.2	ESFORÇOS ANALÍTICOS.....	49
3	“QUE TUDO QUE SEJA DITO SER HABITUAL CAUSE INQUIETAÇÃO”: NOTAS SOBRE O PERCURSO TEÓRICO.....	52
3.1	O PODER DAS IDEIAS: POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS.....	54
3.2	“EM MIM EU VEJO O OUTRO”: FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS NA TEORIA PSICANALÍTICA	61
3.2.1	“Na estreita cavidade do seu dente encerrava-se sua alma toda”: O Narcisismo na Teoria Freudiana.....	67
3.2.2	“Narciso acha feio o que não é espelho”: O Narcisismo das Pequenas Diferenças 75	
3.3	TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: NOÇÕES PARA COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES EM LACLAU E MOUFFE.....	82
3.4	FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE A TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO E A PSICANÁLISE	99
4	O ESTADO DE EMERGÊNCIA CULTURAL NO BRASIL E A ESPERANÇA EQUILIBRISTA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA ÀS MOBILIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES ENTRE AGENTES CULTURAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	114
4.1	EMERGÊNCIA CULTURAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA BRASILEIRAS	115

4.1.1	Reavivamento da Esperança Equilibrista: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc	136
4.1.2	“Se puder, fique em casa”: Mecanismos de Financiamento à Cultura Catarinense em tempos de Covid- 19	15
5	“A MINHA VOZ É A SUA VOZ”: A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19	46
5.1	“ESSE MODELO DE CONSELHO AINDA VAI TER QUER APERFEIÇOADO”: O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA E SUAS CONFORMAÇÕES	48
5.2	“TODOS JUNTOS, TODOS NÓS”: O NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS E A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19	55
6	LAÇOS E (DES)AFETOS: ESBOÇOS DE REFLEXÕES	75
7	REFERÊNCIAS	91
8	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE120	

1 CAMINHOS QUE CONDUZIRAM À PROBLEMÁTICA DE PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO



“Caminante, son tus huellas el camino, y nada más; caminante, no hay camino, se hace camino al andar. Al andar se hace camino, y al volver la vista atrás se ve la senda que nunca se ha de volver a pisar. Caminante, no hay camino, sino estelas en la mar” (MACHADO, 1912/2012).

Os caminhos que me¹ conduziram à problemática de pesquisa que aqui será explicitada, não possuem origens passíveis de serem descritas temporalmente de modo preciso e não foram definidos *a priori*. Ao invés disso, foram constituídos, ao caminhar. Isto posto, e considerando que um saber é, inexoravelmente, constituído e influenciado por aquilo que se discute/faz em seu tempo (FREUD, 1921/2011) e pelas interlocuções realizadas, buscarei, a seguir, discorrer acerca dos caminhos que conduziram à problemática de pesquisa, assim como contextualizar e justificar esta tese.

Apesar de não considerar possível atribuir com exatidão temporal o início do caminho trilhado, tenho como um relevante marco deste, o percurso de elaboração, durante o mestrado, de uma dissertação que versava acerca do prazer-sofrimento e do contexto de trabalho artístico na região da grande Florianópolis/ Santa Catarina (NASCIMENTO, 2017). Este trajeto, além de uma “imersão” na esfera artística, que me proporcionou um maior contato com a arte e artistas, me possibilitou uma aproximação com autores que discorrem acerca de contextos que permeiam o trabalho artístico.

Entre estes autores, encontra-se o Sociólogo Francês, Pierri-Michel Menger. Em uma obra denominada de “Retrato do Artista Enquanto Trabalhador: metamorfoses do capitalismo”, Menger (2005, p.8) discorre que a atividade artística, seja ela qual for, apresenta uma dupla face, “o lado encantador do aprofundamento e da realização de si mesmo, mas também o lado sombrio da concorrência, das diferenças espetaculares do sucesso, bem como das desigualdades que produzem essas diferenças”.

Amparada em discussões empreendidas por Menger (2001, 2002, 2005), a continuidade do aprofundamento em literaturas acerca de contextos que envolvem a atividade artística, me proporcionou o contato com outras pesquisas desenvolvidas em países da Europa Ocidental e América do Norte. Entre elas, destaco os estudos de Benhamou (2007), Transform (2007), Banks, Gil e Taylor (2013), e Loacker (2013). Por meio destes estudos, observei que o trabalho

¹ Em oposição a maior parte deste trabalho, optei por escrever este capítulo em primeira pessoa do singular, me posicionando como emissora deste relato e optando por evidenciar o pressuposto, adotado nesta pesquisa, de que a separação entre pesquisadora e objeto é tão impossível, quanto a construção de conhecimento científico em que os afetos e identificações sejam possíveis de serem excluídos.

artístico, comumente, se apresenta como forma de emprego precarizado, trabalho temporário – incluindo-se projetos ou contratos de trabalho com vários clientes ao mesmo tempo –, e com presença de poucos benefícios trabalhistas.

Com o desenvolvimento do estudo que culminou em minha dissertação, defendida no ano de 2017 (NASCIMENTO, 2017), e em outras pesquisas envolvendo a atividade artística enquanto trabalho (NASCIMENTO; DELLAGNELO 2018; NASCIMENTO; DELLAGNELO, COELHO; 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2019; NASCIMENTO *et al.*, 2020), percebi que as circunstâncias expostas por Menger (2005), Benhamou (2007), Transform (2007), Banks, Gil e Taylor (2013), e Loacker (2013) não deviam ser consideradas exclusivas do contexto da Europa Ocidental e América do Norte.

Observei assim, junto de minha orientadora, que a atividade artística, na região da grande Florianópolis/Santa Catarina, podia, a partir dos casos analisados em nossa pesquisa, ser caracterizada como uma forma de trabalho com: um forte engajamento subjetivo; ausência de vínculos formais de trabalho; pouca ou nenhuma presença de benefícios trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); realização de atividades e/ou projetos com mais de um cliente ao mesmo tempo; variabilidade de renda; ritmo de trabalho intenso; vivência de uma fronteira porosa entre vida pessoal e trabalho; inseguranças financeiras e existência de vínculos empregatícios (formais/informais) remotos com organizações (NASCIMENTO; DELLAGNELO, 2018).

Em conjunto com as situações outrora descritas, que perpassam a atividade artística enquanto trabalho, identifiquei, em diferentes estudos (MENGER, 2001; TRANSFORM, 2008), que os artistas geralmente são um grupo de trabalhadores, em média mais jovens do que a força de trabalho em geral, entre vinte e cinco e quarenta anos, concentram-se mais em áreas metropolitanas, apresentam taxas elevadas de auto emprego, maior taxa das mais variadas formas de subemprego, são mais frequentemente detentores de múltiplas atividades, e experimentam uma das maiores desigualdades e variabilidade de renda. De acordo com Menger (2001, 2002, 2005), o trabalho informal e auto emprego são contratos de trabalho vigentes atualmente nas artes, bem como no setor cultural. Embora existam contratos de longo prazo, segundo o autor, a maioria dos artistas trabalha mediante contratos temporários.

No Brasil, um estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 2015, apresentou dados importantes a serem considerados no que concerne ao mercado de trabalho artístico e que corroboram, no cenário brasileiro, as afirmações de Menger (2001, 2002, 2005). Com base neste estudo apresentado pela FGV (2015), pude verificar que os estabelecimentos

de cultura no Brasil, entre os anos de 2007 a 2013, cresceram a uma taxa superior aos demais segmentos econômicos. No entanto, apesar de possuir um notável potencial empregatício, notei que o setor cultural apresenta uma média de trabalhadores formais, relativamente menor que a média de todos os setores econômicos do país.

Enquanto se estimou que no ano de 2012, 29% dos trabalhadores brasileiros, de diversos setores da economia, não possuíam carteira assinada, a estimativa de trabalhadores do setor cultural sem carteira, correspondia a 43%. Na pesquisa apresentada pela FGV (2015), identifiquei, ainda, que apesar de haver no setor cultural, uma média de trabalhadores sem carteira assinada relativamente maior que nos demais setores econômicos, os trabalhadores da cultura, tendem a possuir um grau de qualificação superior à média dos trabalhadores brasileiros.

Em Menger (2005), encontrei uma interessante argumentação de que tais condições de trabalho não são oriundas dos tempos hodiernos. Em consonância com o autor, a esfera artística desenvolveu quase todas as formas flexíveis de emprego e modalidades de exercício do trabalho – desde o mais subordinado, até o mais autônomo –, e todas as combinações de atividade – abrangendo, da pluriatividade imposta ao artista que financia sua atividade artística por intermédio de outras que lhe proporcionam subsistência. O que pode ser percebido, de certa forma, como irônico, pois, as artes, pioneiras na experimentação da flexibilidade e da hiperflexibilidade, desde há dois séculos, destacam-se, conforme o autor, por cultivarem uma oposição radical ao poderoso mercado.

Defronte a essas discussões acerca da atividade artística, bem como diante dos dados observados no contexto de trabalho artístico da grande Florianópolis/Santa Catarina, questionei se poderiam existir alguns fatores que tornassem, de alguma maneira, o trabalho do artista mais atraente. Menger (2005), ao discorrer sobre este assunto, menciona que argumentos não monetários como gratificações psicológicas e sociais podem justificar o fato pelo qual, a atividade artística, mesmo sendo descontínua, com perspectivas incertas e remuneração variável, atrai tantos sujeitos.

Para Menger (2005), os argumentos não monetários não podem ser contemplados de forma genérica e sem variações, pois, declarações de artistas sobre os prazeres e dificuldades de suas profissões, indicam que as satisfações em sua carreira profissional podem variar conforme nível de reputação, natureza e visibilidade da atividade artística desempenhada, assim como de acordo com condições de manutenção na profissão enquanto se espera por resultados tangíveis. Segundo o autor, essas “gratificações” não monetárias, podem estimular os artistas a

aceitarem grandes sacrifícios pelo exercício de sua arte e pelas satisfações que esta pode lhes trazer (MENGER, 2005).

Cabe frisar, que tal circunstância foi observada no trabalho de campo, com os artistas participantes do estudo que culminou em minha dissertação. No referido estudo, notei que diante da necessidade de retorno financeiro e do desejo de dedicar-se exclusivamente à arte, pareceu ser comum ao artista, a facilidade de adaptação às oportunidades de trabalho que surgem. Fato que tendia a ocorrer, mesmo que essa situação os conduzisse a atuar em áreas distintas daquelas de sua preferência. Além da adaptação às oportunidades de trabalho, observei que frente à necessidade de retorno financeiro e ao desejo de dedicar-se exclusivamente à arte, os artistas também buscavam adaptar-se às condições de trabalho que lhes eram oferecidas, sem demonstrar um comportamento resistente na tentativa de modificar tais situações. Para estes trabalhadores, não atuar na esfera artística, era compreendido como uma possibilidade de vivenciar sofrimentos, que talvez não pudessem ser resignificados em uma outra atividade de trabalho (NASCIMENTO, 2017).

Corroborando esses resultados, Transform (2008), Banks, Gill e Taylor (2013), e Loacker (2013), elucidam que apesar de condições incertas, descontínuas e precárias do trabalho artístico, os artistas não parecem demonstrar comportamentos resistentes. Loacker (2013) em trabalho desenvolvido em um teatro profissional na Áustria, entre março de 2007 e abril de 2008, discorre que os participantes do estudo referiram que tinham tomado uma decisão consciente para se tornarem artistas. Desse modo, afirmaram que não tinham motivos para reclamarem das condições de trabalho, visto que diante de suas vocações e do nível de desemprego entre artistas, era mais adequado diminuir o nível de resistência às condições de trabalho precárias. Além disso, prevalecera um entendimento comum que quando os artistas percebem chances de autonomia, participação e alegria dentro do ambiente de trabalho, concordam com os lados obscuros de seu trabalho.

Transform (2008) corrobora a visão de Loacker (2013), para a autora, muitos artistas têm se sujeitado a condições de trabalho precárias sem oferecer resistência². Transform (2008) vislumbra, ainda, que muitos dos artistas suportam tais condições de trabalho, pois, acreditam

² Friso que as questões pertinentes a adaptação dos artistas às condições precárias de trabalho, bem como a possibilidade de diminuição de um nível de resistência não foram (NASCIMENTO; DELLAGNELO 2018; NASCIMENTO; DELLAGNELO, COELHO; 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2019) e não são aqui levantadas com o intuito de culpabilização dos artistas e nem de banalização dos sofrimentos decorrentes dessas questões, mas envolvem uma tentativa de compreensão desta atividade de trabalho e desta categoria de trabalhadores, a partir de uma perspectiva não romantizada, para que se possa olhar e intervir de modo mais efetivo nesse contexto.

que em seu trabalho podem fazer uso de sua autonomia, liberdade, possuindo assim, maior possibilidade de realizar-se artisticamente. Loacker (2013) elucida que apesar de artistas se apresentarem geralmente como sujeitos engajados politicamente, em relação a seu trabalho na esfera artística, estes demonstram ter uma tendência à auto exploração. De acordo com a autora, mediante declarações de artistas obtidas em seu estudo, a forte concorrência interindividual entre artistas e o trabalho precarizado, são ou podem ser utilizados como estratégias eficazes que promovem o individualismo entre os artistas, enquanto eles diminuem o nível de resistência.

Saliento que nos trabalhos desenvolvidos em conjunto com outros autores e apontados anteriormente (NASCIMENTO; DELLAGNELO 2018; NASCIMENTO; DELLAGNELO, COELHO; 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2019; NASCIMENTO *et al.*, 2020), foi possível a percepção desta promoção do individualismo entre artistas – em especial de grupos/bandas distintos –, que segundo os sujeitos participantes dos estudos, podia ser relacionada a situações como: busca por espaço; reconhecimento, sobretudo, dos pares; “construção de um nome forte”; e, concorrência por editais de incentivo a arte e cultura. Situação corroborada por Menger (2005, p. 15), ao frisar que “o individualismo artístico” pode ser “entendido simultaneamente como o princípio e o resultado da concorrência entre os artistas”.

Ao refletir a respeito do individualismo na esfera artística, relembro de uma afirmação realizada por um dos participantes de minha dissertação, que referiu, que em seu ponto de vista, havia necessidade de superação desse individualismo para que os artistas pudessem se engajar e se organizar politicamente de maneira a reafirmar sua atividade enquanto um trabalho, e, buscar condições de trabalho adequadas, bem como outras demandas que lhes surgissem (NASCIMENTO, 2017). Com isto, comecei a me questionar acerca da articulação entre estes trabalhadores. Me perguntava: Como essa articulação ocorre? Em quais circunstâncias? O que poderia atuar nessa articulação e na desarticulação entre eles? Repetidamente, essas indagações me conduziam ao tema do individualismo e da tentativa de esfacelamento e/ou deslegitimação das identificações e lutas coletivas.

Posteriormente, em contato com literaturas que versavam acerca de movimentos sociais, percebi o imbricamento envolvendo a articulação entre sujeitos e a ideia de identificação. Para corroborar esta percepção, destaco o trabalho de Polletta e Jasper (2001). Em tal trabalho, os autores proporcionam a compreensão de que estudiosos dos movimentos sociais se voltaram para questões relacionadas às identidades coletivas e as identificações

estabelecidas entre os sujeitos com intuito de preencherem lacunas nas explicações de processos políticos, envolvendo o surgimento, trajetórias e impactos dos movimentos sociais³.

Quase concomitantemente às indagações outrora descritas e a percepção do imbricamento entre às noções de articulação e identificação, como participante de um curso de formação em instituição psicanalítica, me deparei com leituras acerca do narcisismo das pequenas diferenças e comecei a refletir sobre a possibilidade de compreensão da articulação entre artistas, a partir desse fenômeno.

O narcisismo das pequenas diferenças é utilizado por Freud (1921/2011) para pensar identificações coletivas, a cultura [*kultur*]⁴ e o social. Nesta obra, o autor retoma uma célebre alegoria de Schopenhauer (1851/2009), a parábola dos porcos espinhos. Freud (1921/2011) afirma que o comportamento dos seres humanos uns com os outros é semelhante aos dos porcos espinhos que sentem frio, mas não aguentam uma aproximação muito íntima. Nesse caso, a tentativa de unificação – e de articulação – entre uma massa⁵, envolveria a suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças, que, por sua vez, tende a ocorrer a partir de ligações libidinais – relacionadas às identificações – que podem envolver o amor a um líder, ou conforme aqui considero, a uma ideia, abstração, uma tendência e/ou uma vontade partilhável por muitas pessoas, bem como o ódio a uma pessoa ou instituição. Saliento, que outra possibilidade de

³ Polletta e Jasper (2001), no que concerne ao uso da temática, referem que esta foi tratada nas abordagens das teorias dos movimentos sociais, sobretudo, como alternativas: aos interesses dados estruturalmente na descrição e explicação das reivindicações em nome das quais as pessoas se mobilizam; aos incentivos seletivos para entender por que as pessoas participam; à racionalidade instrumental na explicação de quais escolhas táticas os ativistas fazem; e, às reformas institucionais na avaliação dos impactos dos movimentos. Todavia, segundo os autores, apesar da amplitude relacionada ao modo de se olhar para o tema, e da tentativa de torná-lo uma alternativa à racionalidade instrumental, nas explicações empreendidas, ainda há uma tendência a tratá-lo enquanto categoria residual dentro do estruturalismo e com explicações racionalistas.

⁴ Sinalizo que cultura, frequentemente traduzida como civilização, no sentido aqui exposto, remete a utilização da palavra alemã *kultur* por Freud (1930/2011, p. 34), no intuito de designar a soma das realizações e instituições que afastam a vida dos humanos dos animais “e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si.”

⁵ Em Freud (1921/2011) os termos grupos e massas são utilizados e traduzidos, em determinados momentos, como sinônimos e podem ser dos tipos duradouros ou passageiros; homogêneos ou heterogêneos; naturais ou artificiais; possuírem líder ou não. Dois grupos ou massas analisados por Freud, na referida obra, são o exército e a igreja católica. Ambos entendidos como grupos ou massas artificiais. Isto é, uma certa coação externa é empregada para evitar sua dissolução e impedir mudanças na sua estrutura. De acordo com o autor, o eixo que sustenta a comunidade de crentes e o exército é o objeto amado e idealizado, colocado no lugar do ideal do eu. Nesses casos, há renúncia do ideal do eu dos sujeitos e a troca pelo ideal da massa – corporificado no líder –, bem como identificações entre eles. Saliento que nenhum desses dois termos são aqui compreendidos a partir de julgamentos morais ou enquanto certas patologias sociais, mas sim como “grupamentos” que se constituem enquanto respostas ao mal-estar da *kultur*.

suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, mencionado por Freud (1912/2019), é a privação do objeto da necessidade.

Lembro que ao mencionar à professora Eloise, acerca dessas elucubrações, fui estimulada a pensar na aproximação de tal fenômeno com a Teoria do Discurso Político (TPD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, assim como a discutir com outros professores acerca do assunto. Kettle foi uma das primeiras pessoas com quem efetuei trocas nesse sentido e iniciei uma interlocução que me possibilitou diversos *insights*. Com isto, me senti instigada a aprofundar minha compreensão não somente do narcisismo das pequenas diferenças e de outras noções a ele relacionadas, mas também a respeito da TDP.

As obras que tive acesso após essa ocasião e outras que havia lido anteriormente, influenciaram em meu entendimento de que a promoção do individualismo, e, a consequente dificuldade de articulação entre trabalhadores das áreas artístico-culturais não se restringe a esta área de atuação.⁶ Mesmo que o foco desta tese seja voltado a estes trabalhadores, a meu ver, defender o contrário, seria, no mínimo, ingênuo ao considerar discussões de autores que ponderam que, o comportamento individualista entre pares é estimulado por práticas gestórias do atual sistema econômico (DEJOURS, 2012), e, que deve, portanto, ser entendido como um projeto liberal (MOUFFE, 2007).

Projeto este, que ao promover o individualismo, difunde – assim como tenta estimular e legitimar – o enfraquecimento das identificações e lutas coletivas (MOUFFE, 2015). Nessa perspectiva, uma lição que extraí de Freud (1921/2011) e que é corroborada por Mouffe (2015) e Laclau (2005/2018)⁷, é que mesmo em sociedades consideradas extremamente individualistas, a necessidade de identificações coletivas jamais será superada, tendo em vista que ela é constitutiva do modo de existência dos sujeitos.

De acordo com Freud (1921/2011, 1930), as relações entre sujeitos, são fenômenos sociais que se opõem aos processos narcísicos. Circunstância que implica a necessidade de um

⁶ Apesar disto, saliento que Menger (2005) aponta as áreas artístico-culturais como pioneiras na experimentação da flexibilidade e da hiperflexibilidade contratual, e, assentadas sobre um *cocktail* singular de individualismo e comunitarismo. Assim, entendo, apoiada em Menger (2005), que tais características de organização contratual, bem como a promoção do individualismo, quando relacionadas às atividades de trabalho cujo conteúdo envolve áreas artístico-culturais, resultam em motivo de interesse e na relevância de pesquisas que voltadas a tais áreas de atuação profissional.

⁷ Laclau (2005/2018) e Mouffe (2015, 2005/2009) em distintas obras apontam para a relevância da psicanálise na teoria política. Nessas obras, os referidos autores utilizam de noções da psicanálise para auxiliá-los na elaboração de alguns de seus argumentos. No entanto, é notável o destaque atribuído a Sigmund Freud e a seu legado, de maneira especial, a discussões empreendidas pelo autor em seus textos a partir do decênio de 1920, entre as quais posso destacar “Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921/2011)” e “O Mal-estar na Civilização (1930/2010).

laço social que une os sujeitos entre si. Na obra “Mal-estar na Civilização”, Freud (1930) menciona que as sociedades possuem constantes possibilidades de dissolução, tendo em vista, situações como a tendência à agressividade presente nos sujeitos, que podem ser manifestas por meio do narcisismo das pequenas diferenças. Diferentes métodos podem ser utilizados como meios para controlar o pendor a agressividade desses, entre eles encontra-se o laço libidinal.

Enquanto laço social, o laço libidinal não presume, necessariamente, uma ligação afetiva (ou laço afetivo) cuja pulsão possui como fim a satisfação sexual. Freud (1921/2011) apresenta como um mecanismo de ligação afetiva e mais antiga expressão de um laço afetivo a uma outra pessoa, a identificação. Para o autor, a identificação é um mecanismo psíquico importante para a formação do Eu, a constituição de subjetividades, e que se constitui também em um elemento fundamental para a dinâmica da socialização. Entre as principais formas de identificação, Freud (1921/2011) menciona àquela referente a identificação a uma qualidade comum compartilhada com alguma pessoa que não seja objeto de satisfação sexual.

No que concerne à qualidade comum compartilhada, Freud (1921/2011, p.65) discorre: “Quanto mais significativo é esse algo comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação”. Entre os membros de uma massa, a ligação entre os sujeitos é da natureza desse tipo de identificação, podendo ser relacionada à ligação ao líder, conforme outrora referido. Considero ainda, que uma ideia, uma abstração, uma tendência comum, um desejo partilhável por muitas pessoas podem ser relacionados a este tipo de ligação. Destaco que o líder ou a ideia condutora podem se tornar, de certo modo, negativos. Nesse sentido, é possível citar como exemplo o ódio a uma pessoa, instituição, grupo e/ou movimento, que exerce um efeito unificador e provoca ligações afetivas semelhantes àsquelas mencionadas anteriormente e que são concebidas por Freud (1921/2011) como positivas.

Ao analisar o processo de identificação empreendido por Freud, Mouffe (2015) refere que tal construção teórica, ao apresentar a ação da libido na construção de identidades coletivas, fornece importantes pistas relacionadas ao surgimento dos antagonismos e auxilia na compreensão da impossibilidade de superação do conflito, animosidade e hostilidade humanas. Ressalto que na TDP, a noção de antagonismo não se encontra restrita a ideia de conflito ou de relação de oposição. Para Laclau (2008), além de possuir a função de dicotomizar o espaço social, o antagonismo pode ser entendido como a condição de possibilidade discursiva, uma vez que a dicotomização ocorre porque o antagonismo é, também, uma forma de identificação de identidades políticas (MENDONÇA, 2012).

Acerca da noção de identidade, acredito ser imprescindível mencionar que esta não foi acrescentada por Freud aos conceitos psicanalíticos. Todavia, o autor efetuou relevantes discussões que contestam noções de identidades enquanto racionais, fixas e unificadas, entre elas pode-se citar a noção de inconsciente e a ideia de sujeito dividido. Ao conceber um aparelho psíquico que compreende o inconsciente e modifica sucessivamente seus registros, Freud apresentou uma noção do eu contrastante com a concepção do *cogito* cartesiano, racional e indivisível. Esta ideia de sujeito dividido em si, evidencia a impossibilidade de se pensar identidade como relacionada a uma forma ou essência, sinônimo de igualdade, algo centrado na razão, fixo e unificado (BARROSO, 2012).

Autores como Starnino (2016) e Burity (1998), se propuseram a pensar a questão da identidade de um sujeito e/ou grupo, a partir da psicanálise, e tendem a concordar quanto à relação de reciprocidade entre identidade e identificações. Para Burity (1998, p.3), “a identidade um momento instável da prática da identificação”⁸. Conforme Starnino (2016), ao se discorrer acerca da identidade – de um sujeito e/ou grupo –, a partir da teoria psicanalítica, deve-se considerar que esta está circunscrita às identificações, que nada tem de idêntico e tampouco está sintetizada no eu. Nesse sentido, é a impossibilidade de constituir uma identidade fixa que torna possível o processo de identificação cuja compreensão é importante para a análise social e política (STAVRAKAKIS, 2007).

Tal perspectiva coaduna com aquilo que na TDP se pode conceber por identidade do sujeito. Segundo Mouffe (1999), a identidade é sempre contingente e precária, relacional, fixada temporariamente na interseção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Destaco, que nesta abordagem, as identidades são compreendidas como puramente relacionais, ou seja, entende-se que nenhuma identidade pode ser plenamente constituída (LACLAU, MOUFFE, 1985/2015; MOUFFE, 2007), e que a afirmação de uma diferença é condição para a existência de qualquer identidade (MOUFFE, 2015).

Mouffe (2007), que se inspira na noção de identificação da teoria freudiana, e de modo especial, na relevância do investimento libidinal no processo identificatório na criação de identificações coletivas, refere que uma vez que se compreenda que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma condição prévia para a existência de qualquer identidade, é possível que se sugira que a relação social aí existente pode sempre se tornar terreno fértil do antagonismo. Nesse caso, o outro, que até então havia sido considerado

⁸ Ou seja, “não existem identidades em estado puro, nem jamais se chega a concluir a formação de uma identidade” (BURITY, 1998, p.3),

simplesmente diferente, passa a ser percebido como alguém que questiona a identidade do sujeito e ameaça a sua existência. Para Mouffe (2007), o mesmo se dá no caso da constituição de identificações coletivas, pois, na criação de um nós há a demarcação de um eles.

Nesse ínterim, Freud (1921/2011) aponta que é preciso que um grupo produza o seu outro, a partir do qual irá forjar sua identidade, diferenciar-se e defender-se de desta, bem como suspender a hostilidade e a agressividade referentes às diferenças internas, por meio da formação uma unidade com objetivo de perpetuar sua dominação. Esse fenômeno, em que há uma suspensão de sentimentos hostis e agressivos, relacionados às diferenças internas, pode ser associado a outro, o narcisismo das pequenas diferenças.

Fenômeno este que se dá tanto individual quanto coletivamente e possui a função de resguardar o narcisismo da unidade. Situado na região de fronteira – portanto, de tensão, que está na base do nós e dos outros –, manifesta-se como angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas (FREUD 1921/ 2021). Com o estabelecimento de identificações entre sujeitos e de relação antagônica entre nós e eles, as diferenças “intoleráveis” passam a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciam-se os efeitos narcísicos no enfrentamento das diferenças presentes nos laços sociais. Tais efeitos, relacionados ao narcisismo das pequenas diferenças, podem ser exteriorizados – ao outro e/ou àqueles do outro grupamento – por intermédio: da angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas; de sentimentos de aversão, antipatia e inveja; da manifestação de prontidão ao ódio, hostilidade e a agressividade; do ato de caricaturar o outro; e, do racismo.

Diante do contato com as discussões que aqui foram expostas, formulei a premissa de que **a construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.**

Essa premissa me instigou a refletir, e, conseqüentemente, querer empreender análises acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político. Todavia, a curiosidade acerca da articulação entre artistas ainda me inquietava.

No dia 04 de junho de 2019, tive a oportunidade de participar, como observadora, da etapa estadual do fórum do processo eletivo da sociedade civil para o Conselho Estadual de

Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado à Fundação Catarinense de Cultura de Santa Catarina (FCC), e que se constitui como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura. Neste, foram eleitos, para o período de 2019 a 2021, dez membros titulares, com igual número de suplentes, que passaram a ocupar assento nas seguintes áreas artísticas e culturais: Arquivos, Bibliotecas e Museus; Artes Visuais; Audiovisual; Cultura Popular e Diversidade; Dança; Letras; Música; Patrimônio Cultural Imaterial; Patrimônio Cultural Material; e, Teatro.

Durante o processo eletivo, foram evidenciadas diferenças e situações que me fizeram pensar na possibilidade de aproximação do CEC-SC para investigação de minha premissa de tese. Tais diferenças e situações incluíam: o fato de haverem candidatos a membros de distintas áreas artísticas e culturais e, também, aqueles das mesmas áreas; a dinâmica de escolha de candidatos a serem votados em plenária como suplentes ou membros; reação da plenária ante às propostas expostas; e, a reação de alguns candidatos frente à eleição de outro como titular. Com isto, minha inquietação acerca da articulação entre artistas, deslocou-se para os agentes culturais ali presentes. Friso que enquanto agentes culturais, muitos exercem atividades como artistas, mas não somente. Havia, naquele grupo de conselheiros, aqueles que também se ocupavam de funções de gestão e/ou de outras atividades culturais, como produtores e consultores.

Diante disto, além de deslocar minha inquietação entre artistas para agentes culturais, formulei a hipótese – no sentido de hipo-tese – de que, nos termos da premissa desta tese, para que pudesse se constituir como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura, o CEC-SC deveria ser capaz de atuar como um órgão representativo e articulador de demandas de agentes culturais catarinenses. Para isto, seriam necessários investimentos libidinais – relacionados às identificações – entre os sujeitos/membros do CEC-SC – advindos de diferentes instâncias de representação (poder público e sociedade civil) e de distintas áreas artísticas e culturais – que poderiam atuar em uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.

Tendo isto em mente, iniciei uma aproximação, posterior à qualificação do projeto de tese, com o CEC-SC. Realizei entrevista, acompanhei reuniões. Almocei e tomei café com conselheiros. Dividi Uber e compartilhei viagem para reunião fora de sede. Todavia, a contingência do social se fez presente. Na última semana de fevereiro de 2020 obteve-se a confirmação do primeiro caso positivo para Covid-19 no Brasil, menos de um mês depois estados e municípios iniciaram a implementação de medidas restritivas com intuito de conter

ou diminuir a propagação do novo coronavírus. Devido à necessidade de distanciamento social, eventos e demais atividades que pudessem provocar aglomerações foram suspensas em todo país. O fechamento de espaços culturais e o cancelamento de apresentações e demais eventos, resultou, em uma súbita e substancial perda de receitas.

Apesar disto, nenhuma medida de liberação de recursos federais para a cultura foi tomada nos meses iniciais. Enquanto artistas vendiam instrumentos de trabalho para levantarem recursos para subsistirem e/ou dependiam de ações populares, e/ou de organizações sem fins lucrativos que lhes forneciam, em alguns momentos, cestas básicas, houve silêncio do executivo federal e do órgão gestor da cultura à nível federal. Em Santa Catarina as primeiras confirmações de casos de covid-19 ocorreram em 12 de março de 2020. Desse modo, poucos dias depois foram implementadas, via decreto, medidas restritivas no Estado com intuito de conter ou diminuir a propagação da Covid-19.

Entretanto, em tempos de distanciamento social também foi possível observar que estar apartado fisicamente não, necessariamente, implicaria na não existência de mobilizações, identificações coletivas e articulações. Pelo contrário, agentes culturais de todas as regiões do país, inclusive do Estado de Santa Catarina, juntos de organizações representativas do setor cultural e de parlamentares, mobilizaram-se, articularam-se, formaram identificações coletivas. E, tornaram, assim, possível o surgimento de ações emergenciais, como a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Entre as organizações representativas do setor cultural, anteriormente mencionadas, encontra-se o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, que atuou com o intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural catarinense. Circunstância que requisitou também, aos seus integrantes outras formas de atuação, articulações, mobilizações e possibilitou a ocorrência de identificações, bem como a investigação da premissa e hipótese desta tese, conforme outrora discorrido.

Foi diante deste contexto, que desenvolvi o objetivo geral desta tese: **refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações dos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), no contexto da pandemia da covid-19, à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político.**

A partir da compreensão de que o alcance deste objetivo depende de outros, desenvolvi os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o estado de Emergência Cultural no Brasil;
- b) Discorrer acerca da construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc;
- c) Versar sobre mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo, aqueles em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos desta no setor cultural;
- d) Analisar, a partir do referencial teórico adotado, a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da Covid-19;
- e) Refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da Covid-19.

Entendo que a consecução dos objetivos de uma pesquisa é diretamente relacionada às escolhas metodológicas da pesquisadora, visto que estas envolvem um conjunto de decisões políticas que delineiam a elaboração e o modo de operacionalização do estudo, e, que por intermédio dessas escolhas, define-se a lógica de atribuição de sentido a um determinado fenômeno social, representado pelo fenômeno e realidade pesquisada. Nessa perspectiva, compreendo que não existem fórmulas e receitas para a realização de uma pesquisa, mas um caminho orientado pelas escolhas e posicionamento ontológico e epistemológico da pesquisadora. Assim, assumo que as escolhas metodológicas que envolvem este trabalho pautam-se na epistemologia pós-estruturalista, portanto, nos pensamentos antifundacionista e antiessencialista.

Já o *corpus* teórico-conceitual que sustenta este trabalho encontra-se, primordialmente, ancorado na psicanálise e na TDP. Acredito que estes arcabouços teóricos-conceituais podem fornecer importantes contribuições aos Estudos Organizacionais, pois, permitem que: se pense que não se pode conceber o individual sem o social (e vice-versa); se confronte o forjado imaginário de completude, harmonioso e sem falhas das organizações; se perceba que estas são o lugar de desejos contraditórios e do laço coletivo, e locais onde se inter cruzam as pulsões, a cena do imaginário, das identificações e do inconsciente; as organizações sejam observadas como um espaço de tentativa de controle dos comportamentos, das “liberdades” vigiadas; se atente às dimensões organizacionais esquecidas e escondidas convenientemente, bem como ao

discurso hegemônico do *management*; se desvele a lógica de poder contida no *mainstream* das teorias organizacionais e no modelo moderno de organização; se crie, perturbe e transforme as estruturas organizacionais e seus discursos hegemônicos; e, se olhe para o sujeito enquanto um ator político, um ser social, de desejos e pulsões, constituído na e pela linguagem.

Além disto, ao considerar que não existem subjetividades fora dos laços sociais, compreendo que trabalhar a ação coletiva inclui observar aquilo que envolve a psiquê dos sujeitos. Todavia, para isto, sustento que as ações humanas não são influenciadas apenas por questões racionais, mas também pelas “paixões” /afetividade. Saliento assim, que por intermédio da psicanálise e da TDP, os fenômenos organizacionais podem ser investigados a partir de diferentes níveis de análise e com olhares distintos daqueles difundidos pelas perspectivas positivistas⁹ e funcionalistas¹⁰, permitindo o questionamento daquilo que é tomado por certo, por habitual, por natural. Contudo, destaco que, nos Estudos Organizacionais, mesmo as pesquisas que escapam às influências positivistas e funcionalistas, tendem a atentar para as práticas organizacionais ao invés do (s) sujeito (s) e das identificações entre eles estabelecidas.

Nesse sentido, com vistas a explicitar o modo como as temáticas das identificações e identidades têm sido tratadas nos Estudos Organizacionais, apresentarei, a seguir, dados de um levantamento bibliográfico.

⁹ Padovani e Castagnola (1994) elucidam que o positivismo, surgido no século XIX, representa uma reação ao abstratismo idealista e um resultado do progresso das ciências naturais, que se estabelece como doutrina filosófica-científica ao dar ênfase na análise objetiva da experiência. Desse modo, “a experiência, os fatos positivos, os dados” são admitidos “como fonte única de conhecimento e critério de verdade” (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1990, p. 430). Corroborando, Demo (1985) discorre que a verificação é entendida como critério de cientificidade no positivismo, e como um meio de se “identificar” as leis gerais que governam tanto o mundo físico quanto o social. Assim, para que a produção científica seja reconhecida como válida, é necessário que esta seja submetida ao controle e ao teste experimental, sendo a generalização o produto do processo experimental e de observação empírica. Para o francês Augusto Comte, apontado como “fundador do positivismo”, a ciência era compreendida como instrumento legítimo para a solução dos problemas da humanidade. Nesse sentido, as bases para o seu progresso deviam ser estabelecidas por intermédio da identificação das leis naturais e pelo estabelecimento do conhecimento em função da ordem e estabilidade da sociedade (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1990). A partir de escolas positivistas na análise das organizações, em especial a clássica e científica, é possível que se observe a legitimação da ideia de que a sociedade e as organizações são regidas por leis científicas. Nestas escolas, a organização racional burocrática era legitimada como algo indispensável para o funcionamento da ordem social fundamentada em uma dominação racional-legal.

¹⁰ O funcionalismo possui origens associadas aos antropólogos Malinowski (1922/1970) e Radcliffe-Brown (1952/1973) e influências no positivismo de Augusto Comte. Para Radcliffe-Brown (1952/1973), o funcionalismo pode ser entendido como “um empenho em perceber a vida social de um povo como um todo, como uma unidade funcional” (RADCLIFFE-BROWN, 1952/1973, p. 228) e função enquanto “a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total (RADCLIFFE-BROWN, 1952/1973, p. 224). Nas ciências sociais, o funcionalismo sob inspiração do pensamento de Émile Durkheim, com influência comteana, advoga que o cientista social deveria atender a necessidades existentes e encarar a sociedade de forma distanciada e objetiva. Séguin e Chanlat (1987) mencionam, a partir de uma revisão das principais escolas funcionalistas na análise das organizações, que a concepção de organizações funcionalista é caracterizada pelo consenso e não pela existência de relações de poder e de conflitos.

1.1 O QUE SOU? OS USOS E AS LACUNAS CONCERNENTES ÀS TEMÁTICAS IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS



“(Lagarta:) – Quem é você? [...] Eu...não sei muito bem, cara senhora, pelo menos neste exato momento... Bem, ao menos eu sei quem eu era quando acordei esta manhã, mas acho que devo ter mudado diversas vezes desde então” (CARROLL, 1865/2015, p. 76-77).

O excerto acima destacado é proveniente da obra “Alice no País das Maravilhas de Lewis Carrol e retrata um diálogo da personagem principal, Alice, com a Lagarta. Neste percebe-se as incertezas de Alice acerca de quem é. O questionamento de Alice, retrata evocações e reflexões que sujeitos fazem, das mais variadas formas, àquilo que remete às identidades e identificações. Nos estudos relacionados às organizações, tal temática surgiu como um grande tópico de interesse a partir dos temas identificação e/ou identidade – que não raras vezes se confundem em estudos –, como pode ser observado nos trabalhos de Brown (2015), Miscenko e Day (2016), Hodgkinson (2013), Lok e Willmott (2013), Pimentel e Carrieri (2011), Alvesson (2010), Alvesson, Ashcraft e Thomas (2008), e, Machado (2003).

De acordo com Sveningsson e Alvesson (2003), psicanalistas, psicólogos e sociólogos voltaram sua atenção às questões pertinentes às concepções de identidade e identificação por mais de um século, mas foi entre os decênios de 1980 e 1990 que o interesse pelo tema atraiu mais interesse dos pesquisadores organizacionais. Hodiernamente, diversas lentes teóricas e níveis de análise são utilizados nos debates acadêmicos acerca de identidades e identificações nos Estudos Organizacionais (BROWN, 2015; HODGKINSON, 2013; LOK; WILLMOTT, 2013; PIMENTEL; CARRIERI, 2011; ALVESSON, 2010; ALVESSON; ASHCRAFT; THOMAS, 2008; MACHADO, 2003), circunstância que ocasionou um vasto, heterogêneo e fragmentado corpo teórico (MISCENKO; DAY, 2016), cujos níveis de análise costumam envolver o pessoal e o social e raramente uma articulação necessária entre esses níveis (MACHADO, 2003).

Um desdobramento¹¹ observado, no que concerne a esta temática, na área dos Estudos Organizacionais envolve: identidade e identificação no trabalho; e identidade e identificação organizacional.

¹¹ Saliento que tal desdobramento pode apresentar intercruzamentos, principalmente, ao se considerar a identidade e identificação no trabalho no nível social/coletivo em organizações (MISCENKO; DAY, 2016; MACHADO, 2003).

A partir de uma revisão de mais de 600 artigos publicados em periódicos científicos, Miscenko e Day (2016) pontuam que os estudos que abordam identidade e identificação no trabalho, além de empreenderem suas análises a partir de níveis que envolvem o pessoal e o social, tendem a diferenciar-se na compreensão do fenômeno a partir de visões estáticas ou dinâmicas – em outras palavras, as concebem enquanto fixas ou relacionais. Segundo Miscenko e Day (2016), há uma tendência à utilização dos termos identidade e identificação enquanto sinônimos¹².

Frente a isso, Miscenko e Day (2016) compreendem a identidade no trabalho como um fenômeno, associado à coleção de significados ligados ao eu pelo sujeito e pelos outros em um domínio de trabalho. Esses significados podem ser baseados em características pessoais, associação a grupos ou funções sociais. Ou seja, para os autores, identidade de trabalho refere-se ao significado de uma entidade específica (isto é, função, organização) que é internalizado como parte do autoconceito. Já a identificação no trabalho, para Miscenko e Day (2016), é um processo cognitivo / ligação psicológica / emocional que um indivíduo tem com uma função, equipe, organização, ou outra entidade.

Miscenko e Day (2016), referem ainda, que os artigos sobre identidade e identificação no trabalho ao nível pessoal contam com forte inclinação para metodologias qualitativas. No que tange à interação com grupos sociais, conforme os autores, poucos estudos consideram a relação interpessoal, principalmente a partir de um ponto de vista dinâmico – envolvendo flutuações ao longo do tempo. Miscenko e Day (2016) demonstraram, ainda, que a temática da identificação, ao contrário, da identidade organizacional, tem sido tratada, sobremaneira, por métodos quantitativos. Com isso, evidenciam a existência de uma lacuna teórica, nas discussões nos EO's, acerca da identificação, a partir de uma visão dinâmica do fenômeno – não fixa. Aponto que isto pode ser realizado, a partir de metodologias qualitativas e do uso das lentes teóricas adotadas nesta tese.

Alvesson, Ashcraft e Thomas (2008), por sua vez, consideram que, apesar dos variados níveis e desdobramentos analíticos para o estudo de identidade e identificação nos Estudos

¹² Com vistas a evitar dúvidas, afirmo que, nesta tese, não as entendo enquanto sinônimos. No que concerne à identidade, a compreendo enquanto relacionada às identificações e, ainda, como representante, a partir de relações equivalenciais, de múltiplos elementos num dado momento – sendo, portanto, contingente, precária e relacional. Já a identificação é entendida como: um mecanismo de ligação afetiva/emocional (FREUD, 1932/2010); um mecanismo psíquico importante para a formação do Eu e constituição de subjetividades; um processo por meio do qual o sujeito assimila um ou mais traços, pensamentos, ideias de outro sujeito, integrando-os ao eu; um elemento fundamental para a dinâmica da socialização; e ainda, o modo pelo qual o eu constitui sua subjetividade segundo os ideais e valores compartilhados pela sociedade no contexto de seu nascimento e crescimento (FREUD, 1921/2011).

Organizacionais, aquele relacionado à organização é o mais recorrente, sobremaneira, identidade organizacional. Circunstância que ocorre desde a publicação do trabalho seminal de Albert e Whetten (1985). É possível também, afirmar que há, tanto nos estudos nacionais quanto internacionais, a predominância do enfoque sobre identidade nas organizações em detrimento de identidades das organizações (ASHFORTH; HARRISON; CORLEY, 2008; BAUER; MESQUITA, 2007).

Na tentativa de facilitar a percepção da multiplicidade de maneiras como os pesquisadores organizacionais têm abordado a temática da identidade organizacional, He e Brown (2013) às agruparam sob quatro rótulos, que, neste trabalho, são denominadas de: funcionalistas; interpretativistas; psicodinâmicas e psicanalíticas; e pós-estruturalistas¹³.

He e Brown (2013) afirmam que as perspectivas funcionalistas são as abordagens *mainstream* do estudo de identidades nos Estudos Organizacionais. Tais perspectivas sustentam que identidades são compostas de características essenciais, objetivas e frequentemente tangíveis. Nos Estudos Organizacionais, estas conduzem, diversas vezes, a tentativas de categorização, respostas a sugestões ambientais e a preocupações com a definição de construções formais com explicações putativas e poderes preditivos. As abordagens funcionalistas, para He e Brown (2013), tendem ainda: a dependerem de visões excessivamente socializadas do ser humano; marginalizarem os processos de construção de sentido pelos participantes de ações, eventos e histórias; e, a ignorarem as relações de poder, que permeiam a constituição, defesa e contestação daquilo que se concebe por identidade.

As perspectivas interpretativistas, também compreendidas por construcionistas sociais, na maioria de suas formulações, a partir do exposto por He e Brown (2013), consideram que a identidade organizacional se refere a entendimentos relativamente compartilhados sobre o que é central, distintivo e duradouro sobre uma organização. Algo que dá sentido à experiência de trabalho dos membros e que deriva de um complexo de interações de múltiplos atores de diferentes grupos profissionais e níveis hierárquicos. Essa abordagem, geralmente a descreve como: menos estável e mais maleável; menos produto das decisões dos executivos seniores e mais aberta à influência política em diferentes níveis; e, menos claramente definida e mais

¹³ Salienta-se que He e Brown (2013, p. 10) utilizam os termos “*postmodern*” *perspectives* ao invés de perspectivas pós-estruturalistas. A opção pelo uso, nesta pesquisa, da terminologia pós-estruturalistas em detrimento de pós-modernistas se dá com embasamento em Paula (2015, 2008) e Peters (2000), que permitem o entendimento de que nomenclatura pós-estruturalista, apesar de ser utilizada em diversos momentos como sinônimo ou até mesmo subordinada a pós-modernista, é mais adequada para referir-se a um conjunto de abordagens filosóficas ou uma epistemologia, enquanto o pós-modernismo deve ser associado: às transformações ocorridas nas artes, após o modernismo ou em reação a ele; ou, em um sentido histórico para referir-se a um período ou a um *ethos* de um novo modo de produção reinante – o capitalismo tardio (PAULA, 2015, 2008).

ambígua do que as funcionalistas defendem. Nessa perspectiva, os pesquisadores se concentram em fenômenos, como crenças e valores, ou no uso da linguagem pelos *stakeholders*.

Conforme He e Brown (2013), perspectivas psicodinâmicas e psicanalíticas, atribuem relevância a processos inconscientes. Menciono também, que, há nessas abordagens, um questionamento à noção de identidade como algo racional, fixo e unificado. Dessa maneira, ao tratar do tema, os pesquisadores a concebem como um processo em andamento. Além da importância atribuída ao inconsciente, as pesquisas nessa abordagem trazem variadas e relevantes reflexões ao olharem para fenômenos que envolvem o conflito, o silenciado, o não dito e o oculto.

Na perspectiva pós-estruturalista, há, também, um rompimento com a ideia de identidades racionais, fixas e unificadas, e suas análises, em consonância com He e Brown (2013), são associadas às categorias discursivas. Considerado o maior corpo de pesquisa não *mainstream*, no que concerne ao estudo de identidades organizacionais, nesta abordagem, se tem teorizado as identidades organizacionais como constituídas por intermédio do discurso.

No que concerne à identificação organizacional, He e Brown (2013) referem haver, nos Estudos Organizacionais, maior consenso do que o tema da identidade organizacional. De acordo com os autores, tal consenso tem relação com a hegemonia que a teoria da identidade social possui. Com influências positivistas, a identificação organizacional, nesta abordagem, ocorre quando os trabalhadores percebem a organização e eles numa relação de unidade, como se fossem parte da organização empregadora – associa-se a participação do sujeito na organização e a sensação de pertencimento.

Diante do exposto, penso que o delineamento apresentado, de como o tema envolvendo identidade e identificação tem sido tratado nos Estudos Organizacionais, assim como as principais perspectivas epistemológicas utilizadas, longe de esgotar tais discussões, auxilia na realização de reflexões acerca das implicações ocasionadas pelas lentes utilizadas para observação do fenômeno, bem como fornece robustez para a justificativa da opção teórico-conceitual adotada nesta tese.

Nesse íterim, destaco que a predominante utilização de abordagens funcionalistas, nesta temática, não passa incólume de efeitos deletérios aos sujeitos e ao organizar, bem como não se dá por acaso. Espero tornar compreensível, este meu entendimento, nas linhas a seguir. Contudo, para que a leitora/o leitor compreenda a lógica argumentativa desenvolvida, é importante que tenha em mente que o campo dos Estudos Organizacionais compõe um espaço discursivo e politicamente posicionado. Posicionamento este, que implica o estabelecimento de

relações específicas de poder e conhecimento, e tentativa de produção de subjetividades em uma formação social num tempo-espaço determinado (BÖHM, 2006).

Historicamente, predominaram – e predominam – nos Estudos Organizacionais, influências positivistas e funcionalistas – observados os momentos históricos a elas relacionados –, na maneira de se olhar o fenômeno organizacional¹⁴. Acrescido a isto, percebe-se uma articulação significativa do *mainstream* das teorias organizacionais com o discurso hegemônico do capital e com a narrativa unidimensional do mercado (RAMOS, 1981), que posiciona discursivamente as teorias organizacionais hegemônicas na lógica do *management* (GAULEJAC, 2014; PARKER, 2002). Nessa articulação, há uma tendência a se olhar para o sujeito como possuidor de uma identidade fixa e de uma razão, sobretudo, referente a meios e fins (PAES, DELLAGNELO, 2015).

Reconhecida em seu próprio contexto social, a ascensão dos estudos de identidade e identificação na perspectiva funcionalista, para Alvesson, Ashcraft e Thomas (2008) tornou-se uma âncora funcional ou instrumental na vida e no trabalho. Além de refletirem e reproduzirem a ideia de quem e como ser, as abordagens *mainstream* sobre identidade e identificação nos Estudos Organizacionais concentram-se em percepções e práticas em organizações¹⁵ – geralmente do tipo empresa – e negligenciam o que não é imediatamente visível, dito, claro do ponto de vista de participantes e pesquisadores (ALVESSON; ASHCRAFT; THOMAS, 2008).

Conforme Mouffe (2007), essa maneira de tratar às identidades enquanto fixas acarreta a negação do sujeito enquanto cindido e no olhar a este enquanto um ator racional que age de forma instrumental, e, é movido pela maximização de seu interesse pessoal. Tal olhar, a meu ver, legitima a concepção do humano enquanto objeto a ser ajustado/moldado aos objetivos da organização. Destaco que há ainda, nessa perspectiva, de crença na primazia da razão, sobretudo instrumental, a negação do antagonismo como inarredável do social, bem como dos afetos¹⁶, desejos, pulsões e do inconsciente dos sujeitos. Com isto, prevalece uma visão

¹⁴ O fenômeno organizacional é compreendido, neste trabalho, como fenômeno político-discursivo que envolve as noções de organização e organizar (JUSTEN, 2017).

¹⁵ Destaco, conforme outrora versado, que mesmo as pesquisas desenvolvidas nos estudos organizacionais, a partir de abordagens que possuem lógica distinta daquela do *management*, tendem a concentrar-se em práticas em organizacionais ao invés de voltarem-se a temáticas relacionadas ao sujeito e suas identificações.

¹⁶ Frequentemente tomado como sinônimo de sentimentos e de paixões, o afeto relaciona-se a tradução subjetiva da quantidade de energia pulsional. Nesse sentido, a excitação pulsional que necessita depende da ligação do afeto a uma representação. Sublinha-se que o termo afeto não é clara e exaustivamente definido em Freud. No texto de 1915, o autor aponta que “afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga, cujas expressões finais são percebidas como sensações” (FREUD, 1915b/2020, p.117). Ou nas palavras de Garcia-Roza (2004, p.129): “aquilo que na função de representação [*Vorstellung*] concerne a *intensidade*, aquilo que pode ser concebido como

idealizada da sociabilidade humana, em que se ignora o caráter ambivalente desta mesma sociabilidade (MOUFFE, 2015).

Esta visão, segundo Mouffe (2007, 2015), opõe-se à crença num mundo sem inimigos e à ideia do consenso enquanto possível de ser alcançado, assim como à concepção de que a superação da animosidade e da hostilidade, presentes nos vínculos humanos é algo realizável. Isto é, contrasta-se com uma compreensão que nega a compreensão do caráter conflituoso das sociedades e com a impossibilidade de erradicação do antagonismo. Ideias estas, que ao invés de permitirem a expressão de canais legítimos de expressão das diferenças, aprofundam o antagonismo social, pois, negar a dimensão antagonística não faz que ela desapareça, mas leva a impotência no reconhecer e tratar as distintas manifestações do antagonismo (MOUFFE, 2007).

Uma possibilidade de avanço nessa situação, seria o reconhecimento da necessidade de envolvimento em conversas além do campo dos Estudos Organizacionais (BROWN, 2015), e/ou em diálogos engajados através de lentes (ALVESSON; HARDY; HARLEY, 2008) alternativas às abordagens funcionalistas (ALVESSON; ASHCRAFT; THOMAS, 2008). Circunstância que acredito ser possível com a articulação entre a psicanálise e a TDP de Laclau e Mouffe, para realização de discussões acerca da formação de identificações nos Estudos Organizacionais. Menciono ainda, que a partir da articulação destas abordagens, podem ser promovidas análises críticas e reflexivas que envolvam implicações sociais e políticas relacionadas às formas como os sujeitos lidam com os processos identificatórios, bem como estudos que desvelem o que não é racional, não é dito, é silenciado e oculto.

Como exemplos de pesquisas publicadas em periódicos situados no campo dos Estudos Organizacionais e que realizaram uma articulação entre psicanálise e a TDP para empreenderem discussões que envolvem o tema, identidade e identificação, posso citar Stavrakakis (2015), Lok e Willmott (2014), e Müller (2013). Stavrakakis (2015), em um trabalho acerca da subjetividade e do Outro organizado, realiza a análise de alguns dos conceitos centrais e lógicas teóricas introduzidos por Lacan (como a falta, o desejo, o simbólico, o gozo e a fantasia), e explora o desejo por trás da construção identitária, a confiança desse desejo nos processos de sujeição a ordem sócio simbólica (estrutura), bem como os limites que marcam esses dois domínios.

expressão qualitativa do quantum de energia pulsional". Nesse sentido, nesta tese, o afeto é compreendido como um representante pulsional, que, ao lado da representação, intermedia o acesso da pulsão à esfera psíquica. Com a possibilidade de passar pela linguagem ou relegar esta última, o afeto se desdobra de suas formas mais brutas a seus estados mais matizados a depender do trabalho efetuado pelo ego [sobre o afeto].

Lok e Willmott (2014), examinam a dinâmica da formação de identidade nas organizações, com enfoque no desenvolvimento de antipatias e impasses, envolvendo um estudo publicado sobre identidade nas organizações. Ao revisitar este estudo através das lentes da teoria desenvolvida por Laclau e Mouffe – enquanto teoria social –, os autores evidenciam que esta teoria pode fornecer novos *insights* para estudos de identidade, resistência e impasse nas organizações.

Já Müller (2013), a partir da observação de como as organizações podem ser relacionadas à identificação dos sujeitos com o Estado, recorre a uma universidade de elite russa para ilustrar empiricamente sua premissa de que os discursos hegemônicos se sustentam no jogo da falta e do gozo. Conforme Müller (2013) o discurso de uma Rússia forte torna-se hegemônico, não apenas porque propõe um projeto abrangente que unifica diversos significantes e promete prazer, mas também porque não fornece uma sutura simbólica completa e os sujeitos não conseguem obter o prazer prometido. Essa falta constante constitui a base para repetidos atos de identificação que buscam superá-lo e proporciona um gozo que mantém os sujeitos ligados à busca ilusória do desfrute real –, portanto, à identificação com uma Rússia forte.

Frente a isto, saliento que apesar do enunciado por Freud (1921/2011), de que as identificações são as formas mais primitivas de ligações afetivas entre sujeitos e de que estas podem reivindicar ser apreciadas enquanto fenômenos sociais que se colocam em oposição a outros processos, denominados de narcísicos, não foram encontrados estudos que articulassem a psicanálise com a TDP e desenvolvessem análises focalizando o narcisismo, e, mais especificamente, o narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações.

No entanto, esta circunstância não me surpreendeu, pois, encontra-se em consonância com o que é discutido por Miguelez (2007/2015). Segundo o autor, comumente fala-se de identificação sem fazer menção ao narcisismo (MIGUELEZ, 2015/2007), mesmo que seja difícil pensar “que o eu adote características do objeto” “ou apenas um traço da pessoa-objeto” (FREUD, 1921/2011, p.63-64), “para outra coisa que não seja atrair sobre si os investimentos que antes estavam alocados nos objetos” (MIGUELEZ, 2015/2007, p. 131).

Ao não observar, nos diversos campos de conhecimento científico, pesquisas que articulassem a psicanálise com a TDP para o desenvolvimento de análises focalizando o narcisismo, e, mais especificamente, o narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica do processo de formação de identificações, busquei por outras, nos Estudos Organizacionais, que

recorressem, de alguma maneira, ao narcisismo das pequenas diferenças para a compreensão de fenômenos organizacionais. Após não obter êxito, voltei a busca para estudos, neste campo do saber, que utilizassem do conceito de narcisismo como categoria analítica.

Com isto, levantei algumas pesquisas. Nestas, predominantemente internacionais e teórico-empíricas, destacou-se que, nos Estudos Organizacionais, o conceito de narcisismo aponta caminhos interessantes para pesquisas tanto no nível individual, quanto social – aludindo-se tanto a grupos, quanto organizações e sociedades –, podendo ser utilizado para que se aprofunde: a compreensão de identidades e identificações (BROWN, 1997); reflexões envolvendo personalidades narcisistas em posições de liderança e/ou a eficácia, ou ineficácia da liderança, associadas às disposições narcísicas dos líderes (STEIN, 2013; LUBIT, 2002; SANKOWSKY, 1995; KETS DE VRIES; MÜLLER, 1990; SCHWARTZ, 1990); análises acerca do gerenciamento do prazer e os efeitos das neuroses narcisistas nas organizações (PAULA, 2003); discussões sobre manifestações psicossociais do narcisismo em profissionais (SOARES; GOULART, 2010); debates que relacionem a libido narcisista dos sujeitos às práticas de poder aplicadas pelas organizações na fase do capitalismo tardio (BARROS; ANDRADE; GUIMARÃES, 2009); investigações que correlacionem a ocorrência de assédio moral e sexual ao narcisismo (HIRIGOYEN, 1998/2001); e, reflexões que envolvem questões raciais e a organização social brasileira (RAMOS, 1950).

Tendo em vista a ausência de pesquisas nos Estudos Organizacionais que utilizem do narcisismo das pequenas diferenças para refletir acerca de fenômenos organizacionais/sociais, recorri a autores como Freud e Miguelez e Fuks, para pensar em potenciais contribuições desta temática para o referido campo de saber. Respalhada em Miguelez (2007/2015), entendo que o narcisismo das pequenas diferenças pode contribuir na compreensão de dinâmicas organizacionais/sociais como as do “bode expiatório”, da rejeição do diferente e da hostilidade entre grupos. A partir dele, é possível refletir acerca do outro, esse outro que é ao mesmo tempo, próximo e distante, estranho e familiar, e, cujas pequenas diferenças, ou os sentimentos decorrentes da percepção destas, impedem de ser um perfeito semelhante (FREUD, 1919/2010; FUKS, 2011).

No caso de grupos, o narcisismo das pequenas diferenças permite que se pense nos instantes em que sua suspensão – sempre temporária – permite a coesão da unidade e naqueles em que o retorno dos “espinhos” pode implicar em conflitos e, até mesmo, na dissolução desses mesmos grupos. Além disso, é possibilitada, por meio desse fenômeno de afirmação da singularidade por sobre o que é comum (MIGUELEZ, 2007/2015), a percepção de que quanto

mais “próximos” os grupos, mais acirrados poderão ser os antagonismos e rivalidades intergrupais. Nesse sentido, retomo o argumento de Mouffe (2007), para mencionar que tratar do sujeito enquanto um ator racional com identidades fixas, e, logo, descartar das análises dos fenômenos organizacionais os afetos das relações estabelecidas entre sujeitos, a hostilidade e a animosidade presente nos vínculos humanos, e os antagonismos sociais, não conduzirá ao desaparecimento destes. Ao invés disso, levará a impotência no reconhecer e tratar as suas distintas maneiras de manifestações (MOUFFE, 2007).

No que concerne ao campo da cultura, a partir do que outrora expus acerca do contexto de trabalho artístico e da promoção do individualismo na esfera artística, bem como da consequente dificuldade de articulação entre agentes culturais, compreendo ser relevante e necessário trazer à tona discussões que abordem questões pertinentes a identificação desses sujeitos em uma perspectiva que considere os afetos entre eles estabelecidos, os antagonismos, a hostilidade e animosidade presente nos vínculos intra e intergrupais. Justifico este meu pensamento aludindo a Hope e Richards (2015), pois, acredito que discutir a respeito de demandas provenientes desse campo, como àquela a que esta tese está voltada, pode ser o primeiro passo para que alguns de seus entraves sejam superados.

Ademais, considero que o intuito desta tese, diante do contexto de emergência cultural, pode contribuir para a compreensão da relevância das identificações, e do investimento libidinal em prol do que é comum, para as lutas coletivas e a consecução dos objetivos desta. Friso ainda, que a descrição do processo de articulação e das mobilizações ocorridas diante da pandemia da covid-19, assim como de suas condições discursivas de emergência, podem ser valiosos. Em especial, por conta da limitação que o setor cultural brasileiro possui na sistematização e democratização do acesso aos seus dados.

Frente ao conteúdo aqui discorrido, entendo que a articulação entre a psicanálise e a TPD, e a interlocução destas com os Estudos Organizacionais, conforme aqui proposto, além de profícua de um ponto de vista teórico, também o é no que tange ao campo empírico em que esta tese se encontra posicionada. Lembro, portanto, ao leitor/ a leitora desta tese que para lograr o objetivo aqui proposto, foi necessário suspender o juízo sobre todos os automatismos e suposições que a tradição nos Estudos Organizacionais tem como legado. Dessa forma o/a convidado, a se juntar ao meu esforço e tentar, ao máximo, olhar o fenômeno organizacional, alvo de esforços analíticos nesta tese, com outros olhos (NUNES, 2017).

Friso que para o desenvolvimento do presente estudo, primeiramente, discutirei acerca das escolhas metodológicas propostas para esta investigação. Apresentarei, em seguida,

algumas considerações acerca da maneira como a Psicanálise e a TDP têm sido utilizadas nos Estudos Organizacionais. Buscarei, ainda, apresentar discussões psicanalíticas que permeiam a temática das identificações e do narcisismo das pequenas diferenças. Posteriormente, refletirei acerca de algumas noções centrais a Teoria do Discurso Político que auxiliam na compreensão das identificações em Laclau e Mouffe e esboçarei articulações entre a Psicanálise e na Teoria do Discurso Político (TDP). Na sequência procurarei aludir acerca do estado de emergência cultural no Brasil e dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Discorrerei sobre tais processos no Estado de Santa Catarina, com enfoque no papel do CEC-SC nestes, e a respeito dos mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19. Posteriormente, versarei acerca do narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da covid-19. Por fim, esboçarei reflexões concernentes à problemática que esta investigação propõe.

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS



“Ou se tem chuva e não se tem sol, ou se tem sol e não se tem chuva! Ou se calça a luva e não se põe o anel, ou se põe o anel e não se calça a luva! Quem sobe nos ares não fica no chão, quem fica no chão não sobe nos ares. É uma grande pena que não se possa estar ao mesmo tempo nos dois lugares! (...). Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo... e vivo escolhendo o dia inteiro!” (MEIRELES, 1964/2012, p. 63).

Assim como a utilização/ escolha de determinadas lentes conceituais com as quais pensar o mundo – e a conseqüente renúncia de outras – acarreta conseqüências sobre a interpretação da realidade social, a constituição desta e de suas formas de significação, bem como implica uma possibilidade de posicionamento e de ação política, as escolhas metodológicas envolvem um conjunto de decisões políticas que delineiam a elaboração e o modo de operacionalização de uma pesquisa. Por intermédio dessas escolhas, define-se a lógica de atribuição de sentido a um determinado fenômeno social.

Nessa perspectiva, compreende-se que não existem fórmulas e receitas para a realização de uma pesquisa, mas um caminho orientado pelas escolhas e posicionamento ontológico e epistemológico da pesquisadora. Assim, assume-se que as escolhas metodológicas que envolvem este trabalho pautam-se na epistemologia pós-estruturalista. Isto implica, por sua vez, a compreensão de alguns pressupostos que serão explicitados no decorrer deste capítulo.

Primeiro, observa-se que há, nesta tese, uma rejeição da ideia de se avaliar diretamente uma verdade final, absoluta ou universal. Discorda-se de que exista uma possibilidade de se refletir e de se acessar ao real, e ainda, de se produzir conhecimento científico de modo neutro e racional, conforme objetivado pelas perspectivas positivistas (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1990, p. 430)¹⁷, ou de se empreender análises da realidade social que não sejam mediadas pelo sentido e desconectadas dos afetos e identificações de quem as realiza e nelas encontra-se envolvido.

Ampara-se esse entendimento em pressupostos que envolvem a compreensão de que não há neutralidade possível na ordem do discurso, visto que o discurso é um exercício de poder, uma tentativa, sempre instável, de fixar um significado, e, de que os pesquisadores e os demais agentes sociais, não são seres homogêneos, atores racionais que agem sempre de forma instrumental. Percebe-se, desse modo, que os sujeitos não interpretam diversos papéis em que

¹⁷ Segundo Padovani e Castagnola (1994, p. 429) o positivismo procura “limitar-se à experiência imediata, pura (...)” e, assim, “representa uma reação contra o apriorismo (...), o idealismo, exigindo maior respeito para a experiência e aos dados positivos”, não havendo, desse modo, espaço para especulações de ordem idealista e metafísicas.

são possibilitadas separações de “esferas da vida”, bem como das posições que estes ocupam. Pelo contrário, estes são compreendidos como um precipitado de práticas identificatórias, como seres que ocupam diversas posições subjetivas e que são constituídos na e pela linguagem. Isso acarreta a noção de que a separação entre pesquisador e objeto é tão impossível, quanto a construção de conhecimento científico em que os afetos e identificações sejam possíveis de serem excluídos.

Dessa maneira, ao invés da tentativa narcísica de empreendimento de uma teoria explicativa fechada ou de realização de generalizações, baseadas na pretensão de neutralidade e objetividade absoluta, buscar-se-á concentrar esta tese na interpretação de fenômenos particulares (HOWARTH, 2005). À vista disso, conforme explicitado na primeira seção deste estudo, o intento desta pesquisa foi: **refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações dos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), no contexto da pandemia da covid-19, à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político.**

Para tanto, partiu-se de uma abordagem metodológica qualitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009, p.31), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Esta, envolve ainda, “o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos (...) que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17), implicando a atribuição de maior “(...) ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23).

Nesse sentido, menciona-se que esta pesquisa se amparou na ideia de que todos os objetos e práticas têm significado e que os significados sociais são contextuais, relacionais e contingentes. Ou seja, amparou-se em pressupostos ontológicos que envolvem a compreensão de que as relações sociais têm como propriedades a contingência, a historicidade, o poder e a primazia da política, enquanto as identidades dos agentes sociais são constituídas dentro das estruturas de práticas articulatórias (HOWARTH, 2005). Isso significa que os fenômenos sociais devem ser investigados numa perspectiva contextualizada em que se considere os discursos em disputa na produção de inferências (HOWARTH, 2005).

Salienta-se que a escolha do fenômeno a ser investigado nesta tese, não se deu de forma linear. Conforme evidenciado na introdução deste trabalho, as primeiras ideias que marcaram

esta tese foram decorrentes de uma pesquisa de mestrado acerca do prazer-sofrimento no trabalho de artistas atuantes na Grande Florianópolis. Em tal pesquisa, a questão da articulação entre artistas se fez presente, ainda que não fosse foco do trabalho, gestando, assim, inquietações. Com a oportunidade de acompanhar a etapa estadual do processo eletivo para os representantes da sociedade civil do CEC-SC, em junho de 2019, as inquietações acerca da articulação entre artistas, deslocaram-se para os agentes culturais ali presentes.

Destaca-se que muitos agentes culturais exercem atividades como artistas, mas não somente. Há aqueles que também se ocupam de atividades de gestão ou de outras atividades culturais como produtores e empreendedores. Diante disso, no processo eletivo, foram evidenciadas diferenças e situações que despertaram interesse na aproximação com o CEC-SC para investigação da premissa desta tese. Tais diferenças e situações incluíam: o fato de haverem candidatos a membros de distintas áreas artísticas e culturais e, também, aqueles das mesmas áreas; a dinâmica de escolha de candidatos a serem votados em plenária como suplentes ou membros; reação da plenária ante às propostas expostas; e, a reação de alguns candidatos frente à eleição de outro como titular.

Isto, junto de sugestões decorrentes de conversas com professores conhecidos, colegas de doutoramento e contatos no setor cultural, culminou na opção pela análise da dinâmica de formações de identificações entre os membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) enquanto fenômeno de estudo. Sublinha-se que o primeiro contato da pesquisadora com um membro deste importante ator do campo cultural catarinense, se deu em outubro de 2019, em um evento acerca de filósofos inovadores. Após este evento, marcou-se uma entrevista com tal membro para a manhã do dia em que ocorreria a próxima reunião do CEC-SC e buscou-se contatar a presidente do CEC-SC à época para se conversar sobre a possibilidade de participar das reuniões. Desse modo, no dia 12 de novembro de 2019 iniciou-se uma imersão no campo de estudo.

Durante a imersão, que ocorreu entre o último semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2021, observou-se que a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC foi influenciada por dois momentos, em cuja análise desta tese debruçar-se-á: o primeiro deles foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil, do ano de 2019, que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC; o segundo período foi aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Isto posto, discorrer-se-á acerca dos procedimentos de coleta dados e da análise destes.

2.1 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Com vistas a lograr os objetivos desta tese, utilizou-se entrevistas em profundidade, bem como se recorreu à observação e levantamento de dados secundários. A seguir, serão explicitados os procedimentos para a configuração do método de coleta de dados da pesquisa, iniciando-se pela observação. De acordo com Angrosino e Perez (2000), a observação tem sido caracterizada como base para todos os métodos de investigação nas ciências sociais e comportamentais, tendo em vista que, de algum modo, os pesquisadores destas áreas costumam recorrer à observação para análise de linguagem corporal e outros gestos que podem contribuir com a pesquisa efetuada.

Tendo isto em mente, recorreu-se, nesta tese, a dois tipos de observação relatados na literatura científica: observação participante; e, observação não participante. Segundo Paterson, Bottorff e Hewat (2003), a observação participante tem sido utilizada para coletar dados que não são facilmente acessados por outros métodos. Como exemplo disto, se têm os processos psíquicos. Esta experiência possibilita aos pesquisadores adentrarem nos bastidores, naquilo que geralmente é escondido, estranho a outros métodos. Por outro lado, na observação não participante o pesquisador presencia os fatos, mas não participa deles, agindo mais como um espectador (LAKATOS; MARCONI, 2003). No quadro a seguir ilustra-se a relação dos eventos do período de campo, conforme tipo de observação.

Quadro 1 - Relação dos eventos de observação

Data	Duração		Descrição do Evento	Tipo de Observação
	Horas	Min.	Evento	
04/06/2019	4		Eleição	Não Participante
12/11/2019	6		Reunião CEC-SC - Presencial	Não Participante
12/11/2019	2		Câmara, Arquivos, Bibliotecas e Museus - Presencial	Não Participante
25/11/2019	6		Reunião CEC-SC - Presencial	Não Participante
10/12/2019	6		Reunião CEC-SC - Presencial	Não Participante
11/02/2020	6		Reunião CEC-SC - Presencial	Não Participante
10/03/2020	4		Reunião CEC-SC fora de sede - Lages - Presencial	Não Participante
10/03/2020	4		Encontro Regional de conselhos municipais de cultura - Lages - Presencial	Não Participante

Data	Duração		Descrição do Evento	Tipo de Observação
	Horas	Min.	Evento	
06/04/2020	1	18	Conversatório virtual latino-americano sobre Covid-19 e cultura com o tema "Emergência Cultural"	Não Participante
12/05/2020	6		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
14/05/2020	4	11	Conferência Nacional de Conselhos e Fóruns Estaduais e Municipais - Lei Emergência Cultural - Virtual	Não Participante
18/05/2020	4	11	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura	Não Participante
21/05/2020	2	42	Encontro Estadual SC - Apoio ao PL de Emergência Cultural 1075/2020 - Virtual	Não Participante
27/05/2020	6	25	Plantão Lei de Emergência Cultural - Votação na Câmara - Virtual	Não Participante
08/06/2020	2	49	Curso Lei Emergência Cultural: Ponto a Ponto - Virtual	Participante
09/06/2020	4		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
09/06/2020	2	26	Curso Lei Emergência Cultural: O Papel dos cadastros de cultura - Virtual	Participante
10/06/2020	2	38	Curso Lei Emergência Cultural: Programas e Editais Locais de Emergência Cultural - Virtual	Participante
11/06/2020	2	40	Curso Lei Emergência Cultural: Participação Social: Conselhos e Fóruns - Virtual	Participante
12/06/2020	2	42	Curso Lei Emergência Cultural: Lei de Emergência cultural e Sistema Nacional de Cultura - Virtual	Participante
14/06/2020	3	12	Encerramento: Cultura em Estado de Emergência - Virtual	Participante
23/06/2020	3		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
30/06/2020	3	35	Diálogos Nacionais Conecta- Conselhos de cultura em escuta ativa - Virtual	Não Participante
08/07/2020	2		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
13/07/2020	1	49	Apoio ao PL 187.5/2020 de Renda Emergencial - CEC/SC - Virtual	Não Participante
14/07/2020	2		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
23/07/2020	1	55	Abertura III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina - Virtual	Participante
24/07/2020	2	18	Formação Aldir Blanc - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
25/07/2020	2	13	Encontro Setorial Audiovisual e Produtores Culturais - III Fórum Estadual - Virtual	Participante

Data	Duração		Descrição do Evento	Tipo de Observação
	Horas	Min.	Evento	
25/07/2020	2	5	Encontro Cultura Popular, Diversidade, Patrimônio e Paisagem Cultural - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
26/07/2020	2	14	Setoriais Teatro, Dança, Música e Artes Visuais - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
26/07/2020	1	58	Setoriais Livro, Leitura, Literatura, Biblioteca e Espaços de Memória - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
27/07/2020	2	28	Mesorregião Oeste - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
28/07/2020	1	49	Mesorregião Norte - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
29/07/2020	2	12	Mesorregião Serrana - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
30/07/2020	2	47	Mesorregião Vale do Itajaí - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
31/07/2020	2	9	Mesorregião Sul - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
01/08/2020	3	11	Mesorregião Grande Florianópolis - III Fórum Estadual - Virtual	Participante
05/08/2020	3	4	Conferência Popular de Cultura - Virtual	Não Participante
11/08/2020	5	30	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
17/08/2020	1	56	Abertura Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - Virtual	Não Participante
18/08/2020	1	36	Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - Orgs. Da Sociedade Civil - Virtual	Não Participante
18/08/2020	1	53	Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - Grupos e Coletivos não Organizados - Virtual	Não Participante
18/08/2020	3	12	Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - MEI, Micro e Pequenas Empresas Culturais - Virtual	Não Participante
18/08/2020	4	30	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
19/08/2020	1	44	Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - Inciso II - Virtual	Não Participante
19/08/2020	1	47	Fórum de Cultura da Grande Florianópolis - Lei Aldir Blanc - Inciso II - Virtual	Não Participante
20/08/2020	2	50	Reunião virtual de alinhamento de estratégias para a operacionalização da Lei Aldir Blanc em SC - FCC	Não Participante
21/08/2020	1	23	Encontro com as entidades dos segmentos culturais sobre a operacionalização da Lei Aldir Blanc em SC - FCC - Virtual	Não Participante

Data	Duração		Descrição do Evento	Tipo de Observação
	Horas	Min.	Evento	
25/08/2020	4		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
08/09/2020	4		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
09/09/2020		28	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
15/09/2020	3		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
23/09/2020	1	30	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
06/10/2020	3		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
13/10/2020	3		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
16/10/2020	2	30	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
27/10/2020	2	50	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
10/11/2020	2	40	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
24/11/2020	3		Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
24/11/2020	1	9	Medalha Cruz e Sousa - Virtual	Não Participante
08/12/2020	3	40	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
09/12/2020	2	32	Ato Prorroga a Lei Aldir Blanc - Virtual	Não Participante
14/12/2020	2	28	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
22/12/2020			Como anda a Lei Aldir Blanc? - Virtual	Não Participante
29/12/2020	2	32	Reunião CEC-SC - Virtual	Não Participante
21/04/2021	2	26	Diálogos Nacionais: Lei Aldir Blanc Prorrogada! E agora? - Virtual	Não Participante
Total	191 horas e 7 minutos			

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos eventos formais, anteriormente evidenciados, destaco a existência e relevância de instantes de informalidade para uma maior imersão no campo, como: ajuda na adequação textual do questionário de impactos econômicos da pandemia da Covid-19; cafés; almoços; compartilhamento de Uber; viagem junto de conselheiros para reunião fora de sede; conversas presenciais; troca de mensagens de WhatsApp; e, recebimento de chamadas de vídeo para atualização de informações. Frisa-se que o registro das observações, formais e informais,

gerou 176 (cento e setenta e seis) páginas de notas de campo, registradas a partir do olhar da pesquisadora (FLICK, 2009).

As observações dos eventos, em especial daqueles que foram realizados virtualmente, possibilitaram ainda a transcrição completa de trechos de falas relevantes a esta pesquisa. No caso dos eventos abertos, incorporou-se tais trechos ao contexto discursivo de análise, com identificação do nome dos enunciantes¹⁸. Entre os cargos e/ou funções já desempenhadas pelos 16 (dezesesseis) sujeitos enunciadores das falas utilizadas na análise desta tese incluíam-se: secretária (o) municipal e estadual de cultura; diretor de presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados; diretor de departamento de cultura ao nível municipal; presidente (e ex-presidente) de Conselho Estadual e Municipal de Cultura; subsecretária de Estado de políticas culturais; produtor (a) cultural; jornalista, documentarista; presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; deputada (o) federal; ex-gestores do MinC; poeta; historiador; bibliotecária.

Para facilitar o vislumbre dos eventos abertos cujas falas foram utilizadas e do nome dos sujeitos enunciadores das mesmas, elaborou-se o quadro a seguir.

Quadro 2 - Descrição dos Sujeitos e dos Eventos abertos

Descrição dos Sujeitos e dos Eventos Abertos		
Nome	Resumo Descrição Profissional	Eventos
Ney Carrasco	Secretário de Cultura de Campinas -SP; Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura
Emílio Tapioca	Ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; Diretor do Departamento de Cultura no Município de Andaraí.	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura
Carol Ruas	Produtora Cultural; Subsecretária de Estado de Políticas Culturais do Espírito Santo.	Ato prorroga a Lei Aldir Blanc
Úrsula Vidal	Jornalista; Documentarista; Secretária de Cultura do Estado do Pará e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura	Apoio ao PL 187.5/2020 de Renda Emergencial - CEC/SC
Marcelo Seixas	Produtor Cultural; Presidente do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina - CEC-SC	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura + III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina
Jandira Feghali	Deputada Federal	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais

¹⁸ Menciona-se que alguns dos enunciadores destacados no quadro, também participaram de entrevistas.

Descrição dos Sujeitos e dos Eventos Abertos		
Nome	Resumo Descrição Profissional	Eventos
		de Cultura; Plantão Lei de Emergência Cultural - Votação na Câmara - Virtual; Diálogos Nacionais Conecta- Conselhos de cultura em escuta ativa - Virtual
José Guimarães	Deputado Federal	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura
Fernanda Melchiona	Deputada Federal	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura
Helder Salomão	Deputado Federal	Webconferência com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura
Efraim Filho	Deputado Federal	Plantão Lei de Emergência Cultural - Votação na Câmara - Virtual
Dríade Aguiar	Co-Funder Mídia NINJA; Coordenadora de Comunicação Digital do MinC e Coordenadora de Cultura Popular e Participação da SCDC 2015-2016.	Conferência Popular de Cultura
Fabiano Piúba	Poeta; historiador; Secretário da Cultura do Estado do Ceará	Conferência Popular de Cultura
Américo Córdula	Consultor e formador em políticas e gestão cultural; Gerente de Políticas para a Diversidade Cultural na Gestão de Gilberto Gil no MinC; Secretário de Identidade e Diversidade Cultural SID na gestão Juca Ferreira no MinC	Conferência Popular de Cultura
Patrícia Vilma Pinheiro da Silva	Bibliotecária; Conselheira Municipal de Políticas Cultural de Bombinhas	III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina
Marlowa Popermayer Marin	Artista Plástica; Ilustradora; Conselheira Estadual de Cultura de Santa Catarina	III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina
Katia Costa	Bibliotecária; Conselheira Estadual de Cultura de Santa Catarina	III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina
Dagma Castro	Produtora Cultural; Conselheira Estadual de Cultura; Ex-presidente do Conselho Municipal de Políticas Cultural de Bombinhas	III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina

Fonte: Elaborado pela autora

No que concerne aos dados provenientes das reuniões do CEC-SC, as quais a pesquisadora havia sido autorizada a participar para fins de pesquisa, ressalta-se que estes foram incorporados ao contexto discursivo de análise, sem identificação do nome dos sujeitos. Como alguns deles também haviam concedido entrevista optou-se por manter o mesmo padrão de codificação dos entrevistados. Com intuito de facilitar a compreensão deste, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 3 - Codificação dos Sujeitos e Eventos

Codificação dos Sujeitos e Eventos	
Código	Descrição
E8	Entrevista + Reunião CEC-SC
E10	Reunião CEC-SC
E11	Entrevista + Reunião CEC-SC
E15	Reunião CEC-SC
E13	Entrevista + Reunião CEC-SC
E14	Reunião CEC-SC

Fonte: Elaborado pela autora

Em conjunto com as observações, conforme discorrido, realizou-se entrevistas presenciais e virtuais. Como aponta Howarth (2005), as entrevistas são um importante meio para a produção de dados primários, quando se compreende a relevância da subjetividade para a explicação da realidade social, bem como quando se busca prover descrições aprofundadas de eventos e processos que envolvem determinado fenômeno. Tendo isto em mente, foram realizadas 12 (doze) entrevistas com 11 (onze) sujeitos, a quem considero, nesta tese, como agentes culturais. Amparada em Rubim (2017), bem como Kauark, Costa e Vilutis (2017), considero que agentes culturais são aqueles sujeitos que além da fruição ou de algum desempenho, amador ou profissional, no campo da cultura, desenvolvem uma participação ativa no ambiente cultural.

A primeira das entrevistas, por ser antecedente ao início das medidas restritivas, foi realizada presencialmente. As demais, foram realizadas, de modo virtual, conforme disponibilidade dos entrevistados e fazendo uso das plataformas que os mesmos demonstravam preferência. A seleção dos sujeitos, no caso dos conselheiros estaduais de cultura, ocorreu conforme a acessibilidade da pesquisadora aos mesmos, até se obter a saturação dos dados. Os demais entrevistados foram selecionados a partir da indicação de agentes culturais e/ou do contato da pesquisadora por conta de suas atuações em discussões concernentes à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc ao nível nacional e estadual. A duração média das entrevistas foi de 60 (sessenta) minutos, conforme evidenciado no quadro a seguir.

Quadro 4 - Relação das entrevistas realizadas

Data	Duração		Modo	Descrição	Cód.
	Horas	Minutos			
12/11/2019	0	52	Presencial	Entrevista Membro CEC-SC	E9
12/05/2020	1	16	Virtual - Facebook	Entrevista Membro CEC-SC	E11
15/05/2020	0	45	Virtual - Facebook	Entrevista Membro CEC-SC	E13
14/07/2020	0	44	Virtual - Hangout	Entrevista Membro CEC-SC - Parte 1	E8
15/07/2020	0	50	Virtual - Hangout	Entrevista Membro CEC-SC - Parte 1	E8
11/08/2020	0	45	Virtual - Google Meet	Entrevista Membro CEC-SC	E7
23/12/2020	0	51	Virtual - Google Meet	Entrevista Gestor Cultural	E12
11/01/2021	0	45	Virtual - Google Meet	Entrevista Membro da Articulação Nacional de Emergência Cultural	E1
15/01/2021	1	26	Virtual - Whereby	Entrevista Membro CEC-SC	E4
21/01/2021	0	58	Virtual - Google Meet	Entrevista Assessoria Parlamentar Federal	E2
01/03/2021	1	6	Virtual - Google Meet	Entrevista Membro CEC-SC	E5
25/03/2021	0	22	Virtual - Google Meet	Entrevista Assessoria Parlamentar Estadual	E6
02/05/2021	1	42	Virtual - Google Meet	Entrevista Membro CEC-SC-SC	E3
Total	12 horas e 22 minutos				

Fonte: Elaborado pela autora

Sublinha-se que não se optou pela adoção de um roteiro de entrevista, pois, ao considerar a escuta e a fala do sujeito como prioridade, levou-se em conta a lógica subjetiva de discurso e buscou-se favorecer a livre expressão dos sujeitos entrevistados. Para isto, antes de cada entrevista a pesquisadora levantou dados acerca dos entrevistados, de suas trajetórias no campo da cultura, e desenvolveu tópicos relacionados à temática desta tese. Todavia, as entrevistas não permaneciam restritas a tais tópicos. Ainda que estes tenham sido delineados, no momento das entrevistas, não se estabeleceu uma ordem das discussões a serem abordadas, priorizou-se a escuta como uma premissa básica, com intuito de possibilitar a elaboração de perguntas, bem como a formação de vínculos e a revelação de conteúdos latentes e manifestos por meio da fala-escuta-fala. Ademais, durante as entrevistas buscou-se investigar a premissa e hipótese desta pesquisa, assim como as percepções da pesquisadora e análises em andamento.

Aponta-se que antes de iniciar as entrevistas e gravação em áudio das mesmas, assegurou-se o uso de codificação com vistas a manter em sigilo seus nomes, bem como se leu o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A). Após isso, solicitou-se autorização

para gravação em áudio das entrevistas. As transcrições destas, totalizaram 93 (noventa e três) páginas. Todas transcritas pela pesquisadora, sem uso de softwares de transcrição.

No que concerne aos entrevistados, estes, por sua vez, foram selecionados no decorrer da pesquisa, levando-se em conta o desejo de participarem do estudo, a acessibilidade da pesquisadora e a possibilidade de contribuição para compreensão dos objetivos da pesquisa. Desse modo, não se definiu um número amostralmente para a determinação de quantos sujeitos seriam entrevistados. O número de entrevistas variou de acordo com o acesso e a percepção da pesquisadora de que as informações necessárias para a consecução dos objetivos foram alcançadas.

Importa, pois, ressaltar que em relação à amostragem, a pesquisa qualitativa não se baseia em critérios numéricos para garantir sua representatividade (MINAYO, 2001). Fraser e Gondim (2004, p.147) elucidam que “o critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto”. Com isso, possibilita-se o aprofundamento da compreensão de determinado fenômeno (DEMO, 2001) em termos dos significados conferidos a eles pelos sujeitos.

Pondera-se ainda, em conformidade com Howarth (2005), a pertinência da submissão do conteúdo das entrevistas realizadas com cada sujeito à técnica de triangulação, comparando-os aos materiais obtidos com as demais entrevistas, assim como às observações e dados secundários. Neste esforço, inexatidões e ocultamentos nos dados levantados, estes não foram descartados. Pelo contrário, constituíram um esforço analítico, uma vez que estes foram considerados como importantes indicadores da compreensão e interpretação que os sujeitos possuem do fenômeno investigado. Nos termos de Howarth (2005, p. 73-74): “Representações hiperbólicas, omissões, repetições, erros e frases incomuns são, portanto, valiosos pontos de condensação em uma entrevista e exigem mais atenção e análise”.

Acerca dos dados secundários, estes foram provenientes de pesquisa documental que abrangeu: atas de reuniões; e, instrumentos legais voltados a políticas públicas de cultura, e, mais especificamente, ao Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina. Também foram levantados dados a partir de: *sites* de notícias; redes sociais; e, grupos de WhatsApp. Ressalta-se que a seleção desses documentos considerou sua autenticidade, credibilidade, representatividade e significação (FLICK, 2009). Para isto, acompanhou-se os canais oficiais do CEC-SC e FCC, bem como páginas no Facebook e Instagram, além de canais no YouTube, de outras entidades do setor cultural, como FECAM, Conselho Municipal de Política Cultural

de Florianópolis e Emergência Cultural. Monitorou-se, também, via ferramenta de alerta do Google, notícias sobre: conselhos de cultura; CEC-SC; FCC; Cultura em Santa Catarina; Secretaria Especial de Cultura; Ministério do Turismo; e, Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Tal monitoramento gerou a seleção de 92 (noventa e duas) matérias jornalísticas relacionadas aos objetivos desta tese.

Salienta-se que os diversos procedimentos para coletas de dados empregados nesta tese, e aqui descritos, foram utilizados na tentativa de atender aos objetivos propostos. Em relação à dimensão afetiva, alvo de esforços analíticos, aponta-se que, ainda que esta possa passar pela linguagem, ela é caracterizada por uma via que liga o inconsciente ao consciente (GREEN, 1973). Nesse sentido, a opção por esses procedimentos de coleta de dados, se deu na intenção de: formar vínculos afetivos, sobretudo, com os membros do CEC-SC; de se desvelar conteúdos latentes; e, de se ter uma melhor percepção da dimensão afetiva dos sujeitos em questão.

2.2 ESFORÇOS ANALÍTICOS

Considera-se que o modo pelo qual os problemas de pesquisa são analisados e construídos é limitado pelas finalidades gerais do arcabouço teórico utilizado e pelos ideais epistemológicos que eles abrigam (HOWARTH, 2005). Portanto, nesta tese não foi diferente. Como outrora salientado, o intuito de pesquisa proposto foi o de **refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações dos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), no contexto da pandemia da covid-19, à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político.**

Tal objetivo, implica em alguns pressupostos, em especial, no que concerne às identificações e ao conceito de narcisismo. Acerca deste, mesmo que costumeiramente seja possível observar o uso do termo para se referir a “personalidades narcísicas”, algo pejorativo, neste trabalho, ele é tido como constituinte da subjetividade e algo que acompanha o sujeito no percurso de sua vida. Não é vislumbrado como uma fase destinada ao abandono. Ele se desloca, se associa, se compõe, contudo, sempre está presente. Assume-se ainda, que o conceito de narcisismo é intimamente relacionado ao conceito de identificação.

A identificação é concebida como o mais primordial laço afetivo ou libidinal entre pessoas, bem como um importante elemento para a constituição de subjetividades e para a dinâmica de socialização, e, que cada sujeito, durante sua vida, tem múltiplos laços por identificação (FREUD, 1921/2011). Como laço social ou libidinal, a identificação opõe-se a

processos narcísicos, a medida em que o laço estabelecido com o outro é uma forma de limitar o amor a si, e no caso de grupos, atuar na união destes (FREUD, 1921/2011, 1930/2011, 1932/2010). Nessa perspectiva, os teóricos políticos, precursores da TDP, Laclau e Mouffe evidenciam que os processos identificatórios constituem o campo político, assim como os processos de luta social. Sociedade, sujeito e política, são, portanto, consideradas por Laclau e Mouffe como noções imbricadas. Tais autores, inclusive, utilizam em seu empreendimento intelectual, de epistemologia pós-estruturalista, noções advindas da psicanálise.

Desse modo, os esforços analíticos, aqui desenvolvidos, rejeitam a ideia de se chegar a uma verdade final, bem como da possibilidade de acesso ao real ou da realização de análises em que a pesquisadora assumira uma posição neutra e desprovida de afetos. Acrescenta-se a isto, a pressuposição de que a análise da dinâmica de identificação entre os membros do CEC-SC, ocorrida no contexto da pandemia da covid-19, sua condição discursiva de emergência, e de que fatos históricos são importantes para esta compreensão. Para tal feito, descreveu-se, no capítulo 4 (quatro), o estado de Emergência Cultural no Brasil – primeiro objetivo específico –, discorreu-se acerca da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – segundo objetivo específico – e se versou sobre mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo, aquelas em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos desta, no setor cultural – terceiro objetivo específico.

Assim procedendo, foi possível, a partir do referencial teórico adotado, analisar a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da Covid-19 – quarto objetivo específico –, e de refletir acerca da relação entre o narcisismo das pequenas diferenças nessa dinâmica – quinto objetivo específico. Para este intento, primeiramente, realizou-se uma articulação teórica entre os conceitos de narcisismo das pequenas diferenças e identificação na psicanálise e TDP. Isto exigiu que se lançasse mão de conceitos auxiliares da TDP, conforme apresentado no tópico 3.4. Posteriormente, no capítulo 5 (cinco), utilizou-se, sobremaneira, como categorias analíticas os conceitos de narcisismo das pequenas diferenças, identificação, significativo vazio, ponto nodal e antagonismo. Isto se deu no intuito de se atender aos objetivos quarto e quinto.

Salienta-se que para os esforços analíticos apresentados, os dados obtidos das entrevistas foram transcritos. Aqueles provenientes de observação foram anotados em diário de campo. Posteriormente, estes dados e os secundários foram lidos, catalogados e separados, tendo-se por base as categorias analíticas anteriormente mencionadas. Isso possibilitou um delineamento de um contexto discursivo cujo conteúdo foi analisado com base no método de

análise de conteúdo categorial desenvolvido por Bardin (2016). Segundo Bardin (2016), análise de conteúdo categorial possui como objetivo o fato de dividir o conteúdo das falas dos entrevistados em categorias e/ou temas, de maneira que ao fim de uma categorização minuciosa, os conteúdos das falas possam proporcionar reflexões teóricas sobre aquilo que fora observado.

Ainda no que tange ao agrupamento do contexto discursivo, é válido elucidar que buscou-se analisar os dados em sua totalidade, sem se priorizar, de modo exclusivo, àqueles com maior frequência, seguindo-se uma abordagem qualitativa, considerando-se que assim como os instrumentos utilizados, as percepções subjetivas da pesquisadora compõem a análise dos dados. A discussão destes, com pesquisadores não envolvidos diretamente no campo, foram consideradas imprescindíveis na tentativa de reduzir os vieses da interpretação e análise efetuada. Neste estudo, as discussões com a orientadora representaram tal espaço.

Após versar sobre as escolhas metodológicas que envolveram este estudo, apresentar-se-á, a seguir, o percurso teórico trilhado.

3 “QUE TUDO QUE SEJA DITO SER HABITUAL CAUSE INQUIETAÇÃO”: NOTAS SOBRE O PERCURSO TEÓRICO



“Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – Isso é natural. (...) Não diga nunca: Isso é natural. A fim de que nada passe por ser imutável” (BERTOLT BRECHT, 1990, p.160).

O excerto acima destacado compõe a peça “a exceção e a regra”, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht. Além de convocar à reflexão bem como ao questionamento, à não aceitação daquilo que parece ou é tomado por natural, na referida obra, Brecht (1990, p.160) menciona: “Sob o familiar, descubram o insólito. Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável. Que tudo que seja dito ser habitual cause inquietação”. Nessa perspectiva, considera-se que o convite realizado por Brecht se faz necessário, também ao campo dos Estudos Organizacionais, espaço discursivo notavelmente posicionado (BOHM, 2006), cujas noções difundidas pelo *mainstream* das teorias organizacionais são, ainda por muitos, vistas como naturais e imutáveis, e, o questionamento e a inquietação com o que é dado por habitual são raros.

Seja nos estudos de pensadores como Saint-Simon, que influenciaram a teorização organizacional com um conjunto de trabalhos elaborados a partir da segunda metade do século XIX (REED, 1999/ 2010), ou em abordagens teóricas desenvolvidas entres os séculos XX e XXI, predominaram nos Estudos Organizacionais, influências positivistas e funcionalistas – observados os momentos históricos a elas relacionados –, na maneira de se olhar o fenômeno organizacional. Acrescido a isto, observa-se uma articulação significativa do *mainstream* das teorias organizacionais com o discurso hegemônico do capital e com a narrativa unidimensional do mercado (RAMOS, 1981), que posiciona discursivamente as teorias organizacionais hegemônicas na lógica do *management* (GAULEJAC, 2014; PARKER, 2002).

Nessa articulação, se tem por organização um sistema social de função administrativo-econômica, com estrutura e objetivos definidos e que atua de modo racional-legal e coerente (COOPER; BURRELL, 1988). Tal concepção, associa-se àquilo que se compreende por empresa e a toma como modelo (RODRIGUES; SILVA, 2019). Modelo de organização, este, em que se tende a olhar para o sujeito como um objeto a ser ajustado/moldado aos objetivos da organização e como possuidor de uma identidade fixa e de uma razão, sobretudo referente a meios e fins, que o faz um grande tomador de decisões (PAES, DELLAGNELO, 2015).

Destaca-se ainda, que essa noção, presume que o social seja pré-determinado, formado e dado, bem como trata os processos de organizar de forma mais ou menos racional legal e

harmônica, consensual, e, as organizações como entidades fixas, homogêneas/harmônicas e estáveis (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; BOHM, 2006; PAULA, 2002), negando-se o político enquanto inerente a todo fenômeno social e organizacional (JUSTEN, 2017). Esse posicionamento discursivo das teorias predominantes nos Estudos Organizacionais, constitui-se, portanto, como uma metanarrativa que ignora qualquer outra possibilidade de organização e de organizar, e que tem a possibilidade de distorcer a realidade social conforme seus interesses (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; BOHM, 2006).

Afirma-se isso, pois, acredita-se que a utilização/ escolha de determinadas lentes conceituais com as quais pensar o mundo – e a consequente renúncia de outras – acarreta consequências sobre a interpretação da realidade social, a constituição desta e de suas formas de significação. Essa perspectiva possibilita que se compreenda a construção teórica como um instrumento de ação política, uma possibilidade de posicionamento, nos termos de Böhm (2006) –, e ainda, como uma dimensão de produção de sentido que pode conceber ou distorcer a realidade social conforme seus interesses. Ou seja, uma conceituação, assim, ao invés de refletir o real, ou de descrever as coisas como elas são, envolve um processo de significação que, por sua vez, possui um caráter constitutivo da realidade (BURITY, 2014).

Todavia, menciona-se que mesmo sendo o acesso à realidade, mediado pelo sentido e este co-constitutivo da realidade social, nenhuma tentativa pode esgotar a significação desta. Consequentemente, os fenômenos sociais são considerados simbólicos, ou sobredeterminados, pois, não possuem uma literalidade última que os reduza a momentos necessários de uma lei permanente. Dito de outro modo, compreende-se que os fenômenos sociais não possuem uma única forma de abordar, de explicar, de descrever; não estão sujeitos a uma simples relação de causalidade; não abrangem implicações unívocas; não são constituídos por um único investimento de sentido; não são esgotados na pura facticidade dos acontecimentos encadeados que lhes permitem narrar um determinado desdobramento no tempo e espaço (BURITY, 2014).

Com isso, qualquer intento de representação da realidade social, assim como o esforço de elaboração analítica dessa representação, não pode ser percebido como sua descrição tal qual é e nem como um exercício para refletir o real. Antes disso, trata-se de uma possibilidade de se acessar a realidade, de se observar determinado fenômeno, e, de se posicionar, de se agir politicamente. Partindo desse entendimento, buscar-se-á construir o *corpus* teórico-conceitual que sustentará esta tese. Neste, buscar-se-á, reunir ferramentas analíticas e conceituais, assim como elaborar articulações entre a Psicanálise e a Teoria do Discurso Político (TDP), dois referenciais teóricos fundamentais para este trabalho. Com o intuito de atingir uma melhor

compreensão do fenômeno de estudo, realizar-se-á ainda, uma aproximação entre Psicanálise, Teoria do Discurso Político e Estudos Organizacionais.

Para isso, contudo, acredita-se ser relevante, primeiramente, tecer algumas considerações acerca da maneira como a Psicanálise e a TDP têm sido utilizadas no campo de saber o qual esta tese está posicionada, e, sobre as potenciais contribuições dessas ao campo dos Estudos Organizacionais. Buscar-se-á, ainda, apresentar discussões psicanalíticas que permeiam a temática das identificações e do narcisismo das pequenas diferenças. Posteriormente, refletir-se-á acerca de algumas noções centrais a Teoria do Discurso Político que auxiliam na compreensão das identificações em Laclau e Mouffe. Por fim, elaborar-se-á articulações entre a Psicanálise e na Teoria do Discurso Político (TDP)

3.1 O PODER DAS IDEIAS: POTENCIAIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

“My work has been driven by a desire to understand what is happening in the world, so as to be able to intervene in it. I truly believe in the power of ideas [...]” (MOUFFE, 2013, p. 230).

Apesar de historicamente, predominarem nos Estudos Organizacionais, influências positivistas e funcionalistas na maneira de se olhar o fenômeno organizacional, bem como de se recorrer, sobremaneira, ao behaviorismo e cognitivismo nos diálogos efetuados com o campo da psicologia, há, no campo de saber o qual esta tese está posicionada, pesquisas que empreendem aproximações com a psicanálise e a Teoria do Discurso Político. Nestas aproximações, percebe-se uma série de contribuições voltadas às reflexões acerca dos fenômenos organizacionais e a possibilidade de intervenção nestes. Com intuito de explicitar esta afirmação, apresentar-se-á, a seguir, considerações acerca da maneira como a psicanálise e a TDP têm sido utilizadas nos Estudos Organizacionais e sobre as potenciais contribuições dessas ao referido campo, iniciando-se pela psicanálise.

No que concerne à Psicanálise, salienta-se que desde seu desenvolvimento, essa, pouco a pouco, se anexou a novos campos de saber (ENRIQUEZ, 2005). Em “O Interesse da Psicanálise”, Freud (1913/2012), além de assinalar a originalidade da psicanálise, menciona que esta abordagem poderia oferecer relevantes contribuições para as ciências sociais, tendo em vista o importante papel desempenhado pelo inconsciente nas condutas humanas. A atenção às questões sociais dada por Freud não ficou restrita à obra mencionada, mas irrigou todo o seu pensamento, fazendo-se também presente em outros trabalhos, como “Totem e tabu

(1912[1912-13]/2012)”, “Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921/2011)”, “O Futuro de uma Ilusão (1927/2014)”, “O Mal-estar na Civilização (1930/2011)”, “Por que a Guerra? (1932/2010)” e “Moisés e o Monoteísmo (1939[1934-38] /2018)”.

Dada a ênfase atribuída por Freud às contribuições da psicanálise para as ciências sociais, há no âmbito dos Estudos Organizacionais uma longa trajetória de aproximação com a psicanálise¹⁹. Todavia, apesar de possuir essa trajetória e de contar com um aumento no número de pesquisas que efetuam um diálogo entre a psicanálise e os fenômenos organizacionais, ainda há, nos Estudos Organizacionais, o predomínio de abordagens behavioristas e cognitivistas. Acredita-se que uma das razões para tal feito, seja a hegemonia das teorias funcionalistas moldadas pelo *management*, para realização das análises organizacionais.

Chanlat (1996), objetivando ilustrar o desenvolvimento obtido pela psicanálise no contexto organizacional, aponta para quatro linhas de pesquisas. A primeira delas desenvolveu-se na Europa e possui como expoentes: a psicanalista austríaca Melaine Klein (1965); Wilfred Ruprecht Bion (1975), que desenvolveu pesquisas sobre a formação e fenômenos de grupos; e Elliott Jaques (1951), fundador da socioanálise dos grupos e das organizações.

A segunda linha, apresentada por Chanlat (1996), inclui vários pesquisadores de Harvard, cujos estudos utilizavam da psicanálise para tratar de fenômenos associados à liderança, como nos casos de Abraham Zaleznik e Manfred F. R. Kets de Vries (1985) e, à executivos e ao desenvolvimento destes, como nas pesquisas de Harry Levinson (1962). A terceira linha, originária da França e de países latinos, inclui expoentes, como Max Pagès (1968), Max Pagès *et al.* (1987/1993), Eugène Enriquez (1983) e Vincent de Gaulejac (2014). Estes autores apoiam seus estudos na psicologia social, no pensamento freudiano e na sociologia radical, para intentar lidar com os conflitos e os motivos não verbalizados, tanto individual quanto coletivamente. Já a quarta, e última linha, é inspirada nos trabalhos do precursor da psicodinâmica do trabalho, Christophe Dejours (1980/1992, 1998/1999), e baseia-se na tentativa de esclarecer o que a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos trabalhadores.

A esses estudos, decorrentes da articulação entre psicanálise e Estudos Organizacionais, acrescentam-se discussões empreendidas por Jean-François Chanlat (1992/1999) acerca da sociologia e análise antropológica das organizações. Pode-se mencionar ainda outros trabalhos, na intersecção entre estas áreas do saber, que têm abordado as seguintes temáticas:

¹⁹ Segundo Arnaud (2012), o campo que envolve psicanálise e organizações, está longe de ser unificado e estático, considerando-se as numerosas abordagens, assim como as mudanças conceituais e metodológicas que o envolvem.

Contribuições da psicanálise aos Estudos Organizacionais (PAULA, 2015; STAVRAKAKIS, 2015; ARNAUD; VANHEULE, 2013; GUIMARAES; MAESTRO FILHO, 2013; ARNAUD, 2012; FOTAKI; LONG; SCHWARTZ, 2012; BÖHM; BATTÀ, 2010; CEDERSTRÖM; HOEDEMAEKERS, 2010; GLYNOS, 2010; FREITAS, 2005; GODOI, 2005; PARKER, 2005; GABRIEL; CARR, 2002; GABRIEL, 1999); Grupos (STEIN; PINTO, 2011; ARMSTRONG, 2005; ANZIEU, 1985); Sujeito (PAES; DELLAGNELO, 2015; VANHEULE, 2011; GODOI, 2005); Inconsciente (GODOI; CARGNIN; UCHÔA, 2017; GODOI, 2005; ANZIEU, 1984); Falta (DRIVER, 2013, 2009); Imaginário: (LAPIERRE, 1995) Liderança (GODOI; CARGNIN; UCHÔA 2017; COSTAS; STEIN; 2013; TAHERI, 2012; GABRIEL, 2011; KETS DE VRIES, 2003; LAPIERRE, 1995; SANKOWSKY, 1995); Cultura organizacional (FREITAS; 1999); Vida psíquica nas organizações (PRESTES MOTTA; FREITAS, 2001); Identificação e Identidade (STAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILLMOTT, 2014; MÜLLER, 2013; DRIVER, 2009); e Narcisismo (STEIN, 2013; SOARES; GOULART, 2010; BARROS; ANDRADE; GUIMARÃES, 2009; PAULA, 2003; HIRIGOYEN, 1998/2001; BROWN, 1997; SANKOWSKY, 1995; KETS DE VRIES; MILLER, 1990; SCHWARTZ, 1990; RAMOS, 1950).

Vale frisar, que estes estudos, são predominantemente internacionais e com data de publicação, em sua maioria, referente aos dois últimos decênios. Estes abordam, também, outros temas, não necessariamente centrais – como significante, real, simbólico, prazer, desejo, pulsões e fantasmas –, e tendem a aproximar-se de uma discussão crítica à ideologia do *management*, confrontando questões, como: a centralidade na razão e objetividade; a negação das dimensões discursiva, emocional e simbólica nos Estudos Organizacionais; o mascaramento de conflitos; a crença na harmonia administrativa e na possibilidade de controle total dos corpos-psíquicos humanos.

A partir desses estudos, observa-se que o desenvolvimento de uma leitura psicanalítica, assim como a possibilidade de uma intervenção psicanalítica no interior das organizações precisa se fundamentar sobre uma base epistemológica e teórica consistente, sob o risco de tornar-se uma frágil/inadequada transposição de conceitos, métodos e instrumentos terapêuticos (STAVRAKAKIS, 2015; ENRIQUEZ, 2005; GODOI, 2005). Reconhece-se, ainda, que não é possível tomar emprestado para as análises organizacionais, momentaneamente, noções que surgiram originariamente da e na articulação com outros conceitos vinculados a um objeto determinado, num dado momento histórico.

Considera-se que lançar mão de uma noção psicanalítica, para as análises organizacionais, deve envolver, assim, carregar junto sua base epistemológica e a trama dos conceitos que formam o campo psicanalítico, onde um remete-se de modo multidirecional ao outro. Para tanto, é necessário que, além da construção e viabilização do espaço epistêmico, se realize uma investigação das formas e dos efeitos de inserção dos conceitos no ambiente organizacional, bem como a ampliação da possibilidade de articulação dos fenômenos organizacionais com outros conceitos psicanalíticos (GODOI, 2005).

Segundo Godoi (2005), a articulação entre psicanálise e Estudos Organizacionais visa permitir o confronto deste com suas próprias faltas, com a impossibilidade de a tudo tematizar unicamente a partir de si, destituindo-se do pedestal de completude. Para a autora, a teoria psicanalítica funcionaria como o Outro dos Estudos Organizacionais, revelando o outro cenário do palco organizacional e possibilitando que as organizações sejam pensadas, inclusive, a partir daquilo que é silenciado e oculto na vida organizacional. Ao trabalhar com a dimensão psíquica da linguagem, a psicanálise pode possibilitar a observação de outros elementos da realidade organizacional e uma reflexão crítica das organizações e dos fenômenos organizacionais.

A psicanálise é indicada por Gabriel (1999) como ocupante de um local particular nos Estudos Organizacionais, à medida que possibilita a conexão entre fenômenos mentais, dinâmicas organizacionais e contextos de ação, e visa integrar e analisar processos afetivos, interpessoais e inconscientes que não são levados em consideração em abordagens cognitivistas ou behavioristas.

Em um artigo que apresenta a teoria psicanalítica como um paradigma para os Estudos Organizacionais, Arnaud (2012) elenca uma série de contribuições da psicanálise a esse campo do conhecimento. Entre elas, pode-se citar: o suporte para uma compreensão mais profunda do fenômeno organizacional, levando em conta os efeitos do inconsciente; possibilidade de diferentes campos de intervenção, transpondo aspectos do tratamento analítico e integrando a transferência; e, o questionamento daquilo que é difundido pelo *management*, por meio da ética psicanalítica e do reconhecimento daqueles que compõe as organizações como sujeitos.

Além de possuir uma longa trajetória nos Estudos Organizacionais, a psicanálise exerce influência em outros campos de saber, incluindo-se àquele de emergência da Teoria do Discurso Político dos teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, cujo aparato teórico não é restrito à psicanálise, pois, também, incorpora noções provenientes de áreas do conhecimento como filosofia, ciências sociais, linguística e teoria política. Como elementos analíticos

centrais, têm-se as categorias de poder e discurso, dado que o entendimento do social, na TDP, se dá a partir de lógicas discursivas e o poder é percebido como central e constituidor das relações sociais.

Para fins desta tese, o termo Teoria do Discurso Político é utilizado em referência à Escola de Essex de Teoria do Discurso, cuja emergência foi marcada pela publicação de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, no ano de 1985, pelo teórico político argentino, Ernesto Laclau, e pela teórica política belga, Chantal Mouffe. A opção pelo termo Teoria do Discurso Político se deu em decorrência de sua utilização em trabalhos na área de Estudos Organizacionais que utilizam essa vertente de Teoria do Discurso e do entendimento compartilhado com Mendonça (2012, p. 2006) de que o projeto teórico apresentado por Laclau e Mouffe (1985/ 2015) pode ser assim denominado: “(...) Laclau e Mouffe (1985) apresentam seu projeto teórico pós-estruturalista conhecido como teoria do discurso político, teoria da hegemonia ou simplesmente teoria do discurso”.

Para além da expressão “análise do discurso”, a Teoria do Discurso Político é uma teoria da identificação de significantes cujo investimento múltiplo por parte de seus inúmeros atores sociais, ou contestação, permite que se construa articulações que alteram a ordem vigente e apontam para outras possibilidades de ordem hegemônica. Todavia, mesmo estas podem cair sobre o escrutínio da TPD, tendo em vista, de que esta abordagem não protege nenhuma prática de ser contestada (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015). Nesse sentido, o arcabouço teórico, desenvolvido por Laclau e Mouffe, não se volta apenas à preocupação com o entendimento daquilo que ocorre nos mundos particulares dos atores sociais, mas foca ainda a “criação, perturbação e transformação das estruturas que organizam vida social” (HOWARTH; STRAKAKIS, 2000, p. 6).

No campo dos Estudos Organizacionais, a TDP tem sido alvo de maior atenção de pesquisadores nos últimos anos (DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2013). Os estudos decorrentes do interesse pela TDP, na referida área de conhecimento, abrangeram discussões, como: Implicações da TDP na teoria organizacional (BÖHM, 2006); Organizações de resistência (BARCELLOS; DELLAGNELO; SALLES, 2017, 2014; BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2013); Lutas Hegemônicas (VAN BOMMEL; SPICER, 2011); Representação Política (JUSTEN, 2015); Práticas discursivas e comunicação como meio de poder (BROWN; COUPLAND, 2005; MUMBY, 2001); Uso da TDP para uma compreensão do discurso organizacional e análise narrativa (MUMBY, 1997; BOJE, 1995; CEDERSTRÖM; SPICER, 2013); Identificação e

identidade (STAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILLMOTT, 2014; MÜLLER, 2013); Mudança organizacional (SPICER; SEWELL, 2010); Aprendizagem organizacional e comunidades de prática (CONTU; WILLMOTT, 2003; CONTU; PALPACUER; BALAS, 2013); Empreendedorismo (JONES; SPICER, 2005); Resistência no trabalho (CONTU, 2008; CONTU; PALPACUER; BALAS, 2013; MUMBY, 2005); Controle (WILLMOTT, 2005; MUMBY, 2005).

Destaca-se também, um conjunto de debates que enfocam na relação entre TDP e a psicanálise (PAES; DELLAGNELO, 2015; STAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILLMOTT, 2014; MÜLLER, 2013; CEDERSTRÖM; SPICER, 2013; FONTENELLE, 2010; BÖHM; BATTA, 2010; CONTU; DRIVER; JONES, 2010; CONTU, 2008; JONES; SPICER, 2005). Relação que antes mesmo de ser debatida por esses autores, pode ser percebida nas obras de Laclau e Mouffe, que realizam aproximações entre a psicanálise e as Ciências Sociais

Conforme se observa, as discussões mencionadas adotam uma postura antifundacionista, rejeitando o essencialismo e determinismos, bem como a racionalidade e a moralidade enquanto fundamentos absolutos para ação dos sujeitos, que por sua vez, são concebidos como sujeitos políticos – do inconsciente. Isto significa, que o sujeito não é concebido como um ator que age sempre de forma racional e que possui identidades fixas. Pelo contrário, o sujeito é tido como um precipitado de práticas identificatórias cujas identidades são relacionais (STAVRAKAKIS, 2015; LOK; WILLMOTT, 2014; MÜLLER 2013; BURITY, 1998); um ator político; um ser de pulsões, de desejo, e do inconsciente, constituído na e pela linguagem (PAES; DELLAGNELO, 2015).

Apesar de a organização não ser diretamente abordada pelo TDP, nesses estudos é considerada, de modo implícito, como possuidora de grande relevância (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014). Tais pesquisas demonstraram, inclusive, que naquilo que se entende, hegemonicamente, por organizações, a TDP pode auxiliar no abandono da concepção de organização como entidade fixa, homogênea/harmônica, com fronteiras bem delimitadas e objetivos claros, bem como no questionamento de todo projeto hegemônico e na criação, perturbação e transformação dessas estruturas e de seus discursos hegemônicos (MUMBY, 2005; BOHM, 2006; CONTU; 2008; PALPACUER; BALAS; 2013 BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; JUSTEN, 2017). Aponta-se ainda, que a ênfase concedida, nos estudos apontados, no processo de construção de ideologias políticas, possibilita o reconhecimento, por pesquisadores organizacionais, de complexidades envolvidas na formação de relações hegemônicas (DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2013).

De modo a corroborar àquilo que foi mencionado nessas pesquisas, retoma-se o argumento de Howarth (2005), ao lembrar que a TDP possui o intuito de produzir novas interpretações sobre os objetos de estudo, seja ao desvelar fenômenos anteriormente não detectados pelas abordagens teóricas predominantes, ou ao problematizar descrições existentes e articular explicações alternativas.

No que concerne à utilização da psicanálise e da TDP, nos Estudos Organizacionais, acredita-se que estas podem fornecer importantes contribuições, pois, permitem que: se pense que não se pode conceber o individual sem o social (e vice-versa); se confronte o forjado imaginário de completude, harmonioso e sem falhas das organizações; se perceba que estas são o lugar de desejos contraditórios e do laço coletivo, e locais onde se inter cruzam as pulsões, a cena do imaginário, das identificações e do inconsciente; as organizações sejam observadas como um espaço de tentativa de controle dos comportamentos, das “liberdades” vigiadas; se atente às dimensões organizacionais esquecidas e escondidas convenientemente, bem como ao discurso hegemônico do *management*; se desvele a lógica de poder contida no *mainstream* das teorias organizacionais e no modelo moderno de organização; se crie, perturbe e transforme as estruturas organizacionais e seus discursos hegemônicos; e, se olhe para o sujeito enquanto um ator político, um ser social, de desejos e pulsões, constituído na e pela linguagem.

Alude-se ainda, que por intermédio da psicanálise e da TDP, os fenômenos organizacionais podem ser investigados com olhares diferentes daqueles difundidos pelas perspectivas funcionalistas, permitindo o questionamento daquilo que é tomado por certo, por habitual, por natural. Afinal, “não há pensamento digno do nome que não se abra a leituras que o descontextualizam e recontextualizam, retorcem, suplementam e questionam” (LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015, p. 13).

Isto posto, buscar-se-á, a seguir, apresentar discussões psicanalíticas que permeiam a temática das identificações e do narcisismo das pequenas diferenças.

3.2 “EM MIM EU VEJO O OUTRO”: FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS NA TEORIA PSICANALÍTICA



“Em mim eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
(...)
centenas

o outro que há em mim
é você
você
e você

assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
(...)”

(LEMINSKI, 1983/2016, p. 14)

No excerto do poema “contranarciso”, anteriormente destacado, Leminski (1983/2016) trata de identificações estabelecidas entre o sujeito e o outro. Com uma linguagem simples, o autor conduz a leitora/o leitor a compreensão do sujeito enquanto um precipitado de identificações estabelecidas com o outro. Não apenas em Leminski, as identificações são temas de obras artísticas. Assim, como comumente mobilizam elucubrações ou especulações cotidianas. Das mais variadas maneiras, sujeitos, individual ou coletivamente, evocam e refletem sobre pergunta descartiana, que remete tanto às noções de identificação quanto de identidade²⁰: “O que sou?”

Caldas e Wood Júnior (1997) mencionam que o uso popular dos conceitos de identidade tem suas raízes no pensamento clássico, sendo um assunto tão antigo quanto a própria lógica, álgebra e filosofia. Nesse sentido, os autores apontam que no âmbito da lógica, a identidade seria um de seus axiomas, uma vez em que seria concebida como a igualdade entre duas expressões representadas pelo mesmo número. Em álgebra diz-se existir identidade quando duas expressões podem ser representadas pelo mesmo número.

Na filosofia clássica, Parmênides de Eléia definiu o princípio da identidade ou não contradição – tudo o que é, é, e não pode não ser; O não ser não é, e não pode ser. Para Parmênides, o ser é único; a mudança, aparência ilusória e algo idêntico seria aquilo em que

²⁰ Utilizadas inúmeras vezes como sinônimos, nesta tese, as noções de identificação e identidade não são utilizadas deste modo, mas compreende-se que há entre ambas uma relação de reciprocidade entre elas. Tal relação será evidenciada no decorrer deste tópico.

uma coisa é igual a si mesma. Com Heráclito, por sua vez, a noção de identidade como algo instável, passou a ser reconhecida. Em seu pensamento, destaca-se a ideia de que não há identidade permanente e a oposição como estando no íntimo das coisas. É de Heráclito a afirmação de que alguém pode e não pode entrar no mesmo rio duas vezes, tendo em vista que assim como o rio é só aparentemente o mesmo – pois, suas águas são sempre outras –, os humanos também continuam a ser, mas não são mais o que eram (MAIA, 2008).

À filosofia escolástica atribui-se a origem latina do termo identidade. Segundo Maia (2008, p.32), filósofos escolásticos iniciaram o emprego do termo latino *identicus* e *identitas*, a partir do radical *idem*, para retratar “a qualidade daquilo que é o mesmo”. Com o desenvolvimento dos estudos referentes à identidade na perspectiva da filosofia, o tema alastrou-se para outras áreas do conhecimento, inicialmente, no campo das humanidades, até integrar-se à pluralidade dos campos do saber (PIMENTEL; CARRIERI, 2011).

Burity (1998), ao retomar duas questões distintas utilizadas em filosofia para se referir ao termo identidade – a que confere a algo ou alguém, sua natureza ou essência; e, a que permite que se afirme que duas pessoas ou coisas são iguais –, refere que na tradição ocidental, este termo tem sido correlato de oposição ou diferença, não obstante, esta seja pensada como algo externo e perturbador. Em suas palavras: “Ser algo é não ser outra coisa. Ou, na direção contrária, não saber o que se é implica em estar alienado de sua verdadeira natureza, destituído de sua identidade própria, deslocado” (BURITY, 1998, p.4).

Conforme Burity (1998), as formulações tipicamente modernas da problemática da identidade, pressupõem uma experiência que traduziria uma invariância – necessidade de reconhecimento de uma forma ou essência a despeito dos tempos, lugares, diversidade e aparências – e uma missão – a gênese comanda o destino a ser trilhado ou assumido, desvelando-se ao longo da trajetória do sujeito – que seriam perturbadas pelo outro. Ainda conforme o autor, nessa perspectiva, enfatiza-se a pré-existência do indivíduo – marcado pela noção de unidade e indivisibilidade, cuja razão seria central às suas ações e existência - ao laço social, de modo em que a vivência social criaria constantemente problemas para a auto asserção da identidade, ao gerar demandas de assujeitamento inconciliáveis com a natureza livre e autônoma do indivíduo.

Apesar de não ter formulado uma teoria do sujeito, nem de ter acrescentado a identidade aos conceitos psicanalíticos, Freud, em suas postulações, efetuou relevantes discussões que contestam parte das noções de identidade outrora mencionadas, entre elas pode-se citar a noção de inconsciente e a ideia de sujeito dividido. Conforme Barroso (2012), para

Freud, sujeito não é um conceito construído de modo explícito, mas algo que surge nas entrelinhas – apresentando-se como o nome do desejo. Ao conceber um aparelho psíquico que compreende o inconsciente e modifica sucessivamente seus registros, Freud apresentou uma noção do eu contrastante com a concepção do *cogito* cartesiano, racional e indivisível. A ideia de sujeito dividido em si, evidencia a impossibilidade de se pensar identidade como relacionada a uma forma ou essência, sinônimo de igualdade, algo centrado na razão, fixo e unificado.

Autores como Starnino (2016) e Burity (1998), se propuseram a pensar a questão da identidade de um sujeito e/ou grupo, a partir da psicanálise, e tendem a concordar quanto à relação de reciprocidade entre identidade e identificações. Para Burity (1998, p.3), “a identidade é um momento instável da prática da identificação”. Conforme Starnino (2016), ao se discorrer acerca da identidade – de um sujeito e/ou grupo –, a partir da teoria psicanalítica, deve-se considerar que esta está circunscrita às identificações, que nada tem de idêntico e tampouco está sintetizada no eu.

Mouffe (1999), por sua vez, refere que a identidade do sujeito é sempre contingente e precária, relacional, fixada temporariamente na interseção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Nessa perspectiva, é a impossibilidade de constituir uma identidade fixa que torna possível o processo de identificação cuja compreensão é importante para a análise social e política (STAVRAKAKIS, 2007).

Em Freud, a noção de identificação é tratada em vários textos cujos desdobramentos demarcam a relevância das relações de identificação na constituição do sujeito. Freud²¹ (1921/2011) defende que a identificação é a forma mais primitiva de uma ligação afetiva com outra pessoa, e como o modo pelo qual o eu constitui sua subjetividade segundo os ideais e valores compartilhados pela sociedade no contexto de seu nascimento e crescimento. Na referida obra, a identificação pode ser entendida, ainda, como um processo por meio do qual o sujeito assimila um ou mais traços, pensamentos, ideias de outro sujeito, integrando-os ao eu. Em “Por que a Guerra”, Freud (1932/2010, p.431) acrescenta: “Tudo o que estabelece

²¹ Sublinha-se que, diante da impossibilidade de leitura da obra de Freud no idioma original, optou-se, primordialmente, pelo uso das traduções para o português de Paulo César de Souza e Jayme Salomão. Também serão introduzidas algumas alterações em termos técnicos e usos de termos no idioma original para facilitar a compreensão da discussão. Vale retomar a nota editorial de Paulo César de Souza, para justificar a conveniência dessas alterações “No tocante aos termos técnicos, não existe a pretensão de impor as escolhas aqui feitas, como se fossem absolutas. Elas pareceram as menos insatisfatórias para o tradutor, e os leitores e profissionais que empregam termos diferentes, conforme suas diferentes abordagens e percepções de psicanálise, devem sentir-se à vontade para conservar suas oposições. Ao ler essas traduções, apenas precisarão fazer o pequeno esforço de substituir mentalmente “instinto” por “pulsão”, “instintual” por “pulsional”, “repressão” por “recalque” ou “Eu” por “ego”, exemplificando. No entanto, essas palavras são bem poucas, em número bem menor do que geralmente se acredita” (FREUD, 1921/2011, p. 12).

importantes coisas em comum entre as pessoas produz esses sentimentos comuns, essas identificações”.

Em psicologia das massas, Freud (1921/2011) aborda três formas de identificação. A primeira diz respeito àquela que surgiu primeiramente nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (FREUD, 1905/2016) e que é retomada em “Totem e Tabu” (FREUD, 1912[1912-13] /2012) e “Pulsões e seus Destinos” (FREUD, 1915a/2010), e que pode ser caracterizada como pré-edípica com incorporação do objeto. Nessa forma de identificação, no caso do garoto, este toma o pai como seu ideal e revela por ele um interesse especial. Quer crescer e ser como o pai, tomar o lugar deste em todas as situações. De modo simultâneo à identificação pelo pai, o menino começa a realizar um investimento objetal na mãe. Demonstra, assim, duas ligações diferenciadas e que coexistem sem perturbar uma a outra: com a mãe, um investimento objetal direto; e, com o pai, uma identificação que o toma por modelo.

Ao perceber que o pai é um obstáculo entre ele e a mãe, a identificação com a figura paterna adquire uma tonalidade hostil e torna-se idêntica ao desejo de substituir o pai, também junto a mãe. Circunstância em que se percebe que desde o início a identificação é ambivalente, pode tanto ser expressão de ternura como desejo de eliminação. A identificação comporta-se aqui, segundo Freud (1921/2011), como um derivado da primeira fase, a fase oral da libido, na qual o sujeito incorporou o objeto e o aniquilou enquanto objeto.

Outra forma de identificação, abordada por Freud (1921/2011), é aquela que ocorre numa formação neurótica de sintomas. Ao discorrer a respeito desta, o autor menciona três possibilidades: a primeira é concernente a apresentar o mesmo sintoma da pessoa amada. Caso em que o eu adota características do objeto; o segundo refere-se a momentos em que o Eu copia a pessoa não amada e outras vezes a amada. Situações em que a identificação é parcial e altamente limitada, tomando-se apenas um traço da pessoa-objeto; no terceiro, que é apontado por Freud (1921/2011) como muito significativo e frequente, há uma desconsideração total da relação objetal com a pessoa copiada. Aqui o mecanismo é aquele da identificação de querer ou poder se colocar na mesma situação – na produção de sintomas.

A partir das duas formas de identificação dantes explicitadas, Laplanche (1980/1993) aponta a possibilidade de se pensar em identificação primária e secundária. Segundo o autor, a identificação primária é primitiva e anterior a catexia de objeto – pré-edípica – e, influencia

todos os processos de identificação secundária. Por sua vez, a identificação secundária envolve o que Freud (1921/2011) denominou de identificação com o sintoma²².

A terceira forma de identificação que Freud (1921/2011) apresenta é aquela com o ideal do eu²³, que atua nas identificações coletivas. Essa forma de identificação pode se relacionar tanto à percepção de algo afetivo comum, partilhado com alguma pessoa que não é objeto de satisfação sexual, quanto àquilo que a psicologia chama de empatia ou de “colocar-se” no lugar do outro. No que tange a esse algo afetivo comum, quanto mais significativo ele for, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação.

Em resumo, as três formas de identificação mencionadas por Freud (1921/2011), correspondem: I-) a identificação pré-edípica, constituída como a mais primordial forma original de ligação afetiva a um objeto; II-) a identificação, que por via regressiva, se torna um substituto para uma ligação objetual libidinosa, por intermédio da introjeção do objeto no eu; e III-) a identificação que surge diante da nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa que não é objeto de satisfação sexual.

Conforme observado no percurso freudiano, aqui exposto, acerca de identificações, as relações afetivas entre sujeitos são mecanismos psíquicos importantes na constituição do eu (FREUD, 1921/2011). Cada sujeito é “um componente de muitos grupos, tem múltiplos laços por identificação, e construiu seu ideal do Eu segundo os mais diversos modelos” (FREUD, 1921/2011, p. 92). Circunstância que acarreta a compreensão de que a forclusão da psicologia individual daquela dita social não reflete a realidade psíquica. Acerca desse assunto Freud (1921/2011, p. 14) comenta:

É certo que a psicologia individual dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela

²² Lacan (1961 [1961-62] / 2003) rearticula a identificação com o sintoma, não mais como secundária, mas como primordial, originária, na conceituação de traço unário. O autor parte da noção freudiana, que é traduzida por “um traço” ou “traço único” e que envolve a identificação parcial a um traço do objeto, e desenvolve seu pensamento acerca do traço unário. Por intermédio deste termo, Lacan (1961 [1961-62] / 2003) introduz sua noção do um, fundamento da diferença que assinala a conceituação da identidade pela via simbólica. Nas palavras de Lacan (1961 [1961-62] / 2003, p. 176): “traço unário é o que lhes digo, a saber, a diferença, e a diferença não somente que suporta, mas que pressupõe a subsistência, ao lado dele, de $1 + 1 + 1...$ [um, mais um, e ainda um] o mais estando ali apenas para marcar a subsistência radical dessa diferença”.

²³ Os conceitos de eu ideal e ideal do eu serão retomados e melhor explicitados no decorrer deste trabalho. Contudo, convém destacar que tais noções não raras vezes misturam-se na obra freudiana, e que de maneira geral podem ser compreendidos, respectivamente como: Instância imaginária, constituída inicialmente pelo discurso e identificação com o desejo dos pais que produz uma imagem idealizada; e, Instância de formação essencialmente narcísica que se constrói a partir do estádio do espelho, decorre do registro imaginário e advém no momento de declínio do complexo de Édipo. Constituído, primordialmente, por exigências externas ao sujeito aos quais ele deverá satisfazer. É o guia externo do imaginário do sujeito: “é o outro enquanto falante, o outro enquanto tem uma relação simbólica comigo” (LACAN, 1953[1953-54] / 1998, p.166).

raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (FREUD, 1921/2011, p. 14).

Ademais, segundo Freud (1921/2011), as relações afetivas estabelecidas entre sujeitos podem reivindicar ser apreciadas enquanto fenômenos sociais que se colocam em oposição a outros processos, denominados de narcísicos. Salienta-se que apesar disto, comumente fala-se de identificação sem fazer menção ao narcisismo (MIGUELEZ, 2007/2015), mesmo que seja difícil pensar “que o eu adote características do objeto” “ou apenas um traço da pessoa-objeto” (FREUD, 1921/2011, p.63-64), “para outra coisa que não seja atrair sobre si os investimentos que antes estavam alocados nos objetos” (MIGUELEZ, 2007/2015, p. 131).

Além de lançar mão da noção de narcisismo para a compreensão de relações afetivas estabelecidas entre o eu e o outro, Freud (1921/2011) também a utiliza para pensar identificações coletivas, a cultura [*kultur*] e o social. Um exemplo é quando Freud (1921/2011) recorre a seguinte fábula:

Un grupo de puercosospines se apiñaba en un frío día de invierno para evitar congelarse calentándose mutuamente. Sin embargo, pronto comenzaron a sentir unos las púas de otros, lo cual les hizo volver a alejarse. Cuando la necesidad de calentarse les llevó a acercarse otra vez, se repitió aquel segundo mal; de modo que anduvieron de acá para allá entre ambos sufrimientos hasta que encontraron una distancia mediana en la que pudieran resistir mejor (SCHOPENHAUER, 1851/2009, p. 665).

Ao retomar a célebre alegoria de Schopenhauer (1851/2009), Freud (1921/2011) afirma que apesar das ligações libidinais caracterizarem a massa, o comportamento dos seres humanos uns com os outros é semelhante aos dos porcos espinhos que sentem frio, mas não aguentam uma aproximação muito íntima. Para Freud (1921/2011), nas antipatias e aversões contra pessoas que se acham próximas, pode-se reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si. Narcisismo este, que em “O Tabu da Virgindade” (1917/1996) é denominado de narcisismo das pequenas diferenças.

Frente à observação de que o narcisismo atua decisivamente em trabalhos de Freud destinados a pensar a cultura e o social, bem como a imbricação apresentada entre as noções de identificação e narcisismo, e, narcisismo das pequenas diferenças, buscar-se-á, a seguir, explicitar alguns dos usos e nuances do narcisismo na obra freudiana. Posteriormente, refletir-se-á acerca de momentos em que uma exterioridade – por exemplo, a ênfase nas pequenas diferenças – afeta o conceito de narcisismo permitindo uma determinada compreensão deste e uma outra possibilidade de se olhar às identificações, a cultura e o social.

3.2.1 “Na estreita cavidade do seu dente encerrava-se sua alma toda”: O Narcisismo na Teoria Freudiana



“Quando o viu [Narciso], na água cristalina de novo, não pôde suportar por mais tempo, mas, como costumam se derreter a loura cera ao leve calor do fogo ou o orvalho matinal ao morno sol, assim, esgotado pelo amor, ele definha, e um fogo secreto o consome pouco a pouco. Agora, sua cútis já não oferece a alvura misturada ao rubor; nem restam o vigor e o ânimo que seduziam os seus olhos; nada resta do corpo que outrora Eco havia amado. (...) Ele repousa os olhos cheios de admiração pelo dono. (...) Em lugar do corpo, acharam uma flor dourada, rodeada de folhas brancas” (OVÍDIO, 8 d.C./1983, p. 61).

O trecho anteriormente destacado refere-se ao desfecho da versão de Ovídio do mito grego de Narciso. Segundo Ovídio, Narciso era filho da ninfa Liríope, fruto de um ato de violência cometido pelo deus-rio Cefiso. No dia do nascimento de Narciso, o oráculo Tirésias foi consultado a respeito do quão longa a vida dele seria. Tirésias vaticinou que vida longa Narciso teria, desde que não se conhecesse (ou não contemplasse sua imagem) (OVÍDIO, 8 d.C./1983).

Com o passar dos anos, Narciso se tornou muito formoso, sendo alvo da atração e do amor de homens e mulheres, incluindo-se a ninfa Eco. Eco havia sido punida pela deusa Juno e não conseguia falar nada além da repetição das últimas palavras de seu interlocutor. Na ocasião do encontro desta com Narciso não foi diferente, após repetir as palavras finais de seu amado, Eco vai em sua direção para abraçá-lo e o mesmo a repele (OVÍDIO, 8 d.C./1983):

Por acaso, o adolescente [Narciso], separado do grupo fiel de seus companheiros, perguntara: “Aqui não há alguém?” “Há alguém”, respondera Eco. Ele se admira, e olha em torno. “Vem!”, grita muito alto; Eco repete o convite. Ele olha para trás, e, não vendo ninguém se aproximar, pergunta: “Por que foges de mim?” E ouve as mesmas palavras que dissera. Insiste, e, iludido pela voz que responde à sua, convida: “Vem para junto de mim, unamo-nos!” A nada Eco respondera com mais boa vontade: “Unamo-nos!” Ajunta o gesto à palavra e, saindo da floresta, avança para abraçar o desejado. Ele foge, e diz ao fugir: “Afasta-te de mim, nada de abraços! Prefiro morrer, não me entrego a ti” Eco repetiu somente: “Me entrego a ti!” (OVÍDIO, 8 d.C./1983, p. 59).

Após esta cena, sentindo-se desdenhada, Eco passa a viver na floresta em grutas isoladas, até transformar-se, devido ao seu sofrimento, em rocha. Depois da metamorfose de Eco, Narciso é castigado por Némesis – a deusa da vingança – e ao ver sua imagem refletida em um rio, apaixona-se por si mesmo. Posteriormente, Narciso fecha os olhos. Diz o mito, que mesmo após ser recebido no inferno, ele ainda olhava sua imagem na água do Estige. Depois da morte de Narciso, concretiza-se sua metamorfose. No lugar de seu corpo, surge uma flor dourada rodeada de folhas brancas (OVÍDIO, 8 d.C./1983).

Nos dias atuais, a utilização do termo narcisismo, em referência ao mito de Narciso, se faz presente nas mais diversas formas de conhecimento e de manifestação artística. Nesse sentido, tal palavra tende a não ser estranha mesmo àqueles que não possuem aproximação com a psicanálise e, de modo corriqueiro, denomina-se de narcisista alguém inconveniente, desagradável, que tende a falar muito de si e a vangloriar-se, sobremaneira, de seus feitos. Em psicanálise, narcisismo é um termo de uso relativamente comum em distintas abordagens (MIGUELEZ, 2007/2015). No entanto, embora na teoria psicanalítica o conceito seja compreendido como pilar da constituição subjetiva, conforme Miguelez (2007/2015), há uma forte tendência ao achatamento e à sua banalização, reduzindo-o a sinônimo de egoísmo.

Além de polissêmica, a noção de narcisismo é apontada por Miguelez (2007/2015) como uma das mais complexas da psicanálise, tendo em vista circunstâncias que envolvem o momento em que foi inserida na obra freudiana, os seus diferentes usos e nuances, interpretações, fenômenos abarcados e articulações a outros termos, como: identificação, pulsão; objeto de pulsão; libido; eu; autoerotismo; e, outro. Destarte, convém frisar que, não se pretende realizar, neste estudo, uma compilação dos usos que Freud fez da palavra narcisismo, pois, reconhece-se a impossibilidade de síntese, ou de uma teoria unificada do narcisismo em Freud, que não se apresente de forma reducionista e como um empreendimento narcísico. Todavia, considera-se ser possível e necessário explicitar alguns dos usos e nuances do narcisismo na obra freudiana.

Para tanto, primeiramente, buscar-se-á contextualizar as discussões que permeavam tal conceito à época de Freud. Tal opção é motivada por uma questão deixada em aberto por Freud (1921/2011) e por aquilo que Lacan (1954[1954-55] / 1995) concebe por precursor em seu Seminário II.

E continua em aberto, além disso, o quanto o pensador ou o poeta individual deve aos estímulos da massa em que vive, se ele é mais que o consumidor de um trabalho anímico no qual os outros colaboraram simultaneamente (FREUD, 1921/2011, p. 33).

Não se trata, o que seria totalmente impossível, de antecipar as categorias que virão mais tarde e ainda não foram criadas – os seres humanos estão sempre mergulhados na mesma rede cultural que seus contemporâneos e não podem ter outras noções a não ser as deles. Ser um precursor é ver aquilo que nossos contemporâneos estão constituindo no momento como pensamentos, como consciência, como ação, como técnicas, como formas políticas, vê-los como os veremos um século mais tarde. Isto, sim, pode existir (LACAN, 1954[1954-55] / 1995, p.47-48).

Diante do exposto, compreende-se que um saber, mesmo que seja capaz de no presente vislumbrar a marcha do futuro é também, inexoravelmente, constituído por aquilo que se discute/faz em seu tempo e por ele influenciado. Admite-se, ainda, que aqueles que exercem

trabalho intelectual, mesmo que não estejam na posição de precursor como o foi Freud, executam um trabalho anímico no qual outros colaboraram. Assim, espera-se que a retomada, perpetrada a seguir, de debates que permearam o termo narcisismo antes de sua introdução formal na teoria freudiana, possa auxiliar na elaboração de um percurso que facilite à leitora/ao leitor a compreensão da complexidade que envolve o conceito, bem como a elaboração de uma noção do que é narcisismo.

Guimarães e Endo (2014) em um trabalho acerca da origem da palavra narcisismo, referem que a primeira menção ao referido termo, no interior de uma problemática psicopatológica, foi realizada pelo psicólogo francês Alfred Binet, no ano de 1888, na obra “*Le fétichisme dans l’amour*”. Após um decênio, o médico britânico, Havelock Ellis (1898), utilizou em seu trabalho intitulado de “*Auto-erotism: a study of the spontaneous manifestation of the sexual impulse*” a expressão *Narcissus-like tendency*. Tal expressão destinava-se a descrição de uma forma extrema de comportamento auto erótico, ou seja, independência do objeto externo no processo de excitação e satisfação sexuais.

Em 1899, Paul Näcke, médico criminologista alemão, em seu trabalho “*Kritisches zum Kapitel der normalen und pathologischen Sexualität*”, utilizando as descrições de Ellis, cunhou o termo *narcisismo* e o caracterizou enquanto uma perversão, relacionada a um olhar cuja busca — em si e para si — é a satisfação sexual. Posteriormente, em uma revisão realizada no catálogo de perversões “*Psychopathia sexualis*” — publicado inicialmente em 1906, por Richard von Krafft-Ebing, com o subtítulo de estudo médico-legal para uso de médicos e juristas —, na primeira década do século XX, o médico alemão Krafft-Ebing, inseriu o narcisismo como um dos quadros clínicos.

Em Freud, associa-se como principais bases das formulações sobre o narcisismo as correspondências trocadas com Fliess — até o ano de 1902 — e Jung — estas iniciadas em 1906 e encerradas em 1914. Na troca de cartas com Jung, responsável pela gestação de uma nova metapsicologia que passaria a abarcar os fenômenos psicóticos, e nos trabalhos desenvolvidos em resposta aos questionamentos deste, Freud retomou questões deixadas em suspenso nas correspondências a Fliess²⁴ e iniciou o desenvolvimento de uma teoria que estabelecia uma relação entre paranoia, autoerotismo e Eu originário (MIGUELEZ, 2007/2015).

Nas atas da Sociedade psicanalítica de Viena, datadas de 1908 a 1910, editadas por Ernst Federn e Herman Nunberg (1979), encontra-se a primeira menção do conceito de

²⁴ Em especial na carta de 9 de dezembro de 1899.

narcisismo por Freud, a partir de um caso exposto por Isidor Sadger. Diferente daquilo que debateu com Jung, o narcisismo aqui surge para pensar a gênese da homossexualidade masculina. Nas palavras de Freud:

Estar apaixonado por si mesmo (por seus próprios órgãos genitais) é um estágio do desenvolvimento indispensável. A partir disto, passamos a objetos semelhantes. Em geral o homem tem dois objetos sexuais primários, e sua vida ulterior depende daquele ao qual ele permanece fixado. Estes objetos sexuais são, para cada um, a mulher (a mãe, a babá, etc.) e a si mesmo; e ele preocupa-se de se libertar dos dois e de não demorar muito tempo junto deles (NUNBERG; FEDERN, 1967/1978, p. 307).

A consideração, aparentemente simples de Freud, ao apontar que o narcisismo não deveria ser visto como um fenômeno isolado, implicaria na negação deste enquanto uma patologia localizável e na sua conseqüente afirmação como um estágio indispensável da evolução da libido – um estágio intermediário entre o autoerotismo e o amor de objeto.

Nos escritos freudianos, o termo narcisismo [*narzißmus*] foi utilizado pela primeira vez em uma nota de rodapé, datada de 1910, na segunda edição dos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”. Menção que aparece ainda no primeiro ensaio, no item destinado ao estudo do objeto sexual dos homossexuais²⁵. Ao referir-se a estes, Freud escreve que “tomam a si próprios como objeto sexual, ou seja, partindo do narcisismo, buscam homens jovens e semelhantes a si mesmos, que querem amar assim como a mãe os amou” (FREUD, 1905/2016, p. 34). Salienta-se que ainda, em tal obra, Freud desenvolve ideias acerca de um conceito relevante para a compreensão do narcisismo, o autoerotismo, que nesse momento foi caracterizado como: um estado anterior ao narcisismo, original da sexualidade infantil, em que a pulsão [*trieb*] não é dirigida a um objeto externo; circunstância em que “ela se satisfaz no próprio corpo” (FREUD, 1905/2018, p. 85).

Na incursão de Freud (1910/2019) na biografia de Leonardo Da Vinci, o conceito de narcisismo, se liga tanto à origem da homossexualidade quanto à fantasia infantil do monismo fálico. Todavia, assim como em obras posteriores, o autor corrobora afirmações anteriores acerca do narcisismo como um estágio comum no desenvolvimento sexual humano. Enquanto nos “Três ensaios da Teoria da Sexualidade” e em “Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci” o narcisismo é mencionado pontualmente, em “Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia – o caso Schreber”, este ocupa um lugar crucial e consolida-se como um estágio intermediário entre autoerotismo e libido de objeto.

²⁵ Destaca-se que à época Freud não utilizou da palavra/termo homossexual, mas sim invertidos para referir-se à homossexualidade.

Com a obra “Totem e Tabu” (FREUD, 1912[1912-13] /2012), novas formulações passam a ser associadas a tal termo, quando passa a ser integrado às noções de animismo e onipotência dos pensamentos. Em termos gerais, na concepção de autor, pode-se compreender o animismo enquanto o ato que atribui intencionalidade aos objetos do mundo, que por sua vez, são passíveis de serem subjetivados. O animismo, nesse sentido, seria uma das três cosmovisões que a humanidade produziu, sendo as outras a religiosa e a científica. Já a onipotência dos pensamentos, pode ser caracterizada enquanto transformação da impotência do eu em onipotência²⁶ e a sexualização dos pensamentos. Assim, para Freud (1912[1912-13] /2012), a onipotência dos pensamentos, consistiria tanto em uma peça essencial do narcisismo, como também em um testemunho/atestado de sua existência.

Apesar das menções nas obras freudianas anteriormente destacadas, é no trabalho “Introdução ao Narcisismo” que o termo narcisismo ascende ao estatuto de conceito na teoria psicanalítica (FREUD, 1914/2010). De modo oposto à maneira como a psiquiatria da época concebia o narcisismo, Freud (1914/2010, p. 14-15) não o vê enquanto perversão sexual, mas como o “complemento libidinal do egoísmo *da pulsão [trieb] de autoconservação*” que ocupa um lugar essencial na teoria do desenvolvimento sexual do ser humano²⁷.

Em introdução ao narcisismo, Freud (1914/2010) traz à luz as noções de libido [*liebe*] do eu (ou libido narcísica) e libido de objeto. No texto, percebe-se que a oposição entre pulsões de autoconservação/pulsões sexuais é mantida com dificuldades. Tensão que percorre toda a obra, sob outros termos: libido do eu/pulsões do eu, segundo Miguez (2007/2015), o apaziguamento de tal controvérsia ocorre no decênio de 1920 com a mudança do dualismo pulsional.

Conforme Freud (1914/2010), originalmente o eu, inexistente nos começos da vida, será objeto privilegiado de investimento libidinal – libido do eu/libido narcísica. Ou seja, o narcisismo constitui-se como solidário ao estabelecimento do eu. Esse primeiro momento, no qual o narcisismo se constitui e que evoca a uma série de outros processos – recalque primário, identificação primária – é denominado por Freud de narcisismo primário. Desse modo, é necessário um primeiro momento em que o narcisismo se constitui para depois postular a possibilidade de retorno a ele. Posteriormente, o investimento libidinal passa a incidir sobre

²⁶ A onipotência de pensamentos também pode ser concebida como um dos recursos que caracteriza a visão de mundo animista (GUIMARÃES, 2012).

²⁷ Circunstância que implica a retirada, por Freud (1914/2010), do estatuto de patologia do narcisismo e no reconhecimento deste enquanto necessário para a constituição da subjetividade.

objetos, havendo uma transformação da libido narcísica em libido objetal. O retorno ao eu da libido investida em objetos externos é compreendido como narcisismo secundário. Nesse entendimento, o narcisismo se situaria entre o autoerotismo e a escolha objetal.

Outra noção, na obra de Freud, articuladora do conceito de narcisismo e tratada no texto de 1914 é aquela referente ao complexo de castração – que assim como o narcisismo sofre modificações derivadas do contexto em que foi inserido (MIGUELEZ, 2007/2015). Alguns pontos interessantes – e relacionados ao narcisismo – sobre o complexo de castração são: o valor de órgão sexual universal que o pênis (sua significação simbólica) adquire na fantasia infantil; pensar a castração (e a ameaça dela) como algo que afetará o equilíbrio narcisista, conduzindo a criança a percepção das diferenças.

Longe de ser tratado na obra freudiana apenas do ponto de vista de uma psicologia individual, conceito de narcisismo em Freud recebe um forte apoio da noção de alteridade. Nesse sentido, destaca-se a relação entre alteridade e os conceitos de eu ideal e ideal do eu e narcisismo – primário e secundário. Conforme Freud (1914/2010), na atitude terna de muitos pais para com seus filhos e na sobre-estimação destes, pode-se reconhecer a revivescência e reprodução do próprio narcisismo dos pais. Além de atribuírem à criança todas as perfeições e suspender as imperfeições, os pais tendem a buscar deter as conquistas culturais que seu próprio narcisismo foi obrigado a reconhecer.

As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança. Tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será o âmago da Criação (FREUD, 1914/2010, p. 37).

Com a expressão “*His Majesty the Baby*”, Freud (1914/2010, p. 37) menciona que a criança, nessa perspectiva, deve concretizar os sonhos dos pais e aponta para (o narcisismo primário) a circunstância em que a supervalorização dos pais parece gerar uma visão supervalorizada de si mesmo. Sentido em que o eu ideal é percebido como função desse narcisismo dos pais. Na terceira parte de Introdução ao Narcisismo, Freud (1914/2010), mesmo que nem sempre com clareza, indica o papel essencial que o narcisismo ocupa na constituição desse ideal: “A esse Eu ideal dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda a perfeição” (FREUD, 1914/2010, p. 40).

Como o sujeito não quer privar-se da perfeição narcísica da infância e não pode mantê-la, procura readquirir na forma do ideal do eu. “O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido na infância, na qual ele era seu próprio ideal” (FREUD,

1914/2010, p. 40). A formação do ideal do eu é apontada pelo autor como confiada a tutela da consciência moral, que parte da influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntam, no decorrer do tempo, os educadores, instrutores e inumeráveis pessoas do meio em que o sujeito vive, incluindo-se a opinião pública.

Miguel (2007/2015) alega, nestes termos, que todo ideal satisfaz, mesmo que indiretamente, a onipotência infantil e pode ser de muita utilidade para iluminar o potencial destrutivo de muitos dos ideais humanos. Freud (1914/2010) sinaliza que o ideal do eu é uma relevante via para a compreensão de fenômenos sociais e de massa, tendo em vista que também é o ideal de uma família, classe ou nação.

Ainda na dualidade pulsão de autopreservação e pulsão sexual, na obra “As pulsões e seus destinos”, de 1915, Freud realiza uma síntese de suas ideias acerca da pulsão. Descrita em essência como força constante [*Konstant Kraft*], conforme Freud (1915a/2010), a pulsão é um representante psíquico de um estímulo proveniente do corpo que atinge a alma, que aparece na fronteira entre o somático e o psíquico. Todavia, diferente do instinto, não há um destino pré-estabelecido, nem fixado pela herança genética e tampouco por padrões de comportamento direcionados a objetivos específicos. Lacan (1966/ 1998), a respeito da pulsão, adverte: Elas sempre despontam. Isto é, há nas pulsões, um caráter irreprimível que pode ser pensado, inclusive, a partir do recalque, cuja existência denuncia que existe algo (pulsão) que provoca sua ação.

Freud (1915a/2010) aborda os seguintes componentes da pulsão: Pressão [*Drang*]; Meta [*Ziel*]; Objeto [*Objekt*]; e, Fonte [*Quelle*]. A pressão reflete a força constante, ininterrupta, exigindo trabalho psíquico. A meta envolve a satisfação que pode ser buscada pela supressão da estimulação na fonte da pulsão. O objeto é o componente mais variável da pulsão e aquele com o qual a pulsão intenciona atingir sua meta. A fonte é definida como o processo somático que ocorre em um órgão ou parte do corpo, cujo estímulo é representado no psiquismo pela pulsão.

Os temas abordados, não constituem o único cerne do trabalho de Freud (1915a/2010). Há também uma preocupação com o momento narcisista na obra de 1915a. Entre os quatro destinos da pulsão apontados pelo autor, encontram-se dois que dependem da organização narcísica do eu: transformação em seu contrário e voltar-se contra a própria pessoa ou retorno do eu²⁸.

²⁸ Freud (1915a/2010) acrescenta a estes: o recalque e a sublimação.

Destaca-se que a transformação em seu contrário aponta a conversão da meta da pulsão que transita da atividade para a passividade através dos pares de opostos sadismo-masochismo e voyeurismo-exibicionismo. Uma outra forma de transformação em seu contrário é a inversão de conteúdo que ocorre na transformação de amor em ódio – sendo comum a ocorrência dos dois dirigidos para o mesmo objeto. Segundo Freud (1915a/2010), o ódio enquanto relação com objetos, é mais antigo que o amor. Decorre do repúdio primordial do eu narcisista ao mundo exterior. A volta contra a própria pessoa é considerada pela compreensão de que o masochismo é um sadismo voltado contra o eu e o exibicionismo inclui a contemplação do próprio corpo, e envolve a variabilidade de pulsões que para se voltarem contra o próprio eu e se converterem de ativo para passivo dependem da organização narcísica.

Após os trabalhos agrupados sob o título de “Metapsicologia”, o narcisismo continuou sendo referência nos escritos de Freud. Entretanto, Miguelez (2007/2015) menciona que a introdução de novas noções como o caso da pulsão de morte, exigiram ajuste e redefinições. A sequência autoerotismo, narcisismo e escolha de objeto pareceu desfazer-se. No entanto, em dicionários prestigiados de psicanálise, bem como em Lacan (1953[1953-54] /1998), há uma defesa pela manutenção da sequência, tendo em vista o entendimento de que somente é possível falar em narcisismo a partir da constituição de um eu.

Por isso Freud é levado a conceber o narcisismo como um processo secundário. Uma unidade comparável ao eu não existe na origem, *nicht von Anfang*, não está presente desde o início no indivíduo, e o *ich* tem de se desenvolver, *entwickeln werden*. As pulsões auto eróticas, ao contrário, estão lá desde o início. Os que estão um pouco habituados ao que eu trouxe verão que essa ideia confirma a utilidade da minha concepção do estágio do espelho (LACAN, 1953[1953-5] /1998, p.136).

A oposição entre pulsões de autopreservação e pulsões sexuais, segundo Miguelez (2007/2015) entrou em crise com a introdução do narcisismo e precipitou uma mudança na teoria pulsional em 1920. Em “Além do Princípio do Prazer”, a autopreservação fica ao lado do narcisismo como Eros ou pulsões de vida. Libido do eu e pulsões do eu convergem no *Eros*, que tende à ligação e à coesão. Como polo de oposição, apresenta-se *Thanatos*, ou pulsões de morte, postulação que traz consequências importantes para o conceito de narcisismo. Pouco a pouco, tensões ruidosas e agressivas que inicialmente foram atribuídas a conflitos de ordem narcisista, são abordadas pelo viés da destrutividade mortífera (FREUD, 1920/2010).

Miguelez (2007/2015) refere que a postulação de Lacan de um “estádio do espelho” contribuiu para resgatar os vínculos do narcisismo e agressividade. Em tal obra, Lacan

(1949/1998) retoma a ideia do espelho²⁹ para mencionar que o narcisismo primário se constitui quando o bebê consegue captar sua imagem no espelho, antecipando, no plano imaginário sua unidade corporal por intermédio da identificação com a imagem do outro. No entanto, para que o pequeno humano se aproprie da percepção de sua própria imagem, necessita do reconhecimento simbólico do Outro. Ao tratar do estágio do espelho, Miguez (2007/2015, p.146) menciona: “Lacan propõe ainda, que a imagem integrada, oferecida pelo outro imaginário ao sujeito ainda em pedaços, captura-o numa alienação estrutural geradora de agressividade. Com isso, Lacan recusa-se a recorrer à pulsão de morte para dar conta das tensões agressivas do sujeito com outros”. Nesse sentido, lembra-se que mesmo Freud, não economizou na análise das tensões narcisistas e/objeto, mesmo após o dualismo pulsional.

3.2.2 “Narciso acha feio o que não é espelho”: O Narcisismo das Pequenas Diferenças



“Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto, chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto. É que Narciso acha feio o que não é espelho” (VELOSO, 1978).

Homenagem de Caetano Veloso à cidade de São Paulo, capital do Estado mais populoso do Brasil, a música “Sampa” retrata um estranhamento inicial causado pelos primeiros contatos daqueles que são oriundos de “outro sonho feliz de cidade”. A capital paulista, uma das cidades mais populosas do mundo, reúne imigrantes de diversos países e regiões do Brasil, sendo o “avesso, do avesso, do avesso, do avesso” de outras cidades brasileiras. São Paulo é, assim, marcada pelas diferenças, que se evidenciam não apenas em sua densidade demográfica, mas também em cores, sons e sotaques daqueles que nela habitam. É, igualmente, terra em que há rixas com povos vizinhos e/ou do norte e nordeste, bem como rivalidades diversas, que incluem aquelas entre “nativos” e imigrantes, que fazem emergir animosidade e hostilidade. Assim como na capital paulista, as relações entre sujeitos com os outros são marcadas pela diferença e tendência à hostilidade, independentemente do território em que se estabeleçam.

Interessado pelas relações do eu e da massa moderna com o outro, e influenciado pela política do ódio que se fazia presente no leste europeu, em decorrência da expansão do

²⁹ A partir da localização entre narcisismo primário e de sua relação com a constituição do eu, Jacques Lacan desenvolve o estágio do espelho (ROUDINESCO; PLON, 1998). Nessa obra, Jacques Lacan (1949/1998), chama atenção ao objeto eu, como primeiro objeto unificado das pulsões e destaca a sua impossibilidade de pensá-lo enquanto agente. Ou seja, nessa perspectiva, não é o eu quem estrutura o mundo e seus objetos. Pelo contrário, este é estruturado juntos aos objetos e ao mundo (MEZZA, 2015).

nazifascismo, Freud (1921/2011, 1930/2011) desenvolveu uma série de trabalhos que além de sistematizarem e aprofundarem a incursão da psicanálise no campo da política (FUKS, 2011), abordam um fenômeno que pode ser vislumbrado em situações que envolvem o conteúdo trazido pela música “Sampa”, o narcisismo das pequenas diferenças. Apesar de ser tratado, de modo mais detalhado, por Freud em obras de 1921 e 1930, o termo narcisismo das pequenas diferenças foi cunhado pelo autor no ano de 1917, em seu artigo denominado de “O Tabu da Virgindade”.

Em palavras que pouco se diferenciam da terminologia habitual da psicanálise, Crawley afirma que cada indivíduo separa-se dos outros mediante um “*taboo of personal isolation*”, e que justamente as pequeninas diferenças, dentro da semelhança geral, motivam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles. Seria interessante perseguir essa ideia e derivar desse “narcisismo das pequenas diferenças” a hostilidade que em todas as relações humanas combate vitoriosamente os sentimentos de solidariedade e sobrepuja o mandamento de amor ao próximo (FREUD, 1917/2019, p. 374).

Nessa primeira menção do narcisismo das pequenas diferenças em Freud, é possível perceber a existência de três dos principais aspectos do narcisismo das pequenas diferenças que serão reafirmados e desenvolvidos em obras posteriores, a saber: I-) a afirmação do que é particular (pequenas diferenças) sobre o comum e o indiferenciado, relacionada com os sentimentos de hostilidade e estranheza; II-) a fraqueza da solidariedade diante ao narcisismo das pequenas diferenças; III-) a aproximação da análise do narcisismo das pequenas diferenças com o mandamento religioso amar o próximo como a ti mesmo – que tende a ser degolado pela hostilidade presente nos vínculos humanos (GUIMARÃES; ENDO, 2011).

Destaca-se que a expressão narcisismo das pequenas diferenças, à primeira vista pode parecer uma construção antitética, tendo em vista os termos que a compõe: narcisismo e diferença. Enquanto o narcisismo assinala o Um, a ideia de que o sujeito encontra em si mesmo o gozo sexual (FREUD, 1914/2010), às diferenças remetem ao espaço da alteridade (FREUD, 1919/2010). Quando destinado às massas – lócus privilegiado pelo autor ao analisar o narcisismo das pequenas diferenças –, o termo narcisismo designa a insuflação amorosa da identidade coletiva obtida. Já as pequenas diferenças, descrevem um processo em que, sob a égide do ideal do eu de supremacia, a intolerância ao outro é demonstrada, de modo mais intenso, contra as diferenças próximas do que àquelas consideradas fundamentais (FUKS, 2011).

A psicanalista Betty Fuks (2011), ao reportar-se ao fenômeno do narcisismo das pequenas diferenças esclarece:

Em termos "normais", o "narcisismo das pequenas diferenças" está na base da constituição do "nós" e do "outro", na fronteira que tem por função resguardar o narcisismo da unidade. Trata-se de um fenômeno que ocorre na tensão que existe entre povos vizinhos (...) entre indivíduos de estados de um mesmo país, (...) ou até mesmo dentro de uma mesma cidade(...). Ou seja, são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, o que significa que o ódio não nasce da distância, mas da proximidade. E, exatamente por que não se trata de uma diferença qualquer, é que se produz o estranhamento que detona impulsos hostis contra aqueles que estão apenas um pouco mais além do espelho (FUKS, 2011, p. 48).

Conforme manifesto por Fuks (2011), o narcisismo das pequenas diferenças, situado na região de fronteira – portanto de tensão, que está na base do nós e dos outros –, manifesta-se como angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento destas. No que concerne às diferenças, a partir das obras freudianas, entende-se que variados obstáculos, de alguma maneira, se opõem ao reconhecimento da alteridade e tornam impossível, metapsicologicamente, a sua aceitação imediata.

Na obra “Algumas Consequências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos”, Freud (1925/2011), permite que se relacione a vivência da alteridade enquanto uma ameaça ao narcisismo. Nela o autor discorre acerca do esforço da criança para não perceber que a mulher que exerce a maternagem não possui pênis. A diferença, nesse sentido, Freud (1925/2011), se contrasta com a fantasia infantil de que todos os humanos possuem o mesmo órgão genital – por exemplo, naqueles que não possuem, ele ainda irá crescer.

Assim, o reconhecer a diferença envolve o reconhecimento da castração, pois, se todos possuem os mesmos órgãos genitais, considerados simulacros do falo, não há castração. A diferença anatômica trazida pela anatomia feminina, opõem-se a projeção corporal narcísica e não se pode mais sustentar a ideia de que todos são providos de falo – ou falta algo ao corpo ou pode ser que se venha a perder (FREUD, 1925/2011). A castração, por sua vez, afeta o equilíbrio narcisista, conduzindo a criança “ao abismo das diferenças e da alteridade” e relaciona-se a uma “pretensão narcisista infantil de superioridade” (MIGUELEZ, 2007/2015, p. 94 - 95).

Desse modo, assim como a diferença sexual abala a imagem narcísica do eu e é percebida como uma ameaça, em Freud (1921/2011), pode-se perceber a indicação do mesmo processo em relação à alteridade.

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretasse em uma crítica em relação a eles na exortação de modificá-los (FREUD, 1921/2011, p. 57).

No sentido discorrido por Freud (1921/2011), percebe-se que no narcisismo das pequenas diferenças há um esforço da afirmação de si e a percepção daquilo que lhe é diferente enquanto uma ameaça e/ou algo que pode acarretar uma exortação de mudança. Sublinha-se que reconhecimento do diferente se opõe ao narcisismo e para que esse ocorra, é necessária uma mudança psíquica. Em outras palavras, o acesso à alteridade pressupõe alterações no psiquismo. Apesar de haver uma oposição entre o reconhecimento do diferente e narcisismo, raramente é possível ao sujeito se abstrair das relações com outros humanos (FREUD, 1921/2011).

Relações estas, que além de serem indicadas como possíveis serem apreciadas enquanto fenômenos sociais que se opõem aos processos narcísicos (FREUD, 1921/2011), são apontadas enquanto fontes de sofrimento (FREUD, 1930/2011). Freud (1930/2011) refere que o sofrer ameaça o ser humano a partir de três direções: I) do próprio corpo, que condenado ao declínio e à dissolução não pode dispensar a dor e o medo como sinais de advertência; II) do mundo externo, que pode se voltar contra os humanos com forças poderosas e destruidoras; III) das relações com outros seres humanos.

No que concerne ao sofrimento originado da terceira fonte – das relações com os outros seres humanos –, Freud (1930/2011) aponta que além de inevitável, assim como aqueles que são decorrentes de origens diferentes, esse talvez seja o mais dolorosamente experimentado. Em quase todas as relações íntimas e prolongadas entre duas pessoas, há um sedimento de hostilidade e aversão que devido à repressão não é percebido – talvez a única exceção seja a relação entre mãe e filho. Todavia, isto fica mais evidente no vínculo entre pessoas que normalmente que não compõem o círculo de relações sentimentais íntimas do sujeito – como amizade, matrimônio e vínculos entre pais e filhos –, como naqueles presentes na dinâmica organizacional (FREUD, 1921/ 2011).

Segundo Freud (1930/ 2011), apesar de alguns tentarem negar, o ser humano não é uma criatura ávida de amor, que no máximo se defende quando se sente ameaçado. Há em cada sujeito, um pendor à agressividade que perturba a relação com o próximo e que obriga a civilização a grandes dispêndios. “Devido a essa hostilidade primária a sociedade é permanentemente ameaçada de desintegração” (FREUD, 1930/2011, p. 58) e o interesse do trabalho em comum – movido pela razão, objetivando uma certa coesão dessa sociedade – não é percebido como suficiente para dar conta da agressividade. Disso decorre o uso de métodos para instigar as pessoas a estabelecerem identificações e relações afetivas inibidas em sua meta, e a justificativa do mandamento de amar ao próximo como a si mesmo (FREUD, 1930/ 2011).

Todavia, essa hostilidade e/ou intolerância frente às diferenças desaparece, temporariamente ou de modo duradouro, por meio da formação da massa e dentro da massa. Enquanto dura a formação da massa, os seus integrantes suportam a especificidade um do outro e não sentem repulsa por ela. Tal limitação do narcisismo pode se dar apenas por um fator, pela ligação libidinal entre as pessoas. “O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos” (FREUD, 1921/ 2011, p. 58). A respeito disso, Freud (1921/ 2011, p. 59) acrescenta: “Portanto, se na massa aparecem restrições ao amor-próprio narcisista, inexistentes fora dela, isso indica forçosamente que a essência da formação da massa consiste em ligações libidinais de nova espécie entre os membros da massa”.

Vale frisar que libido é uma expressão utilizada por Freud (1921/ 2011) para referir-se a energia, não mensurável, de pulsões relacionadas àquilo que abrange a palavra “amor” – *Eros* em grego e *Liebe* em alemão. Amor como o cantado pelos poetas, amor para fim de união sexual. Amor que não se separa do amor a si, ao outro, entre os seres humanos em geral. Amor entre pais e filhos, amizade e, a dedicação a objetos concretos e ideias abstratas. Todavia, segundo o autor, a psicanálise não inovou ao tratar o amor dessa forma “ampliada”, pois, tanto o *Eros* de Platão quanto o que o apóstolo Paulo descreve em sua carta aos Coríntios sobre amor, o compreendem no mesmo sentido “ampliado”.

Nesse sentido, as relações de amor/ligações libidinais, são apontadas por Freud (1921/ 2011), como o âmago da alma coletiva, uma espécie de laço social capaz de unir/ligar as pessoas (FREUD, 1930/ 2011, 1932/2010) e de suspender no seu interior, o narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921/ 2011, 1930/ 2011). Essas ligações podem apresentar mecanismos em que há desvio da pulsão em relação a seus fins sexuais. Entre tais mecanismos de ligação libidinal, encontram-se aqueles denominadas de identificações (FREUD, 1921/ 2011). Desse modo, cabe lembrar que cada sujeito, durante sua vida, faz parte de variados grupos – de maneira concomitante ou não –, e tem múltiplos laços por identificação.

Conforme Freud (1921/ 2011) esses grupos, ou massas, são distintos entre si. Existem massas passageiras, outras duradouras; umas são compostas com uma maior homogeneidade entre sujeitos, outras com menos; algumas são classificadas como naturais outras como artificiais, pois, requerem certa coação externa para que se evite a dissolução ou mudanças na sua estrutura; existem massas que possuem alto grau de organização e as que não são organizadas a partir daquilo que se concebe formalmente como modo de organizar; algumas possuem líderes, outras não.

Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, Freud (1921/ 2011) tem como modelo de estudo o funcionamento de dois grupos, ou em suas palavras, duas massas artificiais, a igreja e o exército. De acordo com o autor, o eixo que sustenta a comunidade de crentes e o exército é o objeto amado e idealizado, e, colocá-lo no lugar do ideal do eu. Nesses casos, há renúncia do ideal do eu dos sujeitos e a troca pelo ideal da massa – corporificado no líder –, bem como identificações entre eles. Em nome do amor à unidade, as vontades individuais ficam abolidas no interior da massa. Nos casos em que há uma “divinização” do líder, a transmutação do pai da horda em pai ideal traduz o retorno do religioso ao político. Como no Estado em que a religião se mescla ao político, a ilusão salvacionista do líder carismático remete às reivindicações narcísicas dos membros da massa, relacionadas ao desamparo primordial e da angústia frente ao real. Contudo, essa operação somente obterá êxito na possibilidade de limitação do narcisismo – suspensão do narcisismo das pequenas diferenças (FUKS, 2011).

A partir da leitura de Freud (1921/ 2011), pode-se compreender que uma ideia abstração, uma tendência e/ou uma vontade partilhável por muitas pessoas, assim como o ódio a uma pessoa ou instituição, também poderiam, semelhante ao líder, terem efeitos unificadores e provocarem ligações libidinais. Circunstância esta, em que os sentimentos – como, agressividade, hostilidade, aversão, antipatia, intolerância – relacionados às pequenas diferenças são temporariamente suspensos no interior da massa, para num segundo momento retornarem com intensidade na “oposição” estabelecida a essa formação coletiva.

Afinal, na formação das massas, aparecem restrições ao amor-próprio narcisista que são inexistentes fora delas. De maneira semelhante a compreensão de que individualmente o narcisismo das pequenas diferenças atua na tentativa de uma unidade do Eu, coletivamente, há a busca estabelecimento e manutenção de certa coesão da massa. Frente a essa perspectiva, entende-se que Freud (1921/2011) sugere que no narcisismo das pequenas diferenças, há uma evidência dos efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços sociais – situação em que o eu, mesmo dividido e precário, busca a completude.

Outra forma de suspensão do narcisismo das pequenas diferenças é aquela que envolve a privação do objeto da necessidade. Circunstância em que há uma intensificação da pulsão e suspensão temporária dos sentimentos relacionados às diferenças. A respeito deste assunto, Freud (1912/2019) descreve:

Sem dúvida é também correto, em geral, que a importância psíquica de um instinto cresce com a sua frustração. Experimente-se deixar que certo número de indivíduos, os mais variados, passe fome igualmente. Com a exacerbação da imperiosa necessidade de alimento, todas as diferenças individuais se apagam, e em seu lugar surgem as manifestações uniformes do instinto [*trieb*] não saciado (FREUD, 1912/ 2019, p. 359-360).

A fome, em Freud (1912/2019), parece ter função semelhante ao frio na alegoria de Schopenhauer (1851/ 2009), ou seja, ambos são enunciadores da morte e ignoram temporariamente os espinhos. Essa ideia pode auxiliar na explicação do porquê em tempos de guerra, há uma suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, durante a formação de alianças entre povos normalmente hostis uns com os outros (GUIMARAES; ENDO, 2011).

Na obra “O Mal-estar na Cultura”, o narcisismo das pequenas diferenças é apresentado por Freud (1930/2011), como um modo de satisfação “cômodo e relativamente inócuo” da agressividade.

Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças” (...). Percebe-se nele uma cômoda e relativamente inócua satisfação de agressividade, através da qual é facilitada a coesão entre os membros da comunidade (FREUD, 1930/2011, p. 60).

Para Freud (1930/ 2011) não é fácil aos humanos a renúncia da gratificação do pendor agressivo que possuem. Algumas formas de exteriorizar são requisitadas pelos sujeitos e entre elas o autor cita a propriedade privada e o narcisismo das pequenas diferenças. Nos termos de Freud (1921/ 2011, p. 60): “Não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir a pulsão que escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele. Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade”.

Apesar de atuar no estabelecimento e manutenção da unidade de grupos, o narcisismo das pequenas diferenças apresenta uma miséria psicológica que Guimarães (2012, p. 120) descreve como “uma miséria perceptiva, na qual a sensibilidade torna-se estereotipada”. Segundo o autor, há no narcisismo das pequenas diferenças o apagamento da diferença no interior de outra etnia e elevação de alguns traços à categoria de gerais. Esses elementos são simultâneos, ao se conceber alguns traços como gerais e definidores, não se vê nada além dos supostos traços. Ou seja, cria-se uma heterogeneidade intergrupar e, ao mesmo tempo, uma homogeneidade intragrupal.

O diálogo entre Zizek e Daly (2006, p. 141) permite uma reflexão sobre o sujeito massificado e a massa caricaturarem o outro de um excesso que eles mesmos não suportam:

(...) em geral, o racista de hoje já não diz que os árabes, os turcos ou os hindus são simplesmente burros ou repulsivos. Não; diz que eles são perfeitamente normais, que gosta deles, que eles são seus amigos e por aí vai, mas que há uma coisa neles que o incomoda, um detalhe: seu cheiro, sua culinária, sua música. Ou pode ser algo mais

intelectual – a orientação linguística, as atitudes culturais, a ética do trabalho. Trata-se de algum traço que é percebido como um excesso (ZIZEK; DALY, 2006, p.141).

Acredita-se que a tentativa de legitimação da tolerância enquanto uma palavra de ordem, transpõe o racismo, em larga medida, para o narcisismo das pequenas diferenças (GUIMARAES, 2012). É o sotaque do nordestino que mora em São Paulo, do argentino nas praias de Santa Catarina, o cheiro da comida do sírio no Rio de Janeiro, é em suma, um traço que é colocado e que só é suportável quando está na condição de ser ridicularizado. Ao se conceber um traço enquanto algo generalizável, não se vê nada além deste e a sensibilidade torna-se estereotipada. Salienta-se que quando uma massa olha para os integrantes de outra sem conseguir diferenciá-los dos seus, o que ela vê é o elemento crucial de sua própria formação: a especificidade do outro é suportada à condição de ser perdida e a alteridade do outro é uniformizada. “Assim, olhando para a outra massa, o sujeito massificado só consegue reconhecer as mutilações às quais ele mesmo está submetido; e sua percepção lhe devolve a sua miséria” (GUIMARÃES, 2012, p. 121-122).

Por fim, há que se considerar ainda, uma relação efetuada por Harari (1997) entre a inveja e o narcisismo das pequenas diferenças. Para tanto, menciona-se que a concepção de inveja aqui adotada não pressupõe ataque, destruição ao que os outros possuem. Conforme aponta Harari (1997, p.32-33): “Não se inveja outro sujeito, nem o objeto que ele presumidamente possui, mas um acoplamento supostamente ideal entre o outro e aquilo que ele parece gozar”. Nesse sentido, a inveja é concebida como um afeto dirigido àqueles considerados pares – ou seja, não se inveja pessoas situadas a uma diferença abismal –. Tal afeto é, pois, fundado em pequenas diferenças que abalam a imagem narcísica.

Realizadas as discussões propostas, embasadas na psicanálise, posteriormente, refletir-se-á acerca de algumas noções centrais à Teoria do Discurso Político que auxiliam na compreensão da formação de identificações em Laclau e Mouffe.

3.3 TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: NOÇÕES PARA COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES EM LACLAU E MOUFFE

“La historia del sujeto es la historia de sus identificaciones, y no hay una identidad oculta que deba ser rescatada más allá de la última identificación” (MOUFFE, 1999, p. 30).

A Teoria do Discurso desenvolvida em torno da articulação e dos primeiros escritos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, foi inaugurada no ano de 1985, com a publicação da obra

“Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical”. Há que se ressaltar que o horizonte histórico de seu surgimento foi caracterizado pelas crises do estado de Bem-estar social, declínio da classe operária tradicional, emergência dos novos movimentos sociais e surgimento do capitalismo pós-industrial. Diante desse contexto, despontaram mudanças no modo de produção capitalista, bem como questionamentos acerca da centralidade do Estado para a garantia do crescimento econômico e do papel da classe operária como sujeito privilegiado da luta revolucionária. Tais mudanças e questionamentos provocaram contestações às tradicionais hegemonias e estimularam o aparecimento de novas proposições teóricas que se distanciassem da racionalidade essencialista e totalitária da modernidade (GIACAGLIA, 2014).

Perpassados por esses horizontes, Laclau e Mouffe (1985/ 2015), desenvolveram um empreendimento intelectual com noções advindas de diversas áreas do conhecimento – como filosofia, ciências sociais, psicanálise, linguística, e teoria política – que, inicialmente, visava “uma nova política para a esquerda, baseada no projeto de uma democracia radical” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 54). Para tanto, os autores, à época, tinham como problema central a busca pela identificação das condições discursivas de emergência de uma ação coletiva que objetivasse “lutar contra desigualdades e questionar relações de subordinação” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 236).

A partir do marco temporal de publicação da obra que inaugurou a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, percebe-se a existência de transformações na estrutura social que estão na origem de novos paradigmas de formação de identidades sociais, antagonismos sociais e de uma pluralidade de sujeitos, cujas formas de constituição e diversidade somente podem ser pensadas ao se abandonar a categoria do “sujeito” como essência unificada e unificadora (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015; BURITY; 2014). Dada a magnitude dessas mudanças, adquiriram forças, nas ciências sociais, debates que abrangeram questões, como a impossibilidade de a sociedade encontrar sua base ou atingir a totalidade, o caráter relacional da identidade, e à crítica a concepção essencialista do sujeito cartesiano.

Tais debates, foram influenciados por um conjunto de reflexões teóricas que reverberaram, principalmente, no âmbito da filosofia e ciências sociais, e que foram o estopim para as perspectivas pós-fundacionalistas e pós-estruturalistas. Ressalvadas as devidas diferenças, pode-se observar algumas ideias relacionadas a essas perspectivas, que são consideradas relevantes no empreendimento teórico desenvolvido por Laclau e Mouffe (1985/ 2015): primazia do discurso, anunciando o poder da linguagem na constituição da realidade social; da identidade enquanto relacional e associada ao discurso, contrapondo-se a uma

concepção de identidade fixa e de um sujeito racional, unificado e autônomo; a impossibilidade de um centro ou fundamento último da realidade social, rejeitando-se as grandes narrativas, essencialismos e determinismos (MARCHART, 2014; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014a).

Com intuito de facilitar o entendimento de como o discurso pode possuir primazia na compreensão social, destaca-se a reelaboração de uma posição que possibilitou o conceito de discurso e que estava presente no pensamento de Kant e Hegel: a concepção subjetivista, intencionalista do sentido. Essa concepção distancia-se de duas marcas importantes, presentes desde o início, da linguística científica da primeira metade do século XX. A primeira delas diz respeito a ideia de que o sentido é sempre constituído e produzido socialmente. Já a segunda, aponta para a existência de regras historicamente definidas de produção de sentido, às quais todo agente social, falante/escritor de uma língua precisa seguir para que suas falas ou ações sejam reconhecidas e produzam efeito no mundo (BURITY, 2014).

(...) o sujeito falante, pensante, escrevente, agente, só produz ou comunica sentido na medida em que realiza uma performance a partir de regras que não foram inventadas por si, não são controladas a seu bel prazer, e não podem ser simplesmente modificadas de maneira arbitrária e intempestiva por alguma pessoa, individualmente, Regras que são produzidas através de processos sobre os quais ninguém tem controle (BURITY, 2014, p. 63).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o acesso à realidade é mediado pelo sentido, ou mais precisamente, constituído simbolicamente. Por meio da articulação entre sentido como uso social da linguagem e sentido como um sistema de regras que combinam elementos distintos entre si, que a Teoria do Discurso Político atribui o caráter insubstituível, inseparável, inerradicável do processo de significação para a constituição e compreensão dos fenômenos sociais. Isso não implica ausência de liberdade do sujeito individual para desviar dos protocolos das posições enunciativas. No agenciamento de seus lugares sociais/discursivos, os sujeitos possuem inúmeros modos de articulação de intervenções. Recursos do discurso como estratégias e interesses são constituídos, para além do funcionamento em proveito dos enunciatários, e podem, inclusive, resistir às restrições colocadas pelas regras vigentes (BURITY, 2014).

Enquanto categoria teórica, o conceito de discurso é utilizado para “dar conta de regras de produção de sentido pelas quais um determinado fenômeno encontra seu lugar no mundo social e num conjunto de discursos articulados entre si num determinado fenômeno específico” (BURITY, 2014, p. 66). Conforme Laclau (2005/2018), o discurso constitui o lócus da construção da objetividade. Isso significa que o discurso não é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas que engloba conjuntos de elementos nos quais as relações possuem

papel constitutivo. Dessa maneira, a objetividade social não preexiste ao complexo relacional, ou seja, é por intermédio das relações que a significação da objetividade social é construída.

Saussure afirmou que não existem termos positivos na linguagem, mas unicamente diferenças – uma coisa é o que é somente por meio de suas relações diferenciais com outras coisas. E aquilo é verdadeiro em relação à linguagem concebida em *estrito senso* é também verdadeiro em relação a qualquer elemento significativo (isto é, objetivo): uma ação é aquilo que é somente através de suas diferenças relativas a outras ações possíveis e a outros elementos – palavras ou ações –, que podem ser sucessivos ou simultâneos (LACLAU, 2005/2018, p. 116).

O discurso é, assim, uma unidade complexa de palavras e ações, de estratégias conscientes e inconscientes, de elementos explícitos e implícitos (BURITY, 2014). Possui natureza material e não mental ou ideal (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). É uma tentativa, sempre instável, de fixar um significado a significantes variados, envolvendo a exclusão de outras possibilidades de significação, podendo ser visto como um exercício de poder. Discurso é prática. Salienta-se que ao se considerar discurso como prática, quaisquer ações realizadas por sujeitos – da falta, sem substância e que emergem nos espaços e fissuras do social – e grupos sociais são significativas. Assim, longe de dicotomizar a significação social entre práticas discursivas e não discursivas, a TDP toma como pressuposto ontológico que todo objeto social é objeto de discurso e que nenhum processo de significação ocorre à margem das condições discursivas de emergência (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015).

Considerar todo objeto, como objeto de discurso, não implica existência de um mundo externo ao pensamento, nem oposição realismo/idealismo. “Um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade. Mas, se sua especificidade como objeto será constituída seja em termos de um “fenômeno natural” ou como “expressão da ira de Deus”, irá depender da estruturação de um campo discursivo” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 181). O que é negado não é que esses objetos existam de modo externo ao pensamento, mas a afirmação de que eles próprios se constituam como objetos fora de qualquer condição emergência, que é, invariavelmente, discursiva (MENDONÇA, 2012).

A condição de emergência de um objeto é constituída por uma formação discursiva e envolve um conjunto de sentidos sedimentados que formam uma determinada ordem (MENDONÇA, 2012). Apesar de estar hegemonizada por um discurso, a formação discursiva, por sua vez, produz efeitos de posicionamento, restrição e autorização sobre os sujeitos que nela se expressam ou se constituem. Ela não é simplesmente uma coleção de discursos, mas possui determinada orientação, ordem, sentido em termos de direção para os acontecimentos.

No entanto, a ordem por ela produzida não se define por uma distribuição homogênea. Trata-se de uma regularidade em dispersão: o discurso determina regras de produção de sentido que admitem indefinidos enunciados e ações, ainda que finitos (BURITY, 2014).

A formação discursiva, que constitui condição de emergência do social, pode ser compreendida enquanto prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). Envolve, desse modo, a fixação/desfixação de um sistema de diferenças que ultrapassa sobremaneira os fenômenos linguísticos, atravessando as instituições, os rituais e as práticas sociais, de maneira geral, em busca de sua estruturação (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Cabe destacar que qualquer possibilidade de fixação de sentidos, sempre parcial, depende de um sistema discursivo (MENDONÇA, 2003). Tal sistema evidencia a instalação de determinada ordem diante de uma situação preexistente de desordem, ou seja, um discurso articula diferenças constituindo-as em equivalências (MENDONÇA, 2003; LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015) – aquilo que subverte a diferença (LACLAU, 2005/ 2018).

As posições diferenciais articuladas no interior de um discurso são denominadas de momentos. Por outro lado, as diferenças não discursivamente articuladas são concebidas como elementos. Nesse contexto, articulação é “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua própria identidade seja modificada como resultado dessa prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 178). O que está além dos limites do sistema discursivo não produz sentido nesse sistema, pois, na definição de Laclau e Mouffe (1985/ 2015), trata-se de uma diferença que não está discursivamente articulada – elemento (Mendonça, 2003).

Pode-se dizer, portanto, que anteriormente à articulação, os elementos estão imersos numa lógica da diferença³⁰, ou seja, estão aleatoriamente dispersos, um em relação ao outro, no campo da discursividade (MENDONÇA, 2003). A prática articulatória realiza um encadeamento dos elementos, transformando-os em momentos. A articulação existente entre esses elementos resulta em uma modificação de suas identidades, ou conforme Mendonça (2003, p. 141), “numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória”. O resultado dessa prática é o discurso, que organiza identidades que anteriormente não estavam organizadas entre si.

³⁰ A lógica da diferença é denominada por Laclau e Mouffe (1985/ 2015) como uma lógica de expansão ou complexidade crescente. Tal lógica é complexa e exclusiva em relação ao discurso analisado, tendo em vista que os elementos fora dela não estão sendo significados por essa cadeia discursiva (MENDONÇA, 2003).

Conforme Laclau e Mouffe (1985/ 2015), a transição dos elementos para os momentos não é inteiramente completa. “O *status* dos “elementos” é o de significantes flutuantes, impossíveis de serem totalmente articulados a uma cadeia discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 168). Dessa maneira, a articulação não preencherá um sentido último. Nos termos de Laclau e Mouffe (1985/2015):

Neste caso, não há identidade social plenamente protegida de um exterior discursivo que a deforme e impeça que ela se torne plenamente suturada. Tanto as identidades quanto as relações perdem seu caráter necessário. Como um conjunto estrutural sistemático, as relações são incapazes de absorver as identidades; mas como as identidades são puramente relacionais, esta é outra maneira de dizer que nenhuma identidade pode ser plenamente constituída (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 1985, p.185).

Se a articulação entre os momentos diferenciais não fixa um sentido último, logo a estrutura discursiva fixa, apenas, sentidos parciais e todo discurso de fixação se torna metafórico. Nem a absoluta fixação, nem a absoluta não fixação são possíveis. Assim, o caráter incompleto de toda totalidade conduz ao abandono de premissas como àquelas que envolvem: a compreensão de o social ser passível de se desvendar ou desvelar tal qual uma positividade transparente em si mesma, num conhecimento que seja a expressão da verdade; às ideias de sociedade enquanto uma totalidade suturada e autodefinida; e, percepção das identidades como plenamente fixadas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

O social é na TDP o campo das práticas sedimentadas, práticas que ocultam os atos originários de sua instituição política e que são parte constitutiva de qualquer sociedade possível (MOUFFE, 2007). Nessa acepção, o social é concebido precária e contingencialmente, a partir de sua miríade de formas e das várias maneiras, a partir das diversas estruturas discursivas. Essa concepção, é intimamente relacionada à noção de sobredeterminação do social (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Conforme Burity (2014), os fenômenos sociais são sobredeterminados porque resultam da junção de inúmeras possibilidades de construção desses fenômenos. Com isso, compreende-se que o social não possui sentido finalístico, isto é, as possibilidades de significação são infinitas, permeadas por características, invariavelmente, contingentes e precárias (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b).

Aliada à infinitude do social, Laclau e Mouffe (1985/ 2014) elaboram a ideia de “impossibilidade da sociedade”³¹. Esta corresponde à concepção de que a sociedade como

³¹ Marchart (2014) relaciona essa impossibilidade de a sociedade se estabelecer plenamente, do ponto de vista da completude dos sentidos, à psicanálise lacaniana. Para o autor, a afirmação de que a sociedade não é um todo fechado, lembra a discussão de Lacan acerca de o Outro não ser constitutivamente tudo.

objeto pleno de conhecimento é impossível, pois, os sentidos sociais são sempre incompletos e mal fechados, tendo em vista as constantes suturas³² – cortes em uma articulação discursiva que alteram seus sentidos – que o discurso sofre na relação com outros discursos que lhe são concorrentes no campo da discursividade (MENDONÇA, 2007).

A compreensão de que os sentidos sociais são sempre incompletos e mal fechados, permite, no que concerne ao sujeito, que se rejeite, não apenas, uma concepção deste enquanto um agente racional e unificado, mas, também, que se descarte uma suposta unidade e homogeneidade de suas posições. Desse modo, pode-se concebê-lo enquanto uma entidade constituída por um conjunto de “posições de sujeito” que não são totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças e construída por uma diversidade de discursos em que ocorrem movimentos de sobredeterminação e deslocamento. A “identidade” desse sujeito é, portanto, sempre contingente e precária, relacional, fixada temporariamente na interseção das posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Logo, nenhum centro de estabilidade precede às identificações do sujeito, ou seja, não há estabilidade dada de antemão (MOUFFE, 1999).

Se nenhuma estabilidade é dada de antemão, conseqüentemente, a fixação absoluta de sentido é impossível. Todavia, isto, não implica o impedimento de fixações parciais e na existência de alguns pontos discursivos que tentem limitar o fluxo das diferenças. A partir de Laclau e Mouffe (1985/ 2015) observa-se que qualquer discurso, ou a totalidade estruturada resultante das práticas articulatórias, se constitui como tentativa de deter o fluxo das diferenças, construir um centro, dominar o campo da discursividade. Os pontos discursivos privilegiados dessa fixação parcial são denominados de pontos nodais: “A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 188).

Os pontos nodais, na perspectiva de Laclau e Mouffe (1985/ 2015), possuem inspiração no conceito de *points de capiton*, elaborado por Lacan (LACLAU; 2005/ 2018; LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). Para facilitar o entendimento da noção de ponto nodal na TDP, acredita-se ser necessário situar o conceito de *point de capiton* em Lacan. Em Lacan (1966/

³² O conceito de sutura, usado frequentemente na Teoria Política do Discurso, é advindo da psicanálise. Sua formulação é atribuída a Jacques-Alain Miller, apesar de operar de modo latente na teoria lacaniana. Laclau e Mouffe (1985/ 2015) tentam sublinhar dois movimentos na extensão desse conceito na teoria política: relação geral da falta com a estrutura da qual ela é um elemento, na medida em que acarreta a posição de um tomar-lugar-de – sutura como substituto; disponibilidade do sujeito de um certo fechamento – sutura como preenchimento.

1998), o conceito de *points de capiton*, ou pontos de estofo, associa-se à inversão das posições do significado e significante no modelo apresentado por Saussure (1916/ 2006) e ao entendimento de que eles são separados por uma barra ao invés de constituírem uma unidade.

Para Ferdinand de Saussure (1916/ 2006), o signo linguístico é composto por significado (s) e significante (S). O significado, nessa perspectiva, é apresentado como o conceito da coisa representada, enquanto o significante como a imagem acústica da palavra, ou a composição dos fonemas de uma palavra. Significado e significante constituem a unidade do signo linguístico, estando unidos pela barra que as distingue. Nos termos de Saussure (1916/ 2006, p.81): “entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado”.

Lacan (1966/ 1998) resgata o pensamento de Saussure e realiza a inversão das posições do significado (s) e significante (S), colocando o significante (S) acima do significado (s) na barra. Com isso, Lacan (1966/ 1998) ressalta a importância do significante na constituição do discurso do inconsciente, pois, ele possui um caráter de plasticidade, ou seja, não está necessariamente unido ao significado, ao conceito que designa. Lacan (1966/ 1998) opera ainda, outra distinção na relação entre S e s de Saussure (1916/ 2006). Na compreensão do psicanalista francês, a barra entre significante e significado não confere uma unidade, mas uma barreira que resiste a significação.

Enquanto para Saussure o signo constituía uma unidade formada pelo significado e pelo significante, unidade essa que era marcada pelo caráter indissociável de suas partes componentes, para Lacan a barra indica duas ordens distintas, a do significante e a do significado, interpondo-se entre ambas uma barreira resistente à significação. Fica, dessa maneira, quebrada a unidade do signo defendida por Saussure (GARCIA-ROZA, 2005, p. 186).

Na proposta introduzida por Lacan (1966/ 1998), existe, internamente à linguagem, uma relação em que o processo de significação remete a outro, e assim por diante, o que denota que em qualquer língua as possibilidades de compreensão do campo do significado nunca serão esgotadas, pois, este visa atender às necessidades do processo de significação social: “Toda palavra tem sempre um mais além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado” (LACAN, 1953[1953-54] / 1998, p. 275).

O fato de não haver limites para que se compreenda o campo do significado não implica a impossibilidade de se circunscrever a significação daquilo que é dito, e é nesse sentido que Lacan (1966/ 1998) desenvolve seu argumento acerca do ponto de estofo. A noção lacaniana ponto de estofo remete àquilo por meio do qual se apreende a significação. Este age entre os significantes, realiza uma costura, um deslizamento indefinido da significação e um

deslizamento contínuo do significante sob o significado. Em outras palavras, o ponto de estofo³³ é a condição necessária para limitar o deslizamento infinito da cadeia significante, permitindo a criação de sentido precário e contingente.

Conforme mencionado, o ponto de estofo lacaniano serve de inspiração para a noção de ponto nodal de Laclau e Mouffe (1985/ 2015). De acordo com Žižek (1989/ 2008, p. 104), o ponto nodal “é a objetificação de um vazio, de uma descontinuidade aberta na realidade pela emergência do significante”. Žižek adverte (1989/ 2008) ainda, que a função de fixação nodal não é preenchida através de uma abundância de significados, mas da presença de um significante puro:

Se sustentarmos que o *point de capiton* é um “ponto nodal”, uma espécie de agrupamento de sentidos, isso não implica que ele seja simplesmente a palavra “mais rica”, a palavra em que se condensa toda a riqueza de significado do campo que ele “fixa nodalmente”: o *point de capiton* é, antes, uma palavra que, enquanto palavra, no nível do próprio significante, unifica um determinado campo, constitui sua identidade; é, por assim dizer, a palavra a que as “coisas” se referem para se reconhecerem em sua unidade (ŽIZEK, 1989/ 2008, p. 105).

Laclau (2005/ 2018) manifesta que o ponto nodal, além de ocasionar a fixação parcial de uma construção discursiva, é também responsável pela constituição de identidades. Isso porque ele articula um conjunto de significantes privilegiados numa operação que ajuda a construir as identidades – entende-se aqui identidade enquanto resultado de uma articulação discursiva. Entretanto, para que o ponto nodal possa produzir efeito agregador e gerar equivalências, tem de se tornar não apenas contingente, mas também vazio.

Em conformidade com Laclau (2005/2018, p.14), o significante vazio é descrito como “um significante sem significado, mas que ainda faz parte do processo de significação”. Ou seja, o termo significante vazio³⁴ exemplifica “um lugar, no sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável” (LACLAU, 2005/ 2018, p. 166), e permite múltiplas

³³ Os efeitos de linguagem que são produzidos, por meio do ponto de estofo na cadeia significante são determinados pela condensação e deslocamento, que Lacan aproxima dos processos linguísticos metafórico e metonímico de Jakobson (SCHÄFFER *et al.*, 2002). Na concepção lacaniana, na metáfora há uma relação de substituição de um significante por outro, ou seja, designar uma coisa por intermédio da outra. Em consonância com Lacan (1955[1955-56] /1992, p. 249): “A metáfora supõe que uma significação seja o dado que domina, e que ela inflete, comanda o uso do significante, tão bem que toda espécie de conexão preestabelecida, diria lexical, se acha desatada.” A metáfora é, portanto, produtora de sentido. O processo metonímico, por outro lado, consiste na denominação de algo por um termo que não lhe é habitual. Assim, a metonímia implanta um novo significante. Conforme Lacan (1955[1955-56] /1992, p. 251): “A forma retórica que opõe à metáfora tem um nome – ela se chama metonímia. Ela concerne à substituição de alguma coisa que se trata de nomear - estamos, com efeito ao nível do nome. Nomeia-se uma coisa por uma outra que é o seu continente, ou a parte, ou que está em conexão com”.

³⁴ Salienta-se que, aqui, quando se fala em vazio aborda-se um vazio que pode ser significado, pois lida-se com um vazio no interior da significação.

articulações com significados sem que algum se estabilize como sentido unívoco (BURITY, 2014). Observa-se com isso, que significantes vazios se constituem na quebra dos processos de significação (LACLAU, 1996/ 2011). Ou seja, emergem de uma condição contingente de possibilidade ou impossibilidade de sua própria articulação junto ao social. Essa condição é contingente, pois, sua possibilidade ou impossibilidade dependerá da capacidade política de os sujeitos articularem ou não essa quebra – ou interrupção – dos processos de significação dos significantes hegemônicos (JUNIOR *et al.*, 2017).

Laclau (1996/ 2011) menciona que os significantes vazios são formas de representação as quais paulatinamente são esvaziadas de seu conteúdo ideológico conforme outras identidades são integradas a eles, e servem, por conseguinte, como ponto de identificação para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e tornar-se um “significante sem significado”. Burity (2014), lembra, ainda, que os significantes vazios não se tornam apenas *loci* de atos de identificação, mas inclusive, objeto de luta pelo “preenchimento” por sentidos particulares.

Conforme Howarth e Stavrakakis (2000), a conceituação de significantes vazios e de pontos nodais fazem emergir discussões quanto ao surgimento e constituição dessas fixações parciais. Tais discussões, que envolvem o surgimento e constituição dessas fixações parciais, relacionam-se a conceitos, como: antagonismo; hegemonia; e, lógicas de equivalência e diferença:

Os discursos e as identidades produzidas através deles são inerentemente entidades políticas que envolvem a construção de antagonismos e o exercício do poder. Ademais, como os sistemas sociais têm um caráter fundamentalmente político, eles são vulneráveis às forças excluídas no processo de formação política. É em torno desse conjunto de processos que Laclau e Mouffe buscam erigir uma teoria política do discurso. Ao fazê-lo, introduzem os conceitos de antagonismo social e hegemonia, bem como as lógicas de equivalência e diferença (...) (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000, p. 9).

Frente ao exposto, considera-se relevante um maior detalhamento das noções anteriormente apontadas, bem como daquilo que Laclau e Mouffe evidenciam acerca da política e do político, haja vista a primazia da dimensão política e do político em seu pensamento. Para tanto, cabe, primeiramente, versar acerca do antagonismo, noção que foi elaborada por Laclau e Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985/ 2015) e que foi fruto de outras observações em trabalhos posteriores (MENDONÇA, 2012).

Na obra de 1985, Laclau e Mouffe desenvolveram a noção de antagonismo com o objetivo de demonstrar que as relações políticas não são desenvolvidas a partir de lutas políticas prontas. Para os autores, não é possível que se considere identidades políticas num sentido

essencialista, ou seja, como constituídas anteriormente à própria relação antagônica. Em outras palavras, ao invés de ser contemplado como uma relação entre objetividades, o antagonismo é concebido como o momento em que elas passam a ser construídas. Destarte, o antagonismo é condição para a formação de identidades políticas e não apenas um campo de batalha formado entre duas forças cuja existências eram prévias a ele (MENDONÇA, 2012).

Conforme Laclau e Mouffe (1985/2015), o antagonismo envolve a impossibilidade da constituição de um sentido finalístico, ou objetivo da lógica discursiva – a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre contingente e precária. É uma “experiência” do limite da objetividade Nas palavras de Mendonça (2012, p. 208): “Antagonismo é, portanto, uma experiência de negatividade, uma relação que apresenta o limite da objetividade ou da constituição plena das identidades”. Isso quer dizer, que no antagonismo, os limites da objetividade são mostrados, porque o “Outro” representa o limite dos sentidos atingidos por um discurso. Em última análise, em Laclau e Mouffe (1985/ 2015), “o antagônico se encontra fora, excluído e limitado a completa positividade que ele antagoniza (MENDONÇA, 2012, p. 209)”.

A esse respeito, Laclau e Mouffe (1985/ 2015, p. 202) indicam que a relação antagônica não advém de totalidades, mas da impossibilidade de sua constituição: “a presença do “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo”. Ou seja, considerando-se a existência de antagonismo, não é possível que algo seja presença plena para ele – nem a força que com ele antagoniza é tal presença. No caso da linguagem, se esta é compreendida como um sistema de diferenças, o antagonismo seria o fracasso delas, pois, ele se situa nos limites da linguagem e só existe como uma interrupção desta – ou seja, como metáfora: “O antagonismo escapa à possibilidade de ser apreendido pela linguagem, uma vez que a linguagem só existe como esforço para fixar aquilo que o antagonismo subverte” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 202).

Laclau e Mouffe (1985/ 2015) recorrem a dois exemplos que auxiliam na compreensão daquilo que concebem como antagonismo. O primeiro deles diz respeito a oposição povo/*ancien régime* e o segundo trata da emergência de “novos antagonismos” a partir da constituição de movimentos sociais:

A rigor, a oposição povo/*ancien régime* foi o último momento em que os limites antagonísticos entre duas formas de sociedade se apresentaram – com a qualificação que fizemos – na forma de linhas de demarcação empiricamente dadas. A partir daí, a linha demarcatória a partir da qual o antagonismo se constitui na forma de dois sistemas opostos de equivalências (...) (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p. 233-234).

O fato de que os “novos antagonismos” sejam a expressão de formas de resistência à mercantilização, burocratização e crescente homogeneização da vida social, explica em si mesmo porque eles deveriam frequentemente se manifestar por meio de uma profusão de particularismos, e se cristalizar numa demanda por autonomia. Também é por isto que se pode identificar uma tendência quanto a valorização das “diferenças” e a criação de novas identidades que tendem a privilegiar critérios “culturais” (vestuário, música, linguagem, tradições regionais etc.) (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 249).

No primeiro exemplo de Laclau e Mouffe (1985/2015), observa-se que a noção de antagonismo é empregada de modo a demarcar duas formas distintas de sociedade, em que uma impede a completa constituição da outra. No segundo, utiliza-se do conceito de antagonismo para caracterizar uma situação em que movimentos sociais constituem-se para reivindicar suas demandas identitárias em um Estado democrático. Estes exemplos, segundo Mendonça (2012) apresentam situações diferentes de antagonismo social. No caso da oposição povo/*ancien régime*, há uma relação de separação entre dois mundos. Já naquele que trata da emergência de “novos antagonismos”, a relação antagonônica pode ser considerada de forma mais localizada. Enquanto, no primeiro exemplo, há uma sociedade fraturada em dois projetos distintos. No segundo, a sociedade não se encontra fraturada, mas apresenta pontos de antagonismos sociais em alguns de seus setores, que não conseguem criar discursos hegemônicos a ponto de dividir a sociedade em duas (MENDONÇA, 2012).

Conforme Mendonça (2012), essas diferenças entre antagonismos foram amenizadas com uma reformulação dessa noção por Laclau nos seus trabalhos posteriores. A partir de “*New reflections on the revolution of our time*”, a categoria de antagonismo, que até o momento era entendida como o limite de toda objetividade (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015), perde essa dimensão e passa a estar relacionada com o nível da produção discursiva de sentido (MENDONÇA, 2012).

Se, primeiramente, o antagonismo era entendido como representação do limite da própria possibilidade de significação, posteriormente, o mesmo passar a ser compreendido como parte de um processo discursivo – ou seja, de um processo de significação como condição de identificação ou algo simbolizável³⁵. Ao se considerar que o antagonismo faz parte de um processo de significação, presume-se que ele tem função de dicotomizar o espaço social. No entanto, não necessariamente isso representará uma exclusão radical (MENDONÇA, 2012).

Apesar de a função de dicotomizar o espaço social ser discursivamente possível, Mendonça (2012, p. 223), aponta que ela não é a única. Paradoxalmente, ao mesmo tempo o

³⁵ Nesse sentido, o outro antagonônico, o inimigo, não é mais tido como o “não simbolizado”, mas a própria possibilidade da simbolização, da identificação (MENDONÇA, 2012).

exterior constitutivo – discurso antagônico – ameaça a existência do interior – discurso antagonizado –, ele também é a condição da existência deste último, considerando-se que o interior foi constituído sob a ameaça da presença do primeiro (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Desse modo, o antagonismo pode ser percebido ainda, como a condição de possibilidade discursiva, uma vez que a dicotomização ocorre porque o antagonismo é uma forma de identificação de identidades políticas: “O outro antagonizado faz parte do processo de significação, não porque seus sentidos estão incluídos no discurso, mas porque seus sentidos geraram a produção de sentidos antagônicos a eles” (MENDONÇA, 2012, p. 223).

Salienta-se que modificação na maneira como se concebe o antagonismo na TDP é motivada pela introdução da categoria deslocamento. Nos termos de Laclau (2008):

Em *Hegemonía y estrategia socialista*, a noção de limite é mais ou menos sinônima de fronteira antagônica. A objetividade somente se constitui através da exclusão radical. Logo, contudo, adverti que esta assimilação apresentava dois flancos débeis. Primeiro, que o antagonismo *já* é uma forma de inscrição discursiva – quer dizer, de domínio – de algo mais primário que, desde *Nuevas Reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* em diante, comecei a chamar “deslocamento”. Nem todos os deslocamentos necessitam ser construídos de maneira antagônica. A segunda fraqueza é que o antagonismo não equivale à exclusão radical. O que ele faz é dicotomizar o espaço social, mas *ambos* os lados são necessários para criar um espaço único de representação (LACLAU, 2008, p. 393-394).

A noção de deslocamento, utilizada na TDP, advém da psicanálise lacaniana e diz respeito ao instante em que a possibilidade de significação chega ao seu limite (LACLAU, 1990/ 1993). É a ocasião do Real, do desconhecido, da impossibilidade de significação (LACLAU, 1990/ 1993; MENDONÇA, 2012). O deslocamento é, pois, o instante em que o extra discursivo demonstra o limite do sentido. “Uma desestabilização de um discurso que resulta da emergência de eventos os quais não podem ser domesticados, simbolizados ou integrados pelo discurso em questão” (TORFING, 1999, p. 301).

Segundo Mendonça (2012), uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta uma ocasião em que é posta em xeque. Nesse sentido, o deslocamento é entendido como anterior, é externo à significação – e externo ao antagonismo. É um processo pelo qual a contingência das estruturas discursivas se torna visível. Enquanto experiência traumática, o deslocamento desajusta a estrutura a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação:

(...) [A] resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte das diversas forças antagônicas em torno de pontos nodais de articulação precisos. O *centramento* – a ação de centrar – só é possível, portanto, na medida em que há deslocamento e desnivelamento estrutural. Novamente: o deslocamento é a

condição de possibilidade e de impossibilidade de um centro” (LACLAU, 1990/ 1993, p. 57).

Contudo, a descentralização da estrutura por meio de processos sociais, que induz a deslocamentos, nem sempre são ocorrências traumáticas. Conforme Howarth e Stavrakakis (2000), se os deslocamentos perturbam identidades e discursos, eles também criam uma falta no nível de significado que estimula novas construções discursivas, que tentam suturar a estrutura deslocada. Mendonça (2012, p. 215) aponta que no instante em que a estrutura está deslocada e que sua reestruturação é necessária, a partir de novos sentidos, ou da reativação daqueles já existentes, que o antagonismo assume seu lugar “como parte de processos de significação e de constituição de novas formas de inclusão, mas também de exclusão de sentidos discursivos”.

Cumprir frisar que ao discorrer acerca dos antagonismos sociais, Laclau e Mouffe, fornecem explicações das maneiras pelas quais as relações antagônicas – aquelas que ocorrem entre um “exterior constitutivo” que ameaçam a existência de um interior – perturbam os sistemas discursivos. Para tal feito, Laclau e Mouffe (1985/ 2015) introduzem as lógicas da equivalência e diferença. Laclau e Mouffe (1985/2015) asseveram que o discurso conta com duas lógicas de constituição que tornam possível uma formação discursiva em virtude de a totalidade discursiva ser incompleta e contingente, a saber: lógica da equivalência e lógica da diferença. Ambas as lógicas andam juntas e são constitutivas de um mesmo processo: a lógica da equivalência existe, apenas, a partir da existência de um efeito discursivo que decorre da lógica da diferença.

Em consonância com Laclau e Mouffe (1985/2015), a lógica da equivalência representaria uma lógica de simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença seria concebida como uma lógica de sua expansão e complexidade crescente. Ou seja, se a lógica da equivalência funciona dividindo um sistema de diferenças e instituindo uma fronteira política entre dois campos, a lógica da diferença faz exatamente o oposto. Consiste na expansão de um dado sistema de diferenças, dissolvendo cadeias de equivalência existentes e incorporando esses elementos desarticulados em uma ordem de expansão (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Em um trabalho intitulado de “Inclusão, exclusão e a construção de identidades”, Laclau (2006) desenvolve exemplificações que permitem o entendimento de que as cadeias de equivalências envolvem a articulação, dentro de uma formação discursiva, de algo em comum entre diferentes atores/lutas. Nesse processo, as diferenças anulam-se mutuamente na medida em que são utilizadas para expressar algo comum que permeia a todos. Laclau e Mouffe (1985/

2015), indicam ainda, que as cadeias de equivalências variam de acordo com o antagonismo e que elas podem afetar e penetrar. Quanto mais instáveis as relações sociais, mais os pontos de antagonismos se proliferam e mais difícil torna-se a constituição de cadeias unificadas de equivalências. Mesmo quando estas são constituídas, não assumem caráter definitivo, ou seja, um sistema de equivalências nunca é/está imune de se transformar em diferenças.

É válido ressaltar que toda relação de equivalência é atravessada pela ambiguidade, pois, “dois termos, para serem equivalentes, devem ser diferentes – de outro modo, haveria uma simples identidade. Por outro lado, a equivalência existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 206). Nessa perspectiva, Laclau (2005/2018) acrescenta que considerar a equivalência como aquilo que subverte as diferenças, implica o entendimento de que as identidades são construídas no bojo da tensão lógica de equivalência e diferença, e que no *locus* da totalidade encontra-se essa tensão.

Totalidade que, conforme outrora salientado, é concebida enquanto fracassada ou espaço de uma plenitude inalcançável e que constitui um objeto, ao mesmo tempo, impossível e necessário. Impossível, pois, a tensão entre equivalência e diferença é insuperável; necessário porque sem algum tipo de fechamento, mesmo que precário, não haveria significação nem identidade. Como não há meios conceituais possíveis de determinação desse objeto, é necessário que este tenha acesso ao campo da representação. A representação, porém, possui diferenças particulares. Conforme Laclau (2005/2018), existe a possibilidade que uma diferença, sem deixar de ser particular, assumir a representação de uma totalidade. Dessa maneira, seu corpo encontra-se dividido entre a particularidade que ela é e o significado mais universal do qual ela é portadora (LACLAU, 1996/2011).

A compreensão da argumentação trazida por Laclau (1996/2011, 2005/ 2018) pode ser facilitada ao se ter em mente que na TDP a realidade social é concebida enquanto um campo discursivo. O social, consiste assim, num jogo de diferenças, isto é, é num espaço em que as identidades buscam estabelecer-se por intermédio de disputas antagônicas. Quando uma dessas identidades se fixa, ou seja, representa um conjunto de outras identidades, surge uma articulação discursiva. Todavia, toda articulação é contingente e precária, tendo em vista as diferenças não articuladas, para além de seus limites. Diante disso, Laclau e Mouffe (1985/ 2015) defendem que a sociedade enquanto possibilidade de apreensão e totalidade fechada é uma impossibilidade, e que a existência de articulações é uma necessidade do social para conter, mesmo que precariamente, o jogo das diferenças.

Frisa-se que, no interior de um campo discursivo, existem diversas demandas, isto é, unidades mínimas a serem consideradas para ocorrência de uma experiência política. Mesmo que estejam desarticuladas, há a possibilidade de que alguma delas consiga fixar sua significação – parcialmente – e articular em torno de si outras demandas opostas a um discurso antagônico. Nesse instante, a demanda, inicialmente tida como particular, torna-se universal. Por sua vez, quando essa universalidade é incorporada – a própria particularidade encarna uma completude inalcançável³⁶ –, observa-se algo da ordem do significante vazio (LACLAU, 2005/2018). Dito de outro modo, a demanda se esvazia de sua relação com significados específicos e se transforma em um significante que perde referência direta a um significado (LACLAU, 2006). Essa operação, em que uma diferença, por meio de uma particularidade, assume um significado universal é entendida como hegemonia³⁷.

Nesse sentido, para Laclau e Mouffe (1985/2015), hegemonia envolve o instante em que uma força social – particular – assume a representação de uma totalidade que lhe é incomensurável. É uma relação em que determinada identidade, em certo contexto histórico, de modo precário e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Essa noção existe em contraposição à ideia de falta constitutiva, que por sua vez, remete a impossibilidade de as identidades se constituírem plenamente, mesmo que estas – e os sujeitos – vivam em uma constante busca pela completude. Assim, a hegemonia, de modo oposto à noção de falta constitutiva, visa preencher – de maneira ineficaz – essa ausência de plenitude: “entendo por “hegemonia” uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2002).

Para tanto, são necessárias práticas articulatórias, que são também, práticas hegemônicas, mediante as quais se estabelece determinada ordem e se fixa o significado (MOUFFE, 2007). Em outras palavras, o processo de constituição de uma ordem hegemônica, parte de um discurso particular que consegue representar discursos ou identidades até então dispersas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Com isso, nota-se que a hegemonia, em Laclau e Mouffe, trata-se de um lugar vazio, isto é, envolve a disputa entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Sublinha-se que

³⁶ “O universal surge a partir do particular, não como um princípio subjacente a este e que o explica, mas como um horizonte incompleto que sutura uma identidade deslocada (LACLAU, 1996/2011).

³⁷ A noção de hegemonia, central ao pensamento de Laclau e Chantal Mouffe, possui inspiração em Gramsci.

toda ordem hegemônica é, portanto, suscetível de impugnação por práticas hegemônicas contrárias que tentam desarticular a ordem existente com intuito de instalar outra hegemonia. Logo, compreende-se que toda ordem é hegemônica uma articulação precária e contingente, e trata-se, pois, de um fenômeno político (MOUFFE, 2007).

A compreensão do político no pensamento de Laclau e Mouffe, presume a distinção entre política e político. Para realizar a distinção entre política e político, Mouffe (2015) recorre a Heidegger e diferencia o nível ôntico – onde se insere a política – do nível ontológico – nível do político. Isso significa que o ôntico refere-se ao campo empírico, aos fatos da atuação política e às práticas da política convencional. Já o ontológico, tem a ver com a forma como a sociedade é fundada. O político, representaria assim, um espaço de conflito, poder e antagonismo: “Com a expressão “o político” me refiro a dimensão de antagonismo inerente a toda sociedade humana, um antagonismo que, como dito, pode adotar múltiplas formas e pode surgir nas mais diversas relações sociais” (MOUFFE, 2007, p. 18). Já a política, relaciona-se ao conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada. Nos termos de Mouffe (2007, p.18): “a política, por sua vez, se refere ao conjunto de práticas, discursos e instituições que tentam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que sempre são potencialmente conflitivas, e que se veem afetadas pela dimensão do político”.

Por esse ângulo, Mouffe (2007) refere que uma vez que se compreenda que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma condição prévia para a existência de qualquer identidade, pode-se sugerir que a relação social aí existente pode sempre se tornar terreno fértil do antagonismo. No caso da constituição de identidades coletivas, para a autora, sempre existe a possibilidade de que essa relação de um “nós e eles” se converta em uma relação de antagonismo. Isso acontece quando o outro, que até então havia sido considerado simplesmente diferente, passa a ser percebido como alguém que questiona a identidade do sujeito e ameaça a sua existência. A partir desse momento, qualquer forma que a relação adote passa a ser política – mesmo que seja religiosa, étnica, econômica ou de outro tipo.

O reconhecimento da dimensão do político conforme explicitado por Mouffe (2007), permite que se entenda que as relações sociais são permeadas pelo antagonismo e que podem, no que concerne às identidades coletivas – nós/eles –, se constituírem em termos de amigo/inimigo, bem como que se compreenda que a política como uma tentativa de domínio da hostilidade e tentativa de afrouxamento do antagonismo potencial que existe nas relações

humanas. Nesse sentido, não se pretende chegar a um consenso racional alcançado sem exclusões, mas em estabelecer um nós/eles compatível com uma democracia pluralista.

Esta visão, defendida por Mouffe (2007, 2015), opõe-se à crença num mundo sem inimigos e à ideia do consenso enquanto possível de ser alcançado, assim como à concepção de que a superação da animosidade e da hostilidade presentes nos vínculos humanos é algo realizável. Isto é, contrasta-se com a uma compreensão que nega a compreensão do caráter conflituoso das sociedades e com a impossibilidade de erradicação do antagonismo. Ideias estas, que ao invés de permitirem a expressão de canais legítimos de expressão das diferenças, aprofundam o antagonismo social (MOUFFE, 2007).

Isto posto, buscar-se-á, a seguir, desenvolver articulações entre a TDP e a psicanálise, em especial, no que concerne às identificações e ao narcisismo das pequenas diferenças.

3.4 FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE A TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO E A PSICANÁLISE



“Em mim eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
(...)
centenas
o outro que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
(...)”

(LEMINSKI, 1983/2016, p. 14)³⁸

Leminski (1983/2016), no excerto acima salientado, com linguagem simples possibilita a compreensão de premissas relevantes a esta tese. Observa-se, nos versos de

³⁸ O uso do poema de Leminski no início deste tópico, após empregá-lo no tópico 3.2, ocorreu de forma proposital. Em sua primeira utilização nesta tese, buscou-se discuti-lo a partir das identificações estabelecidas entre o sujeito e o outro. Todavia após tratar da temática das identificações, sobretudo, na teoria freudiana e em Laclau e Mouffe, bem como de versar acerca da imbricação entre identificação e narcisismo, e, narcisismo das pequenas diferenças, procurou-se realizar uma alusão a presença de tal relação, no excerto acima destacado, com intuito de auxiliar à compreensão da articulação proposta neste tópico.

Leminski (1983/2016), o sujeito enquanto um precipitado de identificações – estabelecidas com o outro – cuja identidade pode ser entendida como um momento instável da prática da identificação³⁹. O poema de Leminski (1983/2016) – cujo título “contranarciso” não deve passar despercebido –, auxilia ainda, na exemplificação ou na percepção da imbricação entre identificação e narcisismo, e, narcisismo das pequenas diferenças.

Ao resgatar-se a discussão outrora empreendida e que será melhor explicitada no decorrer deste tópico, tem-se que a identificação é concebida como o mais primordial laço afetivo ou libidinal entre pessoas, bem como um importante elemento para a constituição de subjetividades e para a dinâmica de socialização, e, que cada sujeito, durante sua vida, tem múltiplos laços por identificação (FREUD, 1921/2011). Como laço social ou libidinal, a identificação opõe-se a processos narcísicos, a medida em que o laço estabelecido com o outro é uma forma de limitar o amor a si, e no caso de grupos, atuar na união destes (FREUD, 1921/2011, 1930/2011, 1932/2010). Em resumo, compreende-se que a expressão afetiva em que a identificação está circunscrita pode sustentar as identificações.

Enquanto permanecem unidos, os integrantes dos grupos suportam a especificidade um do outro e por ela não sentem repulsa, e, os sentimentos de hostilidade e/ou intolerância relacionados às percepções das diferenças entre eles são suspensos. Isto é, enquanto existem esses laços afetivos ou libidinais entre os integrantes de um determinado grupo, ou massa, ocorre uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças e a união entre eles é facilitada. Nesse sentido, tais laços constituem-se como uma espécie de laço social capaz de unir/ligar as pessoas e de suspender o narcisismo das pequenas diferenças (FREUD, 1921/2011).

Conforme percebido nas argumentações tecidas nos tópicos anteriores, sociedade, sujeito e política não são noções/áreas do conhecimento que se encontram fora do campo psicanalítico. Freud demonstra isso no decorrer de suas obras – em especial naquelas tidas como sociais – e Lacan também o faz. Ao se realizar uma leitura atenta acerca da neurose, percebe-se a relação entre conflitos dos neuróticos e o Outro que estabelece a regulação dos modos de gozo em renúncias pulsionais. Em psicologia das massas, Freud (1921/2011, p. 14) comenta da impossibilidade de dissociar a psicologia social da individual. Em “Mal-estar na civilização”, Freud (1930/2011) lança mão de ferramentas psicanalíticas para discutir processos culturais necessários para que os humanos consigam viver em sociedade. Em uma troca de cartas com

³⁹ Ver Burity 1998.

Einstein, a pedido da Liga das Nações, Freud (1932/ 2010), mais uma vez, utiliza da psicanálise para refletir acerca de um tema de interesse geral dos povos, nesse caso, as motivações que envolviam as guerras.

No que concerne à relação sociedade, sujeito, política e psicanálise em Lacan, pode-se citar como exemplos: O Seminário 16, em que Lacan (1968[1968-69] / 2008), ao relembrar uma afirmação de Freud, realiza uma breve aproximação entre o inconsciente e a política; e, O Seminário 17, em que Lacan (1969[1969-70] /1992), ciente da relevância do discurso psicanalítico na compreensão dos laços sociais, analisa sintomas coletivos de maio de 1968 e pontua que a psicanálise age e, portanto, não permanece alheia à cultura e à política de sua época.

A despeito disso, nem sempre o potencial político da psicanálise é reconhecido por psicanalistas e teóricos das ciências sociais e políticas⁴⁰. Contudo, Laclau e Mouffe, por sua vez, realizam certo movimento de “defesa” do papel político da psicanálise e, no que concerne à temática desta tese, demonstram que os processos identificatórios constituem o campo político, assim como os processos de luta social. Destaca-se ainda que, no decorrer de suas obras, os referidos teóricos políticos lançam mão de outras categorias políticas homólogas às psicanalíticas – como: sujeito político, deslocamento, ponto nodal, significante vazio, laço social, etc. Entende-se que tais categorias corroboram as ideias de que: não existe subjetividade fora dos laços sociais; trabalhar a ação coletiva inclui observar aquilo que envolve a psiquê dos sujeitos; e, as ações humanas não são influenciadas apenas por questões racionais, mas também pelas “paixões”⁴¹/afetividade.

Ademais, percebe-se a possibilidade de articulação entre categorias utilizadas e/ou desenvolvidas por Laclau e Mouffe com a noção de narcisismo das pequenas diferenças de Freud. Articulação, esta, a ser empreendida a seguir, que pode contribuir na compreensão de dinâmicas organizacionais/sociais que perpassam a temática da identificação; como as do “bode expiatório”, da rejeição do diferente e da hostilidade entre grupos, massas e povos, bem como aquelas que envolvem os instantes em que laços e cadeias de equivalências são estabelecidos e naqueles em que o retorno dos “espinhos” pode implicar em conflitos ou até mesmo, na

⁴⁰ Como recorda Mouffe (2015, p.3): “mais de meio século depois da morte de Freud, a resistência à psicanálise na teoria política é ainda extremamente forte, e suas lições (...) ainda não foram assimiladas”.

⁴¹ Salienta-se que o termo “paixões” para Mouffe (2015, p.23) envolve os “vários impulsos emocionais que se encontram na origem das identificações coletivas”. Em Mouffe (2007), pode-se perceber em alguns momentos a utilização deste termo enquanto sinônimo e/ou relacionado ao afeto. Nas palavras de Mouffe (2007, p. 42-43): “Sempre hay un elemento de afecto, una movilización del afecto o las pasiones”.

dissolução desses. Nesse ínterim, pode-se refletir acerca do outro, esse outro que é ao mesmo tempo, próximo e distante, estranho e familiar, e, cujas pequenas diferenças, ou os sentimentos decorrentes da percepção destas, impedem que seja um perfeito semelhante (FREUD, 1919/2010; FUKS, 2011).

Consoante ao que outrora fora aludido, a leitora/o leitor desta tese perceberá a ocorrência, a seguir, da retomada de algumas enunciações. Acredita-se que tal feito se faz necessário para tornar a argumentação mais fluida e facilitar a compreensão da articulação aqui proposta. Para justificar isto, recorre-se a Freud (1932/ 2011) em sua troca de cartas com Einstein. Nas palavras de Freud (1932/ 2011, p. 417): “Queira me desculpar, no entanto, se agora trago coisas sabidas como se fossem novas; o fio do argumento me leva a isso”. Em tal obra, o autor, além de desenvolver argumentações que podiam ser do conhecimento de Einstein, resgatou alguns conceitos e discussões psicanalíticas por ele explanadas em outros textos, como recursos argumentativos para a sua consideração acerca do assunto proposto pelo físico. Com isto, frisa-se que as possíveis recuperações de menções anteriormente realizadas, tratam-se, do mesmo modo, de recursos argumentativos.

Rememora-se, assim, que Freud (1921/2011) refere que **as relações entre sujeitos são fenômenos sociais que se opõem aos processos narcísicos**⁴² e que há nos humanos um pendor à agressão e ao ódio que perturba a relação de uns com os outros e que essa hostilidade primária ameaça permanentemente a sociedade à desintegração (FREUD, 1930/2011, 1932/2010). Ainda, segundo o autor, o interesse pelo trabalho comum não manteria a sociedade “integrada”, pois, as paixões movidas pelas pulsões seriam mais fortes do que interesses ditados pela razão (FREUD, 1930/2011).

Frente a constante ameaça de dissolução, a civilização teria que recorrer a alguns meios para pôr limites ao pendor à agressividade, animosidade e/ou hostilidade humana e simbolizar as potências do isso – as quais não ligadas afetivamente seriam forças letais que poriam em risco a cultura, a civilização. Entre esses meios encontra-se o **laço libidinal** – ou **laço social**⁴³ –, que presume uma **ligação afetiva** (ou **laço afetivo**) cuja pulsão não possui necessariamente

⁴² Cumpre recordar também o tratamento concedido ao narcisismo nesta tese. Hodiernamente, o termo narcisismo parece estar em evidência em diversos meios sociais. Todavia, mesmo que costumeiramente seja possível observar o uso do termo para se referir a “personalidades narcísicas”, algo pejorativo, neste trabalho, o narcisismo é tido como constituinte da subjetividade e algo que acompanha o sujeito no percurso de sua vida. Não é vislumbrado como uma fase destinada ao abandono. Ele se desloca, se associa, se compõe, contudo, sempre está presente.

⁴³ Laclau (2005/2018) corrobora este entendimento ao mencionar que o laço social é um laço afetivo/libidinal que se forma a partir de demandas de amor desviadas de seu objeto original e que segue um modelo preciso: o da identificação.

como fim a satisfação sexual. Ou seja, o laço libidinal ou laço social, tende a envolver relações amorosas inibidas em sua meta para fortalecer vínculos comunitários e, portanto, estabelecer limites à agressividade, animosidade e/ou hostilidade sempre presentes nas sociedades humanas, tendo em vista o pendor humano a tais “impulsos” / “sentimentos” (FREUD, 1921/2011, 1930/2011).

Como mais antigo mecanismo de **laço afetivo**, ou **laço social**, Freud (1921/2011) evidencia a **identificação** e a apresenta como: um tipo de ligação afetiva/emocional (FREUD, 1932/2010); um mecanismo psíquico importante para a formação do Eu e constituição de subjetividades; como um processo por meio do qual o sujeito assimila um ou mais traços, pensamentos, ideias de outro sujeito, integrando-os ao eu; um elemento fundamental para a dinâmica da socialização; e ainda, o modo pelo qual o eu constitui sua subjetividade segundo os ideais e valores compartilhados pela sociedade no contexto de seu nascimento e crescimento (FREUD, 1921/ 2011).

De acordo com Freud (1921/2011), entre os membros de um grupo ou massa, esse tipo de **laço afetivo**, ou **laço social**, – **identificação** – surge diante da nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa que não é objeto de satisfação sexual, podendo ser relacionada a ligação ao líder – sustentando-se verticalmente – ou a uma ideia⁴⁴, uma abstração, uma tendência comum, um desejo partilhável por muitas pessoas – sustentando-se horizontalmente. Freud (1932/2010, p.431), discorre ainda: “**Tudo que estabelece importantes coisas em comum entre as pessoas, produz esses sentimentos comuns, as identificações**”.

Acredita-se, assim, que as **identificações coletivas** estruturadas a partir da **identificação/ligação afetiva** com tais representações, ideais ou desejos compartilhados entre membros de um grupo, podem ser entendidos, num sentido freudo-lacaniano, como relacionadas a determinados **significantes**. Em outras palavras, compreende-se que as identificações se estruturam a partir de sujeitos que se identificam com determinados significantes e são sustentadas pelos sujeitos afetivamente⁴⁵. Conforme frisa Lacan (1961

⁴⁴ Destaca-se que o líder ou a ideia condutora podem se tornar, de certo modo, negativos. Nesse sentido, é possível citar como exemplo o ódio a uma pessoa, instituição, grupo e/ou movimento, que exerce um efeito unificador e provoca ligações afetivas semelhantes àquelas mencionadas anteriormente e que são concebidas por Freud (1921/2011) como positivas.

⁴⁵ Acerca disto, Starnino (2016, p. 241) refere: “o que determina o sujeito no seu “identificar-se-á ou não”, é a relação entre significante e afeto, onde “um mínimo de gozo” ou “usufruto” adquirido no percurso pulsional chancela a repetição e sustentação de uma identidade”.

[1961-62] / 2003, p. 25): “o importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante (...). (...) identificação é uma identificação significante”.

Todavia, estes – significantes relacionados às identificações –, não são concebidos como necessariamente unidos ao significado, ao conceito que designa. Como lembra Laclau (1996/ 2011), é ao perderem seus significados específicos e tornarem-se “significantes sem significados”, que estes podem servir como pontos de **identificações** para uma gama de sujeitos. Cabe salientar que a **identificação** com estes “significantes sem significados”, denominados por Laclau de **significantes vazios**, requisita a instauração de pontos – **pontos nodais** – que funcionem como **aglutinadores das representações, ideais ou desejos dos sujeitos**.

Os **pontos nodais**, neste caso, requerem **uma diminuição do investimento libidinal no eu ou no particular em prol daquilo que é comum, ou que foi esvaziado de seu significado particular**. Nesse sentido, o esvaziamento do significado **particular** transforma este numa **universalidade** que o transcende e o **universal**⁴⁶ torna-se um lugar vazio que unifica um conjunto de **identidades e demandas equivalenciais** – isto é, para que ocorra esse esvaziamento do particular tais **significantes** precisam funcionar como **significantes vazios**.

Frisa-se que **identidades e demandas** não devem ser compreendidas enquanto sinônimos, mas como imbricadas umas às outras. Ou seja, entende-se que as **demandas** são constituídas a partir de/por **identidades** e que possuem **identidades – identidade da demanda**. Logo, a **relação equivalencial** entre demandas requer atos de **identificação** e pode atuar – assim como os **antagonismos**, conforme abordado a seguir – na constituição de novas/outras **identidades**. No que concerne às **identidades**, frisa-se que, neste trabalho, estas são compreendidas **enquanto relacionadas às identificações e, ainda, como representantes, a partir de relações equivalenciais, de múltiplos elementos num dado momento – sendo, portanto, contingentes, precárias e relacionais**⁴⁷.

⁴⁶ Conforme aponta Laclau (1996/2011, p.65): “O universal, como vimos, não tem conteúdo próprio (que o enclausuraria em si mesmo), mas é o horizonte sempre móvel que resulta da exclusão de uma cadeia indefinida de demandas equivalentes. A conclusão parece ser que a universalidade é incomensurável com qualquer particularidade e, não obstante, não pode existir fora do particular”.

⁴⁷ Caso as identidades fossem concebidas por um viés essencialista, o processo de identificação – este também precário e “reversível” – não seria possível, visto que se defende nesta tese, que é a impossibilidade de constituir identidades fixas – e preexistentes ao processo de identificação – que possibilita o estabelecimento de identificações. Nas palavras de Laclau (1996/2011): “Se preciso me identificar com alguma coisa, é porque, para começar, não tenho uma identidade plena”.

A respeito das demandas, tem-se em Laclau (2005/2018) que tal noção possui certa ambiguidade, podendo significar um **pedido** ou uma **exigência**. Na primeira forma, a **demand** se trata de uma solicitação feita aos canais institucionais. Todavia, quando esta não é atendida e ocorrem também outros pedidos não satisfeitos, pode haver entre elas o estabelecimento de uma **relação equivalencial** no que diz respeito ao que impede o atendimento dessas **demandas**.

Por exemplo, agentes culturais da dança mobilizam-se no intuito de solicitar uma escola voltada a esta linguagem artística em determinada localidade. Se a escola for construída, o problema é solucionado e a **demand** se exaure. Supondo-se que a demanda não seja atendida e que tais agentes culturais se manifestem das mais variadas maneiras, no intuito de reivindicar sua **demand**, esta, mesmo possuindo particularidades, pode adquirir uma função mais universal ao ser percebida como uma forma de enfrentamento ao governo. Isso pode inspirar outros grupos sociais, inclusive de outras linguagens artísticas, como àqueles do audiovisual, a reivindicar mudanças no edital de fomento ao audiovisual. Ao ater-se às particularidades, ambas as **demandas** são distintas entre si, mas do ponto de vista de oposição ao governo elas estabelecem uma **relação equivalencial**: tornam-se equivalentes em relação ao que impede o estabelecimento dessas **demandas**.

Para ser acrescentada a uma **cadeia de equivalências**, a **demand** deve esvaziar a sua relação com significados específicos, transformando-se, assim, em um **significante vazio**. Essa operação, em que uma **particularidade**, assume um significado **universal** é entendida como **hegemonia**. Para Laclau e Mouffe (1985/ 2015), **hegemonia**⁴⁸ envolve o instante em que uma força social – particular – assume a representação de uma totalidade que lhe é incomensurável. É, ainda, uma relação em que determinada **identidade**, em certo contexto histórico, de modo precário e contingente, passa a representar, a partir de uma **relação equivalencial**, múltiplos **elementos** (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b) – ou seja, posições diferenciais, que anteriormente à **articulação discursiva**, encontram-se aleatoriamente dispersas⁴⁹.

⁴⁸ Os atos hegemônicos articulam sentidos em torno da tentativa de sedimentar uma objetividade dada e não são dotados de características de totalidade. São, pois, sempre suscetíveis a movimentos de ruptura. Ou seja, por não abranger a totalidade significativa do social, os atos hegemônicos de poder produzem brechas, lacunas, deslocamentos. Ocasão em que um novo rearranjo de sentidos é possibilitado a partir de uma concentração de sentido – ponto nodal – em um objeto discursivo.

⁴⁹ A articulação existente entre esses elementos resulta em uma modificação de suas identidades, ou conforme Mendonça (2003, p. 141), “numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória”. O resultado dessa prática é o discurso, que organiza identidades que anteriormente não estavam organizadas entre si.

Destaca-se que tal **relação equivalencial** não pressupõe uma simples igualdade entre **identidades – demandas** ou **algo que seja comum entre diferentes atores/lutas** –, visto que toda relação deste tipo é atravessada pela ambiguidade: dois termos para serem equivalentes precisam ser diferentes; e, a **equivalência** existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). Nessa perspectiva, a **equivalência** é aquilo que subverte – de forma precária e contingente – as **diferenças**, que por sua vez, são condições prévias para a existência de qualquer **identidade** – já que esta é constitutivamente cindida.

Nos termos de Laclau (1996/ 2011, 2005/ 2018), tal entendimento implica a percepção de que as **identidades** são constituídas no bojo da tensão das **lógicas de equivalência e diferença** – lógicas da simplificação do espaço político e de sua expansão e complexidade crescente. Como lembram Howarth e Stavrakakis (2000), a **lógica de equivalência** divide um sistema de diferenças e institui uma fronteira política entre dois campos – “nós” e “eles” –, permitindo a construção, a partir da articulação de diferentes demandas, de uma nova positividade da sociedade. Já a **lógica da diferença**, consiste na expansão de um determinado sistema de **diferenças** dissolvendo **cadeias de equivalências**, e, caracterizando-se, assim, pela afirmação de demandas em suas particularidades.

No que concerne às **cadeias de equivalências**, é possível o entendimento de que estas envolvem a **articulação** de algo comum entre atores e lutas/ **identidades** e **demandas**, e a instituição de uma **fronteira política**. Todavia, antes de discorrer acerca da conformação de **cadeias de equivalência**, cabe mencionar que nem toda **demanda**, **identidade** ou **significante** podem ser inscritos em uma **cadeia de equivalências**. Em Laclau (2006) observa-se que a conformação de **cadeia de equivalências** implica a criação de **dois polos fronteiros**, que delimitam relações de inclusão e exclusão a partir do seu exterior – exterior constitutivo. Deste modo, a incompatibilidade de vinculação em **cadeias de equivalências**, de determinada **identidade**, **demanda** ou **significante**, se dá pelo fato destes não conseguirem adentrar no espaço de representação significado pelos dois polos fronteiros⁵⁰.

⁵⁰ Como destaca Laclau (1996/2011), a cadeia de equivalências é conformada pela oposição a um exterior que a constitui, sendo que esse exterior impede as particularidades da cadeia de atenderem suas demandas ou completarem sua falta constitutiva. Contudo, uma demanda pode não ser incorporada à cadeia de equivalências caso se choque com os objetivos particularistas de demandas que formam os elos que constituem esse esforço equivalencial. Nesse caso, a externalidade é de natureza diversa, pois não compõe o espaço de representação dos polos fronteiros. Ou seja, nesse caso, não corresponde a uma diferença, mas sim a uma heterogeneidade social. A diferença ocorre a partir de dois elementos percebidos dentro de um espaço de significação, que permite a diferenciação. Enquanto a heterogeneidade social é a própria ausência desse espaço de significação (LACLAU, 2005/ 2018). Em outros termos, a heterogeneidade é a ausência da possibilidade de inscrição discursiva, a partir

Acredita-se ser possível admitir, assim, que a construção de **cadeias de equivalências**, necessita da formação de um **significante vazio** e da **identificação** com este, que por sua vez, requisita a instauração de um ponto que funcione como **aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos**. Este, **o ponto nodal, ao requerer uma diminuição do investimento libidinal no eu ou no particular em prol daquilo que é comum, ou do que foi esvaziado de seu significado particular, atua na suspensão de diferenças, bem como da hostilidade, agressividade e outros sentimentos intolerantes referentes às diferenças internas, auxiliando na formação de uma unidade ou relação equivalencial**. Diante disso, ocorre ainda, a **instituição de uma fronteira política, um corte antagônico, que passa a dividir o espaço social, e a constituição de uma identificação coletiva**.

Ainda que não discorra explicitamente acerca da articulação teórica proposta neste tópico, e mais especificamente, daquilo que foi enunciado no parágrafo anterior, Mouffe (2015) desenvolve argumentações que auxiliam no embasamento da possibilidade de se discutir o **narcisismo das pequenas diferenças** em conjunto com empreendimento intelectual elaborado pela autora junto de Laclau. Na obra “Sobre o Político”, Mouffe (2015) embasa-se na teoria da identificação freudiana e menciona que a afirmação de uma **diferença** é condição para a existência de qualquer **identidade** – ou seja, uma **identidade** existe na medida em que é diferente de outra. Além disso, a autora destaca que o caráter diferencial das **identidades** discursivas pode ser subvertido pela **cadeia de equivalências** e que quando essas são inscritas nas referidas cadeias, as **diferenças** entre elas colapsam e a **identificação coletiva** é possibilitada.

Acerca disso Mendonça (2009, p.158) aponta:

É decisivo também o entendimento de que esses elementos são diferenças articuladas, o que faz com que os mesmos tenham, ao mesmo tempo, suas demandas particulares ainda presentes, mas que, **em relação à articulação que os envolve, esses cancelam suas diferenças neste instante particular e tão-somente neste instante**. Nesse sentido, é possível, inclusive, que grupos originalmente antagônicos entre si façam parte de uma mesma cadeia articulatória, tendo em vista o fato contingente de se ter um inimigo comum entre próprios inimigos (MENDONÇA, 2009, p.158, grifo nosso).

Entende-se, assim, que a **lógica da equivalência** não elimina por completo a **diferença** que constitui todo sentido particular, na medida em que todo elemento de um sistema discursivo possui uma **identidade** e que esta só é diferente à medida que se difere das outras. Todavia, para que ocorra a formação da **cadeia de equivalências**, é necessário o esvaziamento de

da lógica da equivalência, pois, essa deixa de compor o campo de representação dos polos fronteiros, não atuando, assim, na criação de sentidos daquilo que está do outro lado.

sentidos particulares, e, a conseqüente, subversão do caráter diferencial das **identidades**. Enfatiza-se que as afirmações realizadas não devem ser consideradas mutuamente excludentes, pois, as **identidades** são tratadas neste trabalho enquanto constitutivamente cindidas.

Por esse ângulo, acredita-se que: **as equivalências colapsam diferenças que se relacionam e, ao mesmo tempo, contrastam-se com aqueles significantes esvaziados de todo vínculo com significados particulares e que são capazes de assumir o papel de representar “o sistema como puro Ser” – isto é, com significantes vazios; e, que tal colapso não resultará numa simples relação de igualdade entre identidades em que todo caráter diferencial estará suspenso ou anulado**. Segundo já indicavam Laclau e Mouffe (1985/ 2015, p.207): “A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa”.

Desse modo, não se trata aqui de relações equivalenciais entre **identidades** em um sentido de igualdade, mesmo que não se afirme a existência de um fundamento total que constitua um caráter puramente diferencial entre elas, porquanto, é dessa impossibilidade de se obter/ser identidade plena, da falta, que os atos de **identificação** podem ser pensados: “Se eu preciso me identificar com alguma coisa, é porque, para começar, não tenho identidade plena” (LACLAU, 1996/2011, p. 140)”.

Nesse seguimento, como dantes explicitado, o processo de conformação de **cadeias de equivalências** possibilita a constituição de uma **identificação coletiva** e a instituição de **fronteira política**. Sublinha-se que para que se possa versar acerca de **identificações coletivas**, é relevante compreender que a **fronteira política ou corte antagônico**, enquanto objeto de construção hegemônica, não se baseia numa divisão apriorística permanente advinda de dois campos opostos e anteriores a toda formação hegemônica. Contrariamente, as fronteiras são **contingentes** e encontram-se em processo constante de **deslocamento**⁵¹. Ou seja, essas sofrem constante pressão oriunda da ordem hegemônica localizada do outro lado da fronteira e se deslocam conforme a construção da **cadeia de equivalências** alternativa – que também se modifica, mantendo, desse modo, seu sentido indeciso.

Nessa acepção, entende-se que da competição existente entre **cadeias de equivalências** pela representação do **significante vazio** procede uma pressão estrutural sobre o vazio discursivo, que passa a ser significado pela competição equivalencial. Tal processo

⁵¹ Pontua-se que Howarth e Stravakakis (2000) abordam o **deslocamento** enquanto processo pelo qual a **contingência** de uma formação discursiva é tornada visível. Por sua vez, a noção de **contingência**, implica o entendimento de um limite de pensamento, dentro de uma situação teórica, sem que se atribua a este um caráter necessário (LACLAU, 2004). A partir desse termo, é possibilitada, ainda, a compreensão do social, enquanto algo aberto, sujeito a modificações e interferências (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015).

concorrencial de apreensão do **significante vazio** relaciona-se à noção de **significante flutuante** e permite que se considere que os significados esvaziados são temporariamente construídos e que nem todos os sentidos articulados por formações discursivas antagônicas precisariam ser necessariamente antagônicos. Pelo contrário, conforme aponta Mendonça (2012, p.224-225), discursos antagônicos podem compartilhar alguns sentidos, como no caso dos **significantes flutuantes** – isto é, “significantes que flutuam entre os dois lados antagônicos e que são palcos de disputas para que se defina qual lado da fronteira irá hegemonizar sentidos, de forma contingente” –, bem como é válido supor que sentidos positivos (de propostas, alianças, de dimensões simbólico-fantasmáticas em ideologias que guiam ações políticas identitárias, etc.) e negativos possam ser articulados em um discurso antagônico.

Isto implica que se vislumbre o **antagonismo** como condição de possibilidade discursiva, tendo em vista a dicotomização do espaço social. Nos termos de Mendonça (2012, p. 223): “O outro antagonizado faz parte do processo de significação, não porque seus sentidos estão incluídos no discurso, mas porque seus sentidos geraram a produção de sentidos antagônicos a eles”. Mendonça (2012) continua seu raciocínio com o seguinte exemplo: um discurso racista em uma certa comunidade poderia constituir um discurso antirracista; não que os sentidos racistas seriam articulados no interior do discurso antirracista, mas justamente o contrário – seus sentidos geraram a produção de sentidos antagônicos a eles.

Ademais, de uma forma especial e regional, como enfatizado por Mendonça (2012), pode-se pensar no entendimento do **antagonismo** enquanto uma forma de **identificação política, de identificação a partir de uma ameaça política**. Nesse sentido, com a dicotomização do espaço social, **o antagonismo teria a função de gerar um tipo específico de identificação política**. Nos termos de Mendonça (2012, p.224):

se se poder dizer que **o antagonismo é a causa da constituição discursiva pelo processo de identificação que ele promove**, não podemos afirmar que ele é a própria articulação de sentidos (...). Nesse sentido entendemos que a função do antagonismo é a de irritar, (...), as estruturas sistêmicas a ponto de que elas se auto-organizem a partir da identificação política (MENDONÇA, 2012, p.224, grifo nosso).

Contudo, isso não quer dizer necessariamente que o **discurso** é estritamente o oposto do seu polo **antagônico**, tendo em vista que nada impede que aspectos positivos de identificação – aqueles que definem o que a **identidade** é, que também a individualizam –, sejam também articulados discursivamente. Ressalta-se que tais entendimentos, em especial, do **antagonismo enquanto uma forma de identificação política que emerge a partir de uma ameaça política**, surgem embasados na introdução da categoria de **deslocamento** na TDP, que

possibilitou novas formas de se pensar **subjektividades políticas**⁵², bem como abriu oportunidades de pensar essa categoria num nível ôntico em contextos democráticos (MENDONÇA, 2012).

Cavalcante e Costa (2017), por exemplo, mencionam a possibilidade de se pensar o antagonismo em dois níveis: nível ontológico, que ocorreria entre o real, do qual o deslocamento é um momento, e o simbólico; e, nível da realidade (ôntico), que caracterizaria os diversos conflitos entre posições de sujeito, emergindo a partir de uma ameaça que daria início à produção de um processo articulatório e, por consequência, um discurso. Nessa perspectiva, Baron e Linhares (2020), ainda que sem realizar distinção entre os níveis ontológico e ôntico, ressaltam a possibilidade de antagonismo se mostrar pelo caráter relacional dos processos de identificação dos discursos na ordem do social.

Frente ao exposto, adota-se neste trabalho o antagonismo em nível ôntico. Com isso, assim como Mendonça (2012) e Cavalcante e Costa (2017), entende-se o **antagonismo como o momento da percepção de uma ameaça**, que gera uma **identificação** entre elementos e produz um **processo articulatório** e, por consequência, um **discurso**. Como em tal **discurso** o outro **antagônico** está fora de seus limites, os sentidos articulados, sendo positivos e/ou negativos, compõem a maneira como o **sistema discursivo operará**. Entretanto, considerando-se processos psíquicos dos sujeitos, recorre-se, ainda, ao **narcisismo das pequenas diferenças** para se refletir acerca do **antagonismo**, em especial, naqueles **casos em que justamente as pequenas diferenças, dentro da semelhança geral, motivem os sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos**.

Conforme enunciado por Freud (1925/2011, 1921/2010), sabe-se que existem vários obstáculos que, de algum modo, se opõem ao **reconhecimento da alteridade** e tornam impossível, metapsicologicamente falando, a aceitação imediata desta. Há, nesse sentido, um esforço do psiquismo do sujeito na afirmação de si e uma tendência à percepção daquilo que lhe é diferente como uma ameaça e/ou algo que pode acarretar uma exortação à mudança. Por esse ângulo, se por um lado o outro ameaça a precária unidade do “eu”, o semelhante e familiar precisa se tornar estrangeiro para preservar essa mesma unidade. As diferenças devem, portanto, exaltar-se para preservar o senso de singularidade do que ameaça ser perdido.

⁵² Como afirma Mendonça (2009), o antagonismo aparece, a partir de NR, como parte de um sistema de significação, condição de identificação, algo simbolizado. O outro antagônico, o inimigo, não é mais o “não simbolizado”, mas a própria possibilidade da simbolização, da identificação. Já o deslocamento, instante preciso da impossibilidade de significação, é apresentado enquanto algo traumático no sentido de ameaçar identidades e produtivo por servir como “fundação” na qual novas identidades podem ser constituídas.

Tal momento de percepção de uma ameaça, em que o outro, símbolo do não-ser do sujeito, interrompe ou impede a constituição de sua **identidade plena** é apontado por Laclau (2014) como uma primeira condição para existência de um **antagonismo**. Desse modo, a percepção da ameaça pode ocasionar uma **identificação** entre sujeitos e, conseqüentemente o estabelecimento de **laços libidinais, ou afetivos**, que auxiliam numa dinâmica de tolerância frente às diferenças desses, a partir da suspensão temporária do **narcisismo das pequenas diferenças** – a libido, nesse sentido, atua à maneira de uma cola que mantém a coesão; embora sempre esteja ameaçada e em perigo pelos interesses narcísicos.

Aos sujeitos identificados é possibilitado um processo **articulatório** – cujo resultado é um discurso – que envolve a conformação de **cadeia de equivalências** e a instituição de uma **fronteira política**, ou de um **corte antagônico**, que implica a **divisão do campo social**. Por conseguinte, a relação existente entre o “nós” e o “eles” **torna-se antagônica**. Com isso, as **diferenças “intoleráveis”** passam a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciam-se os **efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços sociais** – situação em que o eu, mesmo dividido e precário, busca a completude.

Tais efeitos, relacionados ao narcisismo das pequenas diferenças, podem ser exteriorizados – ao outro e/ou àqueles do outro grupamento – por **intermédio: da angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas; de sentimentos de aversão, antipatia e inveja; da manifestação de prontidão ao ódio, hostilidade e a agressividade; do ato de caricaturar o outro; e, do racismo.**

Cumpre sinalizar o caráter contingente da **suspensão do narcisismo das pequenas diferenças intragrupal**, que, por sua vez, pode acarretar a precariedade e contingencialidade da **identificação** estabelecida pelos sujeitos com determinados **significantes vazios**, bem como da fixação destes. Circunstância que dificulta a cristalização e permanência da **cadeia de equivalência**, pois, esta, mesmo quando constituída, não possui caráter definitivo, assim como a **fronteira política**, ou **corte antagônico**, não pressupõe uma separação permanente. Desse modo, o **antagonismo**, não deve ser compreendido como uma exclusão radical. O que implica a percepção de que **discursos antagônicos podem compartilhar alguns sentidos**.

Sugere-se que algumas circunstâncias, como a privação do objeto da necessidade, podem facilitar o estabelecimento de **identificação** com os sentidos compartilhados entre discursos antagônicos e sua fixação parcial, bem como a conformação de **cadeias de equivalência** entre grupamentos que anteriormente eram **antagônicos**. Recorrendo-se a termos freudianos, considera-se que, por exemplo, ao ocorrer a **privação do objeto da necessidade**,

pode haver a **suspensão do narcisismo das pequenas diferenças** entre grupamentos anteriormente hostis uns com os outros, a partir da intensificação de uma pulsão frustrada. Nas palavras de Freud (1912/2019):

Sem dúvida é também correto, em geral, que a importância psíquica de um instinto [*trieb*] cresce com a sua frustração. Experimente-se deixar que certo número de indivíduos, os mais variados, passe fome igualmente. Com a exacerbação da imperiosa necessidade de alimento, todas as diferenças individuais se apagam, e em seu lugar surgem as manifestações uniformes do instinto [*trieb*] não saciado (FREUD, 1912/ 2019, p. 359-360).

No exemplo utilizado por Freud (1912/ 2019), nota-se que um grupamento de sujeitos famintos que, subjugados pela necessidade, não se distinguem entre si. Frente à fome, enunciadora da morte – como o frio na parábola de Shopenhauer –, o narcisismo das pequenas diferenças é temporariamente suspenso e o estabelecimento de pontos de identificação com determinados significantes é facilitado. Nesse caso, observa-se a seguinte sequência: **privação do objeto da necessidade**  **intensificação da pulsão**  **suspensão do narcisismo das pequenas diferenças**.

Isto auxilia na explicação do porquê em tempos difíceis, há uma **suspensão do narcisismo das pequenas diferenças**, durante a formação de alianças ou a construção de projetos políticos comuns, entre povos ou grupamentos normalmente hostis uns com os outros. No entanto, é válido ressaltar que mesmo que as relações distantes inspirem desconfiança e mal-estar, aquelas próximas comportam hostilidade. Ou seja, **mesmo que o estabelecimento de alianças ou a construção de projetos políticos comuns seja facilitada com a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, tal fato deve ser concebido sempre como temporário**. No exemplo dos sujeitos famintos, **se a privação do objeto da necessidade deixar de existir, os laços libidinais podem ser desfeitos, as identificações deixarem de existir, as diferenças e o narcisismo das pequenas diferenças emergirem novamente**.

Vale frisar que, diante do exposto, considera-se que a **construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes**. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram **investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças**.

Para que se possa investigar a premissa anteriormente descrita, **refletir-se-á, no contexto da pandemia da Covid-19, acerca da dinâmica de formação de identificações, dos membros do CEC-SC, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo,**

vinculado a Fundação Catarinense de Cultura de Santa Catarina (FCC), e que se constitui como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura. Frisa-se que a opção pelo contexto da pandemia da Covid-19, se deu por seu caráter contingencial e, a consequente, introdução da indecidibilidade no campo de pesquisa. Além disso, é por considerar o caráter movente que a identificação pressupõe que, quando se fala em analisá-la em dado momento, se faz no sentido de delimitar um recorte, enxergando o fenômeno de estudo sob uma perspectiva em um determinado período espaço-temporal.

Enfatiza-se, portanto, que frente ao avanço da pandemia da Covid-19 e as restrições às atividades culturais, o CEC-SC atuou no intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural. Circunstancia que requisitou aos seus integrantes outras formas de atuação, articulações, mobilizações e possibilitou a ocorrência de identificações. Ademais, observou-se que diante da ascensão e continuidade das medidas restritivas às aglomerações, e, nesse caso, às atividades culturais, diversos agentes culturais enfrentaram dificuldades financeiras, que, entre outras consequências, lhes trouxeram privações de objetos da necessidade. Situações estas, que tornaram possíveis que se investigasse a premissa anteriormente descrita.

Frente ao exposto, abordar-se-á, no próximo capítulo, discussões voltadas ao estado de emergência cultural, intensificado pela pandemia da covid-19, bem como versar-se-á, com maior detalhamento, acerca dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no Brasil e em Santa Catarina, neste último, enfocando no papel do CEC-SC nestes processos, assim como discutir-se-á, ainda, sobre mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo, aqueles em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos desta, no setor cultural.

4 O ESTADO DE EMERGÊNCIA CULTURAL NO BRASIL E A ESPERANÇA EQUILIBRISTA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA ÀS MOBILIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES ENTRE AGENTES CULTURAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19



“(...) A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar”
(BOSCO; BLANC, 1979).

Diante de sucessivos desmontes e institucionalização precária de políticas públicas de cultura, bem como da baixa efetividade de direitos constitucionais relacionados à cultura, e frente a uma crise sanitária sem precedentes, o setor cultural brasileiro, deu maiores indicativos de um estado de emergência. Na última semana de fevereiro de 2020 obteve-se a confirmação do primeiro caso positivo para Covid-19 no Brasil, menos de um mês depois estados e municípios iniciaram a implementação de medidas restritivas com intuito de conter ou diminuir a propagação do novo coronavírus. Devido à necessidade de distanciamento social, eventos e demais atividades que pudessem provocar aglomerações foram suspensas em todo país. O fechamento de espaços culturais e o cancelamento de apresentações e demais eventos, resultou, em uma súbita e substancial perda de receitas para muitos artistas e demais pessoas ligadas ao setor⁵³.

Apesar disto, nenhuma medida de liberação de recursos federais para a cultura foi tomada nos meses iniciais da pandemia. Enquanto artistas vendiam instrumentos de trabalho para levantarem recursos para subsistirem e/ou dependiam de ações populares e/ou de organizações sem fins lucrativos que lhes forneciam, em alguns momentos, cestas básicas, houve silêncio do executivo federal e do órgão gestor da cultura ao nível federal. Entretanto, em tempos de distanciamento social, agentes culturais de todas as regiões do país, juntos de organizações de representação do setor cultural e de parlamentares mobilizaram-se, articularam-se, formaram identificações coletivas, e, desenvolveram em muitas mãos a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Lei esta, marcada pela esperança equilibrista em dias

⁵³ Ressalta-se que, até 06 de setembro de 2021, ocorreram mais de 583.000 (quinhentos e oitenta e três mil) mortes em decorrência da Covid-19 no Brasil. Foram, ainda, diagnosticados mais de 20.000.000 (vinte milhões) de casos do novo coronavírus, que atingiu todas as regiões e estados brasileiros (FIOCRUZ, 2021). Apesar da intensidade e amplitude que a pandemia da Covi-19 adquiriu no Brasil, observou-se em momentos distintos apoios – ainda que com o tempo estes tenham sido reduzidos – ao discurso da Presidência da República acerca das diminuições de medidas restritivas e de minimização da gravidade da doença (Covid-19). Circunstância que pode ser relacionada a processos identificatórios relacionados ao amor a um líder e a uma ideia. Ainda que isto implicasse a morte de centenas de milhares de brasileiros.

melhores, como diz a letra de João Bosco e Aldir Blanc, pois “o show de todo artista tem que continuar”.

Frente ao exposto e ao entendimento de que a compreensão de um fenômeno está relacionada às suas condições discursivas de emergência e dos fatos históricos a ela relacionados, neste capítulo, aludir-se-á acerca do estado de emergência cultural no Brasil, iniciando por um resgate histórico sobre elementos legais centrais à organização sistêmica das políticas públicas de cultura e sua institucionalização, com especial destaque aos conselhos, mecanismos de financiamento, conferências e órgãos gestores da cultura. Posteriormente, versar-se-á, com maior detalhamento, acerca dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Por fim, discorrer-se-á sobre tais processos no Estado de Santa Catarina, com enfoque no papel do CEC-SC nestes, assim como discutir-se-á, ainda, sobre mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo, aqueles em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos desta no setor cultural.

4.1 EMERGÊNCIA CULTURAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA BRASILEIRAS



“(...)

Que sufoco

Louco

(...)

Mas sei que uma dor assim pungente

Não há de ser inutilmente (...)

(BOSCO; BLANC, 1979).”

Conforme anteriormente mencionado, no ano de 2020, após sucessivos desmontes e institucionalização precária de políticas públicas de cultura, bem como da baixa efetividade de direitos constitucionais relacionados à cultura, e diante de uma crise sanitária sem precedentes, o setor cultural brasileiro, deu maiores indicativos de estar em estado de emergência ou nos termos de João Bosco e Aldir Blanc (1979), de vivenciar um maior “sufoco”. Estado este, que não foi “construído” de um dia ou ano para o outro, mas que ocorreu a partir das trajetórias das políticas públicas de cultura brasileiras, com agravamentos, sobremaneira, a partir de 2018. Nesse ínterim, para se aludir acerca do estado de emergência cultural no Brasil, optou-se por realizar um resgate histórico sobre elementos legais centrais à organização sistêmica das

políticas públicas de cultura e sua institucionalização, com especial destaque aos conselhos, mecanismos de financiamento, conferências e órgãos gestores da cultura. Todavia, não se tem o intuito de esgotar esta e as demais pautas relevantes às políticas públicas de cultura brasileiras.

Entre os resgates dos elementos legais que contribuíram com o desenvolvimento do modo sistêmico de se organizar as políticas públicas de cultura brasileira pode-se citar a criação do Conselho Nacional de Cultura⁵⁴, no ano de 1938, subordinado, à época, ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1953, o governo federal criou o Ministério da Saúde, e a pasta da cultura passou a ser de competência do então denominado Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁵⁵. Já em 1961, ocorreu a regulamentação do Conselho Nacional de Cultura⁵⁶, subordinado diretamente à Presidência da República, bem como sua instalação. Em 1966, tal conselho foi reformulado, vinculado ao MEC e teve uma mudança de nomenclatura, quando passou a ser denominado de Conselho Federal de Cultura⁵⁷.

Segundo Calabre (2008), o CFC foi um lugar privilegiado para o estudo das políticas públicas de cultura, durante o governo militar – especialmente entre os anos de 1967 e 1970. Apesar de existir uma série de interdições legais que limitavam a atuação dos conselhos, o CFC foi responsável pela grande maioria das ações levadas a cabo pelo MEC, à época, na área da cultura, entre elas, pode-se citar a tentativa de aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como o fomento à criação de conselhos de cultura nos outros níveis de governo – principalmente o estadual –, o estabelecimento de diversos convênios e liberação de recursos para projetos culturais.

Em 12 de fevereiro de 1968, ocorreu a primeira reunião nacional dos Conselhos de Cultura. Nesta ocasião, Josué Montello, presidente do CFC, mencionou que este evento significaria um primeiro passo para a construção de um Sistema Nacional de Cultura (CALABRE, 2008). Lia Calabre (2008) cita ainda, a convocação, pelo poder executivo, de um encontro para elaboração de concepções básicas, diretrizes e fundamentos legais voltados ao lançamento da Política Nacional de Cultura (PNC), cuja primeira palestra foi dedicada ao tema geral “Sistema Nacional de Cultura”. Deste evento participaram: Conselho Federal de Cultura; Conselhos Estaduais de Cultura, as Secretarias de Cultura e órgãos correspondentes,

⁵⁴ Decreto-Lei 526 de 1938.

⁵⁵ Lei N.º 1.920, de 25 de julho de 1953.

⁵⁶ Decreto N.º 50.293, de 23 de fevereiro de 1961.

⁵⁷ Decreto-Lei N.º 74, de 21 de novembro de 1966.

universidades, fundações e outras entidades culturais. Nos anos de 1968, 1969 e 1973, o CFC, apresentou ainda, alguns planos de cultura para o governo, mas nenhum deles foi colocado em prática (RUBIM *et al.*, 2010).

Já no período de redemocratização do país, durante o governo do Presidente José Sarney, no dia 14 de março de 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC). Esta era uma solicitação recorrente entre diversos agentes culturais no país – ainda que não seja possível considerar que tal solicitação fosse uníssona ou consensual –, uma vez que, até então, a agenda governamental da cultura era gerida pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura. A primeira legislação cultural de incentivo fiscal à produção cultural foi a Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como a Lei Sarney, que permitia que o Fundo de Promoção cultural, gerido pelo MinC, recebesse recursos de pessoas jurídicas, com opção de que se pudesse deduzir até 5% do imposto de renda devido MINISTÉRIO DO TURISMO, [201-]).

Retornando ao tema do Conselho Federal de Cultura, no fim dos anos 1970 e durante os anos 1980, o CFC passou a ter um papel cada vez menor na política pública de cultura, aspecto que, segundo Rubim *et al.* (2010), possivelmente se deu pela criação de organismos culturais ao nível federal que assumiram funções dantes desempenhadas pelo CFC, como obter liberação de recursos para projetos.

Marco de um novo paradigma nas políticas públicas brasileiras – inclusive em termos de participação e controle social – bem como da disseminação e incorporação dos conselhos de cultura pelos entes federativos, a Constituição Federal, em 1988, abordou em seu artigo 216 a responsabilidade do Estado na proteção do patrimônio cultural brasileiro e evidenciou a participação da comunidade na promoção e proteção do referido patrimônio. Ademais, em seu Art. 215, estabeleceu que o Estado deveria garantir aos cidadãos brasileiros o exercício dos direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e a proteção das manifestações indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos formadores da cultura nacional (BRASIL, 1988).

Em 1990, ocorreu uma descontinuidade na estrutura federal em relação ao órgão gestor da cultura, o MinC foi transformado em uma Secretaria Especial vinculada à Presidência da República. No mesmo ano, os benefícios fiscais da Lei n.º 7.505 foram suspensos e, posteriormente, extintos. Em 1991, no governo de Fernando Collor, foi aprovada a Lei n.º 8.313 – conhecida como Lei Rouanet –, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)⁵⁸ e restabeleceu os mecanismos de incentivos fiscais para o financiamento da cultura

⁵⁸ Cumpre mencionar que os procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de Incentivos Fiscais do Pronac são estabelecidos por instruções normativas do chefe da pasta da cultura no governo federal.

através da renúncia fiscal. Além disto, em seu Art. 31, é prevista a participação comunitária da representação de artistas e criadores em assuntos concernentes à cultura, e, a organização nacional sistêmica da área. Com vistas a garantir estes itens, aponta-se, em tal Lei, o papel do Governo Federal no estímulo à institucionalização dos conselhos de cultura no Distrito Federal (DF), nos estados e municípios (BRASIL, 1991).

No ano seguinte, 1992, sob o governo de Itamar Franco, o MinC foi recriado⁵⁹. Contudo, deu-se início a uma conformação de políticas públicas de cultura mais voltadas às leis de mercado. Em 27 de maio de 1998, publicou-se a Lei n.º 9.649, que dispunha sobre a organização da Presidência da República e apontava como estrutura básica do Ministério da Cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão de Cinema e até quatro secretarias. Todavia, tal lei, com o tempo, sofreu inúmeras variações, tendo em vista a possibilidade de alteração a qualquer momento e unilateralmente pelo chefe do executivo.

Cumprir destacar que sob a presidência de FHC e com Francisco Weffort enquanto ministro da cultura, o CNPC foi paulatinamente esvaziado. O número de membros do referido conselho, em 1996, foi reduzido de 24 para nove, até ficar completamente vazio em 2000, quando seus membros passaram a ser as próprias secretarias e instituições vinculadas ao Ministério (CALABRE, 2010). Rubim *et al.* (2010) apontam que neste período observou-se um conselho nacional de cultura sem nenhuma presença da sociedade civil, sequer de personalidades ou técnicos⁶⁰.

Diante deste cenário o qual Rubim (2015) relaciona às ausências, autoritarismos e instabilidades nas políticas públicas de cultura no país e da baixa efetividade de direitos constitucionais relacionados à cultura, emergiu, durante o primeiro período do governo Lula, a articulação para construção do Sistema Nacional de Cultura. Frisa-se, contudo, que já anteriormente a isto, no programa de governo de Lula, enquanto candidato à presidência, em

⁵⁹ Por intermédio da Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992.

⁶⁰ Cumprir sinalizar que o surgimento de conselhos de cultura pensados como espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil ocorreu, sobretudo, a partir de 2003, com a atribuição de um papel mais relevante a esses conselhos pelo SNC. Mesmo no período posterior a 1988, os conselhos de cultura não eram pensados numa lógica em que a sociedade pudesse exercer efetiva interferência na formulação de políticas públicas de cultura. Desse modo, tais conselhos eram entendidos como instâncias de assessoramento, das quais as pastas de cultura poderiam dispor sempre que necessário, ainda que possuíssem atribuições deliberativas. Quanto a composição, excetuando-se o período em que Francisco Weffort esteve à frente da pasta da cultura e os membros do CNPC passaram a ser as próprias secretarias e instituições vinculadas ao MinC, historicamente, os conselhos de cultura foram compostos, primordialmente, por notáveis e por especialistas da área (RUBIM, *et al.*, 2010).

2002, se fazia presente a proposta de criação de um sistema nacional voltado às políticas públicas de cultura, cujos conselhos de cultura deveriam desempenhar relevante papel no controle social do funcionamento e aplicação de recursos advindos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), de forma democrática e participativa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

No ano de 2003, sob a presidência de Lula e ministério de Gilberto Gil, foi criada a Secretaria de Articulação Institucional (SAI)⁶¹ – órgão responsável pela institucionalização do SNC – e houve um alargamento daquilo que se concebia enquanto cultura e as políticas públicas de cultura passaram a ser elaboradas e executadas – ainda que com ressalvas – com base em três dimensões do conceito de cultura: simbólica; cidadã e econômica⁶². Nesse momento de reformulações conceituais, redirecionamentos e reformas administrativas no MinC, criou-se o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva)⁶³. Esse programa, tendo como base os pontos e pontões de cultura espalhados pelo país, surgiu com o intuito de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade (MinC, 2004).

No ano de 2005, ações relacionadas à participação popular no desenvolvimento de políticas públicas da cultura, bem como no controle social de seu funcionamento e aplicação de recursos ganharam forças. Neste mesmo ano, foi realizada a I Conferência Nacional de Cultura (CNC), precedida por conferências estaduais, intermunicipais, municipais e encontros setoriais, definindo-se a pauta do SNC como uma das prioridades. Acerca da participação na referida conferência, destaca-se:

De julho a novembro de 2005, 190 Municípios brasileiros realizaram suas conferências municipais ou se reuniram para realizar conferências intermunicipais, criando uma rede participativa e um processo cooperativo entre União, Estados e Municípios jamais vistos na história do movimento cultural brasileiro. Estas

⁶¹ Após sucessivas reestruturações administrativas no MinC e sua extinção, atualmente, a gestão do SNC – palavra [gestão] utilizada no Decreto-Lei n.º 10.359, de 20 de maio de 2020. Ressalta-se que a palavra institucionalização não se faz presente no mesmo – cabe à Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDEC), órgão vinculado à Secretaria Especial de Cultura (SECULT) (BRASIL, 2020).

⁶² A dimensão simbólica, nessa perspectiva, abrange o conjunto dos modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A dimensão cidadã, por sua vez, é sustentada pelos direitos culturais, garantidos na Constituição. Desse modo, essa dimensão engloba o direito à identidade e à diversidade cultural e à participação na vida cultural (incluindo-se a criação, fruição, difusão e livre participação nas decisões das políticas públicas de cultura). Por fim, a dimensão econômica concerne aos bens e serviços resultantes das obras e práticas da arte, da cultura, da atividade intelectual e do entretenimento (MinC, 2011).

⁶³ Por meio das Portarias n.º 156, de 06 de julho de 2004 e N.º 82, de 18 de maio de 2005.

conferências, além de discutir os Sistemas Municipais e Regionais de Cultura, elegeram delegados e indicaram propostas para as conferências estaduais. Em alguns Estados e Capitais, foram realizadas pré-conferências para regiões ou setores da produção cultural, contribuindo para descentralizar e desconcentrar o processo de discussão. O MinC estima que este processo envolveu a participação direta de cerca de 60.000 pessoas, em mais de 700 Municípios, em 25 Estados da federação e no Distrito Federal (MinC, 2007, p. 14).

Outra ação relevante no mesmo ano, foi a publicação do Decreto n.º 5.520 de 24 de agosto de 2005, que assinalava a criação do Sistema Federal de Cultura (SFC) e descrevia a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Acerca do SFC, cabe salientar que este difere do SNC (BRASIL, 2005). Pode-se dizer, desse modo, que o Sistema Federal de Cultura, viria a compor o Sistema Nacional de Cultura, que nos termos de Barbalho (2014, p.73) “tem função de estabelecer, em conjunto com a sociedade, um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura”

No que concerne ao CNPC, conforme o Decreto citado anteriormente, este possuía caráter consultivo, fiscalizador, normativo e executivo. Era concebido enquanto um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura, cuja finalidade seria propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Segundo o referido decreto, o CNPC deveria ser integrado pelos seguintes entes: plenário; comitê de integração de políticas culturais; colegiados setoriais, comissões temáticas ou grupos de trabalho; e, CNC. Seus componentes, seriam distribuídos de forma não paritária, com mais componentes não estatais que representantes dos poderes públicos, federais, estaduais, distrital e municipais. No que concerne às reuniões do plenário, estas deveriam ocorrer, ordinariamente, em Brasília (BRASIL, 2005).

Entre as competências do CNPC, previstas em lei, encontravam-se: aprovação das diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura; acompanhamento e fiscalização da execução do Plano Nacional de Cultura; estabelecimento das diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do fazer cultural; acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura; apoio aos acordos e pactos entre os entes federados para implementação do SFC; estabelecimento de orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC; estabelecimento de cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial; incentivo à participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural; delegação as diferentes instâncias componentes do CNPC a

deliberação, fiscalização e acompanhamento de matérias; aprovação do regimento interno da Conferência Nacional de Cultura (CNC); e estabelecimento do regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura (BRASIL, 2005).

Ainda em 2005, inseriu-se na Constituição Federal questões pertinentes ao Plano Nacional de Cultura (PNC)⁶⁴, como: o estabelecimento deste por lei; seu caráter plurianual; e, a sua finalidade de integrar as ações do Poder Público no desenvolvimento cultural concernentes à defesa e valorização do patrimônio cultural, à formação para a gestão da cultura, à democratização do acesso à cultura e à valorização da diversidade étnica e regional. Já entre os anos de 2005 e 2006, celebraram-se protocolos de intenções assinados pela União, DF, 21 (vinte e um) estados e 1967 (mil novecentos e sessenta e sete) e municípios. Este, proposto pelo MinC, possuía formato de convênio e, por intermédio dele, os pactuantes se comprometiam a uma série de esforços para o desenvolvimento de condições institucionais para a implantação do SNC, em seus âmbitos de competência (CUNHA FILHO, 2010).

No ano de 2007, o CNPC foi efetivamente instalado. Entre 2007 e 2008, com participação do CNPC, tendo por base diretrizes aprovadas na I CNC e em discussões promovidas em seminários realizados pelo MinC, nos estados e DF, elaborou-se o PNC (OLIVEIRA, 2014). Ao longo de 2009 foram realizadas conferências municipais, estaduais e distrital de cultura. A partir desse mesmo ano, se estabeleceu o acordo de cooperação federativa, que passou a dar continuidade ao protocolo de intenções – este com vigência esgotada no fim de 2006. Firmado entre a União, por meio do MinC, estados, DF, e municípios, o referido acordo tinha por objetivo estabelecer condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, de maneira especial o Programa Mais Cultura (MinC, 2011). Em outras palavras, o ente federado, se propunha, por meio do acordo de cooperação, a criar seu sistema de cultura em lei própria – Em novembro de 2020, 26 (vinte e seis) estados, DF e 2713 (dois mil setecentos e treze) municípios haviam ao SNC⁶⁵.

Em 7 de outubro de 2009, o Decreto n.º 6.973 alterou àquele que instituiu o SFC e que tratava da composição e funcionamento do CNPC. Entre as principais alterações, pode-se observar a ampliação do número de componentes do CNPC e das áreas técnico artísticas⁶⁶ e do

⁶⁴ Por meio da Emenda Constitucional n.º 48 que adicionou o § 3º no Art. 215.

⁶⁵ Dados obtidos no site do SNC – <http://ver.snc.cultura.gov.br/> – no dia 16/11/2020.

⁶⁶ Acrescenta-se às áreas já abrangidas (artes visuais, música popular, música erudita, teatro, dança, circo, audiovisual): literatura, livro e leitura; arte digital – esta em 2005 possuía a nomenclatura de artes digitais; arquitetura e urbanismo; design; artesanato; e moda

patrimônio cultural a serem representadas por membros da sociedade civil ou, na ausência destes, pelo Ministro de Estado da Cultura. Todavia, estes ainda eram distribuídos de forma não paritária, com mais componentes representantes da sociedade civil do que representantes dos poderes públicos, federais, estaduais, distrital e municipais (BRASIL, 2009).

Em março de 2010, ocorreu a II Conferência Nacional de Cultura (CNC) que apresentou algumas inovações em relação à anterior. Entre elas pode-se citar a realização de Pré-Conferências Setoriais, em todos os estados brasileiros e no DF, sucedidas de uma etapa setorial nacional – cujo intuito era levar para a II CNC propostas de estratégias setoriais. Além de convidados, observadores, palestrantes, delegados governamentais e da sociedade civil, estiveram presentes representantes dos colegiados setoriais de artesanato, artes visuais, arquitetura, arte digital, audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura/literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial e teatro. Isto permitiu que se apresentasse propostas de diretrizes mais específicas para as áreas artísticas (MinC, 2010).

A II CNC também contou com a realização de conferências livres (de caráter mobilizador) e conferências virtuais (disponíveis no portal do MinC, de caráter consultivo), o que possibilitou a ocorrência de um debate e mobilização da sociedade civil. Ademais, a II CNC, e a mobilização dela decorrente, atuaram de modo a impulsionar a aprovação de instrumentos legais e implementação, além do SNC, dos sistemas estaduais e municipais de cultura. Promoveu-se ainda, a criação ou reestruturação dos conselhos de política cultural, atentando-se para a necessidade de democratização e atenção ao modo como sua constituição deveria ser realizada, com vistas a possibilitar a participação e controle social. Acerca dos avanços nas políticas culturais gestados e influenciados pela II CNC, Thamy Pogrebinschi (2010, p. 25) frisa:

A II Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2010, dirigiu pelo menos 27 de suas diretrizes ao Poder Legislativo, destacando-se [...] demandas sobre a lei Griô, da tradição oral, o plano nacional de banda larga, a Lei da Cultura Viva, com a criação do marco regulatório, a transformação dos bem sucedidos Pontos de Cultura em políticas de Estado, a atualização da lei de direitos autorais, a alocação de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura, a valorização das tradições culturais dos 5 biomas, a preservação dos bens simbólicos materiais e imateriais das populações tradicionais, a regulamentação das profissões da área cultura, entre outras. [...] É importante mencionar também o intenso movimento que recebeu nos últimos meses internamente na Câmara dos Deputados a PEC 416/05, que irá inscrever na Constituição o Sistema Nacional de Cultura – além de escrever na história do país que a participação social facultada pelas conferências nacionais passou a ser parte

constitutiva do processo de formulação de políticas públicas (POGREBINSCHI, 2010, p. 25).

Salienta-se ainda, que durante a II CNC, ocorreu o primeiro processo de renovação completa dos representantes da Sociedade Civil do CNPC. Transcorridos alguns meses, foi sancionada a Lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020 – e criou o Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIIC)⁶⁷. Em 2011, o MinC estabeleceu as 53 (cinquenta e três) metas para os dez anos de vigência do PNC⁶⁸. Após um ano, aproximadamente, foi criado o SNC⁶⁹ e, ainda hoje, este continua previsto no artigo 216-A da Constituição Federal de 1988:

“O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 2012, Art. 216-A).

Nessa perspectiva, frisa-se que, por definição, o SNC se trata de um modelo – sistema – de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre os entes federados e a sociedade civil, cujo objetivo primordial envolve o fortalecimento das políticas culturais através da sua institucionalização e da ampliação da participação social para promoção do desenvolvimento – humano, social e econômico – com exercício pleno dos direitos culturais e vasto acesso a bens e serviços culturais (MinC, 2011). Contudo, é válido mencionar que para sua plena implementação legal, o SNC necessita ser regulamentado por uma lei ordinária⁷⁰.

Mesmo sem uma regulamentação, o dispositivo constitucional, estabelece a estrutura do SNC e menciona quais elementos que o compõem devem também ser instituídos nos demais entes federativos, a saber: órgãos gestores de cultura; conselhos de política cultural; conferências de cultura; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas setoriais de cultura (quando pertinente); comissões intergestores; sistemas de informações e indicadores culturais; e, programas de formação na área da cultura. Entre os elementos

⁶⁷ Lei n.º 12.343 de 2 de dezembro de 2010.

⁶⁸ Por meio da portaria n.º 123, de 13 de dezembro.

⁶⁹ Emenda Constitucional n.º 71 de 29 de novembro de 2012.

⁷⁰ Conforme aponta Barbalho (2020), tentativas de regulamentação como o PL n.º 338/2013 e o PL n.º 4271/2016 foram apresentadas, porém arquivadas, respectivamente, nos anos de 2015 e 2019. Todavia, o PL n.º 9474/2018, que trata da regulamentação do SNC, encontra-se em tramitação.

constitutivos do SNC, pode-se destacar as conferências de cultura, as comissões intergestores e os conselhos de política cultural enquanto instâncias de articulação, pactuação e deliberação. Já enquanto instrumentos de gestão têm-se: planos de cultura, sistema de financiamento⁷¹; sistemas de informações e indicadores culturais; sistemas setoriais; e, programas de formação.

Outra ação relevante a ser abordada, foi a realização da III Conferência Nacional de Cultura com o tema central: “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. O tema tinha como referência central a Emenda Constitucional n.º 71, promulgada pelo congresso nacional em 29 de novembro de 2012, que acrescentou o Art. 2016-A à Constituição Federal (MinC, 2013).

Já os objetivos da III CNC, entre outros temas, envolviam: a proposição de estratégias que dinamizassem os sistemas de participação social na gestão de políticas públicas para implementação do SNC; a avaliação da execução de metas do PNC; e, o debate das experiências de elaboração, implementação e monitoramento dos Planos Municipais de Cultura. As etapas antecedentes à plenária (de caráter propositor e deliberativo) foram: municipais ou intermunicipais; regionais ou territoriais; estaduais e distrital. A III CNC também contou com a realização de conferências livres (de caráter mobilizador e propositor) e conferência virtual (disponível no portal do MinC, de caráter consultivo). Promoveu-se, ainda, durante a plenária nacional o engajamento de contas de redes sociais, tanto públicas, quanto da sociedade civil, criando-se uma mobilização com intuito de divulgar o que acontecia no evento (MinC, 2013).

Em 2014, instituiu-se a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)⁷², transformando o Programa Cultura Viva (PCV) em uma política de Estado. Enquanto PNCV, realizaram-se reestruturações normativas num esforço de flexibilização processual relacionadas às críticas destinadas ao PCV, sobretudo, no que tange ao excesso de burocratização que implicava na descaracterização das lógicas de ação originais dos grupos financiados pelo programa e na tendência ao isomorfismo (BRASIL, 2014). Todavia, conforme aponta Oliveira (2014), entraves decorrentes de legislações como a Lei 4.320/64 e Lei 8.666/93, além de outras

⁷¹ Os sistemas de financiamento à cultura são compostos pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, que devem ser diversificados e articulados e abrangem: programas de ações e leis orçamentárias; lei de incentivo fiscal; fundos de cultura; e, Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Nos sistemas de financiamento à cultura os fundos de fomento possuem papel central nas três esferas de governo, uma vez que objetivam “proporcionar recursos e meios para financiar a execução de programas, projetos ou ações culturais” (MinC, 2011, p. 48). Juntos dos conselhos de políticas culturais e dos planos de cultura, os fundos constituem o que se denomina de CPF da cultura.

⁷² Lei n.º 13.018, de 22 de julho de 2014.

normatizações que versam sobre a utilização de recursos públicos, ainda são alvos de críticas e situações de conflito.

No ano de 2015 alcançou-se a marca de acordos de adesão celebrados com 100% dos estados e 45% dos municípios brasileiros. Ademais, ocorreu no mesmo ano o seminário internacional “Sistemas de Cultura: Política e Gestão Cultural Descentralizada e Participativa” (MINISTÉRIO DO TURISMO, [201-]). Em três dias de evento foram reunidos, com intuito de fortalecimento do SNC, gestores e gestoras culturais de todas as regiões brasileiras e de quatro outros países (Colômbia, Espanha, França e Uruguai), além de representantes de pontos de cultura, artistas, produtores culturais, parlamentares e conselheiros de políticas culturais.

Ainda em 2015, um novo decreto⁷³ alterou àquele que instituiu o SFC e que tratava da composição e funcionamento do CNPC⁷⁴ e, por consequência, o Decreto n.º 6.973, de 7 de outubro de 2009. Entre as principais alterações, pôde-se observar a ampliação do número de componentes do CNPC e das áreas técnico artísticas⁷⁵ e do patrimônio cultural⁷⁶ a serem representadas por membros da sociedade civil ou, na ausência destes, por membros indicados pelo Ministro de Estado da Cultura. Seus componentes, ainda seriam distribuídos de forma não paritária, com mais componentes não estatais que representantes dos poderes públicos, federais, estaduais, distrital e municipais (BRASIL, 2015).

No dia 12 de maio de 2016, o presidente interino, Michel Temer, extinguiu o MinC por Medida Provisória (MP) n.º 726 (BRASIL, 2016a). Nesta, Temer fundiu a pasta da cultura com a educação. Tal ato de Temer adquiriu ampla repercussão e foi alvo de protestos em todas as regiões do país, incluindo, a ocupação de prédios públicos ligados à cultura e o compartilhamento, nas redes sociais, das hashtags #FicaMinC e #OcupaMinC. No dia 23 de maio de 2016, foi publicada a MP n.º 728 que restabeleceu o Ministério da Cultura – Marcelo Calero, então secretário nacional de cultura assumiu o MinC enquanto ministro (BRASIL, 2016b).

Transcorridos aproximadamente seis meses, Callero pediu demissão e acusou o secretário de Governo Geddel Vieira Lima de pressioná-lo a intervir para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) viesse a expedir uma licença em favor de

⁷³ Decreto n.º 8.611, de 21 de dezembro de 2015.

⁷⁴ Decreto n.º 5.520, de 24 de agosto de 2005.

⁷⁵ Acrescenta-se às áreas já abrangidas a cultura hip hop.

⁷⁶ Acrescenta-se às áreas já abrangidas capoeira, cultura alimentar, culturas quilombolas e culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

um empreendimento imobiliário em Salvador. Dando sequência à instabilidade protagonizada pelo MinC neste período, o senador Roberto Freire, que assumiu o ministério após Calero pedir demissão em maio de 2017, foi substituído por Sergio Sá Leitão.

Em 2018, apesar de alguns avanços em termos de adesão ao SNC por entes federativos, observou-se um agravamento – e intensificação de desmontes – no contexto das políticas públicas de cultura brasileiras, ou, como diria Rubim (2015), das tristes tradições que marcam a história das políticas culturais brasileiras. Entre as sinalizações de avanços em termos de institucionalização de políticas públicas de cultura brasileiras, aponta-se que, em novembro de 2020, 100% das unidades federativas haviam assinado o acordo de cooperação aderindo ao SNC. Contudo, destas, 66,67% possuíam, à época, Lei do Sistema de Cultura, 33, 33% haviam apresentado ata de reunião de criação do Conselho de Política Cultural e 85,19% a Lei de Regulamentação da Criação do Conselho de Políticas Culturais. Já as leis do Fundo de Cultura e do Plano de Cultura, tinham sido sancionadas, respectivamente, por 77,78% e 51,85%, das unidades federativas (MINISTÉRIO DO TURISMO, [20--]).

Quadro 5 - Institucionalização do SNC por Unidade Federativa

UF	Dados da Unidade Federativa					
	Lei do Sistema de Cultura	Relatório de Atividades do Órgão Gestor	Ata da Reunião de Criação do Conselho de Política Cultural	Lei de Regulamentação da Criação do Conselho de Política Cultural	Lei do Fundo de Cultura	Lei do Plano de Cultura
AC	X			X		
AL				X	X	X
AP	X			X		
AM				X	X	
BA	X		X	X	X	X
CE	X			X	X	X
DF	X	X		X	X	X
ES		X		X	X	X
GO		X		X	X	
MA	X		X			X
MT	X	X	X		X	X
MS	X			X	X	X
MG	X				X	X
PA				X		
PB	X	X	X	X	X	
PR	X	X	X	X	X	X
PE		X		X	X	
PI				X		
RJ	X			X	X	X
RN			X	X	X	
RS	X	X	X		X	X
RO	X	X	X	X	X	X

UF	Dados da Unidade Federativa					
	Lei do Sistema de Cultura	Relatório de Atividades do Órgão Gestor	Ata da Reunião de Criação do Conselho de Política Cultural	Lei de Regulamentação da Criação do Conselho de Política Cultural	Lei do Fundo de Cultura	Lei do Plano de Cultura
RR	X		X	X	X	
SC	X	X		X	X	X
SP		X		X	X	
SE	X	X		X		
TO	X	X		X	X	
Total	18	13	9	23	21	14
Total %	66,67%	48,15%	33,33%	85,19%	77,78%	51,85%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ministério do Turismo ([20--])⁷⁷

No que tange aos municípios brasileiros, têm-se 48,7% destes enquanto signatários do acordo de cooperação aderindo ao SNC. Todavia, dados do IBGE (2019a) permitem a percepção de que apenas 11,7% desses municípios afirmavam possuir Plano Municipal de Cultura em 2018, percentual que era de 8,4% em 2014. Quanto ao Fundo Municipal de Cultura, observou-se maior capilaridade se comparado aos planos, ainda que esse se fizesse presente em 32,2% dos municípios no ano de 2018 e 19,9% em 2014. No que concerne aos Conselhos Municipais de Cultura, notou-se uma expansão dos mesmos em 2018, quando 42,2% dos municípios afirmaram possuí-lo, quando comparado à 2014, cuja porcentagem era de 38,6%. Em contraste, houve diminuição na realização de conferências de cultura entre 2014 (50,1% dos municípios) e 2018 (23,1%) (IBGE, 2019a).

Sublinha-se a relevância que as Conferências de Cultura possuem para a ocorrência debate e mobilização da sociedade, impulsionamento da aprovação de instrumentos legais, e, sobretudo, para uma efetiva implementação e institucionalização do SNC. Além disto, estas podem atuar na promoção da criação ou reestruturação dos Conselhos de Política Cultural, visando a constituição destes enquanto peças centrais no processo de implementação e institucionalização do SNC (MINC, 2011).

Em relação às questões orçamentárias, por exemplo, ao se lançar mão dos dados divulgados pelo IBGE, do Sistema de Informações e Indicadores Culturais de 2019, pode-se observar um decréscimo na porcentagem de repasse público para a área da cultura nos últimos anos. Enquanto o setor público, em todas as suas esferas, destinou à cultura 0,28% do total das despesas consolidadas da administração pública no ano de 2011, chegando a 0,30 % em 2013,

⁷⁷ Dados obtidos no site do SNC – <http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/estado> – no dia 16/11/2020.

houve nos anos seguintes uma queda dessa porcentagem. Desse modo, a porcentagem que chegou a 0,30% em 2013, correspondeu a 0,25% em 2014, 0,23% em 2015, 0,20% em 2016 e manteve-se em 0,21% em 2017 e 2018 (IBGE, 2019b). Ainda, segundo a pesquisa de informações básicas dos municípios brasileiros do ano de 2018, apenas 27,6% dos municípios brasileiros executaram, no ano de 2018, entre 81% e 100% do orçamento previsto para cultura. No outro extremo ficaram 45% dos municípios que executaram até 20% do orçamento previsto (IBGE, 2019a).

Com um investimento com sucessivas quedas, por vezes justificado pela crise fiscal, concomitante a um período de instabilidade política no país e à não execução da totalidade do orçamento previsto para a cultura pela maioria dos municípios brasileiros, em 2018⁷⁸, a negligência ao setor cultural foi escancarada com o incêndio de grandes proporções que atingiu o maior museu de história natural do Brasil, o bicentenário “Museu Nacional”. Apesar destas negligências, das sucessivas reduções orçamentárias, ampliou-se a legitimação da cultura enquanto recurso, possibilidade de desenvolvimento econômico, ativo financeiro.

Concepção que, em maior ou menor medida, direciona, historicamente, as ações políticas no campo cultural brasileiro⁷⁹ e que no governo Temer, com Sérgio Sá Leitão enquanto ministro, foi massivamente “pregada”⁸⁰ na campanha “Cultura Gera Futuro”. Tida como principal projeto do MinC, no ano de 2018, referida campanha foi lançada no dia 16 de janeiro com objetivo de mobilizar a sociedade, por intermédio de diferentes meios de comunicação, em torno do tema Cultura Gera Futuro e apresentar a Cultura como “[...] ativo de imenso potencial:

⁷⁸ Ano em que o orçamento público destinado à cultura não sofreu correções suficientes para cobrir a inflação do período, se comparado a 2017.

⁷⁹ Destaca-se aqui, um trabalho, desenvolvido por Coelho *et al.* (2019), em que as autoras analisam os discursos de posse dos ministros(as) da Cultura – Gilberto Gil (2003), Juca Ferreira (2008), Ana de Hollanda (2011), Marta Suplicy (2012), Juca Ferreira (2015), Marcelo Calero (2016), Roberto Freire (2016) e Sérgio Sá Leitão (2017). Neste, as autoras apontam que apesar de haver uma ampliação daquilo que se entende por cultura – principalmente no discurso de Gil –, há, a legitimação da cultura que atinge um determinado fim, sendo este de origem econômica ou social.

⁸⁰ O uso deste termo faz alusão ao caráter messiânico, com função salvacionista, redentora, capaz de transformar vidas, a sociedade e a economia que o empreendedorismo cultural adquiriu na campanha (NASCIMENTO *et al.*, 2019) que contou com vídeos, conteúdo para rádio e redes sociais, transmitidos em cerca de 2.300 salas de cinemas no país, canais de televisão e aeroportos. A campanha possuía ainda, um site – www.culturagerafuturo.com – atualmente desativado –, com notícias, casos, agenda de eventos e cursos (BRASIL, 2018). Além dos meios anteriormente descritos, foi implementado o Circuito Cultura Gera Futuro. Neste, um representante do Ministério da Cultura percorreu as cinco regiões do Brasil, entre abril e julho do ano de 2018, com o objetivo de capacitar produtores culturais e gestores públicos para lidar com os mecanismos de fomento à cultura disponíveis no Governo Federal (BRASIL, 2018).

gera emprego, renda e inclusão social, e tem papel fundamental na promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável” (BRASIL, 2018).

Nesta campanha, bem como nas principais realizações do MinC, enquanto Sérgio Leitão foi ministro, houve uma atribuição de enfoque à cultura enquanto geradora de riquezas, do empreendedorismo enquanto meio para tal e da diminuição do papel do Estado, em especial, no que diz respeito à lógica de incentivo. Realçou-se, com esta campanha, a representação de cultura como recurso útil, sem valor por si e que feria o preceito constitucional da cultura enquanto direito fundamental ao condicionar seu reconhecimento e legitimidade à sua serventia econômica/social (COELHO *et al.*, 2019).

Não obstante, a partir de 2018, pôde-se perceber indícios de uma maior fragilização da manutenção, até mesmo, da concepção de cultura enquanto recurso, com o fortalecimento do conservadorismo no Brasil. Observou-se, por exemplo, a divulgação em massa, em redes sociais e sites de notícias, de uma série de afirmações infundadas e incompletas, em especial, sobre leis de incentivo, bem como acerca da cultura enquanto dispêndio, gasto, algo oneroso e sem retorno ao Estado. Nessa conjuntura, Jair Bolsonaro, ainda enquanto presidenciável, mencionou que, se eleito, extinguiria o MinC e reduziria a pasta da cultura a uma secretaria do Ministério da Educação.

Na sequência da eleição de Bolsonaro, em novembro de 2018, a fusão do MinC com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social foi anunciada pela equipe de transição do governo eleito. Este anúncio trouxe à tona uma série de manifestações de agentes culturais e demais cidadãos, assim como de organizações do setor cultural como o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura⁸¹. Em 1 de janeiro de 2019, o MinC foi extinto⁸² (BRASIL, 2019a, 2019b). Dessa maneira, a formulação de políticas, programas, projetos e ações relacionados à cultura, bem como a promoção do acesso aos bens culturais, da economia criativa brasileira e da proteção dos direitos autorais passou a ser de competência da Secretaria Especial de Cultura – esta última, à época, integrante do Ministério da Cidadania⁸³ (BRASIL, 2019a, 2019b).

Em 23 de abril de 2019 foi publicada a Instrução Normativa n.º 2. Nesta, foram estabelecidos procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução,

⁸¹ Todavia, as reações ao anúncio de extinção do MinC efetuado pela equipe de transição do governo Bolsonaro, democraticamente eleito, contrariamente ao governo Temer, e, que também anunciou o fim Ministérios como o Ministério do trabalho, pareceram menos intensas que em 2016 e perderam forças.

⁸² Por meio da Medida Provisória n.º 870, convertida na Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019.

⁸³ Vide Decreto n.º 9.674, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019a)

acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados através do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). As principais mudanças apresentadas foram a redução nos valores máximos permitidos por projeto e por carteira – conjunto de projetos por proponente⁸⁴ – (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019), e, a mudança de nomenclatura do referido mecanismo, que de “Lei Rouanet” passou a ser tratado/nomeado oficialmente por “Lei Federal de Incentivo à Cultura” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Transcorridos alguns meses, no dia 27 de junho de 2019, foi publicado o Decreto n.º 9.891, que dispõe sobre o CNPC. Neste, foram realizadas diversas alterações na composição, funcionamento e competências do CNPC. Este passou ser considerado um órgão de caráter, exclusivamente, consultivo, da estrutura do Ministério da Cidadania, destinado a: proposição de formulação de políticas públicas de cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil; proposição de medidas que visem o reconhecimento da cultura como cerne do desenvolvimento humano, social e econômico, consideradas as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura; apoio a articulação e a cooperação federativas necessárias à consolidação do Sistema Nacional de Cultura e dos processos de participação da sociedade na formulação das políticas culturais; proposição de ações, programas e políticas culturais que auxiliem o Ministério da Cidadania no processo de implementação e gestão do Sistema Nacional de Cultura; avaliação das diretrizes do Plano Nacional de Cultura a partir das propostas emanadas da Conferência Nacional de Cultura; acompanhamento e avaliação da execução do Plano Nacional de Cultura com vistas ao seu cumprimento e proposição de medidas para sua otimização; manifestação sobre as diretrizes do plano de trabalho anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura, **quando provocado pelo órgão gestor da cultura no âmbito federal**; promoção do diálogo entre as diferentes expressões da diversidade cultural brasileira, em ambiente presencial e digital, para permitir a participação democrática na gestão das políticas culturais e dos investimentos públicos; manifestação sobre temas relacionados à cultura, incluindo-se os temas discutidos nas Conferências Nacionais de Cultura; proposição do temário e o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura, que serão aprovados pelo ministro responsável pela pasta da cultura; e elaboração o seu regimento interno, a ser aprovado pelo ministro responsável pela pasta da cultura (BRASIL, 2019c).

⁸⁴ O valor máximo autorizado para um projeto, que era de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), caiu para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). No caso das carteiras, o teto passou de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Ainda no mesmo decreto, a estrutura do CNPC, também reduzida, passou a ser composta pelos seguintes entes: plenário; secretaria-executiva; câmaras temáticas; e, Conferência Nacional de Cultura. O número de membros passou a ser de 36 representantes, com um suplente cada. Entre estes, encontram-se dez representantes do ministério de competência da pasta da cultura: Ministro; Secretário Especial de Cultura; Secretário da Diversidade Cultural; e, sete das secretarias finalísticas da área cultural e das entidades vinculadas ao ministério de competência da pasta da cultura com atribuições culturais⁸⁵. Ainda representando o poder público, possuem lugar no plenário: um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; um do Ministério da Educação; um do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; um do Ministério do Turismo; um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e, três do Poder Público estadual, distrital e municipal⁸⁶. Já a sociedade civil, passou a ter 18 representantes no plenário, sendo: sete de diferentes entidades e organizações culturais⁸⁷; dez dos conselhos estaduais e distrital de cultura – dois para cada mesorregião brasileira –; e, uma personalidade de notório saber cultural a ser escolhida pelo ministro responsável pela pasta da cultura (BRASIL, 2019c).

As reuniões do CNPC, previstas em decreto, deveriam acontecer, em caráter ordinário, quadrimestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que convocados por seu presidente, podendo ocorrer presencialmente ou por meio de videoconferência, desde que respeitassem o quórum de maioria absoluta (BRASIL, 2019c).

Em 6 de novembro de 2019⁸⁸, foram transferidas do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo: a Secretaria Especial de Cultura; o CNPC; a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; a Comissão do Fundo Nacional de Cultura; e, outras secretarias (BRASIL, 2019d). Estas últimas integrantes da Secretaria Especial de Cultura⁸⁹, a saber: Secretaria

⁸⁵ Como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), entre outros.

⁸⁶ Sendo: um do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados; um do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados; e um da Confederação Nacional de Municípios.

⁸⁷ Dessas, três devem representar expressões artísticas, como: teatro; dança; literatura e artes visuais. As áreas de patrimônio cultural, cultura popular e artesanato, cultura indígena e cultura afro-brasileira devem ter um representante cada.

⁸⁸ Decreto n.º 10.107, de 6 de novembro de 2019.

⁸⁹ Integram também, a estrutura do Ministério do Turismo, sete entidades vinculadas ao setor cultural: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); Agência Nacional do

Nacional do Audiovisual (SAV); Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SEC); Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic); Secretaria de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SDAPI); e, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural (SEDEC) (BRASIL, 2020d).

Ademais, observou-se no mesmo ano, presidências e diretorias de importantes entidades vinculadas à Secretaria Especial da Cultura, como Fundação Palmares⁹⁰ e Funarte nomeadas conforme aproximação ideológica com o governo Bolsonaro. Frisa-se que desde sua criação, em 1 de janeiro de 2019, a Secretaria Especial de Cultura, além de ser transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, contou com cinco secretários e dois secretários interinos: Henrique Pires; José Paulo Martins; Ricardo Braga; Roberto Alvim; José Paulo Martins; Regina Duarte; e, Mário Frias. Quatro destes – Roberto Alvim; José Paulo Martins; Regina Duarte; e, Mário Frias –, estiveram à frente da pasta da cultura no ano de 2020, ano em que o Plano Nacional de Cultura completou dez anos de vigência e que foi marcado pela emergência cultural.

Ainda no início de 2020, há que se destacar o contexto da exoneração de Roberto Alvim da Secretaria de Cultura, após publicação de um vídeo, em ocasião do lançamento do Prêmio Nacional de Arte, com referência a uma citação do ministro da propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels. A comunicação da exoneração de Roberto Alvim, foi confirmada pelo presidente Jair Bolsonaro, que pelo Twitter, descreveu o episódio como “pronunciamento infeliz” que “tornou insustentável a sua permanência” (ROBERTO..., 2020). No mesmo dia, foi publicada a exoneração em edição extra do Diário Oficial da União. Vale frisar, que houve manifestação da classe política e solicitação da demissão do referido secretário por pessoas, como Rodrigo Maia (à época Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil), Davi Alcolumbre (à época Presidente do Senado Federal do Brasil) e Dias Toffoli (à época Presidente do Superior Tribunal Federal).

Cinema (Ancine); Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Fundação Cultural Palmares (FCP); Fundação Nacional de Artes (Funarte); e, Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (BRASIL, 2020d).

⁹⁰ Acerca da Fundação Palmares, destaca-se a portaria N.º 189, de 10 de novembro de 2020 que estabelece as diretrizes para a seleção das personalidades notáveis negras, nacionais ou estrangeiras, a serem divulgadas no sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares. Posteriormente a publicação desta, foram excluídas 27 personalidades negras do rol de homenageados pela instituição, entre eles: Paulo Paim, Marina Silva, Milton Nascimento, Martinho da Vila, Gilberto Gil, Benedita da Silva, Zezé Motta, Leci Brandão, Sandra de Sá e Elza Soares. Em virtude disso, foi apresentado e aprovado no Senado Federal um Projeto de Decreto Legislativo – n.º 510/2020 – que visa sustar os efeitos da portaria N 189/2020. Com a alegação de que tais exclusões foram de origem ideológica o projeto foi encaminhado para a Câmara de Deputados e até a data de 20 de abril de 2021 encontrava-se em tramitação nesta.

Outro tema relevante a respeito das políticas públicas de cultura no Brasil é o Plano Nacional de Cultura (PNC)⁹¹, que no ano de 2020 teria sua vigência encerrada. Todavia, no ano de término de sua vigência, bom como no ano anterior, não houve a publicação de relatórios de acompanhamento das 53 (cinquenta e três) metas de tal instrumento, os quais teriam como finalidade prestar contas à sociedade, poder público, órgãos de controle, dentre outros, a respeito da implementação de suas metas, assim como apresentar uma série de dados relevantes para processos de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas de cultura. Além da ausência de informações relacionadas ao relatório mencionado, viveu-se em 2020 a incerteza da repactuação do PNC, que se estendeu até a publicação da Medida Provisória n.º 1.012, de 1º de dezembro de 2020, que alterou a Lei que instituiu o PNC. Com a portaria assinada por Jair Bolsonaro, o prazo de vigência do PNC passou a ter duração de doze anos.

Em resumo, observou-se, sobremaneira, no primeiro decênio do século XXI um esforço do Estado, por meio do seu Ministério da Cultura, para a estruturação de um Sistema Nacional de Cultura que permitisse alguma estabilidade nas relações entre os entes federados com vistas a fortalecer este campo e as políticas públicas a ele voltadas. Esse esforço implicou a implementação de ações que refletiram, de algum modo, na estruturação do campo e em sua institucionalização (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019). Observou-se, assim, entre outras ações antes salientadas, a criação de instâncias de discussão e deliberação, bem como a existência de mobilização e participação de diversos atores sociais no desenvolvimento de políticas públicas e estruturação do campo da cultura, ainda que esta institucionalização que esteve em curso possuísse fragilidades que foram evidenciadas e agravadas mediante os desmontes e discontinuidades ocorridos, sobretudo, a partir de 2018.

Nesse cenário de agravamento no contexto das políticas públicas de cultura que evidenciaram as tristes tradições abordadas por Rubim (2015), e diante de uma crise sanitária sem precedentes, o setor cultural brasileiro, no início do ano de 2020, deu indicativos de um estado de emergência. Por efeito das medidas restritivas voltadas a conter a propagação do novo coronavírus, milhões de trabalhadoras e trabalhadores da cultura ⁹²foram impedidos de trabalhar

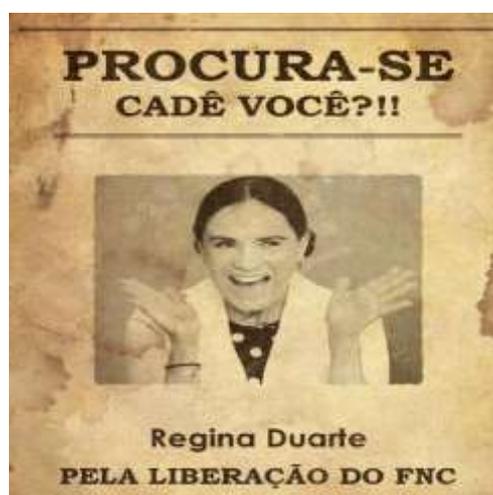
⁹¹ Rememora-se que o PNC, enquanto instrumento de gestão, possui entre seus objetivos a descentralização da implementação de políticas públicas de cultura, a articulação e integração de sistemas de gestão. O PNC evidencia, assim, o entendimento de que a descentralização de políticas públicas de cultura para os demais níveis de governo depende de estratégias desenhadas e implementadas por parte do órgão máximo gestor da cultura, assim como do acompanhamento e monitoração das mesmas.

⁹² Vale destacar que segundo dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018, o setor cultural, no ano de 2018, empregava mais de 5.000.000 (cinco milhões) de sujeitos, o que representava, aproximadamente, 5,7% do total de ocupados no Brasil (IBGE, 2019b).

por tempo indeterminado e, em grande parte, não foram abrangidos pelo auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal.

Apesar disto, nenhuma medida de liberação de recursos federais para a cultura foi tomada nos meses iniciais da pandemia. Enquanto artistas vendiam instrumentos de trabalho para levantarem recursos para subsistirem e/ou dependiam de ações populares e/ou de organizações sem fins lucrativos que lhes forneciam, em alguns momentos, cestas básicas, houve silêncio da Secretaria Especial de Cultura – cuja secretária à época era Regina Duarte –, que resultou em campanha nas redes sociais com perguntas, como: Onde está Regina? Alguém viu Regina? Cadê você, Regina?

Figura 1 - Cadê Você, Regina?



Fonte: Varzea (2020)

Diante da suspensão de atividades artísticas e culturais, e da falta de perspectiva de retorno, começaram a ocorrer mobilizações, por parte do setor cultural em busca do apoio do Estado, nos diversos níveis de governo. Alguns governos estaduais e municipais implementaram ações variadas. Como exemplo destas, pode-se citar a Secretaria da Cultura de Niterói, que, em conjunto com a Fundação de Artes de Niterói e com o Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói, criaram um Grupo de Trabalho para debater e propor ações para o setor. A primeira iniciativa foi o Edital Arte na Rede que selecionou duzentas propostas, com a remuneração de R\$ 1.500,00 para cada uma (CALABRE, 2020).

A Secretaria das Culturas de Niterói providenciou ainda, o adiantamento do pagamento de ações culturais aprovadas que ocorreriam nos próximos meses, como o pagamento de 50% do cachê de espetáculos cancelados que seriam realizados nos equipamentos da prefeitura. Convênios como os dos Pontos de Cultura, seguiram para homologação, assim como os dos

proponentes que haviam sido contemplados no edital de fomento ao audiovisual e do fomento direto da Secretaria (CALABRE,2020). Também foi implementado no município, um auxílio de R\$ 500,00 mensais aos MEI da região, incluindo-se àqueles cujo trabalho relacionava-se às atividades culturais e artísticas. Este seria de três meses, contudo, foi estendido até dezembro de 2020.

Já as mobilizações e demandas concernentes a um auxílio emergencial ao setor cultural, direcionadas ao Poder Executivo Federal não foram, inicialmente, atendidas. Entre os três poderes, foi o Legislativo, que diante do cenário pandêmico e das mobilizações populares, abriu-se à interlocução com sujeitos, grupos e organizações de representação do setor⁹³ em busca de medidas legais que garantissem um nível mínimo de renda que permitisse a sobrevivência desses trabalhadores durante a pandemia. Observou-se assim, que aquilo que o MinC, em 2011, apontava como elemento central de uma estratégia capaz de garantir institucionalmente as bases legais e assegurar politicamente a implementação do SNC, poderia possibilitar esta e outras conquistas em termos de políticas públicas de cultura.

A estratégia para garantir institucionalmente as bases legais e assegurar politicamente a implementação do Sistema Nacional de Cultura deve ter **como elemento central a sensibilização e mobilização de todos os atores da cena cultural – artistas, produtores, empresários, instituições culturais, gestores públicos e sociedade civil** – para, numa atuação conjunta, divulgar e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura. **E, articulando-se com os parlamentares das bancadas da cultura, acelerar a tramitação e aprovação desses projetos de lei** e propostas de emenda constitucional (MinC, 2011, p. 27, grifo nosso).

Destarte foram estruturados projetos de lei que tratavam de diferentes agentes e instituições artísticas e culturais. Dada a emergência da aprovação e dificuldade de fazê-la para o conjunto dos projetos de lei propostos, houve o esforço de diversos parlamentares, incluindo-se a relatoria da Deputada Jandira Feghali, para a reunião de todos os projetos no PL n.º 1.075, de 2020. Este, em sua etapa final de aprovação, ainda na Câmara dos Deputados, foi denominado de Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, em homenagem ao compositor, poeta e músico, uma das vítimas fatais da Covid-19 no Brasil.

Isto posto, salienta-se que no tópico a seguir, versar-se-á, com maior detalhamento, acerca dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção,

⁹³ Dentre estas estavam o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura, o Fórum dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios Associados, o Fórum de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura (CONNECTA), a Rede Nacional de Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Associação Brasileira dos Municípios (ABN), os Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura e associações representativas de segmentos artísticos e culturais.

regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Buscar-se-á, ainda, apresentar exemplos destes mesmos processos no estado de Santa Catarina e discorrer sobre alguns aspectos da referida Lei.

4.1.1 Reavivamento da Esperança Equilibrista: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc



“(…). Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar (...)
(BOSCO; BLANC, 1979).”

Conforme outrora salientado, frente a uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, o setor cultural no Brasil, como em outras partes do mundo, fora duramente impactado. Seus agentes, fortemente atingidos, foram impedidos de exercer seu trabalho, muitos destes, já em condições precárias viram-se sem conseguir garantir sua subsistência. Diante da contextualização da trajetória das políticas públicas de cultura brasileiras apresentadas no tópico anterior, não há como afirmar que o estado de emergência cultural se fez apenas frente ao cenário pandêmico e ao recrudescimento da pandemia da Covid-19. Tal estado, também fora fruto de anos de ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2015) – que por certo agravaram-se nos últimos anos – que permearam em maior ou menor grau as políticas públicas de cultura brasileiras.

Entretanto, em tempos de distanciamento social também foi possível observar que estar apartado fisicamente não, necessariamente, implicaria na não existência de mobilizações, identificações coletivas e articulações entre os sujeitos desse campo. Pelo contrário, agentes culturais de todas as regiões do país, juntos de organizações de representação do setor cultural e de parlamentares mobilizaram-se, articularam-se, formaram identificações coletivas, e, frente aos tempos sombrios, reavivaram a esperança equilibrista, inclusive, naquilo que canta Chico Buarque: “Apesar de você, amanhã há de ser outro dia” (BUARQUE, 1978). E, tornaram, assim, possível o nascimento da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Além de abrigar o início das medidas restritivas, o mês de março apresentou-se como um relevante marco em termos de políticas públicas e ações relacionadas à pandemia, com: abertura de crédito extraordinário na Lei Orçamentária Anual para início de combate da Covid-19 em 13 de março de 2020; Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020 da Presidência da



República solicitando ao Congresso Nacional o reconhecimento do estado de calamidade pública; aprovação, pelo senado federal do Decreto legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, reconhecendo a ocorrência do estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020. Ainda em março, ações e iniciativas para a área cultural ocorreram. Entre elas, observou-se o início: de mobilizações e articulações entre agentes culturais, com intuito de conquistarem medidas legais que garantissem um nível mínimo de renda, que permitisse a sobrevivência durante a pandemia; e, da apresentação dos primeiros Projetos de Lei que propunham medidas e ações de apoio emergencial ao setor cultural.

Na iminência da aprovação, pelo senado, do decreto de calamidade pública, foi criado por Célio Turino⁹⁴, no dia 19 de março de 2020, um grupo de WhatsApp, denominado de convergência cultural. Nele foram adicionados ex-gestores do ministério da cultura, bem como outros agentes culturais e assessores parlamentares, em especial, daqueles que integravam a comissão de cultura da câmara dos deputados⁹⁵, com o objetivo de debater iniciativas e alternativas de socorro à cultura, agentes culturais e organizações da cultura face à pandemia da Covid-19.

Enquanto esse debate inicial ocorria, observou-se, com o decreto do estado de calamidade, o estabelecimento das primeiras medidas restritivas envolvendo distanciamento social e cancelamento de eventos culturais. Com o objetivo de buscar alternativas para a perda de receita por conta das restrições associadas a Covid-19, houve: o desenvolvimento das primeiras pesquisas de impacto da Covid-19 no setor cultural, em alguns casos em conjunto com universidades e conselhos estaduais de cultura; criação de outros grupos, projetos, coletivos independentes⁹⁶; e o fortalecimento daqueles que já haviam sido criados em outros momentos.

⁹⁴ Este, além do grupo de WhatsApp, desenvolveu nos primeiros dias de pandemia, um texto enfatizando a necessidade de uma renda básica para da cultura e cadeias produtivas com características específicas de sazonalidade e intermitência, que, por razão da necessidade de quarentena, estivessem impossibilitadas do exercício de atividade econômica regular. O texto de Turino é apontado, por participantes desta tese, como um dos marcos do início de buscas de ações para arrefecimento dos impactos financeiros no setor cultural da pandemia da Covid-19.

⁹⁵ Acerca da comissão de cultura e do funcionamento desta durante a pandemia, destaca-se um trecho do conteúdo verbal expresso pelo Entrevistado 2: “*Anualmente as comissões se renovam. Em 2020 com a pandemia todas as comissões foram destituídas, todos os membros foram destituídos. Só ficaram as mesas diretoras, os colegiados diretores. Então oficialmente se você entra no site da câmara dos deputados, hoje, assim como em 2020, quem integra a comissão de cultura ou quem responde por ela, são as três deputadas que são integrantes do colegiado da mesa diretora: Benedita da Silva; Maria do Rosário; e, Aurea Carolina*” (E2).

⁹⁶ Estes, com o passar do tempo passaram a se constituir, também, como relevantes canais de comunicação entre atores culturais, incluindo-se: a divulgação de reuniões de grupos e entidades representativas do setor cultural;

Entre as pesquisas realizadas, destaca-se a “Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa”, empreendida pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia, com apoio de outras universidades (CANEDO; NETO, 2020). Nesta, por meio de 1910 (mil novecentas e dez) respostas válidas⁹⁷, advindas das cinco regiões brasileiras, notou-se que a maioria dos profissionais da cultura respondentes não possuía vínculo empregatício formal (80,7%), recebia até 3 (três) salários mínimos e apresentava uma carga horária superior a 45 horas semanais de trabalho (CANEDO; NETO, 2020). Ademais, 71,2% dos sujeitos e 77,8% das organizações tinham reservas financeiras para garantir sua subsistência por um período máximo de 3 (três) meses. Afirmou-se, ainda, que a maioria dos respondentes (79,3% em abril e 77,4% em maio) cancelaram entre 50% e 100% de suas atividades. Frente a isto, 65,8% das organizações alegaram ter feito redução de contratos e 50,2% demitiram funcionários (CANEDO; NETO, 2020).

No que concerne ao fortalecimento de grupos, projetos e/ou coletivos independentes que já haviam sido criados em outros momentos, ressalta-se que de acordo com conteúdo exposto por dois entrevistados, após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e o desencadear de “ataques, aparelhamentos e desmontes na cultura” (E2) notou-se uma “*ascendência em termos de mobilização*” no referido campo (E1).

Esta mobilização ascendente, conforme descrito pelos sujeitos anteriormente apontados, pôde ser vislumbrada na criação de grupos, realização de reuniões para discussões acerca políticas públicas de cultura, pressão para demissão de Roberto Alvim⁹⁸, acionamentos e articulações com parlamentares, em especial, com membros da comissão de cultura da Câmara dos Deputados. Tais situações são apontadas pelo Entrevistado 2 como facilitadoras do desenvolvimento de alternativas para mitigar os impactos da pandemia: “*essa rede já estava ativada (...), e logo que vem a pandemia, é natural que esses agentes que já estavam ali, trabalhando em conjunto nas diversas iniciativas (...), já passassem a debater uma alternativa para mitigar os impactos da pandemia no setor*” (E2).

discussão e divulgação de estratégias de mobilização, editais, e, requisitos para participação nos mesmos; trocas de experiências; e, espaços para criação e divulgação de obras, e, manifestações artísticas coletivas.

⁹⁷ Entre elas, 1293 (mil duzentas e noventa e três) eram provenientes de sujeitos e 617 (seiscentas e dezessete) de organizações.

⁹⁸ Após a publicação de um vídeo, em ocasião do lançamento do Prêmio Nacional de Arte, com referência a uma citação do ministro da propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels.

Entre as alternativas, discutiu-se, ainda, no grupo convergência cultural “*a natureza de um texto, de um PL, de alguma coisa que fosse apresentado*” (E1). Assim, no dia 26 de março de 2020, foi apresentado na Câmara dos Deputados o PL n.º 1.075/2020, de autoria de Benedita da Silva e outras parlamentares da comissão de cultura da câmara de deputados. Figuravam no legislativo ainda, entre os Projetos de Lei⁹⁹ apresentados em março: o PL n.º 1.089/2020, de José Guimarães e André Figueiredo; o PL n.º 1.251/2020, de Aline Gurgel e outros; e, o PL n.º 1.365, de Tadeu Alencar. O mês de março destacou-se também pela ocorrência do conversatório virtual latino americano sobre a Covid-19 e a cultura. Este reuniu parlamentares, gestores e demais agentes culturais em torno do tema “Emergência Cultural”.

O mês de abril iniciou com a aprovação, no dia 02, do requerimento, do Deputado José Guimarães, que solicitava a tramitação do PL 1.075/2020 em Regime de Urgência. Transcorridos alguns dias, no fim de abril, os Projetos de Lei n.º 1.089/2020, n.º 1.251/2020, n.º 1.365/2020, foram apensados, dentro do regime de tramitação legislativa, ao PL 1.075/2020. No início do mês de maio, a deputada Jandira Feghali foi designada relatora para proferir parecer em plenário pelas Comissões de Cultura, Finanças e Tributação, e, Constituição e Justiça e de Cidadania, bem como apresentar Projeto substitutivo que unificasse diferentes projetos em uma única Lei: A Lei de Emergência Cultural – nome inspirado no conversatório realizado com gestores culturais e parlamentares da América Latina sobre políticas emergenciais para o setor cultural (E1).

Com a tramitação e a expectativa de votação do PL n.º 1.075/2020, os meses de abril e maio abrigaram uma intensa mobilização e articulação, incluindo webconferências e encontros virtuais, reunindo agentes culturais de todo país em diálogo com parlamentares, gestores públicos estaduais e municipais, conselhos estaduais e municipais de cultura. Em âmbito nacional, tais encontros virtuais, que num primeiro momento aconteciam em salas de *chat*, passaram a ser transmitidos via YouTube. Nesse ínterim, criou-se, em maio, o canal do YouTube “Emergência Cultural” e realizou-se, por intermédio dele, transmissões ao vivo de debates, diálogos e plantões para acompanhamento e mobilização em todas as etapas de tramitação da Lei. De acordo com o Entrevistado 1, o canal:

“(...) surge principalmente para fazer as webconferências, aqueles primeiros encontros virtuais que aconteceram. Primeiro era por sala de chat, depois começou a ser transmitido pelo YouTube, no canal da emergência cultural (...)” (E1).

⁹⁹ Com o passar dos meses mais três PL foram apresentados: PL n.º 2.634/2020, de Aureo Ribeiro; PL n.º 2.780, de Aline Gurgel e Leandre; e, PL n.º 2.571/2020, de Eduardo da Fonte.

Frente à necessidade de assinar as convocatórias para as webconferências e outras reuniões virtuais – ou de dizer quem convoca, dar um nome – em virtude do número de pessoas envolvidas no processo de articulação e mobilização, criou-se a Articulação Nacional de Emergência Cultural, que conforme o Entrevistado 1, *“tornou-se, a partir de um certo momento, a principal plataforma de comunicação desse movimento”*. No que tange à Articulação Nacional de Emergência Cultural destaca-se que sua criação se deu da:

“necessidade de assinar as convocatórias para webconferências. Quem convoca? Articulação Nacional de Emergência Cultural (...). Porque aí tinha outras pessoas organizando isso. Pessoal da mídia ninja ajudou e foi parceiro todo o processo. Tem o Marcelo da história, de campinas. O próprio Célio também participou de tudo. O pessoal de Grãos de Luz e Griô, lá de Lençóis (...). Muita gente colaborou nos bastidores na área de comunicação. Os parlamentares, a própria Jandira, o Zé Guimarães. Essa turma toda participava as vezes toda semana. O grupo dos gestores, dos secretários de cultura dos estados, a Úrsula, o Fabiano Piúba, o Fabrício Noronha do Espírito Santo. Essa turma toda que participou muito ativamente de todo o processo. Tinha ali uma cozinha do negócio que era isso. Quem vai fazer o flyer? Quem vai divulgar? A gente criou uns 40 grupos de WhatsApp no Brasil, até hoje os grupos existem. A gente manda informações sobre a lei por ali. São milhares de pessoas que estão articuladas nisso aí” (E1).

Outro espaço de articulação, mobilização e desenvolvimento de estratégias de agentes culturais foi a webconferência com secretárias (os) e dirigentes culturais estaduais e municipais, ocorrida no dia 18 de maio de 2020. Nesta ocasião houve destaque à articulação e mobilização em andamento, provocação para continuidade e aumento desta, bem como foi firmado o compromisso com parlamentares presentes para que estes empreendessem articulações com partidos políticos distintos, em especial, com aqueles relacionados ao *“centrão”*.

“Nós vamos ter que continuar fazendo muito barulho, muita pressão. (...) as articulações tão crescendo. Tá ficando bem importante o trabalho que os coletivos, os artistas começam a fazer no Brasil inteiro. Os gestores também começaram a apelar com muita intensidade pra isso. Vocês também já começaram a fazer, os conselhos. E que essa mobilização cresça, (...) de fora pra dentro do congresso nacional, para que de fato a gente tenha força pra aprovar essa lei. E depois muita força pra ir pro senado, e mais ainda pelo não veto” (Jandira Feghali).

“(...) para votar o projeto da emergência cultural é um processo de intensa articulação interna dentro da câmara. (...). Eu quero me comprometer aqui pra fazer uma articulação pesada com o centrão. (...) (José Guimarães).

Falou-se também, nos termos do Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Marcelo Seixas, na formação de um *“grande bloco suprapartidário para aprovação da lei”*. Houve, ainda, uma preocupação para que o PL 1.075/2020 não fosse divulgado ou percebido como um projeto de oposição, para uma maior adesão do mesmo, e, o vislumbre das estratégias de mobilização e articulação que passariam a ser adotadas com maior peso, como: realização de

contatos e “*pressão*” em parlamentares para aprovação do PL; aproximação dos órgãos gestores com conselhos de cultura; e, apresentação de dados relacionados a possibilidade de incremento na arrecadação dos entes federativos com os recursos “*injetados*” na cultura. Tais afirmações estão descritas nos excertos de falas a seguir:

“Vocês sabem que o congresso é pautado de fora pra dentro. (...). É muito importante ter uma mobilização virtual potente que marque os deputados. É muito importante ter essa mobilização que garanta que o projeto não saia da pauta (...). (...) Se a pressão é forte fora, a gente consegue que eles sejam obrigados a votar dentro e tenham mais dificuldade de vetar” (Fernanda Melchiona).

“Nós precisamos fazer o debate sobre este projeto como um projeto não de um partido ou da oposição, dos partidos da oposição. Nós precisamos desenvolver uma articulação política com os demais líderes, com deputados do centrão, no sentido de demonstrar a importância desse projeto para toda a sociedade brasileira e para a cultura do nosso país. (...). Nós precisamos reconhecer que existem deputados e deputadas que não estão na oposição e que podem efetivamente ajudar nesse processo de conversa nos seus partidos e nos seus estados. Por isso entra agora, ao meu ver, aquilo que já foi dito aqui. A importância que tem a participação dos estados e municípios nessa articulação (...).” (Helder Salomão).

“A reunião que nós fizemos com os conselheiros de cultura onde a gente criou uma rede nacional de conselheiros e conselheiras de cultura, ela é muito importante pra primeira coisa que quero colocar. Que é como nós vamos superar esse projeto de lei para não ser um projeto de lei da oposição. (...) quero (...) reforçar aqui a questão dos secretários e secretárias de cultura para junto aos seus governadores, aos seus prefeitos, acionarem as suas bancadas, trazendo também os conselhos e conselheiros de cultura para perto desse processo. Eu acho que a gente tem também um desafio de mostrar todos os números feitos, as pesquisas que foram feitas. Toda vez que um recurso é distribuído ou por Lei Rouanet ou por edital, colocar isso pros governadores, colocar isso para os prefeitos, que todas as pesquisas da FGV apontam que isso gera 1,5 a mais de arrecadação de imposto de cada real investido. Então será uma injeção de recursos muito grande nos estados e municípios, porque esses recursos da cultura convertem uma arrecadação maior para os estados e municípios” (Marcelo Seixas).

Em seguida, encontros virtuais nos estados foram promovidos com o objetivo de apoiar o PL Nacional N°1.075/2020 e articular a mobilização pelos setores culturais locais. No caso de Santa Catarina, tal encontro foi realizado na noite de 21 de maio de 2020 e contou com transmissão simultânea pelo YouTube e Facebook do CEC, YouTube do canal de Emergência Cultural e outros espaços e páginas como a do movimento Cultura Viva.

Com a possibilidade de votação do PL 1.075/2020 no dia 26 de maio, intensificaram-se as estratégias de articulação e mobilização, utilizando-se de mensagens em massa em redes sociais como WhatsApp, twuitaços e fornecimento de contatos de parlamentares, como e-mail e número telefone do gabinete – via grupos de WhatsApp, páginas de instituições representativas do setor cultural, etc. No caso dos e-mails, junto das listas com estes endereços eletrônicos, eram fornecidos modelos de mensagem, incluindo título e conteúdo do corpo do texto. Acerca disto, destaca-se as seguintes falas dos Entrevistados 1 e 2:

“(...) eu acho que foi a primeira vez que teve uma coisa assim mais organizada nacionalmente em termos de estratégia de comunicação. Você fazer um disparo de WhatsApp “a la gabinete do ódio”. A gente pegava e mandava pro Brasil inteiro em 5 minutos, 10 minutos” (E1).

“Os grupos de mobilização mesmo pra pressionar os parlamentares, foi um negócio impressionante. Eu participei de vários e a gente fazia ali o placar. E eu também trabalhando dentro da câmara, fiquei passando o contato de chefe de gabinete para artistas, para ligar, pressionar. Isso funcionou muito” (E2).

Ademais, foi divulgado em redes sociais e páginas das entidades representativas do setor cultural como os parlamentares da bancada de cada Estado pretendiam votar, visando, desse modo, exercer uma maior pressão sobre os parlamentares: *“A gente foi fazendo um placar ali e marcando todos os parlamentares, o voto de cada um e eles também começam a ver essa pressão e falam: nossa, eu tenho que me posicionar a favor” (E3).* A figura a seguir, que exemplifica tais afirmações, foi divulgada nas redes sociais do CEC-SC.

Figura 2 - Como Votará a Bancada Catarinense?



Fonte: CEC-SC (2020a)

Frisa-se que a necessidade de se aderir à estratégia de pressionar os parlamentares a votarem de modo favorável ao PL 1.075/2020, apareceu, sobretudo, nos discursos de parlamentares, assessores parlamentares e gestores culturais. Nessa perspectiva, sublinha-se um excerto do conteúdo verbal trazido à luz pelo Entrevistado 2: *“o congresso é um ambiente muito vascularizado. A forma de se fazer chegar as coisas no congresso nacional é em rede e é de baixo pra cima. Quase como canais que vão enchendo e transbordam, e aí a coisa pega”.*

Com o propósito de fazer “transbordar os canais do congresso”, em 26 de maio de 2020, dia em que Jandira Feghali apresentaria seu parecer acerca do PL 1.075/2020 e em que este

deveria alvo de votação, o uso da hashtag #AprovaEmergenciaCultural foi difundido por inúmeras redes sociais. Havia, inclusive, um destaque na transmissão ao vivo, via canal da Emergência Cultural, convocando ao uso da referida hashtag.

Figura 3 - Plantão Lei Emergência Cultural



Fonte: Emergência Cultural (2020a)

Como resultado, a hashtag #AprovaEmergenciaCultural chegou ao 12º lugar nos *trending topics* do Twitter.

Figura 4 - #AprovaEmergenciaCultural Votação Câmara dos Deputados



Fonte: Feghali (2020a)

Foi nesse contexto de mobilização que Jandira Feghali apresentou, na Câmara dos Deputados, seu parecer e o projeto substitutivo ao PL 1.075/2020. Substitutivo este, elaborado a partir do PL 1.075 protocolado em março, dos PL's que a ele foram apensados no decorrer da tramitação e de um processo de escuta e diálogos que resultaram em contribuições de diversos agentes culturais, parlamentares e entidades representativas do setor cultural, como: o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura; a Rede Nacional de Nacional de Pontos e Pontões de Cultura; a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios; conselhos estaduais e municipais de cultura; e, as associações representativas de segmentos artísticos e culturais. No que concerne aos trabalhos de relatoria e de desenvolvimento de um projeto substitutivo ao PL 1.075/2020, pode-se trazer à luz as seguintes falas, que evidenciam o processo de diálogo e escuta que os envolveram:

“A Jandira faz um trabalho político, mas também técnico muito interessante porque ela consegue aproveitar pontos de cada um desses projetos. Ou sinalizar pra esses atores no que é que um ponto se relaciona com o outro e como é o que ela está mexendo ali, e, meio que deixar todo mundo contemplado” (E2).

“Você tem aqui na própria redação e elaboração do projeto de lei, da sua forma final, uma interlocução muito permanente (...). O tempo todo uma troca de coisas para que projeto fosse desenhado de uma forma que também atendesse e pudesse dialogar com as demandas das gestões locais. (...) teve muito esse debate na elaboração do projeto” (E1).

“Teve muita escuta também (...). Foi bem isso, foi conversando com os setores (...) E aí foi compondo esse Projeto de Lei” (E12).

“(...) foi o que a Jandira fez. Debater com a sociedade. Que também fez muito rápido. É doido isso. Nesse ponto o isolamento social também foi um aliado. (...). Ela ouviu o Brasil inteiro em umas duas semanas. Ela saía de uma live e entrava em outra. (...) Era o dia inteiro em lives com o Brasil inteiro” (E2).

Ocorreu, ainda, durante o trabalho de relatoria e desenvolvimento de um projeto substitutivo, a articulação e diálogos com bases parlamentares, não somente de oposição, e, um esforço em apresentar o PL enquanto um projeto do parlamento, que valorizava a cultura brasileira e não um projeto de esquerda, evitando qualquer polarização em torno do assunto. Ademais, conseguiu-se demonstrar a ausência de óbices à admissibilidade financeira do PL, tendo em vista que a principal fonte de recurso seria o superávit do Fundo Nacional de Cultura. Acerca disso, os Entrevistados 1 e 2 mencionaram:

“(...) você vive num contexto também que a Lei Aldir Blanc conseguiu escapar dessa polarização, e eu acho que isso foi um sucesso, uma coisa que deu certo mesmo porque ela escapou dessa polarização da guerra cultural (...). (...) ela conseguiu

passar por largo disso. Isso foi uma grande vitória do processo (...). Os parlamentares que puxaram isso, a própria Jandira, a Benedita (...), foram conversar com o Rodrigo Maia, foram conversar com os partidos do Centrão, (...) esses caras foram procurados nas suas bases” (E1).

“Ela também fez um trabalho político de não reafirmar que era um projeto da oposição, da esquerda, era um projeto do parlamento. (...). E teve um trabalho de negociação política com o governo. Um governo que tinha no seu orçamento um superávit dos anos de não investimento do orçamento todo do Fundo Nacional de Cultura. Então ela conseguiu mostrar também que o impacto orçamentário não seria uma catástrofe econômica para o governo e que boa parte desses recursos alimentariam uma rede de estados e municípios que trariam benefícios para o próprio governo – tanto políticos quanto de geração de renda (impostos, tributação e tal)” (E2).

Salienta-se que os pontos anteriormente explicitados fizeram parte do relatório de Jandira Feghali, que, igualmente, destacou a cultura como relacionada a valores humanitários e como parte importante para o desenvolvimento econômico do país, mas que a despeito de sua relevância, nem sempre é concebida enquanto ofício, trabalho. A deputada agradeceu também ao trabalho de agentes culturais, entidades representativas do setor cultural e aos líderes do parlamento pelo *“acolhimento, sensibilidade e disposição ao debate”* – abrangendo, oposição, centro e base do governo – para chegarem naquilo que denominou de *“bom termo e vitória”*. Jandira frisou, ainda, a relevância do socorro a agentes culturais que, em muitos casos, estavam sobrevivendo com ajuda de terceiros. Com isso, além de orientar à aprovação do substitutivo, sugeriu que a Lei fosse denominada de Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, em homenagem à Aldir Blanc que também fora vítima letal da Covid-19.

Ainda durante a discussão do PL na referida sessão na Câmara dos Deputados, reforçou-se a importância de se deixar as diferenças de lado para que pudesse haver união e superação da COVID-19, ou nos termos do Deputado Efraim Filho: *“falar uma língua só. A língua do nós. Não do nós e eles”*. Com uma única orientação de voto de partido pela não aprovação – partido Novo orientou ao não com a alegação de que o PL era contraditório quanto aos demais setores –, o texto do substitutivo foi aprovado em votação na Câmara de deputados, em uma sessão descrita pelo Entrevistado 2, da seguinte maneira:

“Eu acompanhei toda a sessão de votação na câmara dos deputados e foi uma das sessões mais qualificadas que eu acompanhei. De falas qualificadas da direita, da extrema direita, até os partidos de oposição, falando da importância da cultura. Sobre a importância da cultura popular. Sobre a importância dos artistas das pequenas localidades” (E2).

Transcorridos alguns minutos, mensagens circulavam nas redes sociais e alcançavam inúmeros sujeitos, falava-se na ciência de que havia ocorrido uma vitória, mas que a *“batalha”*

teria de continuar: “*O time da cultura entrou em campo, unido e venceu. Já se ouviu o apito do juiz. Agora vem o Senado. Depois as batalhas seguintes até a sanção e implementação da Lei. Mas hoje, mais que ganhar, ganhamos de goleada. E como estávamos precisando!*”¹⁰⁰ (TURINO, 2020b).

Nessa perspectiva, junho, mês em que houve um recrudescimento da pandemia no país, iniciou com a continuidade de mobilizações e articulações. Circulavam mensagens em grupos de WhatsApp com a preocupação e necessidade de mobilizar ainda mais a opinião pública para que não se caísse “*na velha história: ao invés de investir dinheiro na saúde estão colocando na saúde*” (FÓRUM DE AÇÃO PERMANENTE, 2020). Falava-se também em pressionar gestores locais e isto foi feito:

“(...) a partir dessas conferências, desses encontros, dessas mobilizações todas, a sociedade civil começou a bater ali a porta das prefeituras e falar: e aí? O que vocês estão fazendo pra poder acontecer a Lei Aldir Blanc? Ó vão aprovar a Lei Aldir Blanc, vocês estão fazendo alguma coisa? Então também houve uma pressão da sociedade civil para o poder público, que fez o poder público se mobilizar pra conseguir trazer o recurso e fazer isso ser executado. Acho que isso foi um elemento fundamental. Talvez muitos secretários, muitos municípios, só se mexeram ou só se ligaram porque tinha ali uma pressão da sociedade civil” (E12).

Além disto, utilizou-se das mesmas estratégias anteriores à votação na câmara de deputados, como: divulgou-se em redes sociais e páginas das entidades representativas do setor cultural como os parlamentares da bancada de cada Estado pretendiam votar; manteve-se a articulação e diálogos com bases parlamentares, não somente de oposição e no senado, Jaques Wagner passou a desenvolver importante papel nesse sentido, com a relatoria do PL. Utilizou-se, ainda, do envio de mensagens em massa, cujos conteúdos incluíam e-mail e número telefone do gabinete de parlamentares. Neste caso, junto das listas com dados para contato, eram fornecidos modelos de mensagem, contendo título e corpo de texto. Ampliaram-se também os debates com agentes culturais, parlamentares, movimentos sociais e entidades representativas do setor.

Como resultado, a hashtag #AprovaEmergenciaCultural chegou, na véspera da votação no senado, ao 12º lugar nos *trending topics* do Twitter.

¹⁰⁰ Trecho de uma mensagem de texto recebida pela pesquisadora via WhatsApp e publicada em páginas do Facebook e agentes e grupos culturais.

Figura 5 - #AprovaEmergenciaCultural Véspera da Votação no Senado



Fonte: Acervo Pessoal

No dia 04 de junho de 2020, depois de semanas de mobilização por todo o país, dos mais diversos segmentos artísticos e culturais, o PL N° 1.075/2020, entrou em votação no senado federal. Após aprovação por unanimidade, seguiu para sanção presidencial. Transcorridos alguns minutos, mensagens circulavam nas redes sociais e alcançavam inúmeros sujeitos, falava-se em “*vitória consagrada dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura do Brasil, uma Vitória do povo brasileiro*” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EMERGÊNCIA CULTURA, 2020a). Contudo, evidenciava-se a indispensabilidade da continuação de mobilizações e articulações, e, o surgimento de “novas lutas”:

“(...) a aprovação da Lei dá início a novas lutas e construções: além de garantir a sanção presidencial, a implementação da Lei Aldir Blanc nos estados e municípios vai exigir muita participação e mobilização permanente dos fazedores e fazedoras de cultura de todo o país, artistas, produtores, pontos de cultura, redes, coletivos e movimentos culturais. A Articulação Nacional de Emergência Cultural convoca a todos e todas para esta caminhada que hoje, neste histórico dia 04 de junho de 2020, está apenas começando” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EMERGÊNCIA CULTURA, 2020a).

Com a aprovação no senado, surgiram iniciativas que sistematizavam e difundiam conteúdos e metodologias relacionados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, bem como proporcionavam trocas de experiências entre agentes culturais e entidades representativas do setor cultural com intuito de facilitar a operacionalização da Lei. Entre elas, destaca-se: guias contendo informações básicas sobre o texto em vigor elaborados por entidades representativas do setor, assessorias parlamentares, etc.; e, a divulgação do projeto Escola de Políticas Culturais, idealizado por Marcelo Ricardo, Alexandre Santini, Célio Turino, Lílian Pacheco e Márcio Caires, e, decorrente da Articulação Nacional de Emergência cultural. Este projeto, colocou em prática seu primeiro curso, acerca da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, entre

os dias 08 e 14 de junho de 2020. Realizado em formato de seminário expositivo, o curso contou com transmissão ao vivo e, posteriormente, foi disponibilizado na íntegra no canal Emergência Cultural no YouTube e Spotify.

O andamento do PL motivou, além disso, a reorganização do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura (ConEcta), desativado desde 2016. Acerca disso, o Entrevistado 3 apontou:

“(...) O ConEcta ressurgiu nessa discussão, a gente começa a discutir a lei Aldir Blanc (...). (...) Eu já havia tomado conhecimento de que havia um Fórum de conselhos de cultura. Ouvi citar o Fórum dos dirigentes e opa! É o momento. Precisamos do nosso Fórum. Descobri que a última gestão havia sido feita por um conhecido do Rio Grande do Sul que na época era presidente do conselho estadual. Consegui o contato e fiz o contato. Ele criou um grupo de WhatsApp com alguns membros do ConEcta que haviam sido presidentes dos conselhos estaduais e entre eles uma pessoa que já havia sido presidente do ConEcta. (...) (...) eu comecei a articular com presidentes dos conselhos estaduais (...). (...) a gente começou a reunir um grupo de conselheiros estaduais” (E3).

A partir desse grupo de conselheiros, na noite de 10 de junho de 2020, realizou-se uma reunião de forma remota das presidências e representações de presidências dos Conselhos Estaduais de Cultura das cinco macrorregiões brasileiras. Nesta, foi eleita uma diretoria provisória – que posteriormente, em assembleia, foi alterada –, composta por seis conselheiros, tendo como alguns dos seus objetivos: mobilizar os estados para aderirem ao referido fórum e montar um plano de comunicação com conselhos de cultura e sociedade civil. Com a reforma no regimento, previu-se que as diretorias regionais ficariam responsáveis pela articulação com conselhos de cultura das referidas regiões. Todavia, apesar desta reorganização, segundo o Entrevistado 3, de forma geral, tal articulação não tem ocorrido conforme planejado, ficando mais restrita a determinados estados.

No dia 29 de junho de 2020, um dia antes do término do prazo para sanção presidencial, o PL 1.075 foi sancionado, passando, desse modo, a ser reconhecido como Lei n.º 14.017. Vale frisar que entre a aprovação na câmara de deputados e no senado, transcorreram 9 (nove) dias, enquanto que os trâmites que envolveram envio do PL pelo senado ao planalto e sanção presidencial, foram realizados em vinte e cinco dias. Aponta-se também que tal sanção se deu quase sem alterações, com exceção do veto ao prazo limite de até quinze dias para que a primeira parcela do auxílio emergencial à cultura fosse paga, sob alegação de inviabilidade de execução deste prazo (BRASIL, 2020d).

Publicou-se, no mesmo dia, a MP n.º 986 que estabelecia a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos poderes executivos locais em ações emergenciais de apoio

ao setor cultural e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos estados, municípios ou Distrito Federal (BRASIL, 2020e). Todavia, por não dar conta e não garantir o repasse dos recursos, houve a necessidade da edição de uma Medida Provisória de Crédito Extraordinário que autorizasse a descentralização de recursos aos entes federados conforme previsto na Lei n.º 14.017.

A partir daí, a busca pela liberação e execução de recursos financeiros de forma descentralizada, em caráter emergencial, tornou-se motivo de mobilização e articulação entre agentes culturais. Nesse sentido, além da busca pela regulamentação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, falava-se na necessidade de um trabalho conjunto entre gestores e sociedade civil no qual seria preciso “*o envolvimento de pessoas honestas, transparentes, capazes, perseverantes, metódicas, objetivas, disciplinadas, sistemáticas, sem rodeios, diretas, rotineiras, pacientes, responsáveis, ordeiras e regulares*”. Pois, o momento pedia “*muito trabalho*”, se necessário fosse, “*muita bronca*”, “*mas sem perder a ternura que*” “*une, motiva e caracteriza*” (CEC-SC, 2020b).

Em *live* realizada, no dia 30 de junho de 2020, em parceria entre a Escola de Políticas Culturais, a Articulação Nacional de Emergência Cultural¹⁰¹ e o ConEcta¹⁰², emergiram conteúdos que pareciam estar relacionados à mensagem citada anteriormente e divulgada pelo CEC-SC. Na referida *Live*, Jandira Feghali falou com certa preocupação, acerca da circulação de mensagens em redes sociais desqualificando a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, por conta do veto quanto ao prazo para que os recursos começassem a ser distribuídos. Segundo a relatora do PL na câmara dos deputados, isto era “maléfico” diante da “vitória histórica”. Para Jandira, era preciso que se valorizasse o processo e se realizasse pressão nas redes sociais para a publicação imediata da Medida Provisória que regulamentava a descentralização dos recursos. Quanto ao prazo de quinze dias, argumentou-se que, apesar do entendimento da urgência, seria difícil identificar meios para executá-lo, quando nem todos os municípios possuíam Fundos Municipais de Cultura.

Frente à espera do pagamento dos recursos provenientes da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, da insuficiência de editais promovidos por estados e municípios, e até mesmo à

¹⁰¹ Sublinha-se que a Escola de Políticas Culturais e a Articulação Nacional de Emergência Cultural já vinham empreendendo diálogos nacionais virtuais que reuniam além de parlamentares, agentes culturais como: conselheiros de cultura; gestores culturais; parlamentares; artistas; e, lideranças comunitárias e diversas outras representações da sociedade civil.

¹⁰² Esta *live*, até o momento de sua exibição, bateu recordes de audiência entre os diálogos nacionais transmitidos pelo canal Emergência Cultura.

demora de aplicação destes, para não depender apenas de ações solidárias, agentes culturais intensificaram uma tentativa de adaptação do processo de criação, e/ou fruição, e/ou consumo cultural. Nesse sentido, *Lives* patrocinadas e/ou monetizadas e/ou que adotam cachês solidários puderam ser observadas como uma dessas opções. Todavia, não possibilitavam grande retorno financeiro para agentes culturais sem grande renome.

Apesar do recrudescimento da pandemia, alguns estados e municípios optaram pelo afrouxamento de medidas restritivas e passaram a permitir, de algum modo, que atividades culturais sem aglomerações fossem realizadas, como som ao vivo em restaurantes. Nessa situação, sem conseguir retorno financeiro suficiente para subsistência a partir de tentativas de adaptação do processo de criação, e/ou fruição, e/ou consumo cultural, alguns agentes culturais alegavam passar por um conflito pessoal que envolvia expor a si mesmo à possibilidade de contágio ao aceitar convites para trabalhar por um cachê que mal pagaria os custos com materiais e deslocamento. Todavia, diante da necessidade de pagar contas e de se alimentarem, e, da possibilidade de o público dar uma contribuição voluntária, bem como de conseguirem comida doada pelo local trabalho, acabavam por aceitar o trabalho¹⁰³. Ou seja, durante os processos de mobilização e articulação para aprovação e implementação da Lei, a situação em relação à pandemia nos estados implicou em diferentes desdobramentos às medidas sobre distanciamento social e em iniciativas de agentes culturais visando sua sobrevivência imediata.

Nesse ínterim de mobilização, articulação e busca pela sobrevivência, no dia 09 de julho de 2020, abriu-se crédito extraordinário, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de três bilhões, relacionadas ao apoio emergencial ao setor cultural, por meio da MP n.º 990 (BRASIL, 2020f). Com objetivo de negociar com o governo federal alguns pontos relativos à regulamentação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, formou-se, neste mesmo mês, um grupo de trabalho composto por: Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Confederação Nacional de Municípios; Frente Nacional de Prefeitos; Associação Brasileira de Municípios; e, Fórum de Conselhos Estaduais de Cultura (ConEcta).

Além de formarem este grupo de trabalho, tais entidades do setor cultural mantiveram diálogo com agentes culturais da sociedade civil e com outras instituições culturais, debatendo os principais desafios para a aplicação da Lei. Intensificou-se, assim, no mês de julho a mobilização nacional pela regulamentação da Lei Aldir Blanc com um maior volume de

¹⁰³ Exemplo utilizado a partir de casos que chegaram, em julho de 2020, à pesquisadora em grupos de WhatsApp compostos por agentes culturais.

encontros virtuais e nas redes sociais que abrangeram diálogos nacionais, estaduais, regionais e temáticos com os mais diversos segmentos do setor.

No Estado de Santa Catarina, por exemplo, ocorreu entre os dias 23 de julho e 1 de agosto, o III Fórum Estadual dos Conselhos de Cultura. Tal fórum foi organizado pelo CEC-SC, com apoio da FCC, e contou com salas de bate-papo e transmissão ao vivo no canal do CEC-SC no YouTube. Objetivou-se neste fórum, fortalecer os conselhos municipais de cultura, colher dúvidas, e orientar os conselheiros municipais e a sociedade civil, em geral, disponibilizando conteúdos e ferramentas necessários para garantir a participação e o controle social na operacionalização da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, e, na fiscalização da aplicação do recurso.

No que concerne ao cenário nacional, o mês de agosto de 2020 iniciou com o lançamento e realização da Conferência Popular de Cultura, organizada pela Articulação Nacional de Emergência Cultural, com a argumentação de que a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e a execução dos recursos por ela previstos, exigia um estado de atenção, articulação e mobilização permanente. Essa situação foi enfatizada durante a conferência, transmitida no canal da Emergência Cultural no YouTube. Falou-se, ainda: da necessidade de luta e resistência contra os desmanches nas políticas públicas de cultura e da construção de uma frente ampla para retomada de protagonismo popular na cultura nacional; que a Lei ocorreu por conta de uma grande articulação nacional promovida pelo povo brasileiro da cultura; de um (re)encontro; do (re)surgir de um processo de luta, a partir da pandemia; da ocorrência de uma área de unidade dentro da diversidade; de uma conferência popular que também era nacional, porém, do povo para o povo; e, de um estado de Conferência Popular de Cultura.

Com vistas a evidenciar tais argumentações, apresenta-se, a seguir, trechos de falas proferidas por atores culturais durante o lançamento da Conferência Popular de Cultura:

“Nesses últimos meses, como vocês sabem, diversos agentes, nós aqui, o setor cultural brasileiro, o povo brasileiro da cultura promoveu uma grande articulação nacional pra aprovar a lei de emergência cultural. Foram meses de reunião, a gente teve plantão, debates, chats, salas de zoom. Toda essa mobilização via WhatsApp, redes sociais pra gente conseguir mobilizar as (...) de pessoas nesse país que fizeram isso dar certo” (Driade Aguiar).

“Ato de conferencia popular de cultura é um ato solidário com o Brasil. Cabe a nós manter a chama acesa. A cultura se encontra em estado de emergência. Bem mais, em estado de resistência. (...) Com esse espírito e corpo de resistência, (re)existência, que vamos realizar a conferência popular de cultura, mantendo acesa a chama de espírito político de conferência nacional. Sim, trata-se de uma conferência popular, mas ela é também uma conferência nacional” (Fabiano Piúba).

“Essa conferência é do povo para o povo. (...) Se não temos um ministério, temos um povo que vai dizer o que quer para a nossa cultura (...). Se agora a gente conseguiu a maior transferência de recursos da história para a cultura, foi porque nós nos organizamos”. (...) A Lei Aldir Blanc foi essa costura feita por muitas mãos (...)” (Américo Córdula).

Ressalta-se que a ocorrência da Conferência Popular de Cultura foi considerada um importante marco no processo de mobilização e articulação em prol da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – tendo em vista que a última CNC fora realizada no ano de 2013 e depois disso ela não se repetiu –, conforme percebido nas palavras do Entrevistado 12:

“(...) um processo que foi fundamental para ganhar corpo também foi a questão das conferências e das reuniões que foram organizadas a partir de algumas lideranças e parlamentares para mobilizar tanto a sociedade civil. (...) foi uma forma de manter essa pauta viva e ativa, e a internet foi um elemento fundamental para que isso pudesse acontecer. A gente estava acostumado sempre a fazer conferência presencial. Tem Conferência Nacional de Cultura. Aí você tem que ter um ministério que vá pagar não sei quantas passagens áreas para as pessoas irem lá pra Brasília e tal. E a gente descobriu que a internet resolve grande parte disso” (E12).

No lançamento da Conferência Popular de Cultura apresentou-se, ainda, uma ferramenta elaborada *“pela sociedade civil e para a sociedade civil”*, o Observatório da Emergência Cultural. Este, considerado uma ação da Articulação Nacional de Emergência Cultural em parceria com o ConEcta, é uma plataforma de participação social que busca possibilitar o acompanhamento, fiscalização e controle social dos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Além disto, no mês de agosto continuaram as realizações de encontros virtuais nas suas mais diversas formas, como fóruns e conferências, incluindo-se programações nacionais, macrorregionais, estaduais, regionais e municipais, desde as mais abrangentes até aquelas voltadas a entidades e/ou segmentos culturais. Nestas, discutia-se, sobremaneira, o alinhamento de estratégias e outros assuntos voltados à operacionalização da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Com a sanção da regulamentação de repasses desta, os referidos encontros puderam realizar debates mais objetivos e concretos, bem como ouvir as demandas do setor cultural e pensar em alinhamentos de estratégias legalmente viáveis.

Enfatiza-se que a sanção da regulamentação de repasses da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc ocorreu no dia 17 de agosto de 2020. Porém, apesar de ter sido discutida com secretários, dirigentes de cultura e com representação de conselhos de cultura, a regulamentação foi considerada, segundo o Entrevistado 3, aquém do que se esperava e do que parecia desenhado/acordado. Falou-se, nesse sentido, na existência de uma série de travas burocráticas pelo Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, como a exigência de homologação, pelo

Ministério do Turismo, das informações obtidas nas bases de dados dos demais entes federativos acerca dos dados daqueles que acessariam/acessaram aos recursos¹⁰⁴ (BRASIL, 2020g).

Conforme o Decreto n.º 10.464, os valores repassados pela união ao Distrito Federal, estados e municípios deveria ser aplicado em ações como: I- distribuição de renda emergencial, por parte dos estados e Distrito Federal, às trabalhadoras e aos trabalhadores da cultura; II- distribuição de subsídios mensais, por parte dos municípios e Distrito Federal, para a manutenção de espaços artísticos e culturais – e das diversas formas de organizações culturais –, que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; III- elaboração e publicação, por estados, municípios e Distrito Federal, de editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis como prêmios – respeitando, para este item, o valor mínimo de vinte por cento das ações emergenciais totais (BRASIL, 2020g).

Ademais, os municípios teriam o prazo máximo de sessenta dias, contados da data de recebimento do recurso para a destinação do montante financeiro. Aqueles recursos não utilizados no prazo de sessenta dias, deveriam ser automaticamente revertidos ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão dos recursos, concedendo-se, assim, aos estados e Distrito Federal, cento e vinte dias para sua destinação (BRASIL, 2020g). Vale mencionar que diante da inexistência de parâmetros específicos da pasta da cultura para definir os percentuais de transferência de recursos para estados, municípios e Distrito Federal, recorreu-se aos coeficientes de fundos de participação dos estados e municípios, e, a estimativa populacional destes, para cálculo dos valores repassados pela união aos entes federativos:

“(...) olha só que interessante, ao conceber a Aldir Blanc nós não tínhamos parâmetros para definir os percentuais de transferência de recursos para estados e municípios. Como isso nunca foi implementado no âmbito do sistema nacional de cultura não existiam parâmetros específicos da área da cultura para definir esses percentuais. O que se fez? Se recorreu ao fundo de participação dos estados e ao fundo de participação dos municípios combinado com a população dos estados e municípios” (E2).

Contudo, mesmo com a sanção da regulamentação, o início de repasses da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc não foi imediato e em única parcela. Este começou a ocorrer na primeira semana de setembro e estendeu-se até o mês de novembro – terceira e última etapa

¹⁰⁴ Tal item foi eliminado com o decreto n.º 10.489, de 17 de setembro de 2020, que possibilitou que o próprio ente federativo homologasse as respectivas informações que utilizasse, não mais dependendo de aprovação pelo Ministério quanto aos dados daqueles que acessariam/acessaram aos recursos. Todavia, não se viabilizou que os procedimentos públicos de seleção, como editais ou chamadas públicas, pudessem recorrer a inexigibilidade de licitação de que trata o inciso III do caput do art. 25 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 2020h).

–, requerendo dos entes federativos – como estados e Distrito Federal – menos de cento e vinte dias para aplicação dos recursos. Nesta etapa, fragilidades da Lei, do órgão do executivo responsável pela cultura, e, da própria base de dados do setor, foram evidenciadas.

Acerca das fragilidades mencionadas, pode-se trazer à luz as seguintes palavras de Úrsula Vidal (2020, p. 8-9):

No correr dos dias, semanas, meses, partilhamos métodos, formatos, experiências, pareceres jurídicos. Partilhamos temores; formulamos saídas. A descentralização dos recursos para os 26 estados e o DF, e para os 5.570 municípios brasileiros – fruto de ampla articulação – foi um imenso e necessário desafio estrutural e organizativo que nos defrontou com a ausência de um importante protagonista: o Sistema Nacional de Cultura. Não havia Plano Nacional sendo executado e que pudesse nos guiar de maneira mais assertiva. Não havia cadastro unificado. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC) estava desatualizado, desmantelado em sua missão exordial. (...) Na tentativa de assentar as determinações da Lei Aldir Blanc nas realidades locais, mecânicas diferentes de execução foram sendo criadas, com prazos, exigências documentais, regramentos de editais e até valores de repasse que seguiam as orientações jurídicas recebidas por cada ente federativo. Entrava em cena um incansável batalhão de salvamento que consultou leis, artigos, jurisprudências e abriu seus corações e mentes para compreender que as práticas e saberes de nossa cultura popular não se traduzem numa planilha de Excel. (...). Nosso arcabouço jurídico não dá conta de garantir a valorização, manutenção e salvaguarda de nosso riquíssimo patrimônio cultural material e imaterial respeitando as dinâmicas específicas de comunidades tradicionais e povos originários. De dentro de cada estado emergiam novos Brasis. Manchas territoriais gigantes de apagamento digital. Exclusões sobrepostas na falta de acesso à internet, à rede bancária, à política pública de assistência durante a pandemia. Esforços imensos e parceirizados foram empreendidos numa busca ativa para chegarmos onde havia parentes indígenas isolados, comunidades quilombolas, extrativistas e ribeirinhas em áreas extremamente remotas (VIDAL, 2020, p. 8-9).

Ademais, acrescenta-se às fragilidades aludidas por Vidal (2020), o baixo número de profissionais específicos da pasta da cultura nos entes federativos, bem como a não existência de uma frequente familiaridade destes com a elaboração de editais, notas técnicas entre outros. Conforme observado, havia um volume de recursos jamais destinado à cultura brasileira, porém, existiam tais vulnerabilidades, também do ponto de vista institucional, que dificultaram o processo de repasses financeiros. Frente a isto, e a informações confusas transmitidas aos mais diversos agentes culturais, advindas de várias fontes, pois, não se tinha um ministério que exercesse o papel de articulador dos entes federativos e de suporte/capacitação para implementação da Lei, viu-se em entidades representativas do setor cultural um fortalecimento de um certo protagonismo institucional – que já vinham assumindo durante todo o processo de construção da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – na busca pela supressão e/ou diminuição das fragilidades expostas. Entre tais entidades, diferentes sujeitos destacaram o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura.

“Então você teve um, digamos assim, reavivamento dessas instâncias de participação. E você tem também o papel de algumas entidades nacionais que representam segmentos. Por exemplo, o Fórum de Dirigentes e Secretários de Cultura, presidido pela Úrsula e que reúne secretários dos estados e tal, foi uma instância com papel importantíssimo e tá tendo ainda até hoje. Sem elas acho que nada teria, porque de fato era a interlocução institucional que existia” (E1).

“Os Fóruns também foram importantes, em especial o fórum nacional de secretários estaduais de cultura (...). Teve um papel muito importante porque é um fórum muito representativo dos estados. Eles foram muito ativos junto aos parlamentares. Ao próprio governo federal para que pudesse criar condições [de elaboração e implementação da Lei” (E12).

“Eu acho que o fórum teve um papel fundamental, porque também incorporou uma figura institucional de articulação, tanto política quanto técnica, que fez o papel do executivo federal. A existência desse fórum, foi fundamental, por exemplo, (...), porque na inexistência de um ente federal que é quem deveria fazer essa articulação com os entes estaduais, e, conseqüentemente os entes estaduais com os entes municipais, o fórum trouxe pra si esse papel. (...). A Úrsula, num contexto de normalidade institucional, seria o papel de uma ministra da cultura que é quem dialoga com os entes, reúne, forma um consenso, redige um documento (...)” (E2).

Além dos esforços das entidades representativas do setor cultural ao nível nacional, diversos outros agentes culturais atuaram no processo de implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Observou-se, desse modo, situações como: compartilhamento de minutas de editais, notas técnicas, embasamentos legais, cartilhas, cursos, estratégias de divulgação da Lei, etc.; mobilização para que informações, como aquelas que continham prazos e requisitos para acesso aos recursos da Lei, chegassem ao maior número de agentes culturais possível¹⁰⁵; auxílio no cadastramento de agentes culturais que não possuíam meios ou conhecimento para tanto; desenvolvimento de projetos coletivos para abranger um maior número de contemplados; e, assessorias a municípios, tanto gratuitas quanto remuneradas.

Ainda no mês de setembro de 2020, em virtude do curto prazo para execução dos repasses financeiros, iniciou-se uma mobilização e articulação para prorrogação da aplicação de recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. As estratégias de mobilização e de articulação foram semelhantes às utilizadas anteriormente para pressionar parlamentares para aprovação da Lei. Estas envolveram também: diversos atos em redes sociais – fazendo uso da #ProrrogaLeiAldirBlancJá – voltados ao presidente da câmara dos deputados; desenvolvimento

¹⁰⁵ Neste caso, recorreu-se as redes sociais e ao compartilhamento de mensagens em massa tanto em grupos quanto individualmente. Frisa-se que tal compartilhamento/repasso de informações não ocorria somente entre agentes culturais que participavam de instâncias de articulação.

de petição online para prorrogação da Lei; e, ofícios de entidades representativas do setor cultural enviados diretamente ao Presidente da República.

Destaca-se que a necessidade da prorrogação foi destacada por uma vasta gama de sujeitos – como, agentes culturais, entidades representativas do setor cultural e parlamentares (inclusive de líderes da base do governo). Isto resultou na publicação da MP n.º 1.019, no dia 29 dezembro de 2020, que alterou a n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural (BRASIL, 2020i). Contudo, esta fora considerada “*uma notícia boa, mas nem tanto*” (E1), tendo em vista que a prorrogação de recursos envolveu aqueles que tinham sido empenhados e inscritos em restos a pagar, pelo ente federativo responsável, no exercício de 2020. Dessa forma, a redação da MP acabou por restringir as possibilidades de prorrogação de recursos. Ademais, na referida MP, havia um parágrafo único que estabelecia que, nos empenhos, deveria constar o nome dos beneficiários que iriam receber os recursos. Circunstância que restringiu ainda mais os recursos possíveis de serem prorrogados.

Com o recrudescimento da pandemia no ano de 2021, vacinação à "conta gotas" e com o valor aproximado de R\$ 770.000.000,00 (setecentos e setenta milhões) destinados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc inviabilizados de utilização pela Lei n.º 14.017, fortaleceu-se a insatisfação com esta Lei e a articulação por uma “prorrogação pra valer”. Tal articulação contou novamente com a mobilização de agentes culturais de todo país, entidades representativas do setor cultural e parlamentares. Na Câmara dos Deputados, o início se deu com a tentativa de mudança na MP n.º 1.019 e, posterior articulação com o Senado Federal no desenvolvimento de um PL.

Nesse contexto, foi apresentado pelo Senador Wellington Fagundes, no início de março, um projeto que visava alterar a Lei n.º 14.017, estendendo a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e o prazo de utilização dos recursos pelos estados, Distrito Federal e municípios no ano de 2021. Em plenário, transcorridos alguns dias, designou-se como relator do PL n.º 795/2021 o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Jandira Feghali, ao tomar ciência do PL encaminhou contribuições contidas no substitutivo que fez como relatora na comissão de cultura. Estas contribuições foram incorporadas pelo Senador Veneziano, ampliando o escopo do PL em tramitação no Senado.

Antes que o PL fosse votado, a ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu a tutela de urgência requerida pelo Estado do Ceará para prorrogar os prazos de

prestação de contas dos projetos fomentados pela Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc¹⁰⁶. Na tarde de 31 de março de 2021, foi aprovado o PL n.º 795/2021. Na Câmara de Deputados, este contou com a relatoria de Jandira Feghali que, durante a sessão de votação, apontou o mérito do PL e a segurança jurídica que este poderia proporcionar à execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Com isto, na madrugada do dia 21 de abril, o PL 795/2021 foi aprovado na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, encaminhado para sanção presidencial. Em paralelo, o Governo Federal publicou o decreto n.º 10.683 que garantia a extensão imediata dos prazos de execução das atividades e recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc que já estivessem empenhados.

Em relação às estratégias de mobilização e de articulação utilizadas durante a tramitação deste PL no congresso nacional, observou-se que foram semelhantes às utilizadas anteriormente para pressionar parlamentares, com o enfoque dos esforços voltados aos presidentes das casas e aos líderes partidários. Percebeu-se, contudo, uma diminuição de ações de mobilização envolvendo os agentes culturais, quando comparadas aos processos anteriores em que uma série de *lives*, diálogos, fóruns e conferências foram observados.

Enquanto o PL 795/2021 seguiu para sanção presidencial, iniciou-se nova mobilização com intuito de pressionar o Presidente da República a sancionar o referido PL sem vetos. Esta se deu, sobretudo, por atos em redes sociais fazendo uso de *hashtags*, como: #ProrrogaLeiAldirBlanc; #SancionaJáPL795; e, #SemVetos. Todavia, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados e outros parlamentares favoráveis à sanção sem vetos, ao vislumbrarem uma possível orientação da pasta da cultura ao Presidente da República ao veto, iniciaram uma articulação visando: parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU) ao conteúdo do PL; e, derrubada no parlamento de um possível veto presidencial.

Nesse ínterim, no dia 12 de maio de 2021, prazo final para sanção presidencial, o TCU publicou um acórdão que afirmava que os recursos repassados para o enfrentamento da pandemia na área cultural, por se tratarem de transferências obrigatórias da União, poderiam ser utilizados até o fim de 2021, mesmo que não tivessem sido empenhados e inscritos em restos a pagar em 2020. Entretanto, em diário oficial datado de 13 de maio de 2021, foi publicado despacho do Presidente da República com vetos parciais ao PL 795/2021 que impediam a plena utilização dos recursos não empenhados e inscritos em restos a pagar.

¹⁰⁶ Até 17 de abril, outros oito estados garantiram, via STF, a prorrogação da prestação de contas, foram eles: Bahia; Pará; Acre; Rio Grande do Sul; Sergipe; Maranhão; Pernambuco; e, Paraíba.

Com isso, iniciou-se novamente uma mobilização para pressão por parte de agentes culturais e entidades representativas do setor cultural para derrubada do veto, utilizando-se de estratégias semelhantes àquelas outrora salientadas, como: utilização de mensagens em massa em redes sociais como WhatsApp; twittaços; e, fornecimento de contatos de parlamentares – via grupos de WhatsApp, páginas de instituições representativas do setor cultural, etc. –, como e-mail e número telefone dos seus gabinetes. Em sessão conjunta, realizada no dia 01 de junho de 2021, um acordo, praticamente unânime, entre os líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal garantiu a aprovação da derrubada de vetos. Isto possibilitou, entre outras ações¹⁰⁷, a utilização do saldo remanescente para seleção e empenho de contemplados até o fim de 2021.

Destaca-se que a descentralização de recursos para os 26 (vinte e seis) estados, DF e mais de quatro mil municípios – nem todos os municípios optaram por acessar os recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – foi uma tarefa árdua. Todavia, apesar da prorrogação conquistada, da capilaridade da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e do volume de recursos envolvidos os entes federativos continuavam se deparando com uma série de dificuldades, conforme outrora salientado, que se configuraram como importantes desafios para aplicação dos recursos em tempo hábil. A ausência de um cadastro unificado e a não atualização de alguns mecanismos como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC), evidenciaram a urgência de se trazer o SNC a uma posição de protagonismo.

Contudo, não há como negar possibilidades de avanços nos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, e, por consequência, do SNC¹⁰⁸, com a Lei:

“(...) falar do Sistema Nacional de Cultura é falar de um sistema. Então ele é feito por partes. (...). Do ponto de vista de estados e municípios, com certeza [há um avanço], (...) ao operacionalizar um mecanismo que o sistema já previu e que nunca foi colocado em prática – que é o de transferência de recursos fundo a fundo, que sequer foi regulamentado. (...). Porque olha só que interessante, ao conceber a Aldir Blanc nós não tínhamos parâmetros para definir os percentuais de transferência de recursos para estados e municípios. (...). Porém a chegada desse recurso nos estados e municípios, com certeza fortalece a estruturação dos sistemas estaduais, dos sistemas municipais, por consequência do próprio Sistema Nacional. Agora da perspectiva federal, a Aldir Blanc só existe pela ausência, pela inoperância, de um dos elos estruturantes do próprio Sistema Nacional de Cultura que é o órgão gestor

¹⁰⁷ Estas incluem alterações, como: reversão de recursos de municípios para estados somente se não forem destinados às ações emergenciais até 31 de outubro de 2021; especificação da possibilidade de pagamentos de despesas vencidas ou vincendas para efeito de cumprimento de prestação de contas de espaços culturais; extensão do prazo de contrapartida ao subsídio mensal de espaços culturais e da prestação de contas de projetos executados para 180 (cento e oitenta) dias a contar do reinício das atividades ou da execução dos projetos

¹⁰⁸ Todavia, a despeito do reconhecimento do potencial de fortalecimento do SNC e dos sistemas estaduais e municipais (e/ou ativação destes), cumpre frisar que o SNC não se resume, ou não deveria se resumir, do ponto de vista da união, à dimensão da mera transferência de recursos.

de cultura em âmbito federal. Ele é o articulador do sistema. O sistema não é um ajuntamento de sistemas estaduais e municipais. (...) Existe o olhar do Estado brasileiro orientando o investimento, em diálogo com os entes. Mas não é simplesmente uma transação bancária. (...). O que a secretaria especial de recurso fez foi isso, operacionalizar uma transferência bancária. Sequer concebeu. A concepção veio do parlamento” (E2).

O fato de a Lei ter sido concebida pelo parlamento e ter obedecido às regras institucionais que exigiam um certo período de tempo aos processos de formulação, aprovação na câmara dos deputados e no senado, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação, também é apontada pelo Entrevistado 1 como um dos motivos que favoreceu a ocorrência de mobilizações e articulações durante um marco temporal ampliado – se comparado a outros momentos de mobilizações e articulações no contexto de políticas públicas de cultura.

“ela obedecia a uma regra institucional, ela tinha que ser aprovada na Câmara e no Senado. Tinha que ser sancionada. Ela tinha que ser regulamentada. Tinha que ser implementada. O recurso tinha que chegar, fazer o edital. Então quer dizer, ela tem uma permanência maior no tempo. A questão da própria natureza política da luta da Lei Aldir Blanc tem uma permanência maior no tempo” (E1).

No entanto, o Entrevistado 2 ainda destaca que nas articulações e mobilizações em torno da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, houve diferentes momentos de articulação e mobilização. Ou seja, ocorreram momentos cujas articulações e mobilizações nacionais – e nos entes federativos – foram mais ou menos intensas:

“Eu acho que sempre existem momentos de articulação e momentos de desarticulação. Dentro da própria lei Aldir Blanc você enxerga esses momentos que vai estar mais articulado, menos articulado. (...) teve um pico agora com a história da prorrogação. (...) e, você teve diferentes momentos nesse processo, por exemplo, tem mobilizações que são locais, com recursos do estado, que em vez de ser uma mobilização nacional ela se torna uma mobilização local, em relação a aquele recurso chegar a pagar ou não pagar” (E1).

Nesse sentido, conforme percebido, os momentos de maior mobilização e articulação eram relacionados a etapas institucionais a serem cumpridas, como os processos de formulação, aprovação na câmara dos deputados e no senado, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação. Isto posto, há que se destacar, que os sujeitos desta pesquisa, frisaram que alguns motivos auxiliaram na realização das mobilizações e articulações descritas.

Todavia, antes de citá-los, rememora-se que historicamente as políticas públicas de cultura no Brasil, voltadas a uma lógica participativa são recentes – em sua maioria, datadas do primeiro decênio do século XXI, por exemplo, CNC, a instalação do CNPC, elaboração do PNC, criação do SNC. Além de recentes, observa-se ainda que se vivencia um cenário de

institucionalidade precária (DELLAGNELO, SALLES; SILVA, 2019), ausências, autoritarismo e instabilidade de políticas públicas de cultura (RUBIM, 2015). Circunstâncias estas, apontadas pelos participantes desta tese como dificultadoras dos processos de mobilização e articulação de agentes culturais, bem como da construção de propostas e projetos coletivos de forma rápida e objetiva.

A partir do enfrentamento da pandemia da Covid-19 no país e a implementação de medidas restritivas, houve um impacto imediato no trabalho de agentes culturais. Impedidos de trabalhar, o que estava em risco era sua sobrevivência. Era necessário que se colocasse em prática, rapidamente, um auxílio emergencial. E, conforme evidenciado a seguir, por estarem impedidos de trabalhar, com algumas redes de contatos já ativadas anteriormente, os agentes culturais possuíam mais tempo para se reunirem, se mobilizarem, se articularem. Nos termos dos entrevistados:

“(...) o que estava em risco era a vida. Era a sobrevivência. A gente nunca viveu uma crise dessa dimensão e uma crise que teve um impacto tão imediato no trabalho dos agentes culturais. Como eu te disse, os decretos das prefeituras paralisando as atividades, instituindo o isolamento social, não deram tempo nenhum de planejamento e não poderiam dar mesmo. As pessoas não podiam ir às ruas. Não dava para falar, a partir do mês que vem todas as atividades culturais estarão paralisadas. (...) (...). Os processos políticos na área da cultura, (...) são demorados. (...) . Agora nesse caso não tinha muito o que render, era fazer. Era necessário colocar em prática essa proposta de um auxílio emergencial. (...) A gente com esse passivo todo e numa pandemia que nos impede de trabalhar, o bode tá na sala. A gente precisa sobreviver e não tem um INSS pra você recorrer. (...) Então, eu acho que essa interrupção abrupta acabou abrindo espaço de tempo para articulação e os meios digitais também, uma certa familiaridade que já existia, e o contexto. Acho que o contexto de aprofundamento de desmontes que já vinha desde 2019, facilitou muito. Porque nós já estávamos articulados” (E2).

“Eu sinto que muitos municípios e poder público se mobilizaram e aí tem a ver com essa necessidade de sobrevivência” (E12).

“(...) todo mundo se uniu de fato porque estava sentindo na pele e necessitava de algum tipo de apoio. Isso foi mobilizando políticos e representantes em todos os níveis. (...) todo mundo sem trabalhar, dentro de casa, sem nada pra fazer, com uma mobilização que pode resultar num ganho. Então as pessoas usaram esse tempo para fazer esse tipo de mobilização que foi muito importante para mostrar nossa quantidade e nossa articulação” (E4).

Ademais, os sujeitos desta pesquisa, conforme já explicitado, destacaram também como algo que auxiliou na realização das mobilizações e articulações, a fuga da polarização, da ideia da Lei de Emergência Cultural enquanto um projeto político da esquerda ou de oposição. Inclusive, em vídeo divulgado na conta do *twitter* do Ministério do Turismo, datado de 30 de novembro de 2020, o Ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio e o Secretário Especial de

Cultura Mário Frias, celebraram o alcance da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – mais de quatro mil municípios do país –, felicitaram Bolsonaro e omitiram autoria de parlamentares. Apropriando-se de um processo e de uma narrativa, falaram em “*correção de erro histórico registrado em outros governos*”, “*importante socorro ao setor*”, verdadeiro reconhecimento “*do valor da cultura brasileira e do nosso povo*”, por parte de Bolsonaro, e no trabalho para se “*eleva a cultura brasileira a altura da grandeza nosso povo*” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020).

Nesse sentido, rememora-se que a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc adveio de problemas institucionais no campo da gestão pública de cultura, devido a não atuação do executivo federal para tomar a frente no desenvolvimento de uma proposta de um auxílio emergencial, relacionado à pandemia, via Medida Provisória (E2).

Nos termos de Úrsula Vidal, a referida lei:

nasceu como num parto prematuro, quase aflito, chorando as dores do isolamento, das perdas, das angústias diante de um futuro incerto. Nasceu falando de máscara, reunindo vozes e inquietações de fazedoras e fazedores de cultura de todo o Brasil que, no espaço virtual (...), co-criaram uma Lei de Emergência Cultural (...) (VIDAL, p.7, 2020).

Nesse ínterim, Célio Turino (2020) menciona que para além do avanço específico no campo das políticas públicas de cultura, a Lei Aldir Blanc (14.016/2020) possibilitou a vivência de uma “nova cultura política”. No decorrer dos dias, partilharam-se métodos, formatos de documentos, experiências, pareceres jurídicos, temores. Houve mobilização, articulações e identificações coletivas.

Tal pensamento foi evidenciado em discursos de agentes culturais em diferentes momentos. Como exemplo, pode-se citar dois trechos de falas na webconferência com secretárias(os) e dirigentes culturais estaduais e municipais de cultura no mês de maio de 2020, um do ato “prorroga a Lei Aldir Blanc” em dezembro do mesmo ano¹⁰⁹, um excerto de uma das entrevistas realizadas para esta tese, e, um do encontro estadual de Santa Catarina em apoio ao PL n.º 1.075/2020:

“*Eu tô no meu oitavo ano como secretário de cultura. (...). Em todo esse tempo eu nunca vi a classe cultural desse país se unir da maneira que se uniu em torno desse projeto. Isso é uma coisa que acho muito significativa. Eu acho que nós conseguimos, pela primeira vez, algo que nós desejávamos há muito tempo*” (Ney Carrasco).

¹⁰⁹ Ambos os eventos foram transmitidos ao vivo pelo canal do YouTube da “Articulação Nacional de Emergência Cultural”.

“O momento é grandioso. Há tempos nós não tínhamos conferências nacionais de cultura. Há tempos não reuníamos uma quantidade imensa de segmentos culturais, de agentes, de gestores, conselheiros” (Emílio Tapioca).

“A Lei Aldir Blanc já trouxe muitos resultados, e um desses resultados é essa nossa capacidade de agregar interesses. Trabalhar coletivamente para dar aplicabilidade para esses recursos e fomentar nosso setor (...). Eu acho que se a gente se mantiver conectado, se mantiver mobilizado, se mantiver articulado nessa luta, acho que é o que vai fazer a gente ganhar mais uma partida desse jogo” (Carol Ruas).

“(...) a Lei Aldir Blanc é uma mobilização da sociedade e também uma mobilização institucional. (...). A mobilização das bancadas para os votos na aprovação do projeto que acabou quase sendo uma unanimidade na câmara (...) foi fruto de uma articulação pesada feita com as bancadas dos estados” (E1).

"Queridos, a gente ta num momento muito desafiador, que é um momento de articulação. Essa articulação passa não só por uma capacidade de uma organização da sociedade civil (...). Mas também nesse trânsito de comunicação, nesse fluxo com as nossas representações, com os nossos parlamentares. E aí são os parlamentares das assembleias legislativas, que têm força com os nossos parlamentares federais, com as nossas senadoras e senadores, deputadas e deputados. Inclusive, com nossos governadores e governadora” (Úrsula Vidal).

Para Vidal (2020), a descentralização dos recursos para os entes federados foi fruto de uma ampla articulação. Fabiano Piúba (2020, p.12) relatou, ainda, que “se não fosse esse estado de mobilização, encantamento e envolvimento político, social e afetivo”, não teria sido aprovada uma Lei tão abrangente”. Nessa conjuntura, relembra-se que até que a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc fosse elaborada, aprovada, sancionada, regulamentada, implementada e prorrogada, inúmeros sujeitos envolveram-se; grupos em redes sociais foram criados, plantões, web seminários, *lives*, fóruns, reuniões virtuais, webconferências, pesquisas de impacto da Covid-19 no setor e cursos foram realizados. Com ampla utilização de ferramentas tecnológicas, inúmeros sujeitos expuseram suas reflexões, propostas, demandas, e realizou-se um trabalho intenso com intuito de sistematização destas, bem como de mobilização para aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei, circunstâncias e processos que foram detalhados neste tópico.

Com intuito de facilitar o vislumbre dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, apresentar-se-á um esquema contendo, de forma resumida, os principais atores envolvidos, bem como estratégias e ações utilizadas em cada etapa.

Figura 6 - Mobilizações e Articulações Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc



Fonte: Elaborado pela autora

Após realizar discussão do cenário nacional, acerca dos processos de mobilização e articulação para a construção, aprovação, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, buscar-se-á, no tópico a seguir, discorrer sobre tais processos no Estado de Santa Catarina, com enfoque no papel do CEC-SC nestes. Aludir-se-á, ainda, sobre outros mecanismos de financiamento à cultura catarinense no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo, aqueles em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos da pandemia no setor cultural.

4.1.2 “Se puder, fique em casa”: Mecanismos de Financiamento à Cultura Catarinense em tempos de Covid- 19



“Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Alvorço em meu coração (...)
Sei que nada será como antes amanhã”
(NASCIMENTO; BASTOS, 1976).

Em Santa Catarina as primeiras confirmações de casos de Covid-19 ocorreram em 12 de março de 2020. Desse modo, poucos dias depois foram implementadas, via decreto, medidas restritivas no Estado com intuito de conter ou diminuir a propagação da Covid-19. Enquanto ocorriam, ao nível federal, debates em torno de Projetos de Lei que propunham medidas e ações de apoio emergencial ao setor cultural, observou-se, no Estado de Santa Catarina, ainda em março, a criação de grupos, projetos, coletivos independentes e o fortalecimento daqueles que já haviam sido criados em outros momentos; o desenvolvimento de pesquisa de impacto da Covid-19 no setor cultural; e, a mobilização de parlamentares, sobretudo da presidente da comissão de educação, cultura e desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Luciane Carminatti, com vistas a fornecer apoio emergencial ao setor.

Acerca dos grupos, projetos, coletivos independentes criados e aqueles que já existiam, mas que se fortaleceram, salienta-se que com o passar do tempo estes passaram a se constituir, também, como relevantes canais de comunicação entre agentes culturais que incluíam: a divulgação de reuniões de grupos e entidades representativas do setor cultural; discussão e divulgação de estratégias de mobilização, editais, e, requisitos para participação nos mesmos; trocas de experiências; e, espaços para criação, divulgação de obras, e, manifestações artísticas



coletivas. Além disso, as mobilizações coletivas passaram a evidenciar o entendimento, de atores culturais catarinenses, de que em termos de fortalecimento de reivindicações e visibilidades de demandas: “(...) juntos, mesmo de longe, é sempre melhor” (Martins *et al.*, 2020)¹¹⁰.

No que concerne a este entendimento, destaca-se um excerto de fala do Entrevistado 5 ao refletir sobre as mobilizações e articulações coletivas ocorridas em virtude da pandemia da Covid-19:

“Foi uma das primeiras vezes que eu vi, que eu posso falar de boca cheia que eu vi acontecer uma rede colaborativa. A gente fala o tempo todo em rede colaborativa, mas é utópico, nós sabemos que é utópico. Nós artistas, salvo um grupo que realmente tá engajado e é pela coletividade, nós temos um defeito muito grande que é o de defender nossos feudos, nossas linguagens em detrimento às outras e, pior ainda, nossas regiões. (...) quando vai no âmbito estadual, quando vai no todo, essa defesa meio que vai ruindo. (...) Eu ousou dizer que dos últimos cinco ou seis anos de vivências que eu tenho, foi um dos momentos mais importantes que nós vivemos” (E5).

Com o avanço/continuidade das medidas restritivas no Estado de Santa Catarina, o CEC-SC realizou, via formulário on-line, entre os dias 20 a 28 de março, uma pesquisa de impactos econômicos da Covid-19 no setor cultural:

“A gente tava vendo ali nos primeiros trinta dias, eu mesma tive colega que vendeu seu instrumento de trabalho. Vendeu o violão que custava dez, doze mil reais e vendeu por seis. (...). Quando nós entendemos isso, de que precisávamos entender qual era o real impacto, nós fizemos a pesquisa. Nós colocamos a pesquisa no ar” (E5)”.

Abrangeu-se nesta pesquisa, questionamentos acerca do município de residência dos agentes culturais, gênero, atividade cultural desenvolvida, linguagem artística, origem de seus recursos financeiros¹¹¹, cancelamentos e/ou adiamentos de atividades culturais, público previsto nas mesmas e lucros. À época da pesquisa, a plataforma Mapas Culturais¹¹² contava com 3292

¹¹⁰ Trecho da música “Perto do Coração” lançada pelo ConectArteSC. Coletivo criado com o objetivo de encontrar soluções para minimizar o prejuízo financeiro dos profissionais da cultura do estado de SC em virtude do coronavírus. Ou nos termos da composição: “Enquanto o corpo não pode se aproximar, a minha mente sacode pra encontrar uma saída. Pra não deixar sem música. Pra não te deixar só. Pra não perder a fé. Pra não restar a dúvida que juntos, mesmo de longe, é sempre melhor” (Martins *et al.*, 2020).

¹¹¹ Salienta-se que no documento oficial em que se divulga o resultado da pesquisa não são detalhados os cinco primeiros temas abordados.

¹¹² O Mapas Culturais é um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura. O sistema pode ser baixado gratuitamente e alimentado tanto pelo poder público, que insere na plataforma informações sobre os equipamentos culturais, programações oficiais, editais, etc., quanto pela população em geral, que se cadastra como

(três mil duzentos e noventa e dois) agentes culturais cadastrados, e, o retorno de respostas correspondeu a 385 (trezentos e oitenta e cinco) provenientes de agentes culturais com e sem CNPJ – sendo 377 (trezentos e setenta e sete) válidas – e 22 (vinte e duas) decorrentes de órgãos gestores de cultura (CEC-SC, 2020c). Acerca das poucas respostas obtidas, destaca-se o seguinte trecho da fala do E5:

“Eu confesso a você que foi frustrante ver o resultado de gestão. Nem nos municípios que nós atuamos conseguimos fazer com que os gestores respondessem. A impressão que dá e que havia um recorte: Não, isso não é pra nós. Os gestores não respondiam. Quem respondeu realmente foram (...) os agentes culturais (E5)”.

Foi observado, ainda, uma maior participação das mesorregiões da Grande Florianópolis (43%) e do Vale do Itajaí (33%), seguidos pelo Oeste (12%), Norte (7%), Serra (4%) e Sul (1%). De acordo com a pesquisa, 15 mil atividades culturais foram canceladas ou adiadas no período de fevereiro a maio, o montante que deixou de circular no setor foi de R\$ R\$ 112.841.879,32 (cento e doze milhões oitocentos e quarenta e um mil oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos) e deixaram de estar na plateia um público estimado de 12.000.000 (doze milhões) de pessoas, independente de cobrança ou não de entrada. Outro dado exposto, foi a estimativa para manutenção de despesas básicas e de empregos gerados pelas iniciativas culturais, considerando-se apenas os recursos atualmente em caixa ou investidos. Cerca de 75% dos respondentes afirmaram possuir recursos financeiros para manutenção de despesas básicas e empregos por até um mês, 14% por dois meses, 6% por três e 5% por mais de três meses (CEC-SC, 2020c).

Em tal pesquisa, que contou com o protagonismo do grupo de trabalho de comunicação do CEC-SC durante sua elaboração, execução e tabulação de dados, objetivou-se subsidiar com dados e indicadores o CEC-SC, a FCC, o governo do Estado de Santa Catarina, bem como outros entes federados, terceiro setor e iniciativa privada, com vistas a se elaborar estratégias e implementar ações emergenciais capazes de minimizar os impactos econômicos da pandemia da Covid-19 no setor cultural (CEC-SC, 2020c). Nos termos do Entrevistado 5:

“Nós tivemos uma reunião no GT de comunicação, (...), e nós decidimos que precisávamos fazer essa pesquisa, até com intuito mesmo de buscar os meios para a realização de políticas públicas culturais e para a gente poder brigar pelos recursos. (...). Foi, inclusive, base para a comissão da ALESC de cultura em algumas de suas

agente de cultura (individual ou coletivo) e pode divulgar suas próprias programações. A partir de outubro de 2015, o Mapas Culturais foi adotado pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

defesas. (...). Foi importantíssima. (...). A gente conseguiu fundamentar muitos dos textos em que solicitávamos recursos para editais. Até mesmo, fundamentar as nossas solicitações para tornar um pouco mais rápidos os editais amparados por lei. Um só, que é o Elizabete Anderle. O outro não tem essa lei de continuidade anual (...) (E5)”.

No que concerne à comissão de educação, cultura e desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presidida pela Deputada Luciane Carminatti, salienta-se que esta esteve mobilizada e articulada com agentes culturais e parlamentares do Congresso e Senado com intuito de fornecer apoio e mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 no setor cultural. Tal mobilização e articulação começou a ser delineada ainda em março, com o início das medidas restritivas no estado, quando agentes culturais e/ou entidades representativas do setor procuraram a presidente da referida comissão para sugerir uma série de medidas emergenciais a serem adotadas pelo executivo estadual e elaborou-se um ofício enviado à FCC, Secretaria de Estado da Fazenda e Casa Civil:

“A gente se aproximou de muitos grupos, do Conselho Estadual de Cultura, dos fazedores de cultura, dos produtores culturais, dos artistas, de entidades representativas do setor. (...). Quando bateu a pandemia essas pessoas nos procuraram e sugeriram uma série de medidas emergenciais que o governo poderia adotar. A gente colocou isso num ofício e encaminhou à FCC, ao governador, listando essa série de medidas que o governo poderia adotar como algo emergencial” (E6).

Em relação ao CEC-SC e as primeiras restrições estaduais decorrentes da pandemia da Covid-19, destaca-se o adiamento dos Encontros Regionais de Conselhos Municipais de Cultura que ocorreriam no decorrer do ano de 2020¹¹³ e uma suspensão temporária da realização de reuniões do CEC-SC. Esta, segundo o Entrevistado 3, ocorreu, sobretudo, por dois motivos: ausência de presidência e de mesa diretora para convocação das reuniões; e, não de previsibilidade de reuniões em formato virtual – circunstância resolvida após nomeação da nova presidência.

“Não havia como. Nós não tínhamos a presidência. Foi um problema que passou batido. (...). (...) [a eleição da mesa diretora] estava prevista regimentalmente e deveria ter ocorrido (...). Isso não ocorreu ao longo do mandato da antiga presidente. Quando ela sai a mesa diretora fica vazia e é competência da mesa diretora chamar as reuniões. Não há outra possibilidade além da mesa diretora. (...) nós não poderíamos ser chamados porque não havia previsibilidade e poderia incorrer num risco da ilegalidade. (...)” (E3).

¹¹³ Em virtude dos fatos apresentados, os únicos Encontros Regionais de Conselhos Municipais de Cultura que ocorreram foram aqueles datados entre 03 e 16 de março de 2020.

“Após nomeação, nós criamos a resolução prevendo situações como essa de calamidade. Porque as nossas reuniões são presenciais. O regimento diz isso. São presenciais. São marcadas com antecedência. Então criou-se uma resolução” (E3).

Com a nomeação e posse da nova presidência, e, publicação em diário oficial da resolução que possibilitava ao CEC reunir-se em formato virtual¹¹⁴, ocorreu no início do mês de maio a primeira reunião do CEC-SC, posterior ao início das medidas restritivas. Nesta reunião foram discutidas pautas e encaminhamentos relacionados à pandemia da Covid-19, como: apoio à concessão de benefícios emergenciais aos trabalhadores e trabalhadoras do setor cultural a ser adotado durante o estado de Emergência em Saúde, em âmbito federal; elaboração do edital Elisabete Anderle de estímulo à Cultura, com vistas a tentar antecipar a publicação do edital e suas etapas posteriores; e, recomendações às instituições e municípios que abrangeram temas como o desenvolvimento de linha de crédito para pessoas físicas e jurídicas para preservação de empregos, e, a necessidade da elaboração de editais emergenciais.

Cumprе ressaltar que em maio de 2020, o Estado de Santa Catarina se encontrava no segundo mês de medidas restritivas e que nenhuma ação emergencial, destinada ao setor cultural, proveniente do executivo estadual havia sido efetivada até então. Com isso, as demandas e pressões por ações emergenciais provenientes, inclusive, do parlamento catarinense começaram a aumentar: *“Como não aconteceu nada de imediato chegou em maio, essas críticas, esse desespero do setor cultural começou a aumentar muito porque estava tudo fechado e as pessoas sem condição de trabalhar e sem renda. Começou a aumentar essa demanda por uma ação emergencial” (E6).*

Entre as ações emergenciais idealizadas pelo parlamento catarinense estava o PL 187/2020¹¹⁵. Tal PL, de autoria de Luciane Carminatti e Marlene Fengler, foi apresentado no dia 19 de maio de 2020 e previa a concessão de renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura em Santa Catarina. Tal benefício seria direcionado a microempreendedores individuais ou a quem possuísse vínculo com micro, ou pequena empresa, cuja principal atividade fosse a produção artístico-cultural. Segundo o Entrevistado 6,

¹¹⁴ Até a data em que este tópico foi escrito, 07 de maio de 2021, as reuniões do CEC-SC continuavam sendo realizadas em formato virtual. Inicialmente estas ocorreram via plataforma ConferênciaWeb, posteriormente utilizou-se as plataformas Google Meet e Zoom.

¹¹⁵ Com a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc este PL não sofreu continuidade.

não foram incluídos trabalhadores e trabalhadoras informais da cultura no PL devido à ausência de dados referentes ao quantitativo desse universo no estado:

“A gente não tem os números para dizer quantas pessoas, quantos informais estão na área da cultura. O que a gente pensou? Em tentar uma renda emergencial pelo menos para micro empreendedores individuais, MEI’s. Eu fiz um levantamento no SENAI e cheguei em um número, acho que de 6 mil CNPJ’s. A gente tentou direcionar para um universo mais concreto. Para convencer outros parlamentares a aprovar isso” (E6).

Ainda em maio, no dia 21, ocorreu um encontro online, transmitido nos canais do YouTube da Emergência Cultural e do Youtube e Facebook do CEC-SC, e, com possibilidade de participação na sala virtual do Google Meet de 250 pessoas. Este contou com a presença de gestores culturais, conselhos municipais de cultura, entidades representativas da cultura, artistas, produtores, redes, movimentos culturais e demais agentes culturais. Objetivou-se, neste encontro, apoiar o PL Nacional N°1.075/2020 e articular mobilização pelos setores culturais de todo o Estado para sua aprovação. Também se alinhavou o apoio do setor ao PL Estadual N° 187/2020, além do debate de outras demandas e proposições para a Cultura de Santa Catarina. Somando aqueles que assistiram por meio das redes sociais, o encontro teve a visibilidade de mais de trezentas pessoas.

Entre as demandas apresentadas nesse encontro, estava a orientação do CEC-SC para elaboração de modelos de cartas ou moções de apoio para que fossem enviadas aos membros da bancada parlamentar catarinense no congresso nacional. Desse modo, o CEC-SC elaborou um modelo de moção de apoio ao PL Nacional n.º 1.075/2020 e o disponibilizou para acesso público junto de uma lista com os e-mails de deputados e deputadas federais de Santa Catarina¹¹⁶. Com intuito de gerar maior impacto nos parlamentares do estado, sugeriu-se que tais e-mails fossem enviados com o seguinte assunto: Santa Catarina pede a aprovação da PL 1075/2020.

Neste encontro, com mediação do presidente do CEC-SC, falou-se que o espaço de discussão ali criado não deveria ser um “*espaço de embate político*”, mas sim um “*espaço de convergência política*”, tendo em vista que o PL n. °1.075/2020 estava sendo constituído enquanto um “*um projeto supra partidário e que diz respeito a todos os entes federados*”

¹¹⁶ Tal disponibilização ocorreu tanto no blog do CEC-SC, quanto em vídeo conferências e a pedido dos agentes culturais nos canais oficiais do referido conselho. Cumpre ressaltar que no segundo semestre de 2020, o blog do CEC-SC foi extinto e este passou a contar com sua página no Facebook e com um espaço no site da Fundação Catarinense de Cultura.

(Marcelo Seixas). Circunstância esta, que vinha sendo reforçada também ao nível nacional, de acordo com o que antes fora apontado.

Ademais, conforme mencionado anteriormente, na iminência da votação do PL 1.075/2020 na câmara dos deputados, além da disponibilização e envio de moções de apoio ao PL – em parceria com associações de municípios por meio da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (CONGESC), conselhos municipais de cultura, entidades representativas de diversos setores, deputados e deputadas estaduais, além de agentes culturais – aos deputados e deputadas que compunham a bancada parlamentar catarinense no congresso nacional, o CEC-SC passou a divulgar, em seu blog e página do Facebook, o placar atualizado do voto de cada deputada ou deputado catarinense – favorável, em análise, ou contrário. Com a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc na Câmara dos Deputados, continuaram as mobilizações e articulações em território catarinense, tendo em vista a tramitação processual desta, que ainda deveria passar por outras etapas, como: aprovação no senado federal, sanção presidencial e regulamentação.

Após a aprovação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc na Câmara dos Deputados, em virtude do recrudescimento da pandemia de coronavírus e da inexistência de ações emergenciais provenientes do executivo estadual ao setor, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina optou pela devolução e destinação à FCC de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de seu duodécimo para desenvolvimento de uma ação emergencial.

“(...) a saída que a gente encontrou, que seria a mais fácil, mais viável e menos problemática, era que a Assembleia pudesse devolver uma parte do duodécimo para a FCC, para a FCC desenvolver uma ação emergencial. Já que o governo do Estado não fez nenhuma ação emergencial para a área da cultura, diferentemente de outras unidades da federação, (...) ela [Luciane Carminatti] conversou com o presidente da casa, o Júlio Garcia, e conseguiram concluir uma ação de devolver 2 milhões para a FCC, para a FCC fazer uma ação emergencial” (E6).

No dia 27 de maio de 2020, segundo o Entrevistado 6, a Deputada Estadual Luciane Carminatti solicitou à FCC e ao Conselho Estadual de Cultura a realização de uma reunião. Nesta reunião, Carminatti mencionou a viabilização dos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para que a FCC pudesse realizar uma ação emergencial. Em resposta, lhe foi dito que já se pensava na realização de uma ação emergencial por meio de um edital com ações em formato virtual: *“Nessa reunião a presidente da FCC disse que eles já tinham uma ideia de realizar uma*

ação emergencial que era esse edital #SCulturaemSuaCasa, como aquele era o momento online por excelência, a FCC já tinha pensado na ideia de fazer esse edital com ações virtuais. Só que não tinha saído ainda” (E6). Combinou-se assim, a transferência dos recursos provenientes do duodécimo da ALESC, desde que o CEC-SC “participasse ativamente do processo” (E3). Deste modo, em prosseguimento, no dia 03 de junho de 2020, a ALESC efetivou a transferência dos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): “No dia 03 de junho o recurso caiu na conta da fazenda e de lá foi pra FCC” (E6).

No mesmo mês, diante da possibilidade de o PL 1.075/2020 ser apreciado no dia 04, o CEC-SC deu continuidade ao movimento de mobilização pela aprovação desse PL e divulgou nota, em seu blog e página do Facebook, propondo um modelo de mensagem e lista de contatos dos senadores catarinenses e lideranças do Senado Federal. Com intuito de proporcionar maior alcance e impacto junto aos senadores, sugeriu-se – assim como o envio destinado à Câmara de Deputados – o seguinte assunto: “Santa Catarina pede a aprovação sem emendas da PL 1075/2020”. Ademais, em arte disponibilizada no blog e página do Facebook do CEC-SC, incentivou-se o uso da #AprovaAldirBlancIntegral nas redes sociais.

Figura 7 - Mobiliza-SC



Fonte: CEC-SC (2020d)

No dia 04 de junho de 2020, depois de semanas de mobilização, o PL N° 1.075/2020, entrou em votação no senado e foi aprovado por unanimidade, seguindo para sanção presidencial. Neste dia histórico para a cultura do país, o CEC-SC divulgou nota, em seu blog e página do Facebook, agradecendo aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura catarinense, bem como aos gestores, lideranças e demais apoiadores que se empenharam na articulação e envio de mensagens a parlamentares no sentido de sensibilizá-los quanto à relevância e urgência do PL 1.075/2020. Além disso, apontou-se a estimativa de recursos que seriam destinados ao Estado e municípios catarinenses, assim como se agradeceu à Bancada Parlamentar Catarinense¹¹⁷ no Congresso Nacional por seu “*apoio e empenho na aprovação*” do “*PL suprapartidário*” (CEC-SC, 2020e).

Com a tramitação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e sua aprovação na Câmara de Deputados e Senado Federal, na reunião ordinária do CEC-SC, do dia 09 de junho, pautou-se e discutiu-se, entre outros temas, acerca da relevância da articulação do CEC-SC com conselhos estaduais e municipais de cultura em torno da Lei. Nesse sentido, com a aproximação da data prevista para realização do III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina, optou-se pela manutenção deste, contudo, em formato virtual. Apesar da percepção que isto demandaria um grande esforço por parte dos conselheiros devido à necessidade de adaptação do evento a um novo formato – do presencial para o virtual –, destacou-se que o Fórum se fazia ainda mais relevante devido ao cenário pandêmico e a iminência de sanção presidencial à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Além de ações voltadas ao apoio à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, nesta reunião ordinária, apresentou-se a minuta final do edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura 2020 e sugeriu-se três conselheiros enquanto membros titulares e três como suplentes para composição da

¹¹⁷ Convém mencionar que junto da mensagem de agradecimento, divulgou-se figuras com nomes dos parlamentares e como voto de cada um deles – se favorável ou contrário. Entre os parlamentares catarinenses, apenas Gilson Marques, deputado federal pelo partido novo, se posicionou de forma contrária ao PL 1.075/2020 (CEC-SC, 2020e).

Comissão de Organização e Análise/Acompanhamento (COA) ¹¹⁸ do Edital Emergencial #SCulturaEmSuaCasa¹¹⁹.

O andamento do PL n.º 1.075/2020 motivou também a reorganização do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura (ConEcta), desativado desde 2016. Com a reorganização deste, foi eleita uma diretoria provisória, na noite de 10 de junho de 2020, composta por seis conselheiros estaduais de cultura representantes das macrorregiões norte, nordeste, centro oeste, sudeste e sul. Marcelo Seixas, presidente do CEC-SC, foi eleito enquanto diretor provisório da macrorregião Sul. Todavia, posteriormente, em assembleia, optou-se pela não manutenção do presidente do CEC-SC enquanto diretor da macrorregião Sul.

Enquanto o PL 1.075/2020 aguardava sanção presidencial e não se lançava, em Santa Catarina, o edital #SCulturaemSuaCasa – cuja verba proveniente da ALESC fora transferida ao Estado em 03 de junho –, Luciane Carminatti, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da ALESC, divulgou, em 27 de junho de 2020, nota em seu site pessoal apontando tentativas de entendimento da morosidade de tal processo, junto ao governador, e monitoramento do andamento do edital junto ao chefe da Casa Civil:

“Devido à demora do lançamento do edital, liguei, no dia 19 de junho, diretamente para o governador, a fim de entender o porquê, já que se trata de uma ação emergencial. Fui avisada que o processo estava em análise nos órgãos de controle do Estado. Depois disso, passei a monitorar o processo diariamente com o chefe da Casa Civil. Aguardávamos uma resposta definitiva na quinta-feira (25). Contudo, ontem (26), fui informada que o parecer final sairá somente na semana que vem. É inaceitável que o governo do Estado, com dinheiro em caixa, em meio a uma pandemia que atinge em cheio os trabalhadores da cultura, seja incapaz de tratar com a urgência necessária uma ação que beneficiará um setor que está completamente parado desde o dia 17 de março. O governo, que não fez nada pelo setor até o momento, ainda vai demorar quanto tempo para tomar uma atitude? Chega de incompetência!” (CARMINATTI, 2020).

Com a sanção presidencial, em 29 de junho de 2020, do PL n.º 1.075/2020 e da publicação da MP n.º 986/2020, o CEC-SC publicou em seu blog e página do Facebook (em 2 de julho) um post em que considerou a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc uma vitória da

¹¹⁸ Além da COA do Edital Emergencial #SCulturaEmSuaCasa, conselheiros do CEC-SC, integraram em 2020 outras 3 COA's, foram elas: a Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura-2020; a Comissão de Organização e Análise (COACIN) para o Prêmio Catarinense de Cinema- 2020; a Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) do Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc SC.

¹¹⁹ Neste edital, houve também a participação de quinze conselheiros na avaliação de projetos inscritos.

cultura nacional. Vitória esta “*construída a muitas mãos, em uma grande teia que uniu todo o país, por meio de centenas de manifestações, lives, mensagens, encontros, reuniões virtuais, petições, tuitos, abaixo-assinados, webconferências, debates e pedidos pela aprovação e sanção*” (CEC-SC, 2020b). O referido conselho ainda ressaltou a impossibilidade de garantia de repasse de recursos financeiros a partir da MP n.º 986/2020 e a necessidade de agilidade na transferência e execução de tais recursos, bem como rememorou a indispensabilidade de trabalho conjunto entre sociedade civil e gestores públicos para tanto e divulgou/orientou quanto à publicação de uma nota técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), voltada aos gestores municipais de cultura, com as primeiras orientações a respeito da Lei.

Na mesma data da sanção presidencial, a FCC publicou no Diário Oficial do Estado (DOE-SC) a instrução normativa n.º 1, estabelecendo normas para aplicação dos recursos provenientes da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no estado. Entre as resoluções instituídas, constava, no Art. 1º, a plataforma mapas culturais como base de dados que serviria para a aplicação dos recursos recebidos pela União, considerando-a como o Cadastro Estadual de Cultura central. Apontou-se, também, o *site* da FCC e o DOE-SC, quando fosse o caso, como locais oficiais de publicação de informações relacionadas às ações voltadas à referida Lei. Além disso, foi definida a competência da Comissão de Operacionalização da Lei Aldir Blanc (COLAB) e da Comissão Permanente de Licitação (CPL), bem como a articulação entre elas com vistas a promover o acompanhamento e processamento administrativo dos recursos a serem utilizados (FCC, 2020a).

O prosseguimento do processo de regulamentação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, motivou ainda a organização de um comitê estadual para acompanhar, orientar e fiscalizar a aplicação dos R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) que seriam destinados à Santa Catarina. O comitê foi formado por representantes da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), do Conselho Estadual de Cultura (CEC), do Conselho de Gestores Municipais de Cultura de Santa Catarina (CONGESC), da Comissão de Cultura da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) (E6).

O resultado prático do trabalho do comitê foi a elaboração de um documento com resposta a dezoito perguntas, elaborado por auditores fiscais de controle externo do TCE, com vistas a orientar gestores municipais quanto a temas específicos da Lei. Frisa-se que a

constituição de tal Comitê foi uma proposição de Luciani Carminatti, enquanto presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da ALESC, a partir de uma sugestão recebida pela Deputada em uma *live* sobre cultura:

“A gente estava fazendo uma live sobre cultura com o pessoal de Joinville e uma das pessoas sugeriu. (...). Uma das pessoas que estava participante sugeriu para Luciane fazer alguma comissão de acompanhamento. Veio daí. (...). Então a gente montou essa comissão e fizemos, eu acho, umas três reuniões. Fizemos um documento, esse comitê criou perguntas, foram (...) dezoito, perguntas (...), e a gente passou para o TCE responder concretamente. E aí a gente fez um documento a partir da resposta do TCE. Fez um documento oficial para divulgar todo mundo para orientar os gestores municipais ao que fazer, para ter respostas concretas e não ficar no achismo. (...). O produto final da comissão foi isso” (E6).

Enquanto se aguardava a abertura de crédito extraordinário dos três bilhões de reais – ocorrida em 09 de julho – e a regulamentação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc – datada de 17 de agosto – publicou-se em 02 de junho o edital do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura de 2020. O Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura do Estado de Santa Catarina foi instituído pela Lei 15.503/11 e regulamentado pelo Decreto 2.336/14 que prevê sua realização anualmente. Apesar disto, nos anos de 2019 e 2020 foi a segunda vez que tal edital, promovido desde 2009, foi lançado consecutivamente¹²⁰.

Salienta-se que o referido prêmio teve o intuito de realizar a seleção de projetos culturais habilitados a receberem apoio financeiro para realização de ações nos campos das Artes, Artes Populares e Patrimônio Cultural que estimulem e/ou fomentem a produção, circulação, pesquisa, documentação, formação, restauração, preservação e difusão de produtos, bens e/ou serviços culturais; contribuam para a construção e compartilhamento de conhecimentos e modos de fazer; beneficiem a geração de produtos, bens e serviços culturais; alcancem municípios de pequeno e médio portes das diferentes regiões do estado; e, perpassem os mais variados estratos culturais e sociais.

No ano de 2020, O Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura do Estado de Santa Catarina, em sua sexta edição, contou com a disponibilização do valor de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) – valor que se mantém desde a quarta edição – destinados a 215 projetos divididos em três editais: Patrimônio e Paisagem Cultural; Artes; e, Artes

¹²⁰ O Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura do Estado de Santa Catarina contou com as seguintes edições: 2009, 2013, 2014, 2017, 2019 e 2020.

Populares. Com intuito de especificar os eixos abrangidos por cada edital, desenvolveu-se o quadro a seguir:

Quadro 6 - Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura de Santa Catarina 2020

Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura do Estado de Santa Catarina – Edição 2020						
Edital Patrimônio e Paisagem Cultural		Edital Artes		Edital Artes Populares		
Prêmio	Eixo	Artes Visuais	Pesquisa/ Formação	Artes Circenses	Pesquisa/ Formação	
Patrimônio Material	Restauração/ Conservação		Dança		Produção/ Difusão	Culturas Populares e Diversidades
	Pesquisa/ Formação e Produção/ Difusão	Pesquisa/ Formação		Pesquisa/ Formação		
Patrimônio Imaterial	Pesquisa/ Formação	Música	Produção/ Difusão	Culturas Negras e Afro-brasileiras	Produção/ Difusão	
	Produção/ Difusão		Pesquisa/ Formação		Pesquisa/ Formação	
Museus	Gestão/ Acervo	Teatro	Produção/ Difusão	Culturas dos Povos Indígenas	Produção/ Difusão	
Bibliotecas Públicas	Gestão/ Acervo		Letras – Livro, Leitura e Literatura		Pesquisa/ Formação	Pesquisa/ Formação
					Produção/ Difusão	Produção/ Difusão
					Produção/ Difusão	

Fonte: Elaborado pela autora

Cumprir mencionar que apesar de o prêmio ter sido lançado em julho, o seu resultado final foi divulgado no dia 05 de novembro de 2020. Outra circunstância a ser destacada acerca deste prêmio foi a existência de uma maior articulação entre atores culturais para ações como a divulgação e esclarecimento de dúvidas acerca dos editais. Acredita-se que essa articulação pode ter influenciado, além do cenário pandêmico e das consequências deste no setor cultural, em um maior número de projetos submetidos quando comparado a edições anteriores. A este respeito, aponta-se um excerto da fala do Entrevistado 5:

“No ano passado [2019], falando na linguagem que eu represento no conselho, (...) sobrou um montante de recursos impressionante. Teve uma das categorias que nós

conseguimos premiar dois ou três, o resto foi tudo pra outros prêmios de artes. (...). E eu aproveitei (...) pra chamar, conclamar que o nosso povo corresse atrás, se inscrevesse e participasse do edital. Porque como é que você briga por recurso? Como que eu vou continuar brigando, dizendo que tem que ter o mesmo montante das outras linguagens se o pessoal não participa?! Depois eu fiz um levante, encabecei a organização de uma roda de conversa para tirar dúvidas do edital Elisabete Anderle e apareceu uma galera de todo o estado. Esse ano não sobrou um centavo de recurso. Foi tudo aplicado. E tinha projetos lá maravilhosos. (...). Eu penso sim, que esse ano houve um avanço na articulação, com todos os pormenores que existem, com todas as dificuldades que existem (E5)”.

Além do Elisabete Anderle, outro prêmio foi lançado no início de julho, o Prêmio Catarinense de Cinema - Edição 2020, com o objetivo específico de cumprir com a política pública de Estado para o setor audiovisual, de acordo com a Lei Estadual n.º 15.746, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, os resultados do objeto do edital deveriam passar a compor o acervo museológico e/ou documental do Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina/MISSC com o intuito de preservação e difusão da memória audiovisual catarinense.

Vale aludir ainda que no ano de 2020, este prêmio, em sua décima segunda edição¹²¹, distribuiu R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para este segmento. Apesar de apresentar maior contrapartida do Estado de Santa Catarina, este é o menor valor do Edital desde a sua décima edição. Esta circunstância é apontada em reuniões do CEC-SC como relacionadas à ausência de suplementação de recursos provenientes da União por intermédio da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), ou, mais especificamente, do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Além disto, o Entrevistado 3 mencionou, que apesar de o edital de 2019 ter saído com aporte da ANCINE, até o momento da entrevista, não havia sido executado o repasse de recursos provenientes da ANCINE aos premiados:

“Nós tivemos um repasse de recursos no edital de 2018. [Em] 2019 não houve repasse ainda de quem saiu vitorioso, mas o edital saiu com os valores de aporte da ANCINE. Em 2020 sequer abriram o chamamento público como fazia todos os anos. O ano de 2020 não teve aporte da ANCINE e esse ano também não terá [2021]. (...) 2019 ainda tá em aberto da ANCINE, o Estado pagou tudo o que tinha que pagar. Em 2020 também. O Estado vem cumprindo com as suas obrigações, quem não vem é a ANCINE” (E3).

Para o mesmo entrevistado, o cumprimento da periodicidade dos editais do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo do Estado de Santa Catarina e do Prêmio Catarinense de Cinema

¹²¹ O Prêmio Catarinense de Cinema contou com as seguintes edições: 2001, 2002, 2002, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2016, 2018, 2019 e 2020.

pode ter relação com uma ação do CEC-SC no decorrer das últimas eleições ao governo do estado:

“No mandato anterior o CEC chamou, em plenária, não era reunião extra, os candidatos ao governo do estado. Todos estiveram no conselho. O governador Moisés também esteve no conselho. E todos eles assinaram uma carta (...). Entre os itens, eu acho que eram nove ou dez (...), um desses era o cumprimento da periodicidade dos editais. Outro era conclusão do processo eletivo do conselho com a posse dos novos conselheiros” (E3).

Ademais, frisa-se que o valor distribuído pelo Prêmio Catarinense de Cinema foi destinado a projetos de treze categorias, divididos em quatro modalidades, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 7 - Modalidades e Categorias do Prêmio Catarinense de Cinema - Edição 2020

Prêmio Catarinense de Cinema – Edição 2020	
Modalidades	Categorias
Produção	Produção de Longa-metragem Baixo Orçamento
	Produção de Obra Seriada
	Produção de Telefilme
	Produção de Curta-metragem A
	Produção de Curta-metragem B
Desenvolvimento	Produção de Videoclipe
	Desenvolvimento de Projeto de Longa-metragem
Capacitação	Desenvolvimento de Projeto de Obra Seriada
Difusão	Laboratório de Formação de Projetos audiovisuais
	Festival de Cinema A
	Festival de Cinema B
	Festival de Cinema C
	Cineclubes

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o edital, as referidas categorias contemplariam, em maior ou menor número, projetos por mesorregião do estado, respeitando a maior pontuação entre os demais daquela região, desde que atendessem outras exigências do edital. Todavia, tais critérios não parecem ter agradado atores culturais da área do audiovisual. Em virtude disso, na reunião do CEC-SC, do dia 09 de julho de 2020, da qual fizeram parte técnicos da FCC, houve abertura para participação de representantes do audiovisual na sala virtual de reunião, além de transmissão

pelo YouTube e liberação do chat para comentários. Discutiui-se intensa e primordialmente a ausência de nota de corte o que possibilitaria, segundo mensagens no chat do YouTube, uma discrepância entre notas dos selecionados, podendo acarretar a seleção de projetos de “*menor qualidade técnica*” por estarem dentro do número de vagas de determinada mesorregião. Houve ainda, discussões via *chat* em que alguns agentes culturais acusavam outros da mesorregião da grande Florianópolis de não aceitarem a descentralização de recursos e de desqualificarem as falas contrárias ao seu posicionamento.

Com isso, alguns conselheiros assumiram falas em tom pacificador, dando destaque à descentralização e regionalização de recursos do edital enquanto um momento histórico. Ademais, apontaram a relevância do papel do CEC-SC na articulação e pactuação de políticas públicas em Santa Catarina. Decidiu-se, posteriormente, com anuência de técnicos da FCC, a inclusão da nota de corte no referido edital. Desse modo, em retificação datada de 9 de julho de 2020, incluiu-se a exigência de pontuação maior que 2,5 para que projetos fossem contemplados, além do atendimento a outras exigências do referido edital.

Acerca dessa discussão, o Entrevistado 3, durante entrevista concedida para esta tese, discorreu o seguinte:

“O cinema tem uma organização interessante. Tem um sindicato patronal (...), um sindicato dos técnicos que trabalham no audiovisual (...). Tem a cinemateca catarinense (...) e tem outras estruturas. (...). Ali teve um problema porque essas estruturas todas estão sediadas na capital e não querem que o recurso saia da capital. Defendiam esse ponto de vista. Como a ideia era trabalhar o aspecto da regionalização dos recursos e a capital era contrária. A gente teve que interferir. Porque é nosso papel interferir. Não é uma coisa que surgiu no governo Moisés. Não é uma coisa da cabeça da presidente Ana Lúcia. Não é algo intempestivo do conselho. É algo que tá previsto no plano estadual de cultura que é anexo da 17.449. Então tem que cumprir regionalização de recursos” (E3).

Durante o mês de julho, Conselheiros Estaduais de Cultura de Santa Catarina, entre outras demandas, dedicaram-se, com apoio da FCC, à organização do III Fórum Estadual dos Conselhos de Cultura que contou com a participação de 1077 pessoas— deste universo de participantes no fórum, 322 declararam-se conselheiros de cultura. Realizado integralmente *online* entre os dias 23 de julho e 1º de agosto, o fórum contou com salas de bate-papo e transmissão ao vivo no canal do CEC-SC no YouTube. De acordo com o que antes foi apontado, objetivou-se neste fórum, o fortalecimento dos conselhos municipais de cultura, colher dúvidas, e orientação dos conselheiros municipais e a sociedade civil, em geral, disponibilizando

conteúdos e ferramentas necessários para garantir a participação e o controle social na operacionalização da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, e, na fiscalização da aplicação do recurso.

A respeito da organização e objetivo desse evento, destaca-se o excerto extraído da transcrição da entrevista do Entrevistado 7 e outro retirado de um posicionamento do presidente do CEC-SC, durante a realização do Fórum:

“Na verdade, esses fóruns já ocorreram em duas outras oportunidades. Esse aí foi o terceiro fórum e teve esse problema da pandemia. Então deliberou-se numa das reuniões se iria-se ou não fazer o fórum porque ia ser muita coisa pra se executar. Daí o pessoal pegou firme e decidiu fazer online. (...). Então foi dividido em encontros das mesorregiões do Estado (...) e também por setores (...), com o foco da Lei Aldir Blanc” (E7).

“Quando a gente pensou em fazer o fórum nesse formato. Além de aproximar, fortalecer os conselhos existentes, [pensamos em] criar esses espaços de escuta, de manifestações, para as pessoas poderem opinar em relação (...) a Lei Aldir Blanc” (Marcelo Seixas).

Os Entrevistados 7 e 5 evidenciaram ainda, a relevância do fórum não apenas enquanto uma ferramenta de elucidações concernentes à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, mas também enquanto um facilitador/impulsionador de mobilizações e/ou da construção de redes de articulação/articulação entre agentes culturais no Estado de Santa Catarina:

“Acredito que esse fórum, esforço de todos os conselheiros, saiu por questão da própria Aldir Blanc. Porque há muitas dúvidas dos municípios, das pessoas que precisam desse recurso. E acredito que o fórum atingiu o objetivo de esclarecer as dúvidas dessas pessoas. Só pra tu ter uma noção, o último fórum que aconteceu em Chapecó, contava com cerca (...) de 120 pessoas. Esse nosso fórum, só da região oeste, teve 190 pessoas. Então foi muita gente. (...), tivemos quase mil inscritos, ativos nas lives” (E7).

“(...) nós tivemos um grande start ao realizar o fórum dos conselheiros municipais de cultura com esse objetivo. Há muito tempo eu não via uma articulação tão grande entre as linguagens (...) e há muito tempo eu não via isso. O último fórum de conselheiros de cultura que eu participei em Chapecó, eu nem sonhava em ser conselheira estadual de cultura, parecia assim um fórum preparado para gestor. Esse não. Esse realmente, o artista, o agente cultural – o gestor também tava junto, óbvio que era pra todo mundo – tava ali pra entender a Lei Aldir Blanc. Muita gente ali chegou crua, sem nenhuma compreensão, pra ver como ia poder ajudar. Foi uma das primeiras vezes que eu vi, que eu posso falar de boca cheia que eu vi acontecer uma rede colaborativa. (...). Nós artistas, salvo um grupo que realmente tá engajado e é pela coletividade, nós temos um defeito muito grande que é o de defender nossos feudos, nossas linguagens em detrimento às outras e, pior ainda, nossas regiões. (...). Ali no fórum não, estava todo mundo junto, todo mundo unido. As regiões articuladas. As regiões participando, as microrregiões. (...). Eu ousou dizer que dos últimos cinco ou seis anos de vivências que eu tenho foi um dos momentos mais importantes que

nós vivemos. Não só enquanto conselheira mesmo, falando como artista, como agente cultural” (E5).

Frisa-se que durante a realização do fórum houve manifestações que corroboraram os destaques anteriores. No decorrer deste, agentes culturais salientaram a organização do setor cultural de Santa Catarina, e mencionaram que se tratava de uma organização ainda não observada (no sentido de tamanho, intensidade) durante sua trajetória na cultura. Ademais, apontou-se para a presença, no Fórum, de inúmeras falas voltadas ao engajamento coletivo:

“(…). Quem que imaginava que em meio a uma pandemia. (...). Nós íamos nos reunir dessa forma para falar de uns cuidarem dos outros. (...). Eu participei de várias conferências estaduais e nacionais de cultura. E eu via muita fala individualista, sabe?! E hoje eu tô percebendo muitas falas pensando no coletivo” (Patrícia da Silva).

“(…) nunca estivemos tão organizados” (Marlowa Marin).

Percebeu-se também a preocupação com a afirmação e reafirmações da necessidade de se deixar “*diferenças, egos e umbigos de lado*”, devido ao cenário de pandemia e demandas em virtude dele intensificadas e/ou dele surgidas, em prol de lutas, pautas e benefícios comuns como a execução da Lei Emergência Cultural Aldir Blanc e fiscalização de sua implementação. Além disso, agentes culturais enfatizaram a possibilidade de ganhos em políticas públicas para o setor cultural que poderiam transpor a referida Lei, decorrentes de uma maior articulação entre eles:

“Não haverá possibilidade da operacionalização da lei se dar de maneira efetiva se não houver participação da sociedade civil. Nesse processo que tu pontuaste, tentando fiscalizar o poder público, (...). Isso só se dá se tiverem pessoas sensíveis, com empatia, atentas, com intuito de colaborar. Deixar os nossos egos e umbigos um pouco de lado e olhar para o outro” (Marcelo Seixas).

“(…) Às vezes tem as picuinhas, passem por cima disso e se juntem para fortalecer a cultura e a arte do nosso Estado e do nosso país” (Kátia Costa).

“Isso (...) nos traz essa responsabilidade de atravessar esses diálogos, transpor diferenças, e chegar nos pontos que precisamos chegar que é o que nos une”. (...) A Aldir Blanc é o exemplo que a gente precisa se espelhar em todos os diálogos. Ela conseguiu reunir todos os diferentes num ponto comum, a emergência cultural. (...) entes que têm suas diferenças, enfim, históricas, pontuais ou não, para um objetivo, dialogar política pública, atravessar esse momento. (...). Depois de a gente ter suportado tudo que tivemos que suportar. (...). E aí vem essa emergência cultural, essa inspiração de nos (re)unir, unir novamente” (Dagma Castro).

Em virtude do trabalho desenvolvido pelo CEC-SC na realização do III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina, que teve a Lei Aldir Blanc como pauta principal, no dia 4 de agosto de 2020, a ALESC aprovou em sessão plenária, uma moção de aplauso ao referido conselho.

Figura 8 - Trecho da Moção de Aplauso concedida ao CEC-SC pela ALESC



Fonte: CEC-SC (2020f)

Agosto de 2020 contou também, conforme antes explicitado, com a realização da Conferência Popular de Cultura, organizada pela Articulação Nacional de Emergência Cultural, e, com a sanção da regulamentação de repasses da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, no dia 17 de agosto de 2020. Além disso, em 17 de agosto de 2020, ocorreu em Santa Catarina a publicação do edital de credenciamento #SCulturaemSuaCasa. Com intuito de socorrer emergencialmente o setor cultural do estado, através da geração de renda e incentivo à retomada econômica, este edital contou com recursos financeiros na ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), oriundos da devolução do duodécimo pela ALESC – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) – e dos orçamentos fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) e da Casa Civil (CC)¹²².

¹²² Acerca da disponibilização de recursos, por parte do governo do estado, destaca-se um excerto de fala do Entrevistado 6, em que este refere acreditar que a transferência de recursos da ALESC, para uma ação emergencial de amparo ao setor cultural, impulsionou a contrapartida do executivo: “Para mim é muito claro que quando a Luciane chama o governo para conversar e fala olha a gente tem dois milhões para botar aí e vocês fazerem um edital emergencial, (...). (...) é evidente que isso forçou o governo a colocar dinheiro e forçou o governo a acelerar o processo que talvez seria muito mais lento e que já foi lento mesmo com recurso da Assembleia”.

Em virtude das restrições associadas à Covid-19, as propostas selecionadas e apoiadas financeiramente, deveriam abranger apresentações com transmissão on-line, geração de conteúdo e disponibilização de produtos artísticos ou culturais exclusivamente no formato digital, veiculados através de mídias tradicionais ou internet, por *sites*, canais, plataformas, ou redes sociais nas modalidades, a seguir explicitadas.

Quadro 8 - Modalidades e Campos Artísticos e Culturais Edital de Credenciamento #SCulturaemSuaCasa

Edital de Credenciamento #SCulturaemSuaCasa	
Modalidades	Campos Artísticos e Culturais
Disponibilização e licenciamento de conteúdo já produzido ou finalizado; Apresentação artística ou cultural com transmissão em tempo real (<i>lives</i>); Produção de conteúdo inédito para disponibilização e licenciamento; Ações de formação e capacitação com, no mínimo, 6 (seis) horas/aula; e, Ações de difusão com, no mínimo, 4 (quatro) eventos sequenciais.	Artes Circenses
	Audiovisual
	Artes Visuais
	Cultura Popular e Diversidade Cultural
	Dança
	Literatura-Leitura, Letras e Livro
	Música
Teatro	

Fonte: Elaborado pela autora

Ainda em agosto, na tarde do dia 20, a FCC promoveu uma transmissão on-line voltada aos municípios, sem necessidade de inscrição para participação, com informações de alinhamento de estratégias para a operacionalização da Lei Aldir Blanc em Santa Catarina. Participaram da transmissão feita pelo canal da FCC no YouTube técnicos da FCC que fazem parte da comissão organizadora da Lei no estado, conselheiros estaduais de cultura, além de representantes de entidades do setor em âmbito nacional, envolvidas na regulamentação, como do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e do CEC-SC.

Entre os temas abordados pelos convidados, estiveram: a construção da Lei em âmbito nacional “*como resultado de uma intensa mobilização nacional*”; a operacionalização dela em Santa Catarina e a preocupação com a possibilidade de sombreamento de beneficiários entre estados e municípios; discussões sobre os incisos I e III do Art. 2o da legislação, que falam sobre as ações nas quais os recursos devem ser aplicados; e da importância dos indicadores

gerados pela plataforma Mapa Cultural SC. Acerca deste último, mencionou-se que a plataforma estava hospedada em um sítio do MinC. Todavia, ela começou a apresentar problemas e o Ministério do Turismo não garantiu a importação de dados ao banco de dados da plataforma Mapa Cultural, por isso seria preciso que se refizesse os cadastramentos, pois a hospedagem passou a ser realizada no sítio da FCC, sob a nomenclatura Mapa Cultural SC.

Ressaltou-se, por isso, o papel do CEC-SC, em especial do conselheiro Edson, nessa mudança de hospedagem e cadastramentos, e que, tanto a operacionalização de dados do setor cultural catarinense, quanto a implementação dos recursos provenientes da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, poderiam se constituir como uma importante oportunidade para que o Sistema Estadual de Cultura de Santa Catarina fosse colocado em prática. Ademais, apresentaram orientações para identificação dos trabalhadores e fazedores da cultura e espaços culturais em Santa Catarina e repassaram proposições e indicações para os municípios. Por fim, responderam dúvidas enviadas pelos participantes do encontro, via *chat* da transmissão no YouTube.

No dia seguinte, 21 de agosto de 2020, realizou-se outra transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da FCC, com objetivo de reunir todas as entidades representativas dos segmentos culturais do Estado para debater a operacionalização da Lei em Santa Catarina. Desta vez, sugeriu-se que dúvidas e propostas fossem enviadas pelo link: bit.ly/setoriais-aldir. Apesar de ser realizada pela FCC e transmitida pelo canal da referida instituição, tal encontro não contou com a presidente desta. Estavam presentes técnicos da FCC, representantes do CEC-SC e de entidades dos segmentos culturais. Nessa reunião, realizaram explicações acerca da plataforma Mapa Cultural SC, respondeu-se às dúvidas enviadas, destacou-se a importância de conscientizar e informar a população em geral, para que soubessem se possuíam ou não direitos relacionados à Lei e referiu-se que alguns municípios já estavam se posicionando no intuito de não solicitar os recursos da Lei.

Com o início dos repasses ocorridos em setembro e com a necessidade de realização de cadastro na plataforma Mapa Cultural SC para implementação da lei Aldir Blanc, a FCC realizou nos dias 15, 16 e 16 deste mesmo mês, treinamento com municípios. Os encontros foram virtuais por meio de links de acesso enviados por e-mail. Neste, entre outras ações, discutiram-se os termos utilizados na plataforma, o que estava contemplado em cada termo – como: espaço cultural, subespaço, agente e projeto –, apresentou-se a plataforma na versão de

teste, demonstrou-se como fazer login na mesma e realizar inscrições em benefícios no caso de cadastros já realizados, e, como realizar cadastros e inscrições.

Apesar de o treinamento ser focado para municípios/gestores culturais, o conteúdo foi disponibilizado no canal do YouTube da FCC para um público mais amplo. Além da disponibilização do conteúdo do treinamento, a FCC disponibilizou em seus canais oficiais, assim como nos demais editais e prêmios realizados pelo órgão gestor de cultura do Estado de Santa Catarina, vídeos informativos e tutoriais de curta duração sobre cadastros. Transcorridos alguns dias do treinamento, empreendeu-se novo encontro com gestores sobre a plataforma Mapa Cultural SC. Nesta, discutiu-se dúvidas e dificuldades no processo de cadastramento na plataforma.

Na sequência, no dia 22 de setembro de 2020, publicou-se a portaria de n.º 39 em que a FCC tornou público o cronograma de inscrições para solicitação de renda emergencial às trabalhadoras e aos trabalhadores da cultura, conforme disposto no inciso I da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (FCC, 2020b). Ainda em setembro, foi publicado o decreto n.º 869, com enfoque na operacionalização das ações emergenciais a serem desenvolvidas com recursos recebidos na forma estabelecida na Lei federal n.º 14.017, de 2020, e no Decreto federal n.º 10.464, de 2020 (SANTA CATARINA, 2020a).

No dia 06 de outubro de 2020 foi publicado o Edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC. Este, surgido da necessidade de criação de um mecanismo cujo acesso fosse facilitado aos agentes culturais. Além disso, buscou-se, no referido edital, evitar a prestação de contas dos beneficiados tendo em vista, pontos como a impossibilidade de realização de eventos presenciais em virtude da pandemia e a maior demanda de trabalho que a prestação de contas poderia implicar à FCC:

“O edital de trajetórias surgiu primeiro por uma necessidade de criar um mecanismo que facilitasse o acesso. A grande naba do edital (...), dependendo do mecanismo que é utilizado, [é que] você tem prestação de contas. (...). A realidade da FCC é essa: não tem quadro para dar conta dessa demanda absurda. Operava cerca de cem, cento e poucos projetos via Anderle, via prêmio de cinema e teve que operar mil e quatrocentos, mil e quinhentos. (...). Nós criamos um mecanismo, depois de muito pestanejar, que não precisava prestar contas depois. É um recurso emergencial. Era pro pessoal pegar e fazer o que quisesse com aquele dinheiro. A metade pagou conta com o dinheiro. Vão prestar conta? Eu lanço um edital para uma roda de choro e apresento conta de água, luz e internet atrasadas? Não, né?! Criamos o melhor mecanismo para a situação de emergência e infelizmente algumas pessoas não entenderam porque não entendem nada de gestão. (...). O melhor mecanismo foi o trajetórias. Por quê? Porque reconhecia a pessoa e ponto. O relatório que estamos montando é o vídeo que as pessoas mandaram. (...). Não tem que ver se a nota fiscal é

fria. (...). Não teve evento. Como você vai criar uma situação em que as pessoas não podem se reunir, não podem agrupar, ninguém tem dinheiro pra nada, e querer que faça evento pra prestar conta depois?” (E3).

Nessa perspectiva, objeto do edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC foi a seleção e premiação, pelo reconhecimento por trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, artistas, artífices, mestras, mestres, grupos, coletivos, instituições artístico-culturais e pontos de cultura, atuantes no território catarinense e que tenham prestado significativa contribuição em seu território ao desenvolvimento artístico ou cultural de Santa Catarina em determinadas categorias, conforme explicitado a seguir.

Quadro 9 - Contemplados no Edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC no ano de 2020

Contemplados no Edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC	
Sujeitos contemplados	Categorias Contempladas
<p>Pessoas físicas ou jurídicas – sejam eles trabalhadores e trabalhadoras da cultura, artistas, artífices, mestras, mestres, grupos, coletivos, instituições artístico-culturais e/ou pontos de cultura – que tenham alcançado um estágio de reconhecida capacidade de manutenção e transmissão de saberes, fazeres e ofícios tradicionais de atividades e ações artísticas e culturais destinadas, em especial, aos grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e/ou com reduzido acesso aos meios de produção e fruição cultural</p>	Arquivos, Bibliotecas e Museus
	Arte Tecnologia e Cultura Digital
	Artes Visuais
	Artesanato
	Audiovisual
	Circos de Iona itinerantes, Artes Circenses e Palhaçaria
	Cultura Afro Brasileira
	Cultura de Povos Indígenas, Quilombolas, Ciganos e de Imigração
	Cultura de Refugiados, Migrantes e Apátridas
	Cultura Hip Hop e Urbana
	Cultura LGBTQIA+
	Cultura Popular, Tradicional e Alimentar
	Dança
	Gestão e Produção Cultural
	Literatura, Livro e Leitura
	Música, Bandas Marciais e Fanfarras, Corais, Coro, Ópera e Musical, Orquestras Filarmônicas e outros
	Patrimônio e Paisagem Cultural
Redes/Pontões e Pontos de Cultura	
Teatro	
Técnica/Montagem/Criação/Bastidores e outros	

Fonte: Elaborado pela autora

Para participação neste Edital era necessário possuir cadastro na plataforma Mapa Cultural SC e enviar por sítio eletrônico a documentação obrigatória que envolvia desde documentos de identificação civil a *link* para vídeo em que o próprio participante narrava sua trajetória ou do grupo a que compõe, com duração de quatro a dez minutos. No que concerne aos valores dos prêmios, estes foram distribuídos a depender do número de componentes – 01 e 02, 03 e 06, 07 a 15, 15 ou mais – abrangendo os seguintes valores unitários: R\$ 10.000,00; R\$ 20.000,00; R\$ 40.000,00; e, R\$ 60.000,00.

Pareceu comum aos sujeitos participantes deste estudo – que tiveram proximidade com os processos relacionados ao edital de Concurso Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc/SC – a relevância de tal edital para a cultura catarinense, sobretudo, no cenário de pandemia:

“(…) é uma inovação, eu tenho muito orgulho de ter participado da elaboração desse edital de trajetórias. Eu acho que ele é um exemplo para o nosso Estado e devia ter continuidade como política pública cultural. Um edital que premia pessoa, o artista, pela sua história, pela sua trajetória, que não exige CND municipal. (…). Há uma dificuldade, não é nem de implementação, (…), mas a manutenção, a operacionalização disso é que é dificultosa” (E5).

Apesar do reconhecimento da relevância deste edital para a cultura catarinense, percebeu-se nas falas dos participantes desta pesquisa, alguns entraves na elaboração e execução deste, como: duplicidade de pagamento; não realização de pagamentos para selecionados no prêmio; não realização de consultas ao CEC-SC em todas as etapas necessárias; e, divergência no entendimento entre funcionários da FCC e CEC-SC quanto ao pagamento de prêmios a suplentes. Nos termos dos sujeitos desta pesquisa:

“(…) passou no CEC numa reunião super rápido (…). A gente teve uma hora pra ler o texto e aprovar o prêmio de trajetórias. (…) Eu acho que a gente foi mais importante na etapa final do prêmio trajetórias de ter um diálogo direto com a FCC pra corrigir problemas (…).” (E4).

“Foram problemas internos. (…) Houve problemas de duplicidade de pagamento. Que até hoje é inexplicável como isso ocorre. Nós não participamos de todas as etapas do processo. Participamos de etapas de planejamento, de operacionalização de algumas coisas, mas não de todas. Nós fomos alijados, inclusive, do processo. (…). Mas teve problema de (…) problema de pessoas que, por exemplo, tiveram seu nome publicado em lista e não saiu o empenho. Problema seríssimo. Porque esse ano foi descoberto pessoas que não foram empenhadas. Descobriu-se em março. Isso é um absurdo. Saiu o nome da pessoa em diário oficial e até então ela não havia recebido porque não entrou na contabilidade. Isso é impensável. (…). (…). Aí o CEC deu a orientação que deveria dar de como proceder e qual o melhor caminho. Afinal de contas nós estávamos na COA. (…) em alguns momentos a COA sequer foi consultada.

(...). (...). 30 de dezembro eu recebendo telefonemas, mensagens: eu não acredito que vai virar o ano e vocês não vão me pagar. Não foram uma, não foram duas. (...) (E3).

“(...). (...) eu fui numa reunião com a casa civil no final do ano passado. Havia uma interpretação, no que você diz respeito ao trajetórias (...), nossa de que tendo suplentes e havendo recursos disponíveis o recurso seria pago. Internamente como havia uma disputa, um conflito interno muito grande, em determinado momento do fluxo do processo dentro da Fundação, (...) alguém disse: “Não. Isso é ilegal. Não pode”. Isso causou um desconforto muito grande. Atrasou pagamento. A gente havia assumido um compromisso com os suplentes, tranquilizando-os de que eles seriam pagos. Isso já quase no final de dezembro, quando a máquina para (...). Precisou de um parecer da procuradoria do Estado dizendo que podia pagar (...)” (E3).

A partir dos trechos das entrevistas expostos anteriormente, salienta-se: o papel ativo do CEC-SC na tentativa de resolução dos entraves citados, seja dialogando diretamente com a FCC e sugerindo meios para tais resoluções, seja em reuniões com áreas do governo que transcendiam a FCC, como a casa civil, bem como no contato e diálogo com a sociedade civil e beneficiários do prêmio visando a solução das demandas que lhes eram apresentadas. Este papel ativo do CEC-SC na tentativa de resolução de entraves se repetiu em outros editais, também relacionados a execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no Estado de Santa Catarina.

Entre os entraves citados como responsáveis por impactar negativamente a execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no Estado de Santa Catarina, tem-se a baixa institucionalização da cultura nos municípios: *“(...) o fato de a cultura não ser institucionalizada isso também é um problema. (...)*” (E4). Além disto, mencionou-se a capacitação precária de pessoal para realização de editais: *“(...) as gestões municipais de cultura, mostraram, em muitos casos, (...) que não estão preparados para serem os tomadores de decisão. Não dominam a lei. Não dominam a gestão pública como um todo, porque o que tava em discussão para a LAB era conhecer a 8.666. Era conseguir montar um comitê gestor. Lançar um edital (...) público que funcione”* (E4).

Apontou-se ainda, como entraves os sucessivos desmontes no setor cultural ao nível federal – que incluem a ausência de um órgão que atuasse como um articulador central na implementação da Lei –, a ausência de dados sistematizados do setor cultural catarinense e brasileiro e o prazo para utilização dos recursos, em especial, antes da prorrogação:

“(...)temos uma série de problemas, desde o governo federal que está passando por um desmonte histórico (...) a problemas que se replicam em múltiplas instâncias. (...)

(...) é um mecanismo admirável pela quantidade de recursos que conseguiu movimentar e extremamente ingênuo no sentido de aplicação. Quem que achou que o Brasil ia conseguir realizar tantos editais num prazo curtíssimo, 60 dias chegou pro município realizar (...)” (E4).

Outros dificultadores da implementação da Lei em Santa Catarina, destacados pelos entrevistados, foram a resistência por parte de profissionais da FCC ao planejamento e tomada de decisão conjunta com o CEC-SC. Um dos eventos citados como exemplo disto, foi uma reunião com um grupo de trabalho para operacionalização da Lei, criado pela FCC, em que o CEC-SC foi chamado. Nesta reunião o CEC-SC exigiu sua participação no referido grupo de trabalho, amparando-se no artigo 216-A da Constituição Federal que versa sobre a participação da sociedade civil nos processos decisórios no âmbito das políticas públicas. Todavia, o aceite para a participação do CEC-SC, na operacionalização da Lei, não se deu sem resistências:

“Com muita resistência interna a Ana Lúcia cedeu ao nosso apelo. Com muita resistência. Deve ter comprado alguma briga com os técnicos da Fundação. Conseguimos, garantimos, fizemos um trabalho razoável naquilo que nos permitiram. Porque aí criaram um grupo de WhatsApp todo mundo e óbvio que eles discutiam e deliberavam as coisas a parte e nos traziam. Óbvio que a gente deu uma de louco, berrou, e o negócio meio que entrou nos trilhos porque o caminho era esse” (E3)

Ademais, foram mencionados como entraves na implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc em Santa Catarina: o baixo quadro de pessoal e problemas interpessoais na FCC; dificuldades na transparência na aplicação de recursos por parte da FCC; e, disputas por recursos entre agentes culturais:

“Enlouqueceu. Entrou em pau. Deu tilt na máquina. Não tinha como. Bugou. A Fundação bugou na operacionalização de Lei Aldir Blanc” (E3).

“A Fundação tem um sério problema de transparência, (...). (...). Ela [FCC] não tem clareza que tem que tornar público os atos que pratica. Não tem clareza disso. (...). Se você já tem um clima de desconfiança e faz as coisas no obscurantismo não tem como você não ter posicionamento contrário. Gera mais desconfiança. (...) Não dá” (E3).

“Internamente como havia uma disputa, um conflito interno muito grande, em determinado momento do fluxo do processo dentro da Fundação, (...)” (E3).

“A gente sabia que ia sobrar dinheiro, porque a gente fez o planejamento com folga para que sobrasse dinheiro e voltasse e a gente pudesse pagar os suplentes todos. E a lógica daqueles que são do circuito de editais? Primeiro, seguraram a notícia” (E3).

Em resumo, segundo entrevistados, a execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no Estado de Santa Catarina, de uma forma mais geral, foi impactada por circunstâncias, como: ausência de dados sistematizados do setor cultural catarinense e brasileiro; baixa institucionalização da cultura nos municípios; capacitação precária de pessoal para realização de editais; desmontes no setor cultural; pouco tempo para operacionalização – antes da prorrogação –; resistência por parte de profissionais da FCC ao planejamento e tomada de decisão conjunta com o CEC-SC; baixo quadro de pessoal e problemas interpessoais; dificuldades na transparência na aplicação de recursos por parte da FCC; e, disputas por recursos entre agentes culturais.

Frisa-se que frente aos infortúnios ocorridos, agentes culturais levaram ao CEC-SC suas demandas, o reconhecendo enquanto um órgão capaz de atuar na busca e proposições de resoluções desses. Além de acionarem ao CEC-SC, em especial, no que concernia aos recursos que demoraram ser pagos, agentes culturais pressionaram parlamentares estaduais catarinenses e recorreram a espaços na mídia para reivindicação de maior celeridade no processo de pagamento dos recursos e de resolução dos problemas ocorridos.

Com a aproximação do fim do exercício de 2020, agentes culturais catarinenses, articularam-se e mobilizaram-se em apoio à prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Isto envolveu agentes culturais, CEC-SC, conselhos e gestores municipais de cultura, outras entidades representativas do setor cultural, parlamentares estaduais e a bancada catarinense no Congresso Nacional. Nesta etapa, utilizaram estratégias semelhantes às anteriormente citadas, incluindo moções de apoio, o uso da #ProrrogaLeiAldirBlancJá e a sugestão de publicações nas redes sociais do Mário Frias e do Ministro do Turismo Gilson Machado solicitando a prorrogação da Lei. Na figura a seguir, apresenta-se mensagem divulgada na página do Facebook do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina no dia 28 de dezembro de 2020 em relação ao assunto.

Figura 9 - Apoio à Prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc pelo CEC-SC

Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina
28 de dezembro de 2020

👉 Estamos juntos nessa reivindicação: pela publicação urgente da MP que prorroga a Lei Aldir Blanc!

E você pode ajudar, veja como 👉

👉 Pedido de Publicação da Medida Provisória de Prorrogação da Lei Aldir Blanc

Se, nas próximas 24 horas, o governo federal não publicar uma Medida Provisória prorrogando a Lei Aldir Blanc, centenas de milhões de reais serão devolvidos aos cofres do Governo Federal.

As informações que nos chegam é que a MP já se encontra no Ministério da Economia.

Nossa proposta de mobilização agora é que agentes culturais de todo o Brasil postem, de forma cortês e pacífica, pedidos de publicação dessa MP nas redes sociais do Secretário Especial da Cultura Mário Frias e do Ministro do Turismo Gilson Machado.

O momento requer intensa mobilização, emergencial e amistosa. Mande mensagens como essa: Senhor Secretário/Ministro: garanta a publicação urgente da MP que prorroga a Lei Aldir Blanc.

Será importante não apenas para a classe artística, mas para toda a cadeia produtiva e a sociedade como um todo. 2021 vai ser também um ano difícil.

Instagram e Twitter do Secretário Especial da Cultura Mário Frias
Insta
<https://cutt.ly/Qh6e3uw>

Insta
<https://cutt.ly/Qh6e3uw>

Twitter
@mfriasoficial

Instagram e Twitter do Ministro Turismo Gilson Machado.
Insta
<https://cutt.ly/bh6tdez>

Twitter
<https://twitter.com/gilsonmachadont>

É hora de acionarmos o máximo de pessoas para que mandem mensagem pedindo a publicação desta MP.
#LeiProrrogaAldirBlanc



Fonte: CEC-SC (2020g)

Ocorrida no dia 29 de dezembro de 2020, a prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, conforme já explicitado, foi considerada limitada, tendo em vista as restrições associadas às possibilidades de prorrogação dos recursos. Com isso, em 2021 havia um valor aproximado de R\$ 770.000.000,00 (setecentos e setenta milhões) destinados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc inviabilizados de utilização em um contexto de recrudescimento da pandemia com recordes de casos confirmados de Covid-19 e de óbitos decorrentes da doença, bem como de ampliação de medidas restritivas em todo o país.

Diante disso, conforme anteriormente descrito, apresentou-se no Senado Federal, ainda em março, o PL 795/2021 que contou com contribuições da Câmara dos Deputados no desenvolvimento de seu texto. Apesar de aprovado no parlamento, o PL foi parcialmente vetado pelo Presidente da República, sendo necessária a derrubada dos vetos em sessão conjunta do parlamento nacional datada de 01 de junho de 2021. Durante o período de trâmite do referido PL estiveram articulados agentes culturais no estado como CEC-SC, conselhos e gestores municipais de cultura, outras entidades representativas do setor cultural, parlamentares estaduais e a bancada catarinense no Congresso Nacional. Lançou-se mão, nesse período, de estratégias de mobilização que envolveram: envio de expediente para a bancada parlamentar

catarinense no congresso federal solicitando apoio ao PL 795, por parte do CEC-SC; e, moção de apoio ao PL 795, no âmbito da ALESC:

“Nós [CEC-SC] chegamos a mandar um expediente para a bancada parlamentar catarinense pedindo apoio para aprovação da PL agora (...). A deputada Carminatti, no âmbito da Assembleia Legislativa, também conseguiu uma moção de apoio” (E3).

Contudo no ano de 2021, não foi observado em Santa Catarina, o mesmo volume de ações quando comparado às que ocorreram em 2020, que abrangeram estratégias, como: utilização de mensagens em massa em redes sociais como WhatsApp; estímulos a twittaços; fornecimento de contatos de parlamentares – via grupos de WhatsApp, páginas de instituições representativas do setor cultural; divulgação dos resultados de cada etapa processual e de como votariam os parlamentares catarinenses; *lives*; e, fóruns. Acerca disto, o Entrevistado 3 apontou o seguinte:

“Articulados [CEC-SC] nós estamos. Mobilizados também. As ações que nós estamos nos reservando. Primeiro que estamos em final de mandato. Estamos assoberbados de trabalho. (...). Estamos tranquilos. O ConEcta tava articulado. Fez uma série de reuniões. Eu participei de algumas. O Fórum de dirigentes e secretários tá mobilizado, negociando diretamente com quem tem que negociar. Aí é partir pra outras ações que a gente entende que sejam mais estratégicas” (E3).

Frente ao exposto, destaca-se que, em resumo, os processos que envolveram os mecanismos de financiamento à cultura catarinense em tempos de Covid, como evidenciado neste tópico, apesar de apresentarem entraves, possibilitaram avanços em termos de políticas públicas estaduais, como a inclusão de categorias LGBTQIA+ em editais, premiação de agentes culturais pelo reconhecimento de suas trajetórias na cultura catarinense e a descentralização de recursos aos municípios catarinenses. Ademais, acredita-se que a contingência vivenciada, pandemia da covid-19, explicitou o papel fundamental que o CEC-SC possui para o Sistema Estadual de Cultura (E3) e a importância das articulações e mobilizações entre agentes culturais para o setor cultural catarinense (E5):

“(...) o CEC é fundamental para o sistema estadual de cultura e a situação da pandemia provou isso. Se houve equívoco, não vou dizer erro, equívoco no planejamento da LAB, só não foi maior porque o CEC tava lá para contribuir com as soluções (...). Se o CEC não estivesse lá para trazer luz quando foi preciso, trazer tranquilidade, dar suporte, os resultados teriam sido piores. Mais desastrosos” (E3).

“O principal legado eu penso que é esse entendimento de que se nós nos articularmos, se trabalharmos juntos, brigarmos juntos, a gente consegue chegar lá. A gente consegue trazer o montante de recurso que a gente precisa para a cultura. Acho que desde o movimento pela cultura com o Temer, quando o Temer tentou excluir o MinC, não havia uma articulação tão grande da cultura no nosso país. (...) (...). Juntos nós somos fortes. É um clichêzão, mas é verdade. Precisamos entender isso, arregaçar as mangas e continuar. Batalhar pelo o que é de direito nosso” (E5).

No que concerne às articulações e mobilizações no Estado de Santa Catarina, como percebido ao nível nacional, pôde-se observar diferença de intensidade, sobretudo nas mobilizações, conforme a fase dos processos que envolviam os mecanismos de financiamento à cultura catarinense em tempos de Covid-19. Para que se possa versar acerca dessas diferenças de intensidade das articulações e mobilizações em diferentes momentos, cumpre salientar algumas falas de participantes desta tese acerca de suas experiências precedentes e durante à pandemia.

Nesse sentido, segundo o Entrevistado 4, historicamente, quando ocorriam articulações do setor cultural catarinense, geralmente, decorrentes de dores em comum, sujeitos se mobilizavam. Todavia, *“(...) essa mobilização maior (...) que acontecia por uma dor comum, durava um tempo, um mês, dois meses e depois tudo voltava ao seu normal” (E4)*. Frisou-se ainda, acerca de experiências precedentes à pandemia: a respeito de uma dificuldade na percepção *“de que a saída”* para muitas lutas era *“pelo coletivo” (E4)*; que existia no Estado uma relutância na articulação entre linguagens que não fiquem restritas a determinadas mesorregiões (E4; E8; E11) e/ou associações (E5); e, no obstáculo criado pela sobreposição do individual pelo coletivo (E3; E4; E5; E7; E8; E11) e/ou daquilo que é de origem egóica¹²³ (Marcelo Seixas; E4; E5; E7; Dagma Castro).

Por outro lado, com a pandemia da Covid-19, apontou-se que a *“articulação política para que essa lei fosse aprovada foi muito bem construída” “mobilizando políticos e representantes em todos os níveis”,* bem como *“a sociedade civil” (E4)*. Circunstância que, em Santa Catarina, foi relacionada a situações, como: *“sentir na pele”* o impacto das medidas restritivas (E4); familiaridade com redes sociais (E12; E5); existência de redes anteriormente formadas por conta de desmontes (E1; E2) e do processo eletivo do CEC-SC em 2019 (E7); e, a realização do III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina (E5; E7).

¹²³ A ser aprofundados no capítulo a seguir.

“(...) eu acho que todo mundo se uniu de fato porque estava sentindo na pele e necessitava de algum tipo de apoio” (E4).

“[O processo eletivo do CEC-SC] foi uma mudança da água pro vinho. Porque anteriormente (...) era o secretário da pasta da SOL que indicava os conselheiros da sociedade civil por essas entidades. Então não tinham eleições. Basicamente quem mandava o ofício primeiro ou tinha o lobby melhor era colocado. (...). Dificilmente no mandato anterior eu tinha tanta proximidade de outros atores como eu tenho hoje, entende?! Então essa mudança nos fez conhecer melhor os atores, porque teve todas aquelas eleições regionais, municipais e a estadual. Então a gente conheceu todo mundo de todas as regiões e hoje eu tenho grupos de e-mails que eu articulo com eles ainda, regiões do oeste, Joinville, meio oeste, sul, norte. (...). Sem sombra de dúvidas, esse amadurecimento do modelo de representação do conselho contribuiu de forma crucial, mas não ideal – isso tem que ficar claro – para a mudança da articulação dos atores da área cultural de Santa Catarina” (E7).

“(...) souberam aproveitar o momento. Eles já estavam acostumados com as ferramentas da internet e deslançaram” (E5).

“Ali no fórum (...), tava todo mundo junto, todo mundo unido. As regiões articuladas. As regiões participando, as microrregiões. (...) Eu ousou dizer que dos últimos cinco ou seis anos de vivências que eu tenho foi um dos momentos mais importantes que nós vivemos. Não só enquanto conselheir[@] mesmo, falando como artista, como agente cultural” (E5).

Frente a este contexto, observou-se que os momentos de maior mobilização e articulação entre agentes culturais catarinenses, assim como ao nível nacional, eram relacionados às etapas institucionais a serem cumpridas, como os processos de: formulação e aprovação na câmara dos deputados e no senado; sanção; regulamentação e implementação; e, prorrogação. Todavia, notou-se, sobremaneira, duas situações: no ano de 2021, embora houvesse articulação e mobilização, ocorreu uma diminuição de ações voltadas à prorrogação da Lei, em especial, daquelas provenientes de entidades representativas do setor cultural, como o CEC-SC; a ocorrência de editais com orçamentos limitados e a impossibilidade de contemplar a todos os inscritos, parece ter motivado, em alguns casos, a atenuação da articulação entre agentes culturais.

Tendo em vista as articulações e mobilizações ocorridas em todo território nacional, e mais especificamente em Santa Catarina, no próximo capítulo, versar-se-á acerca do narcisismo das pequenas diferenças e a dinâmica de identificações entre os membros do CEC-SC, no contexto da pandemia da covid-19.

5 “A MINHA VOZ É A SUA VOZ”: A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19



“(…)
A minha voz é a sua voz
(…)
Agora é a hora de mostrar
Tudo o que nós somos e podemos
Não é fácil, mas vamos cantar
(…)”
(MARTINELLI, 2020).

Criada no contexto da pandemia da Covid-19, a música de Terence Martinelli evidenciou que frente à situação de emergência cultural em que o país e, mais especificamente, o Estado de Santa Catarina encontrava-se, seriam necessárias ações coletivas que salientassem não somente o referido contexto, mas também a capacidade de articulação e mobilização do setor cultural. Conforme explicitado no capítulo anterior, diante de uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, o setor cultural foi duramente impactado. Seus agentes, fortemente atingidos, foram impedidos de exercer seu trabalho, muitos destes, já viviam em condições precárias viram-se sem conseguir garantir sua subsistência.

Entretanto, em tempos de distanciamento social também foi possível observar que estar apartado fisicamente não, necessariamente, implicaria na não existência de mobilizações, identificações coletivas e articulações entre agentes culturais. Pelo contrário, agentes culturais de todas as regiões do país, inclusive do Estado de Santa Catarina, juntos de organizações representativas do setor cultural e também de parlamentares, mobilizaram-se, articularam-se, formaram identificações coletivas e, tornaram, assim possível, o nascimento da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Entre as organizações representativas do setor cultural, anteriormente mencionadas, encontra-se o CEC-SC, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado à FCC, que se constitui como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura e que atuou no intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural catarinense nesse período. Para isto, foi necessário que os membros do CEC-SC, denominados de agentes culturais nesta tese, se mobilizassem e se articulassem entre si e com outros atores do campo da cultura e fora dele. Tais mobilizações e articulações tornaram o CEC-SC um objeto

de estudo relevante para a investigação da premissa desta tese que envolve, em linhas gerais, a compreensão de como se dão as articulações em torno de causas, ideias ou projetos comuns.

Ressalta-se, nesse sentido, o trabalho de Polletta e Jasper (2001). A partir dele pode-se compreender que a noção de articulação está imbricada a de identificação, à medida que a identificação com algo, uma ideia, causa, ou como se trabalha nesta tese, com um significante, pode se relacionar à articulação entre sujeitos. Ou seja, aquilo que leva os sujeitos a se articularem é considerado imbricado à ideia de identificação. Polletta e Jasper (2001) apontam ainda para a relevância do estudo das identificações estabelecidas entre sujeitos para análise de fenômenos políticos.

Entende-se, desse modo, que o referencial teórico da psicanálise e da TDP contribuem sobremaneira, uma vez que possibilitam a reflexão acerca do que pode estar relacionado às articulações em torno de causas, ideias ou projetos comuns. A TDP, conforme já mencionado, tem em sua constituição, bases teóricas provenientes da psicanálise. Além disso, seus expoentes, Laclau e Mouffe, que lançam mão de inúmeras categorias analíticas homólogas às psicanalíticas, demonstram, no decorrer de suas obras, que os processos identificatórios constituem o campo político. Mouffe, destaca ainda, a relevância da ação da libido, apresentada por Freud, na construção de identificações coletivas.

Acerca disto, ressalta-se que Freud (1921/2011), aponta que a tentativa de unificação – e de articulação – entre grupamentos, envolve a suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças, que, por sua vez, tende a ocorrer a partir de ligações libidinais – relacionadas às identificações –, que podem envolver o amor a um líder, ou conforme aqui considera-se, a uma ideia, abstração, uma tendência e/ou uma vontade partilhável por muitas pessoas, bem como o ódio a uma pessoa ou instituição e a privação do objeto da necessidade (FREUD, 1912/ 2019).

A partir destes referenciais, formulou-se, nesta tese, a seguinte premissa: **A construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.** Para investigação da premissa proposta recorreu-se a análise, no contexto da pandemia da Covid-19, da dinâmica de formação de identificações dos membros do CEC-SC.

Por considerar o caráter movente que a identificação pressupõe, tal análise será realizada sob uma perspectiva espaço-temporal que abrange o período entre o segundo semestre de 2019 – neste coincidem o início do acompanhamento de reuniões do CEC-SC e os primeiros casos de Covid-19 no mundo – e o primeiro semestre de 2021. Os dados provenientes deste período e contexto, serão analisados, sobretudo, com base nos arcabouços teóricos da Teoria do Discurso Político e da Psicanálise.

Frisa-se que a análise aqui proposta, acerca da dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC se baseará em dois períodos significativos da história deste importante ator do campo cultural catarinense. O primeiro deles foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil no Conselho, do ano de 2019, que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC. O segundo período foi aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Ou seja, esses dois momentos se fizeram relevantes ao permitir a análise da dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC e, por consequência, a investigação da premissa desta tese. Todavia, antes de adentrar nas especificidades dos períodos descritos, considera-se necessário o resgate da história do CEC-SC até seu formato atual, tendo em vista evidências, pertinentes a esta pesquisa, apresentadas nos processos articulatórios relacionados a sua atual configuração.

5.1 “ESSE MODELO DE CONSELHO AINDA VAI TER QUER APERFEIÇOADO”: O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA E SUAS CONFORMAÇÕES

“Esse modelo de conselho ainda vai ter que ser aperfeiçoado. Ele é um modelo bacana. Deve ser um modelo melhor que o anterior. O anterior não era tão democrático” (E11).

Conforme destacado no excerto acima, ainda que sujeitos desta pesquisa considerem que o formato do CEC-SC referente ao período de 2019-2021 necessite de aperfeiçoamento ou mudanças, há um certo consenso no entendimento de que este envolveu um amadurecimento em termos de representação social no conselho. Além disso, Entrevistados afirmam que o amadurecimento dessa conformação *“contribuiu de forma crucial, (...) para a mudança da articulação dos atores da área cultural de Santa Catarina” (E7)*. Diante disso, apresentar-se-á, neste tópico um breve resgate da história do CEC-SC até seu formato atual.

O Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC) foi criado pela Lei estadual n.º 2975, de 18 de dezembro de 1961, para ser um órgão de planejamento, orientação e coordenação das atividades culturais no Estado por meio da interlocução entre a intelectualidade catarinense e o governo (SANTA CATARINA, 1961). Entretanto, a regulamentação do CEC-SC ocorreu, somente, em 1967 com a Lei n.º 4.086, de 27 de novembro de 1967, que determinava que sua sede fosse na capital do Estado e que seus membros, 10 (dez) em número, fossem nomeados pelo governador. Para tanto, estes deveriam ser “personalidades eminentes, de reconhecida idoneidade, representativas da cultura estadual”. Já presidente e o vice-presidente, conforme a legislação estadual de 1967, seriam eleitos pelos pares, devendo obter maioria absoluta de votos (SANTA CATARINA, 1967).

Transcorridos alguns anos, estabeleceu-se, com a Lei n.º 5.719, de 24 de junho de 1980, o caráter consultivo e deliberativo do CEC-SC, e alterou-se o número de seus integrantes para 14 (catorze), todos eles “personalidades eminentes, de reconhecida idoneidade, e representativas da cultura estadual”. Outra alteração na referida lei, foi o não detalhamento da escolha/eleição da presidência do CEC, que, na legislação anterior, era realizada mediante votação dos demais conselheiros (SANTA CATARINA, 1980).

De acordo com Oliveira e Silva (2010), no mandato de Pedro Ivo, houve um período de inatividade do CEC-SC, que se encerrou no governo de Vilson Kleinubing. Este, por sua vez, com a Lei n.º 8.952 de 7 de janeiro de 1993, reforçou o caráter consultivo e deliberativo do CEC-SC e vinculou a responsabilidade de tal conselho na elaboração do Plano Estadual de Cultura nos termos do artigo 173 da Constituição do Estado. Outra alteração foi o número de seus membros, que passou a ser de 15 (quinze), com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução. Ainda selecionadas pelo governador às “personalidades eminentes, de reconhecida idoneidade, e representativas da cultura estadual/ de todas as regiões do estado” acrescentou-se o critério de atuação na cultura estadual para nomeação (SANTA CATARINA, 1993). Novamente, presidente e vice-presidente, rememorando a Lei n.º 4.086, de 27 de novembro de 1967, deveriam ser eleitos pelo plenário.

Enquanto Governador, Paulo Afonso, rubricou a Lei n.º 10.308, de 26 de dezembro de 1996, que tornava o CEC-SC um “órgão consultivo e fiscalizador da política de ação cultural do Estado”. O “novo” CEC, que foi vinculado à Fundação Catarinense de Cultura (até então era ligado à secretaria correspondente), passou contar com 21 (vinte e um) conselheiros, sendo 1 (um) membro nato (o Diretor Geral da FCC), 12 (doze) membros nomeados pelo governador

e 8 (oito) indicados por entidades de diversos segmentos culturais. O mandato dos conselheiros manteve-se compatível com o período de quatro anos, permitida uma única recondução consecutiva (SANTA CATARINA, 1996). Na referida Lei, estabeleceu-se, ainda, que o CEC-SC teria como presidente nato o Diretor Geral da FCC, sob a justificativa de que ao acumular duas funções, este deveria funcionar de maneira mais integrada com as políticas do governo (OLIVEIRA, 2007).

No mandato de Luiz Henrique da Silveira, mais especificamente, em 25 de janeiro de 2008, a Lei estadual n.º 14.367, determinou a volta do caráter consultivo e deliberativo do CEC-SC. Nesta, manteve-se o número de 21 (vinte e um) membros. Todavia, a distribuição foi alterada para a seguinte composição: 1 (um) membro nato, dirigente máximo da FCC, exercendo a secretaria geral do conselho; 10 (dez) membros representativos das diversas regiões do estado, escolhidos pelo chefe do executivo; e, 10 (dez) membros representativos da sociedade civil organizada de setores culturais específicos e escolhidos por suas respectivas entidades do setor cultural. O mandato destes deveria ser de no máximo 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, assegurada a renovação, de no mínimo, um terço dos membros do conselho a cada mandato. Já a presidência do CEC-SC, passou a ser escolhida pelo governador em exercício dentre seus membros ativos (SANTA CATARINA, 2008).

Em 10 de janeiro de 2018, a Lei estadual n.º 17.449, instituiu o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabeleceu outras providências como as competências e composição do CEC-SC. Nesta, considerou-se o CEC-SC enquanto órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), e que se constitui como espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura (SANTA CATARINA, 2018). Quanto à composição do CEC-SC, estabeleceu-se que entre seus membros tenham 10 (dez) membros representantes do poder público e 10 (dez) da sociedade civil, com igual número de suplentes, designados por ato do chefe do poder executivo. Entre os representantes do poder público, 8 (oito) deveriam ser designados pelo chefe do poder executivo dentre pessoas com comprovada atuação na área cultural e idoneidade moral e 2 (dois) são considerados natos do CEC-SC, independentemente de designação, o titular da Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte (SOL) e o dirigente máximo da FCC (SANTA CATARINA, 2018).

Com a extinção da SOL, por meio da Lei Complementar n.º 741, de 12 de junho de 2019, a FCC foi vinculada ao gabinete do Governador, dessa maneira, o CEC-SC passou a ter

um membro nato, o dirigente máximo da FCC e outras nove indicações governamentais. Ademais, manteve-se o mandato máximo de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, com renovação, de no mínimo, 50% de seus membros a cada dois anos (SANTA CATARINA, 2019).

Cumprir salientar que a aprovação da Lei n.º 17.449/2018 inaugurou um novo momento na cultura catarinense, ampliando a participação da sociedade civil, por meio dos municípios e regiões, no CEC-SC. Historicamente, até a promulgação da Lei de 2018, a escolha dos representantes da sociedade civil, para a composição do órgão colegiado da cultura, era realizada na forma de indicações por entidades representativas de determinadas áreas artístico-culturais. Com a oficialização do Sistema Estadual de Cultura (SIEC), por intermédio da Lei 17.449/2018, essas passaram a ser realizadas por meio de fóruns, sob a coordenação da SOL, FCC e CEC-SC, respeitando-se as representações municipais, regionais e estaduais (SOL, 2018).

Nesse ínterim, o processo eletivo para representação da sociedade civil no CEC-SC teve início, com as etapas municipais, em novembro de 2018. Estas estenderam-se até março de 2019 e foram responsáveis por eleger 20 (vinte) sujeitos – 2 (dois) de cada área – que representariam, na etapa regional, as dez áreas artístico-culturais com assento no CEC-SC, sendo elas: Arquivos, Bibliotecas e Museus; Artes Visuais; Audiovisual; Cultura Popular e Diversidade; Dança; Letras; Música; Patrimônio Cultural Imaterial; Patrimônio Cultural Material; e, Teatro (SOL, 2018).

Tal etapa deveria ser realizada por fórum e organizada pelo Conselho Municipal de Cultura. No caso de o município não possuir conselho, o órgão gestor de cultura tornava-se responsável pelo processo. Admitiu-se ainda, a realização de fóruns intermunicipais, dependendo das demandas dos municípios. Para participação na etapa municipal, era necessário que se tivesse, no mínimo 18 (dezoito) anos, e se cadastrasse na plataforma Mapa Cultural SC. Contudo, para que se pudesse ser eleito nas próximas etapas, era solicitado comprovação de residência em Santa Catarina e não exercício de função ou cargo público (SOL, 2018).

De responsabilidade do Governo do Estado, sob a coordenação e mobilização da Comissão Organizadora Eleitoral (COE), a etapa regional ocorreu entre os meses de abril e maio de 2019, com caráter mobilizador e eletivo, assim como na etapa anterior. Nesta, cada região elegeu 20 (vinte) representantes que compuseram o colégio eleitoral da etapa estadual e as instâncias colegiadas setoriais que deveriam manter-se ativas após o processo eletivo. Seus

representantes, assim como na etapa estadual, eram: aqueles que eram eleitos em etapas anteriores, possuindo, desse modo, direito à voz e voto; participantes cadastrados na plataforma Mapa Cultural SC e não eleitos em etapas anteriores, incluindo-se conselheiros estaduais de cultura, e, com direito à voz; e, pessoas convidadas no papel de observadoras, sem direito à voz e voto¹²⁴ (SOL, 2019)

No que concerne à etapa estadual, alude-se que esta foi realizada em junho de 2019. Como parte do processo eletivo, que ocorreu nas dependências do Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis, os participantes, eleitos nas etapas regionais, se reuniram conforme sua área artístico-cultural de representação. Após rodada de discussões, elegeu-se entre os membros de cada área artístico-cultural dois sujeitos cujos nomes seriam votados em plenária para os cargos de conselheiro estadual de cultura e suplente deste.

Cada candidato teve reservado o tempo de, no máximo, 3 (três) minutos para defender sua candidatura e a eleição deu-se em voto aberto, onde o candidato com maior número de votos foi considerado titular e o segundo mais votado foi considerado suplente das áreas artístico-culturais. Desse modo, em plenária, no cinema do CIC, foram eleitos, para o período de 2019 a 2021, 10 (dez) membros titulares, com igual número de suplentes, que passaram a ocupar assento no CEC-SC. Conforme já apontado, anteriormente à aprovação da Lei n.º 17.449/2018 as cadeiras ocupadas pela sociedade civil no CEC-SC eram decorrentes de indicações de entidades representativas. Essa mudança de sistemática não ocorreu de maneira passiva, sem resistência daqueles cuja cadeira havia se tornado cativa no CEC-SC.

“(...) o SESC sempre tinha uma cadeira dentro das vagas do poder público, a FIESC, a ordem dos músicos. Então essas entidades tinham se consolidado dentro do conselho, e hoje não mais, nem pelo poder público e nem pela sociedade civil” (E11)

“(...) na legislação anterior, era o secretário da pasta da SOL que indicava os conselheiros da sociedade civil por essas entidades. Então não tinham eleições. Basicamente quem mandava o ofício primeiro ou tinha o lobby melhor era colocado. (...) Pra tu ter noção, essa mudança do conselho não foi tão pacífica assim, teve resistência de entidades, teve cartas de entidades” (E7).

Frisa-se que o processo eletivo do CEC-SC, no ano de 2019, pela primeira vez atribuiu importância à participação dos municípios e regiões em um processo mobilizador e eletivo. Circunstância apontada pelo Entrevistado 7 como fundamental para o amadurecimento do processo de articulação de agentes culturais em Santa Catarina:

¹²⁴ Categoria em que a autora desta tese se enquadrou na etapa estadual.

“No momento em que só entidades poderiam indicar os seus membros, a articulação era quase nula. Porque existe também divergência entre entidades. Agora se vai uma pessoa física representando toda área, não só as pessoas que daquela entidade fazem parte, mas todo mundo pode cobrar dele. Todo mundo pode articular. Então, sem sombra de dúvidas, esse processo de amadurecimento do conselho foi fundamental para a articulação dos atores. (...). Dificilmente no mandato anterior eu tinha tanta proximidade de outros atores como eu tenho hoje, entende?! Então essa mudança nos fez conhecer melhor os atores, porque teve todas aquelas eleições regionais, municipais e a estadual. Então a gente conheceu todo mundo de todas as regiões e hoje eu tenho grupos de e-mails que eu articulo com eles ainda, regiões do oeste, Joinville, meio oeste, sul, norte. Então são pessoas que a gente fortaleceu essa rede dos atores da cultura” (E7).

Transcorridas algumas semanas, foi publicada, em diário oficial datado de 19 de julho de 2019, a nomeação de 10 (dez) conselheiros e 9 (nove) suplentes representantes do governo estadual, e, de 10 (dez) conselheiros e 10 (dez) suplentes eleitos pela sociedade civil. Desse modo, a composição de conselheiros e suplentes do mandato do CEC-SC para os anos de 2019 a 2021 efetivou-se. Mandato que deveria ser orientado pelo regimento interno em vigor¹²⁵, datado de 24 de junho de 1997. Destaca-se que em conformidade com este, além do presidente, o CEC-SC deve ter em sua mesa diretora os cargos de vice-presidente e secretário¹²⁶ eleitos por seus pares a cada dois anos, na primeira reunião do mandato em exercício, mediante voto secreto, permitindo-se a reeleição dos mesmos (SANTA CATARINA, 1997).

Ressalta-se que durante o primeiro ano do mandato iniciado em 2019, não foram eleitos os cargos de vice-presidente e secretário. Com a saída da presidente do CEC-SC, em março de 2020, em virtude de sua candidatura para as eleições municipais do mesmo ano, houve um período, de aproximadamente 40 (quarenta) dias, de inexistência de reuniões no conselho. Além da necessidade de realização destas em formato virtual por conta da pandemia da Covid-19, algo que não estava previsto no regimento interno, na vacância do cargo de presidente, era competência da mesa diretora convocar as reuniões. Na ausência da presidência e da mesa diretora, não havia quem convocasse as reuniões. Com isso, houve, por parte do governo, a indicação de um conselheiro, representante governamental, para presidente do CEC-SC. Após a nomeação, foi criada uma resolução que previa reuniões em formato virtual em situações de

¹²⁵ Aponta-se que existe uma minuta atual de um novo regimento interno, aprovada em reunião do CEC-SC ocorrida em maio de 2021. No entanto, até o dia 26 de maio de 2021 a mesma não havia sido publicada pelo governo do estado.

¹²⁶ Este difere-se da secretaria executiva que deve ser executada por servidor estadual disponibilizado pela FCC.

calamidade. Situação que possibilitou a convocação de reuniões e, conseqüentemente, a eleição de uma mesa diretora (SANTA CATARINA, 1997).

Destaca-se que regimentalmente, os membros do CEC-SC podem se afastar de suas funções sem serem impossibilitados de retornar às suas atividades por motivo de: licença para tratamento de saúde; licença para realização de cursos ou estudos fora da sede do conselho; licença para exercício temporário de funções especiais ou cargos de comissão. Quando considerado caso omissivo no regimento em vigor, seja relacionado a afastamentos ou outros assuntos, este deve ser resolvido pelo conselho via maioria absoluta. Ainda que o regimento não trate diretamente de afastamentos em função de pleito eleitoral, após discussões acerca do assunto, ponderou-se que, nestes casos, há necessidade de desligamento da função de conselheiro. Declarado vago o cargo, quem exerce o cargo de presidente deve encaminhar ao Chefe do Poder Executivo a solicitação de nova nomeação (SANTA CATARINA, 1997).

Acerca disso, cumpre mencionar que até o dia 26 de maio de 2021 foram realizadas as nomeações de 2 (dois) suplentes de conselheiros eleitos pela sociedade civil e de 3 (três) suplentes de conselheiros indicados pelo governo. Além disso, nesse período, três pessoas ocuparam a cadeira de membro nato, destinada à presidência da FCC. Ou seja, a partir da nomeação para composição do CEC-SC no mandato de 2019-2021, passaram por este: 27 (vinte e sete) conselheiros, sendo 20 (vinte) conselheiros nomeados inicialmente e 7 (sete) trocas de suplentes ou membros natos. Além de questões pessoais, os desligamentos do referido conselho foram motivados por afastamentos para candidaturas nas eleições municipais de 2020 e pelo momento de instabilidade política, vivenciado em Santa Catarina, com a abertura de processo de *impeachment* contra o Governador Carlos Moisés.

No que concerne às reuniões, ordinariamente, estas ocorrem mensalmente, em dias úteis, sobretudo nas terças-feiras, e no período vespertino. Há a possibilidade de convocação para reuniões extraordinárias e em outros dias e horários, como no caso das regiões descentralizadas que ocorreram anteriormente às medidas restritivas em Santa Catarina. Para que uma sessão seja considerada aberta é preciso que se tenha a presença de no mínimo dez membros. Quando impossibilitados de participarem das reuniões, é requisitado aos membros do CEC-SC justificativa prévia. A ausência não justificada em duas sessões ordinárias consecutivas, ou quatro no semestre, importa em renúncia tácita do mandato (SANTA CATARINA, 1997).

Quanto à ordem das sessões, aponta-se que, regimentalmente, estas devem obedecer a seguinte sequência: leitura da ata da sessão anterior; expediente; comunicação da presidência; ordem do dia; e, comunicações pessoais. No entanto, as deliberações só podem ser realizadas frente à presença da maioria absoluta de seus membros. As votações, nesse sentido, são realizadas mediante manifestação oral ou escrita dos conselheiros, sendo admitida a votação secreta quando proposta por qualquer conselheiro (SANTA CATARINA, 1997). Frisa-se que nas reuniões em formato virtual, mantiveram-se tais normativas, com exceção, em alguns momentos, da leitura de atas da sessão anterior que nem sempre era lida/votada na reunião posterior. Para contabilização dos votos acerca das deliberações, utilizava-se chat da plataforma de reunião ou um recurso desta que permitia a elaboração de enquetes.

Para estudo dos assuntos de competência do conselho, são instituídas câmaras, como a Câmara de Legislação e Normas, e, de Arquivos, Bibliotecas e Museus. Além das câmaras relacionadas às legislações e normas e às áreas artístico-culturais com cadeiras no CEC-SC, podem ser constituídas outras de caráter temporário e fim específico. Cada câmara deve ser composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, dentre os quais se elege um presidente. Cada conselheiro pode participar de até duas câmaras, com exceção de substituição eventual ou participação em câmaras especiais. Ademais, ressalta-se que os pronunciamentos possuem caráter de parecer e são submetidos à discussão e votação do plenário (SANTA CATARINA, 1997).

Em resumo, ante ao exposto, considera-se que a conformação do CEC-SC referente aos anos de 2019 à 2021, fruto de um processo de articulação e mudança na legislação estadual, é um marco para o referido conselho em termos de representação social. Reitera-se, dessa maneira, o entendimento de que a conjuntura que envolveu a modificação do modelo de representação do CEC-SC é relevante para a análise da dinâmica de formações de identificações entre seus membros, a ser empreendida a seguir.

5.2 “TODOS JUNTOS, TODOS NÓS”: O NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS E A DINÂMICA DE FORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DO CEC-SC NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

“(…)
Todos juntos
Todos nós



Sempre em frente para um dia melhor
(...)”
(MARTINELLI, 2020).

Aponto¹²⁷ que a análise aqui proposta, acerca da dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC se baseará em dois períodos significativos da história deste importante ator do campo cultural catarinense. O primeiro deles foi em 2019, momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil no Conselho que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC. O segundo período foi aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Durante este período, uma contingência – pandemia da Covid-19 – pareceu atuar em uma nova configuração entre conselheiros se comparado ao anterior. Observei que a fronteira política entre dois grupos de conselheiros, representantes governamentais e da sociedade civil, que era evidente no primeiro momento deslocou-se. Nesse segundo período, as diferenças entre conselheiros pareciam suspensas, sobretudo, em relação ao estado de emergência vivenciado. Não se falava em nós e eles, mas sim em nós – tal como diz a letra de Terence Martinelli (2020).

Conforme pude evidenciar na introdução deste trabalho, as primeiras ideias que marcaram esta tese foram decorrentes de uma pesquisa que apontou para uma dificuldade de articulação entre artistas. Com a oportunidade de acompanhar a etapa estadual do processo eletivo para os representantes da sociedade civil do CEC-SC, em junho de 2019, minha inquietação acerca da articulação entre artistas, deslocou-se para os agentes culturais ocupantes do cargo de conselheiros estaduais de cultura. Enquanto agentes culturais, muitos exercem atividades como artistas, mas não somente. Há aqueles que também se ocupam de atividades de gestão ou de outras atividades culturais como produtores e empreendedores.

Na etapa estadual do processo eletivo, foram evidenciadas diferenças e situações que me fizeram pensar na possibilidade de aproximação do CEC-SC para investigação de minha premissa de tese. Tais diferenças e situações incluíam: o fato de haver candidatos a membros

¹²⁷ Friso que por assumir o pressuposto, adotado nesta pesquisa, de que a separação entre pesquisadora e objeto é tão impossível, quanto a construção de conhecimento científico em que os afetos e identificações sejam possíveis de serem excluídos, a partir desse momento, neste capítulo, escreverei em primeira pessoa do singular, me posicionando, mais uma vez, como emissora dos relatos, análises e discussões a serem empreendidos.

de distintas áreas artísticas e culturais e, também, aqueles das mesmas áreas; a dinâmica de escolha de candidatos a serem votados em plenária como suplentes ou membros efetivos; a reação da plenária ante às propostas expostas; e a reação de alguns candidatos frente à eleição de outro como titular.

Acerca desta, lembro-me de uma cena que envolvia a votação entre dois candidatos de gênero, raça e estilo, incluindo de fala, distintos. Enquanto um apresentou um folder com propostas bem definidas para área, fala concisa, inclusive, sobre sua trajetória na cultura catarinense, o outro ocupou-se de focar em sua trajetória, evidenciando questões sociais e desigualdades, com linguagem simples e musical, como se estivesse “declamando” um rap. O público presente, demonstrando certa euforia, em sua maioria, votou neste segundo candidato. No momento, tive a percepção de um descontentamento quase que descrente do rumo que a eleição tomara daquele que não fora eleito, mas que, posteriormente, teve a oportunidade de compor o CEC-SC por indicação governamental.

Situações como esta, que esboçavam indícios de diferenças entre os membros desse conselho, representantes de diversas áreas artístico-culturais, me marcaram e me ajudaram na decisão de tentar uma aproximação com o CEC-SC. Em outubro de 2019 fui convidada a participar de um evento. Nessa oportunidade, também fui apresentada a uma conselheira. Esta, de maneira receptiva, me passou seu contato telefônico. Transcorridos alguns dias, conversamos via WhatsApp e consegui também, o e-mail da presidente do CEC-SC. Entrei em contato com a mesma para me apresentar e conversar sobre possibilidades de participação em reuniões do CEC. À época, ocorriam, preferencialmente, às terças-feiras, de forma presencial, sendo ordinariamente quinzenais. Porém, extraordinariamente, poderiam ser semanais. O horário de início era, aproximadamente, 13:30 horas da tarde e o de término após as 18:00 horas.

Com a ciência de que a próxima reunião aconteceria em 12 de novembro de 2019, consegui marcar com a conselheira que havia conhecido uma entrevista no período matutino. Após a entrevista, participei de uma reunião de uma das câmaras temáticas do conselho e fui convidada para almoçar com outros conselheiros. Neste instante, minha imersão no campo começou. Além de levantar dados secundários, participei de fóruns, reuniões, *lives*, entrevistas e almoços. Dividi Uber e compartilhei viagem para reunião do CEC-SC fora da sede, em outro município do estado. Me aproximei, recebi ligações, chamadas de vídeos e mensagens acerca

de acontecimentos que envolviam o CEC-SC. Fui inserida em grupos de WhatsApp de agentes culturais, como o CONECTARTSC.

No primeiro dia que tive contato com os conselheiros, apesar do relato em entrevista com o Entrevistado 9, de que havia uma coesão entre os membros do CEC-SC, comecei a pensar na possibilidade de existência de uma certa tensão entre representantes da sociedade civil e aqueles de indicação governamental. Enquanto eu aguardava o horário para a reunião da câmara temática, em conjunto com outros conselheiros representantes da sociedade civil, alguns “conselheiros governamentais” passaram por nós. Isto fez com que um certo burburinho ocorresse no sentido de conjecturas acerca de uma reunião paralela. No almoço, os comentários a este respeito se intensificaram. Com isso, foi levantada a possibilidade da existência de uma reunião entre conselheiros indicados pelo governo com vistas a apoiar pautas da presidência da FCC na reunião do CEC-SC que ocorreria no período vespertino.

Durante a reunião, a tensão que aparentava existir entre conselheiros representantes da sociedade civil e aqueles de indicação governamental começou, em minha percepção, a ganhar contornos mais fortes. Naquele dia, conselheiros de cultura do Estado do Paraná, representantes da sociedade civil, foram até o CEC-SC apresentar suas propostas e candidaturas para o Conselho Nacional de Cultura. Diante disso, uma das candidatas iniciou sua fala perguntando: “*quem aqui é sociedade civil?*” Esta circunstância gerou um acirramento da tensão entre conselheiros e estimulou a seguinte resposta por parte de uma conselheira de indicação governamental: “*Todos somos sociedade civil. Não vamos fazer essas distinções que você vai perder voto*” (E15). Em seguida, uma conselheira representante da sociedade civil mencionou em tom de confronto à fala anterior: “*E [fulana], somos sociedade civil aqui representados*” (E10).

Transcorridas algumas pautas, levantou-se a possibilidade de se fazer uma moção recomendando que o Estado e Municípios de Santa Catarina não adotassem a postura do governo federal ao vincular a pasta da cultura ao turismo. Todavia, durante a votação, além da dificuldade de definição quanto à realização da moção e seu conteúdo, houve uma exacerbação de uma situação conflituosa em que um dos conselheiros, representante da sociedade civil, alegou que estava há três meses no conselho e que nesse tempo só havia lidado com situações burocráticas ao invés de executar algo palpável, em especial, para a cultura de minorias: “*Estamos há três meses rodando aqui e o que eu vou levar para os meus? Vamos ficar lidando só com o que é burocrático?*” (E13). Demonstrando impaciência com as ações executadas pelo

CEC, bem como evidenciando um sentimento pessoal de que para ser ouvido e atendido em suas demandas, seria necessário alinhamento com o governo, o mesmo continuou: “(...) a gente sabe que muito que rola aqui é muita demagogia (...). (...) Pra ser um músico importante é preciso estar numa academia policial?” (E13).

Frente à dificuldade de definição e objetividade dos conselheiros acerca do andamento da proposta de moção um participante deste estudo tomou a palavra e disse:

“A gente se divide muito. É a área mais eclética querendo fazer política pública. A gente quer destaque e isso faz a gente ser mais individualista. Mexe com o ego e a gente tem dificuldade de lidar com isso. Todas as áreas passam por isso, mas na cultura parece maior (...). Porque a gente tem muita interface, muito ego. A gente não pensa em somar apesar das nossas diferenças. A gente precisa ser mais unido (...). A gente se divide até pra escrever um documento” (E11).

Após isso, a presidente propôs votação para deliberação sobre o envio do documento. Com aproximadamente uma hora, desde o início da discussão da referida pauta, decidiu-se pelo envio da moção. Ao findar a reunião, conversei pessoalmente com a presidente do CEC-SC que solicitou que eu enviasse ao conselho, com cópia para ela, um e-mail que contivesse informações acerca da minha pesquisa de campo. Assim o fiz, durante aquela mesma semana, e recebi a resposta de que estava autorizada a participar das reuniões do CEC-SC. Na reunião seguinte, foi solicitado que eu falasse aos conselheiros sobre meu objetivo ao acompanhar o conselho. Mencionei, assim, que minha pesquisa envolvia a articulação e identificação entre agentes culturais catarinenses, se possível, mais especificamente, entre membros do CEC-SC, e que eu pretendia participar das reuniões e entrevistar conselheiros que estivessem disponíveis para isto. Um dos conselheiros me agradeceu pela ideia de pesquisa e os demais concordaram com minha participação, bem como se colocaram à disposição para a realização de entrevistas.

Ainda nessa reunião, houve outra situação interessante à análise desta tese, em especial, naquilo que concerne às diferenças e identificações. A discussão de uma pauta que versava sobre a mudança do nome do Vale do Contestado¹²⁸ para Vale dos Imigrantes. Sugeriu-se uma

¹²⁸ Sublinha-se que a Guerra do contestado ocorreu, entre os anos de 1912 e 1916, no planalto sul brasileiro. Este conflito pela posse de terra envolveu cerca de 20.000 (vinte mil) pessoas e é considerada um dos maiores conflitos sociais da história do país. Nela sujeitos que habitavam a região, muitos expulsos das terras, revoltaram-se contra os governos estaduais que promoviam a concentração de terras em benefícios de grandes fazendeiros e empresas. Em uma conjuntura de dominação política exercida pelos coronéis, que tiveram a utilização do aparato do Estado para legitimação de seu poder, os sertanejos do Contestado enfrentaram o exército da recente república brasileira. Nesses anos de resistência e batalhas, mais de 6.000 pessoas, sobretudo, sertanejos, perderam suas vidas (LINO,

manifestação pública por parte do CEC-SC para manutenção do nome do Vale do Contestado. A princípio parecia uma pauta de simples resolução. Todavia, um conselheiro, com carreira militar, se posicionou e afirmou que não aceitaria participar da votação do encaminhamento proposto – manifestação pública –, pois, segundo ele, havia em Santa Catarina uma desconsideração histórica das mortes de militares e forças legalistas na Guerra do Contestado. Houve, após isso, preocupação por parte de conselheiros em mencionar a existência de um evento realizado com a participação do CEC-SC e de militares, em que todas as mortes foram tratadas com pesar. Apesar disso, o referido conselheiro, opôs-se a votar esta pauta.

A reunião, última do ano de 2019, foi encerrada em seguida. Fiquei junto de alguns conselheiros para ajudar a organizar a sala. Conversamos por alguns minutos até que um deles ofereceu carona a mim e aos demais que ali estavam. No caminho surgiram alguns questionamentos acerca do posicionamento daquele conselheiro no item de pauta sobre o Vale do Contestado. Estes envolviam: a discordância, mas compreensão da trajetória militar como algo que influenciava aquela postura; tentativa de não desconsiderar o legado na cultura catarinense daquele conselheiro e o entendimento de que tal postura era “absurda”.

Na primeira reunião do ano de 2020, ocorrida no mês de fevereiro, a preocupação com o significado de cultura, ou nas palavras de um dos conselheiros, “*perda de significância da cultura na sociedade brasileira*” (E14), permeou as discussões. Falou-se ainda, em “*pouca promoção de discussões com a área*”, necessidade de “*manter uma permeabilidade*”, “*falar de cultura*” e “*ver o que pode ser feito independente de governo*” (E11). Nesta mesma reunião, presenciei uma situação em que pude perceber o acirramento da tensão e um delineamento de uma divisão entre representantes da sociedade civil e aqueles de indicação governamental. A pauta, em que notei isto, envolvia a possibilidade de atualização, no regimento interno do CEC-SC, na maneira como a presidência e vice-presidência deveriam ser nomeados. Foram colocadas três propostas: presidente e vice serão eleitos conforme a lei – legislação em vigência que versasse sobre a eleição da presidência e vice-presidência; presidente e vice serão eleitos entre seus pares; e, presidente e vice serão eleitos entre seus pares de forma paritária – ou seja, um nome proveniente dos representantes do governo estadual e outro dos representantes da sociedade civil.

2012). Localizada em Santa Catarina, até 2019, a região do Contestado contava com 45 (quarenta e cinco) municípios.

Após exclusão da terceira proposta, que recebeu menos votos na primeira rodada, em uma evidente posição da presidência da FCC enquanto favorável a uma daquelas propostas restantes, houve um empate que acentuou a divisão entre conselheiros. Todos os representantes indicados pelo governo votaram na proposta um e todos aqueles que representavam a sociedade civil, votaram na proposta dois. Com isso, o voto de minerva da presidência do conselho foi dado, nesse caso, na proposta um¹²⁹. Tal situação parece ter gerado um mal-estar momentâneo entre os que ali estavam. Nesse ínterim, uma conselheira pediu a palavra e mencionou que a divisão que estava ocorrendo ali não era produtiva, fazia com que ela se sentisse mal, e, que era necessário que se começasse olhar para o que “*era maior, a cultura*” (E8).

Ainda em fevereiro, comecei a programar com outros conselheiros uma ida à cidade de Lages para um dos encontros regionais de conselhos municipais de cultura e para a reunião do CEC-SC fora de sede. Após conversar com os conselheiros sobre uma carona, combinamos de que eu os esperaria às 4:30 horas da manhã no Engenho Boca da Serra, em Palhoça. No dia e horário combinados, me desloquei para lá. O caminho foi tranquilo. Paramos para tomar café na estrada e chegamos no local da reunião, em Lages, antes das 8:00 horas. Durante o trajeto me foi relatado que havia conflitos em diversas setoriais de áreas artístico-culturais no Estado e que as mais organizadas eram: dança; teatro; audiovisual; e, patrimônio cultural – em processo de organização.

À época tinha uma movimentação para pressionar à execução do projeto acerca da destinação de uma porcentagem do ICMS de Santa Catarina para a cultura. Segundo me foi dito, havia, inclusive, um *site* pronto para ser colocado na mídia com esta motivação. Ao iniciar a reunião e abordar a pauta do ICMS, um dos conselheiros tomou a palavra em tom de cobranças e outro filmou a mesma. Segundo mencionaram, isto foi feito em respostas às cobranças que estavam recebendo. Tal postura foi vista por alguns conselheiros, sobretudo, de indicação governamental, como “espetacular” – no sentido de remeter a espetáculo, representação teatral, encenação. Houve a preocupação, por parte da presidência do CEC-SC, em se apontar que tal pauta não era de um conselheiro específico, mas sim de todos e ressaltou a necessidade de conduzir a discussão e ações a partir de posições institucionalizadas e não combativas. Mais uma vez a divisão entre os grupos de conselheiros ficou aparente.

¹²⁹ No fim de abril de 2021, o PL n.º 265/2019 que previa eleição entre pares para o cargo de presidente do CEC-SC, encaminhado para sanção do executivo estadual, foi vetado pela governadora em exercício Daniela Reinehr. Mantendo-se, dessa maneira, a nomeação da presidência do CEC-SC por indicação/escolha do executivo estadual.

Em 16 de março de 2021, o CEC-SC publicou em sua página do Facebook um informe mencionando que os demais Encontros Regionais de Conselhos Municipais de Cultura previstos estariam temporariamente suspensos em razão da pandemia da Covid-19. As reuniões do CEC-SC também foram pausadas neste período. Antes de adentrar nas especificidades do campo posteriores ao início das medidas restritivas, cumpre ressaltar e refletir a respeito de algumas observações feitas até aqui.

A primeira delas envolve o processo eletivo do CEC-SC. Como antes mencionado, no ano de 2019 foi realizado o primeiro processo eletivo para representação da sociedade civil no CEC-SC. Anteriormente à Lei n.º 17.449/2018, as cadeiras ocupadas pela sociedade civil no CEC-SC eram decorrentes de indicações de entidades representativas. Com este processo eletivo, que ocorreu apesar da resistência de entidades representativas do setor cultural, estabeleceu-se uma **ordem**, no que concerne ao entendimento do “ser conselheiro”, ou melhor, de quem poderia sê-lo¹³⁰. Diante disso, ser conselheiro do CEC-SC não implicava mais em representar entidades do setor cultural catarinense “responsáveis” pela indicação para o cargo. Em outros termos, ser conselheiro do CEC-SC não implicava apenas na representação daquele que o indicou ao cargo e para sê-lo não era suficiente “enviar primeiro um ofício solicitando nomeação” ou “fazer um melhor *lobby*”. Ainda que os representantes do poder público sejam nomeados por “indicação” do governo estadual, uma parte dos conselheiros, aqueles que representam a sociedade civil, passaram a ocupar este cargo após designação em processo eletivo.

Friso que, a constituição de ordem, conforme aqui discorrido, parte de um discurso particular que representa discursos ou identidades. Para isto, há uma fixação de sentidos e, a partir disso, a articulação de elementos que previamente não estavam articulados entre si. Como essa fixação de sentidos é sempre parcial, precária e contingente, nada pode garantir que outros sentidos sejam articulados por outros grupos ou discursos (MENDONÇA, 2009). Desse modo, ainda que uma nova **ordem** tenha sido estabelecida em relação ao entendimento do “ser conselheiro”, ou melhor, de quem poderia sê-lo, novos sentidos ainda podem ser alvo de disputa pela sua fixação parcial.

¹³⁰ Ainda que eu não tenha acompanhado a constituição dessa **ordem** – e o processo de deslocamento anterior a ela – por ter ocorrido previamente a minha imersão no campo, optei por mencioná-la, mesmo que esta não seja alvo de meus esforços analíticos, devido sua relevância para a compreensão da dinâmica de identificação aqui detalhada.

Portanto, no fenômeno de estudo, o estabelecimento desta **ordem** não implicou na inexistência de conflitos e de disputas pela fixação parcial de sentidos. Observei, desse modo, com a imersão no campo, uma disputa pela fixação parcial do significante vazio “**sociedade civil**”. Laclau (1996/ 2011) menciona que os significantes vazios são formas de representação as quais paulatinamente são esvaziadas de seu conteúdo ideológico conforme outras identidades são integradas a eles, e servem, por conseguinte, como ponto de identificação para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e torna-se um “significante sem significado”. Cabe salientar que estes **significantes vazios**, são alvos de uma luta pela fixação parcial de sentidos, que ocorre por meio de um **ponto nodal**. Além de ocasionar a fixação parcial de uma construção discursiva, articulam um conjunto de significantes privilegiados numa operação que ajuda a construir identidades.

Em relação ao **significante vazio** e também **ponto nodal** “sociedade civil”, aponto que este foi paulatinamente, esvaziado de seu conteúdo e serviu como ponto de **identificação** para diferentes sujeitos. Isto se deu, conforme antes exemplificado, a medida em que se tornou alvo de disputas – quando conselheiros de indicação governamental passaram a alegar que todos no CEC-SC eram sociedade civil –, e, posteriormente, teve sua significação fixada parcialmente ao significar um grupo de sujeitos eleitos em processo eletivo e que se identificavam com o referido significante. Acerca disto – identificação –, aponto que, nesta tese, considero que as **identificações coletivas** são estruturadas a partir da **identificação/ligação afetiva** com representações, ideais ou desejos compartilhados entre membros de um grupo, que podem ser entendidos, como relacionadas a determinados **significantes**. Em outras palavras, compreendo que **as identificações se estruturam a partir de sujeitos que se identificam com determinados significantes e são sustentadas pelos sujeitos afetivamente**.

Todavia, estes – significantes relacionados às identificações –, não são concebidos como necessariamente unidos ao significado, ao conceito que designa. Como lembra Laclau (1996/ 2011), é ao perderem seus significados específicos e tornarem-se “significantes sem significados”, que estes podem servir como pontos de **identificações** para uma gama de sujeitos. Para isto é necessária a instauração de pontos que funcionem como pontos de **fixação nodal**, ou ainda, como **aglutinadores das representações, ideais ou desejos dos sujeitos**. No fenômeno de estudo, diante da fixação nodal do significante “sociedade civil” houve, entre os

sujeitos identificados com este significante, o estabelecimento de uma **relação equivalencial** e a conformação de uma **cadeia de equivalências**.

No entanto, essa **relação equivalencial** não implicou uma simples relação de igualdade entre os sujeitos do estudo, visto que toda relação deste tipo é atravessada pela ambiguidade: dois termos para serem equivalentes precisam ser diferentes; e, a **equivalência** existe apenas no ato de subverter o caráter diferencial daqueles termos (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015). Nessa perspectiva, é possível afirmar que a **equivalência** estabelecida entre aqueles sujeitos cuja forma de ocupação do cargo de conselheiro e identificação com o significante “sociedade civil” eram pontos comuns, não implicou em uma simples relação de igualdade. Ocorreu, nesse sentido, um colapso ou suspensão temporária das diferenças que se relacionavam com suas áreas artístico-culturais de representação ao se identificarem com um significante esvaziado de todo vínculo com significados particulares, ou seja, com o significante “sociedade civil”. Com esse esvaziamento de sentidos particulares, e, a consequente, subversão do caráter diferencial das **identidades**, conformou-se uma **cadeia de equivalências**.

No que concerne às **cadeias de equivalências**, é possível o entendimento de que estas envolvem a **articulação** de algo comum entre atores e lutas/ **identidades** e **demandas**. Em outros termos, compreendo que a construção de **cadeias de equivalências**, necessita da formação de um **significante vazio** e da **identificação** com este, que por sua vez, requisita a instauração de um ponto que funcione como **aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos**. Em Laclau (2006), tem-se ainda, que a conformação de **cadeia de equivalências** implica a criação de **dois polos fronteiros**, situação observada entre os membros do CEC-SC. Ou seja, a conformação de uma **cadeia de equivalência**, impulsionou a demarcação da **fronteira política** ou **corte antagônico**, que dicotomizou o espaço social entre nós e eles dentro de uma prática discursiva. Nos termos dos Entrevistados 3 e 11:

“(…) vieram como uma visão distorcida, do nós e eles. Como se o CEC fosse composto por duas categorias de conselheiros: o nós e o eles” (E3).

“(…) têm a divisão, governo de um lado e sociedade civil do outro. (...). Nem o governo se descobriu, tirou o seu manto de insegurança, nem a sociedade civil, cobriu-se de uma segurança de trabalhar juntos. Então a gente não conseguiu chegar ainda em um denominador comum pró-cultura” (E11).

Com essa conformação da **cadeia de equivalência** e a demarcação da **fronteira antagônica**, tornou-se mais nítida a divergência entre os dois grupos, no entendimento do grau de autonomia que o CEC-SC deveria ter em relação ao governo estadual. Enquanto exemplo disto, cito a votação da pauta sobre a possibilidade de atualização, no regimento interno do CEC-SC, na maneira como presidência e vice-presidência deveriam ser nomeados. Lembro que nesta votação houve empate entre uma proposta que concedia maior autonomia ao CEC-SC para tal escolha e outra que possibilitaria ao Estado interferir neste/decidir este processo. Tal empate, em que todos os representantes da sociedade civil votaram em uma pauta e todos do poder público em outra, teve o voto minerva da presidência do CEC-SC na mesma direção em que votaram os conselheiros indicados pelo governo do Estado – presidente e vice eleitos conforme a lei.

Ademais, aponto que com a demarcação da **fronteira política, ou corte antagônico**, que dicotomizou o espaço social em dois polos fronteiriços – nós e eles – dentro da prática discursiva, pude observar que a relação existente entre nós e eles, conselheiros representantes da sociedade civil e do governo estadual, tornou-se **antagônica**. Ressalto que na TDP, a noção de antagonismo não se encontra restrita à ideia de conflito ou de relação de oposição. Para Laclau (2008), além de possuir a função de dicotomizar o espaço social, o antagonismo pode ser entendido como a condição de possibilidade discursiva, uma vez que a dicotomização ocorre porque o antagonismo é, também, uma forma de identificação de identidades políticas (MENDONÇA, 2012).

Esta **identificação** entre identidades políticas ou sujeitos, conforme discorrido por Mendonça (2012), relaciona-se ao momento da percepção de uma ameaça. Tal momento de percepção de uma ameaça, em que o outro, símbolo do não-ser do sujeito, interrompe ou impede a constituição de sua **identidade plena** é apontado por Laclau (2014) como uma primeira condição para existência de um **antagonismo**. Nessa perspectiva, considero possível pensar, que entre os sujeitos do grupamento de conselheiros referente aos representantes da sociedade civil, o processo de disputa pela fixação nodal do significante “sociedade civil” pode ter sido percebido como uma ameaça, como algo que questionava suas identidades. Afinal, este grupo havia sido designado em processo eletivo como representantes da sociedade civil, se identificava com este significante e tinha sua identidade a ele atrelado. Desse modo, a percepção desta ameaça, que questionava suas identidades, pode ter auxiliado na identificação entre esses sujeitos.

Ademais, é possível que o estabelecimento de **laços libidinais, ou afetivos** entre eles, tenha auxiliado numa dinâmica de tolerância frente às diferenças internas a esse grupo. Com isso, as **diferenças “intoleráveis”** passaram a ser aquelas localizadas fora do grupamento, do nós, e evidenciaram-se os **efeitos narcísicos no enfrentamento de diferenças presentes nos laços** – situação em que o eu, mesmo dividido e precário, busca a completude – entre conselheiros de grupos distintos e manifestações do **narcisismo das pequenas diferenças**.

Disto que sob a égide do ideal do eu de supremacia, quando destinado às massas, indica que a intolerância ao outro é demonstrada, de modo mais intenso, contra as diferenças próximas (FUKS, 2011). Ou seja, **no narcisismo das pequenas diferenças**, estas, dentro da semelhança geral, motivam sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos. Lembro, novamente, que o **narcisismo** é, neste trabalho, tido como constituinte da subjetividade, algo que acompanha o sujeito no percurso de sua vida, e que existem obstáculos, de um ponto de vista metapsicológico, para aceitação imediata da alteridade pelos sujeitos. Há, assim, um esforço do psiquismo dos sujeitos na afirmação de si e uma tendência à percepção daquilo que lhe é diferente como uma ameaça e/ou algo que pode acarretar uma exortação à mudança. Por esse ângulo, se por um lado o outro ameaça a precária unidade do “eu”, o semelhante e familiar precisa se tornar estrangeiro para preservar essa mesma unidade. As diferenças devem, portanto, exaltar-se para preservar o senso de singularidade do que ameaça ser perdido (FREUD, 1925/2011, 1921/2010) por conta desse outro, símbolo do não-ser do sujeito, que interrompe ou impede a constituição de sua **identidade** plena (LACLAU, 2014) e/ou questiona sua **identidade** e ameaça a sua existência (MOUFFE, 2007)

Desse modo, podem ser evidenciados os **efeitos narcísicos no enfrentamento dessas diferenças**, que no fenômeno de estudo, são concernentes àquelas presentes nas relações entre conselheiros de grupamentos opostos, representantes da sociedade civil e do governo estadual. **Tais efeitos, relacionados ao narcisismo das pequenas diferenças, podem ser exteriorizados** – ao outro e/ou àqueles do outro grupamento – por **intermédio: da angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas; de sentimentos de aversão, antipatia e inveja; da manifestação de prontidão ao ódio, hostilidade e a agressividade; do ato de caricaturar o outro; e, do racismo.**

Nessa perspectiva, aponto que algumas das situações observadas e que pensei estarem relacionadas **aos efeitos narcísicos no enfrentamento das diferenças** entre conselheiros, envolveram, entre outras circunstâncias, falas carregadas de hostilidade, mesmo que mais

veladas, quando algum conselheiro tomava como agressão a si as discussões em reuniões¹³¹. Destaco ainda dois excertos de entrevistas também possíveis de serem concatenados à exteriorização dos **efeitos narcísicos associados ao narcisismo das pequenas diferenças**:

“A classe artística, a classe cultural como um todo, ela vive de muitas cenas e palcos e destaques. São egos muito fortes. Por isso os conselhos de cultura sempre são os chatos que ficam falando horas e horas sem objetividade. (...). Eu diria que um pouco do ego do agente cultural, que geralmente ele é um artista, na maior parte dos casos, em alguns casos trabalham com patrimônio cultural, mas a maioria dos agentes culturais falantes são artistas. E os piores, eu digo piores, no sentido de mais prolixos, são da área cênica e audiovisual, das letras, da música, geralmente são mais objetivos. A música é matemática pura, é diferente. Observe esses comparativos. O povo do teatro é insuportável, insuportável de ver isso. Eles são muito falantes, eles encenam o tempo todo. O que eu posso te dizer mais objetivamente? Sim, uma mistura de ego com devaneios, com tentativas de construção de alguma coisa que não existe. Que torna essa pessoa que não tem objetividade para construir uma proposta, que torna esse conselheiro tão prolixo. Tão falante. Não é que tem o dom da oratória muitas vezes, é falante. O dom da oratória é uma construção entre saber falar e ser objetivo. E isso não transita bem entre a classe artística” (E11).

“E eles aproveitam qualquer brecha, né? E as vezes eu tenho essa sensação que eu tô ali no conselho não pelo objetivo da cultura, mas nessa guerra de poder. Que eles querem tudo, não deixa passar nada e se podem eles puxam tudo pro lado deles. (...) Porque se mistura tudo, se mistura oportunismo, com a vontade de fazer” (E8).

No primeiro excerto, é possível perceber a relação feita pelo Entrevistado 11 da classe artística enquanto narcisos que “*vivem de cenas, palcos e destaques*”. Todavia, os “*piores*”, “*mais prolixos*”, são aqueles de outro grupamento, de outra área artístico-cultural. O modo de ser, agir do outro, que é semelhante, próximo, mas ainda distante, beira o “*insuportável*”. No segundo trecho, há um realce da fronteira política ou corte antagônico, uma evidenciação da relação entre nós e eles, em que o grupamento oposto, ainda que semelhante, mas não alvo de ligações libidinais, “*aproveita qualquer brecha*”, “*não deixa passar nada*” e “*puxa tudo para o lado dele*”. Isto vai ao encontro daquilo que diz Betty B. Fuks (2011, p.48): “são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, (...)”. E, exatamente por

¹³¹ Optei por não se citar aqui o contexto de votação da moção relacionada ao vale do contestado, tendo em vista que nesse caso a identificação com o ser militar e/ou com militares pareceu ser alvo de mais investimentos libidinais do que a pauta da cultura ou ainda do que o grupamento de conselheiros do qual fazia parte. Todavia, de um ponto de vista individual, ou considerando-se um grupo de militares, pode-se pensar, nesse caso, na relação com efeitos narcísicos no enfrentamento das diferenças. Nessa perspectiva, rememoro que os sujeitos, durante sua vida, ocupam um conjunto de posições por meio de suas inscrições nas relações sociais (MOUFFE, 1999). Com isso, ocupam muitos grupos, possuindo diversos laços por identificação, e constroem seus ideais de Eu segundo os mais diversos modelos (FREUD, 1921/2011).

que não se trata de uma diferença qualquer, é que se produz o estranhamento que detona impulsos hostis contra aqueles que estão apenas um pouco mais além do espelho”.

Conforme será detalhado a seguir, tais exteriorizações dos efeitos narcísicos associados ao narcisismo das pequenas diferenças entre os membros do CEC-SC passaram a se tornar menos frequentes, ou, no mínimo, menos evidentes no período posterior às medidas restritivas em razão da pandemia da Covid-19. Contudo, antes de adentrar nas especificidades desse período, existem dois eventos concomitantes ao início das medidas restritivas no Estado de Santa Catarina a serem destacados: vacância do cargo de presidente do CEC-SC; e, a pausa nas reuniões do CEC-SC. No que tange à vacância do cargo de presidente do CEC-SC, cumpre salientar que isto ocorreu em decorrência de solicitação de quem ocupava este cargo em virtude da aproximação com as eleições municipais. Sem presidente, frente a ausência de mesa diretora e da não previsibilidade legal de reuniões em formato virtual, como já apontado, houve uma suspensão temporária da realização de reuniões do CEC-SC.

Ocorre, neste ínterim, um acirramento da tensão entre conselheiros representantes da sociedade civil e do governo do estado: *“Naquele momento estávamos mais articulados. (...). Isso foi criando uma fricção muito grande entre sociedade civil e o governo do estado. (...) já tinha, mas foi acirrando. Foi ficando mais forte”* (E4). Enquanto conselheiros representantes da sociedade civil solicitavam que as reuniões fossem reestabelecidas, outros, representantes governamentais, apoiavam a FCC na posição de que para fazê-lo seria necessária a nomeação de uma nova presidência para convocação das reuniões – tendo em vista a inexistência de mesa diretora no CEC-SC naquele momento – e realização de uma resolução prevendo reuniões em formato virtual.

Essa vacância do cargo de presidente do CEC, segundo enunciado, uniu mais os conselheiros representantes da sociedade civil, que tinham uma **demanda** para eleição da presidência entre pares, anterior a este evento, e que não fora atendida. Fortaleceu-se, desse modo, a **relação equivalencial** estabelecida entre aqueles conselheiros que se **identificavam** com tal **demanda** – ou seja, representantes da sociedade civil – e que se articularam para tentar que esta fosse atendida:

“a gente se juntou muito mais naquele processo. (...). Tem um grupo ali que, realmente, nem se conhecia pessoalmente. Ali a gente se juntou mais ainda. Nós contra o mundo. Vamos bater no peito. É com a gente, vamos pegar tudo. Aonde foi decidido que nós brigávamos pelo [conselheiro representante da sociedade civil]

nome, aproveitando a Paulinha e a Carminatti, para indicação para presidente do CEC. (...). A visão do nós, da sociedade, era a seguinte, se tinha um nome que teria aceitação, tanto de um lado quanto de outro era o [de um dos conselheiros representantes da sociedade civil]” (E5).

Além da tentativa de nomeação de presidente com apoio de deputadas estaduais, houve por parte deste grupo de conselheiros uma iniciativa para nomeação da mesa diretora judicialmente: *“o processo judicial que nós entramos para exigir que houvesse eleição da mesa diretora. (...). Realmente nós entramos como o processo conjunto, os dez. Nós assinamos tudo o que rolou ali no começo do ano passado. Foi assinado em conjunto” (E5).* Contudo, já havia sido encaminhado, pelo governo do Estado, a nomeação de um dos conselheiros representantes deste para presidência do CEC-SC. Esta atitude desagradou conselheiros representantes da sociedade civil, segundo os Entrevistados 4 e 5, por ocorrer via governo estadual e não por eleições entre conselheiros: *“a gente não tava satisfeito com a indicação governamental. Não do nome do [presidente indicado pelo governo estadual]. Mas pelo fato de a indicação ter vindo via Estado” (E5).*

Com isso, segundo o Entrevistado 3, foi enviado, ao governador, uma carta solicitando a exoneração do presidente nomeado: *“eles haviam se articulado, escrito uma carta e encaminhado uma carta ao governador pedindo a (...) exoneração do cargo de presidente do conselho” (E3).* Ademais, realizou-se, de acordo com o Entrevistado 4, o início de uma articulação entre representantes da sociedade civil para invalidar, via judicial, a nomeação da presidência do CEC-SC: *“Primeiro a gente tinha um documento para ir na justiça pedir que ele fosse “desnomeado”. Contudo, enquanto articulavam-se para tal feito, a pandemia da Covid-19 foi recrudescendo no Estado e seus impactos no setor cultural foram se tornando maiores.*

Destarte, a necessidade de o CEC-SC estar em funcionamento ampliou-se e tal articulação foi desfeita: *“(...) a gente não quis arrumar outro problema e teve que engolir o nosso ego (...), porque assim pelo menos vai pra algum lugar” (E4).* Enfatizo, portanto, que, de acordo com Entrevistado 4, a circunstância de *“engolirem o ego”, não “irem para a justiça” e “levantarem as suas bandeiras brancas” se deu em virtude do recrudescimento da pandemia da Covid-19: “em outros contextos a gente teria ido pra justiça e a gente não foi justamente para permitir que o CEC funcionasse. Mesmo que daquela forma (...)” (E4).*

Cabe mencionar que concomitante a esta conjuntura interna ao CEC-SC e ao agravamento da pandemia da Covid-19, vivenciava-se aos níveis federal e estadual, um silêncio dos órgãos executivos. Este silêncio, pautado pela ausência de resposta, auxílio ou socorro a um setor que se encontrava em estado de emergência, marcou a ocorrência de um **deslocamento**. De uma ruptura com os significados que eram fixados, e abriu-se a possibilidade de fixação de novos sentidos em relação ao papel do Estado no amparo à cultura. Rememoro que, sobretudo, a partir de 2018 houve uma diminuição do papel do Estado na cultura, em especial, no que concerne à lógica de incentivo. Demandou-se, assim, novas práticas articulatórias na tentativa de fixação de novos significantes, pois, como lembra Laclau (1990/1993), o **deslocamento** é uma experiência que desajusta a estrutura que precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação. É, ainda, o instante preciso da impossibilidade de significação. O instante em que a estrutura não consegue semantizar algo que foge à significação.

Nessa perspectiva, ressalto que, nesse período em que a pandemia da Covid-19 pode ser tomada como **contingência**, ocorreram articulações e mobilizações históricas, em defesa de um auxílio emergencial ao setor cultural. Destaco que a noção de **contingência**, implica o entendimento de um limite de pensamento, dentro de uma situação teórica, sem que se atribua a este um caráter necessário (LACLAU, 2004). A partir desse termo, é possibilitada, ainda, a compreensão do social, enquanto algo aberto, sujeito a modificações e interferências (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Nessa perspectiva, diante da contingência do social, evidenciada com a pandemia da Covid-19, construiu-se, conforme anteriormente salientado, via legislativo estadual e federal, formas de amparo ao setor cultural, com apoio de bancadas governistas¹³². Isto ocorre a despeito de todas as agressões explícitas que eram destinadas à cultura e aos agentes culturais, sobremaneira, com a ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil. Entendo que isso se deu pela identificação, de agentes culturais, parlamentares e de uma parcela da sociedade brasileira, com o **significante emergência cultural**, que naquele instante podia ser relacionado a ideia/**demanda** que envolvia a ameaça, em especial, à sobrevivência de milhões de trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural, bem como de suas famílias.

¹³² Atribui-se aqui, ao legislativo federal a elaboração da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e ao estadual, além do apoio a referida lei, a busca por um edital de amparo à cultura catarinense, que se concretizou com a parceria com a Fundação Catarinense de Cultura na realização do #SCulturaemsuacasa.

Foi frente a esta conjuntura que, após a posse da nova presidência indicada pelo governo do estado que as reuniões do CEC-SC foram retomadas, ainda que no formato virtual, e que se elegeu a mesa diretora do conselho, com vice-presidência de um representante da sociedade civil. Com o passar dos dias, os membros do CEC-SC passaram a assumir uma série de demandas relacionadas às ações para mitigar o impacto da pandemia da Covid-19 no setor cultural catarinense. As reuniões tornaram-se mais descontraídas, ainda que possuíssem uma série de ritos formais estabelecidos em regimento interno. Nos intervalos abria-se espaço para a discussão de questões pessoais. A hostilidade nas falas tornou-se menos frequente.

Assim, comecei a perceber que a **fronteira política** entre o nós x eles, sociedade civil x governo, foi se tornando menos evidente, até se deslocar. Tal percepção que tive foi ratificada em entrevistas, conforme apresentado a seguir:

“Passado esse momento, a gente se juntou mais. Aí o grupo meio que mesclou. (...). Principalmente, sabe quando que isso aconteceu? Por causa das brigas dos editais. Aí nós entendemos que nós somos o CEC e que precisávamos batalhar pelo nosso agente, pelo nosso artista. Senão a gente ia ter muita deficiência nos editais. Foi ali que a gente se juntou de um jeito que não teve mais sociedade civil, não teve mais governo, e viramos uma coisa só” (E5).

“Acredito que com o contexto de crise, (...). E num momento de crise extrema como essa, todo mundo tem que se aliar e buscar as melhores soluções para aqueles que estão passando necessidade na área cultural. Acredito que as tensões diminuíram, um pouco em virtude disso, todo mundo buscando a melhor forma de conduzir mais rápido possível esses processos. Também porque tem deadlines no governo federal” (E7).

“Particularmente, acho que uma parte dos conselheiros ampliou a margem do aceitável pra fazer andar” (E4)

Consoante ao exposto, a dicotomização do espaço social entre nós e eles, no CEC-SC, nos termos da TDP, deixou de ocorrer. Como se naquilo que envolvesse à pandemia da Covid-19, fossem “todos nós”, como na letra de Terence Martinelli. Ainda que para isso, fosse preciso “*ampliar a margem do aceitável para fazer andar*” (E5). Quanto a isto, cito Laclau e Mouffe (1985/ 2015). Para os autores, **as fronteiras políticas**, ou **corte antagônico**, são tidas como **contingentes** e em constante processo de **deslocamento** conforme a construção de **cadeias de equivalências**, que também se modificam, mantendo seu sentido indeciso, tal como observado nesta pesquisa.

Lembro que a conformação de **cadeias de equivalência**, necessita da formação de um **significante vazio**, da **identificação** com este, e, ainda, que tal significante funcione como um

ponto nodal, ou seja, um ponto aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos. No período em questão, observei, um **ponto nodal** e, neste caso, também **significante vazio**, alvo de **identificações** entre os membros do CEC-SC, “**emergência cultural**”. Ponto este, que, inicialmente, se referia a necessidade de políticas emergenciais para o setor cultural. Ao longo das articulações que foram se desenvolvendo, este significante passou a universalizar seu conteúdo particular, esvaziando-se de sentido para abarcar uma série de significados e demandas¹³³ de um setor que se encontrava em estado de emergência e de seus agentes que tinham a sua sobrevivência ameaçada com o cenário pandêmico, medidas restritivas, inoperância e/ou lentidão de muitos dos órgãos executivos dos entes federativos. Entre esses significados e demandas estavam: a baixa institucionalização da cultura; desmontes; descontinuidade de políticas públicas de cultura; interferências e censuras; Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc; necessidade de amparo ao setor cultural e aos seus agentes cultural, cuja sobrevivência encontrava-se ameaçada; e, possibilidades de (re) emergir e (re) unir.

Para exemplificar tal assertiva, destaco a fala de um dos membros do CEC-SC no III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina, na qual o significante “**emergência cultural**”, esvaziado de seu sentido particular, funciona como um ponto aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos. Ou nos termos de Žižek (1989/2008, p.105), como: “uma palavra que, enquanto palavra, no nível do próprio significante, unifica um determinado campo, constitui sua identidade” uma “palavra a que as “coisas” se referem para se reconhecerem em sua unidade”.

*“Isso (...) nos traz essa responsabilidade de atravessar esses diálogos, transpor diferenças, e chegar nos pontos que precisamos chegar que é o que nos une. (...) A Aldir Blanc é o exemplo que a gente precisa se espelhar em todos os diálogos. Ela conseguiu reunir todos os diferentes num ponto comum, **emergência cultural**. Então a gente consegue reunir todos os entes que têm suas diferenças, enfim, históricas, pontuais ou não, para um objetivo, dialogar política pública, atravessar esse momento. E isso está nos trazendo um aprendizado e uma grandeza de estrutura pra muito além de tudo isso. (...) ela [uma das pessoas que havia falado antes] falou que a emergência estava fazendo emergir a cultura e acho que é muito isso. (...). Depois de a gente ter suportado tudo que tivemos que suportar. Ser ceifados do MinC. Ser ceifados de políticas que nos custaram muito construir. Que levamos anos de diálogos, conferências e atravessamentos para fazer nossos planos, para construir nossas políticas que de repente nos foram ceifadas. E aí vem essa emergência cultural, essa inspiração de nos (re)unir, unir novamente” (Dagma Castro).*

¹³³ Reforço que para ser acrescentada a uma cadeia de equivalências, a demanda deve esvaziar a sua relação com significados específicos, transformando-se, assim, em um significante vazio.

Essa reunião de sentidos em um ponto comum, **emergência cultural**, foi possibilitada pela **identificação** com esse significante e atuou na união de agentes culturais, e, mais especificamente, no CEC-SC. Compreendo que isto ocorreu, com a **diminuição do investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol daquilo que era comum ou do que havia sido esvaziado de seu significado particular**. Friso, que esse entendimento da necessidade de diminuição de investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol do que era comum, se fez presente, por vezes, na fala de membros do CEC-SC. Em especial, durante o planejamento e execução de ações do referido conselho, com vistas a mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 no setor cultural catarinense.

Nessa perspectiva, destaco outro excerto de fala de um membro do CEC-SC no III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina, que retrata essa preocupação com a necessidade de diminuição de investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol do que era comum:

“Não haverá possibilidade da operacionalização da lei se dar de maneira efetiva se não houver participação da sociedade civil. (...). Isso só se dá se tiverem pessoas sensíveis, com empatia, atentas, com intuito de colaborar. Deixar os nossos egos e umbigos um pouco de lado (...)” (E3).

Tal excerto vai ao encontro daquilo que aponta Freud (1921/2011, 1930/2011, 1932/2010). De acordo com o autor, o laço por identificação, estabelecido com o outro – ou, como tenho tratado nesta tese, com um significante –, é uma forma de limitar o amor a si mesmo, e no caso de grupos, atuar na união destes: “O amor a si encontra limite apenas no amor ao outro, amor aos objetos” (FREUD, 1921/ 2011, p. 58). Por isso, entendo que quando os membros do CEC-SC, estabeleceram a identificação com o significante, e também ponto nodal, emergência cultural, houve uma diminuição do investimento libidinal no eu, ou no particular. Por sua vez, isto atuou na **suspensão de diferenças entre eles, bem como do narcisismo das pequenas diferenças**, ou seja, desse fenômeno em que as pequenas diferenças dentro da semelhança geral, motivam sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos.

Isto **auxiliou na formação de uma unidade ou relação equivalencial e possibilitou uma identificação coletiva**: “Foi ali que a gente se juntou de um jeito que não teve mais sociedade civil, não teve mais governo, e viramos uma coisa só” (E5). Relação equivalencial ou unidade, que não implicava na igualdade de pensamentos ou entendimentos sobre tudo o que ocorria no CEC-SC, mas que admitia ou suportava mais facilmente as diferenças não

suspensas por conta do laço por identificação, entre conselheiros, estabelecido pela identificação com o significante **emergência cultural**.

Dito de outro modo, **aponto que nem tudo o que distinguia as identidades articuladas tinha desaparecido**. Quando falo de identidades nesta tese, me amparo na concepção de que estas são constitutivamente cindidas, por isso, a “dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais (...) nunca é completa” (LACLAU; MOUFFE, 1985/ 2015, p.207). Nesse caso, **as diferenças suspensas, naquele instante particular, eram àquelas que se relacionavam à articulação voltada às ações para mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 no setor cultural catarinense**.

Ademais, enfatizo que a identificação com o significante emergência cultural que no estabelecimento de **identificações** entre os membros do CEC-SC, pode estar relacionado ainda, à privação do objeto da necessidade. Como aponta Freud (1912/ 2019), a **privação do objeto da necessidade pode atuar na suspensão do narcisismo das pequenas diferenças entre grupamentos que anteriormente eram antagônicos uns aos outros, por intermédio da intensificação de uma pulsão frustrada**. Segundo o autor, quando se deixa um certo número de sujeitos passando fome e ocorre a exacerbação da  necessidade de  alimento, as diferenças individuais se “apagam” e surgem no seu lugar, manifestações uniformes da pulsão não saciada. Ou seja, no exemplo utilizado por Freud (1912/ 2019), nota-se que um grupamento de sujeitos famintos que, subjugados pela necessidade, não se distinguem entre si. Nesse caso, observa-se a seguinte sequência: **privação do objeto da necessidade intensificação da pulsão suspensão do narcisismo das pequenas diferenças**.

Penso que isto pode auxiliar na compreensão da dinâmica de identificação, entre os membros do CEC-SC, em especial, naquela que se forma posteriormente ao avanço das medidas restritivas. Naquela que envolve o deslocamento da fronteira política, ou corte antagônico, entre representantes da sociedade civil e do governo federal. Nessa perspectiva, é possível pensar que o estado de emergência cultural, e, por vezes, a fome, enunciadora da morte, facilitou a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças e o estabelecimento de pontos de identificação com o significante emergência cultural: *“todo mundo se uniu de fato porque estava sentindo na pele e necessitava de algum tipo de apoio”* (E4).

Isto auxilia na explicação do porquê em tempos difíceis, há uma suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, durante a formação de alianças ou a construção de projetos políticos comuns, entre povos ou grupamentos normalmente hostis uns com os outros. Ou seja,

mesmo que o estabelecimento de alianças ou a construção de projetos políticos comuns seja facilitada com a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças, tal fato deve ser concebido sempre como temporário, e o mesmo se aplica ao fenômeno de estudo. No exemplo dos sujeitos famintos, se a privação do objeto da necessidade deixar de existir, os laços libidinais podem ser desfeitos, as identificações deixarem de existir, as diferenças e o narcisismo das pequenas diferenças emergirem novamente.

Diante do exposto, reitero a premissa desta tese: **a construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.**

6 LAÇOS E (DES)AFETOS: ESBOÇOS DE REFLEXÕES



“Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço... uma fita dando voltas. Enrosca-se, mas não se embola, vira, revira, circula e pronto: está dado o laço. (...). E quando puxo uma ponta, o que é que acontece? Vai escorregando... devagarzinho, desmancha, desfaz (...). (...). E, na fita, que curioso, não faltou nem um pedaço. Ah! Então, é assim o amor, (...). Tudo que é sentimento. Como um pedaço de fita. Enrosca, segura um pouquinho, mas pode se desfazer a qualquer hora, deixando livre as duas bandas do laço. Por isso é que se diz: laço afetivo (...)” (ANJOS, 2012).

De modo poético Maria Beatriz Marinho dos Anjos usa a metáfora de fita para descrever o laço afetivo, que nos termos desta tese também pode ser vislumbrado como laço libidinal ou laço social. Este, que se faz e desfaz. Que demanda a presença de um outro. Que por intermédio da identificação, um de seus mecanismos, encontra a possibilidade de fortalecimento de vínculos comunitários e, portanto, de estabelecer limites à agressividade, animosidade e/ou hostilidade presentes nas sociedades humanas (FREUD, 1921/ 2011; 1930/ 2011). Tais assertivas, ancoradas no pensamento freudiano, foram centrais a esta tese, em cujo percurso inicial aponta-se e critica-se a utilização predominante, nos Estudos Organizacionais, de abordagens positivistas e funcionalistas que negam o antagonismo como inarredável do social.

Com a crença na primazia da razão, sobretudo instrumental, as referidas abordagens, que observam o sujeito como um ator racional de identidade fixa e facilmente ajustável aos objetivos organizacionais, desconsideram – e, não raras vezes, tentam reprimir – seus afetos,

negam, desejos, pulsões e inconscientes. Todavia, isto, longe de conformar as sociedades, organizações e sujeitos ao seu discurso – ainda que o acesso à realidade seja mediado pelo sentido e que este seja co-constitutivo da realidade social –, conduz à impotência no reconhecer e lidar com tais dimensões sociais, organizacionais e dos sujeitos. Além de acarretar efeitos deletérios a estes.

Em caminho divergente ao *mainstream* dos Estudos Organizacionais, ao analisar o processo de identificação empreendido por Freud, Mouffe (2015) refere que a construção teórica freudiana, ao apresentar a ação da libido na construção de identidades coletivas, fornece importantes pistas relacionadas ao surgimento dos antagonismos e auxilia na compreensão da impossibilidade de superação do conflito, animosidade e hostilidade humanas. A autora alude, ainda, que uma vez que se compreenda que toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é uma condição prévia para a existência de qualquer identidade, é possível que se sugira, que a relação social aí existente pode sempre se tornar terreno fértil do antagonismo.

Nesse caso, o outro, que até então havia sido considerado simplesmente diferente, passa a ser percebido como alguém que questiona a identidade do sujeito e ameaça a sua existência. Para Mouffe (2007), isto se dá também no caso da constituição de identificações coletivas, pois, na criação de um nós, há a demarcação de um eles. A partir de Freud (1921/ 2011), corrobora-se tal afirmação. Segundo o autor, é preciso que um grupo produza o seu outro, a partir do qual irá forjar sua identidade, diferenciando-se e defendendo-se de tal alteridade, suspendendo as diferenças internas e formando uma unidade com objetivo de perpetuar sua dominação.

Tal fenômeno, de suspensão das diferenças internas, pode ser relacionado a outro, o narcisismo das pequenas diferenças. Freud (1921/2011) possibilita a compreensão de que este fenômeno se dá tanto individual quanto coletivamente e possui a função de resguardar o narcisismo da unidade. Situado na região de fronteira – portanto de tensão, que está na base do nós e dos outros –, manifesta-se como angústia frente às pequenas diferenças e oposição ao reconhecimento delas.

De grande relevância para esta tese, a aproximação do conceito de narcisismo das pequenas diferenças, junto do legado psicanalítico acerca da identificação, com as categorias analíticas provenientes do empreendimento intelectual de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, possibilitou o desenvolvimento da seguinte premissa: **a construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram**

investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.

No intuito de investigar a premissa descrita, desenvolveu-se o seguinte objetivo de pesquisa: **refletir acerca do narcisismo das pequenas diferenças na dinâmica de formação de identificações dos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina (CEC-SC), no contexto da pandemia da Covid-19, à luz da psicanálise e da Teoria do Discurso Político.** Salienta-se que na busca para lograr este objetivo, percorreu-se um trajeto na forma de cinco objetivos específicos.

Para descrição do estado de emergência cultural enfrentado no Brasil, optou-se por realizar, primeiramente, um resgate histórico sobre elementos legais centrais à organização sistêmica das políticas públicas de cultura e sua institucionalização, com especial destaque aos conselhos, mecanismos de financiamento, conferências e órgãos gestores da cultura. Neste percurso foi possível evidenciar que tal estado não ocorreu repentinamente. Longe disso, o estado de emergência na cultura foi constituído a partir das trajetórias das políticas públicas de cultura brasileiras, com agravamentos, sobretudo, a partir de 2018.

Neste mesmo ano, o orçamento público destinado à cultura não sofreu correções suficientes para cobrir a inflação do período – se comparado a 2017 – e ainda se verificou uma série de discontinuidades nas políticas públicas de cultura, incluindo-se o anúncio da extinção do MinC, que se concretizou no ano seguinte. Com a pasta da cultura, ao nível federal, sob incumbência da Secretaria Especial de Cultura, o CNPC passou a ser um órgão, exclusivamente, consultivo. Presidências e diretorias de importantes entidades vinculadas à Secretaria Especial da Cultura, como Fundação Palmares e Funarte, foram nomeadas conforme aproximação ideológica com o governo Bolsonaro. Ainda, há que se citar a menção de Roberto Alvim a uma citação do ministro da propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels, em ocasião do lançamento do Prêmio Nacional de Arte.

Frente a esta conjuntura de agravamento das trajetórias das políticas públicas de cultura que evidencia as tristes tradições abordadas por Rubim (2015), o Brasil – e o mundo – fora acometido pela pandemia da Covid-19. Com isto, os indicativos de um estado de emergência vivenciado pelo setor cultural brasileiro foram realçados. Devido à necessidade de distanciamento social, eventos e demais atividades que pudessem provocar aglomerações foram suspensas. Isto resultou, em uma súbita e substancial perda de receitas no setor cultural. Apesar disto, nenhuma medida de liberação de recursos federais para a cultura foi tomada nos meses

iniciais da pandemia. Enquanto artistas vendiam instrumentos de trabalho para levantarem recursos para subsistirem e/ou dependiam de ações populares, e\ou de organizações sem fins lucrativos que lhes forneciam, em alguns momentos, cestas básicas, houve silêncio do executivo federal.

Diante da suspensão de atividades artísticas e culturais, e da falta de perspectiva de seu retorno em curto espaço de tempo, começaram a ocorrer mobilizações, por parte do setor cultural em busca do apoio do Estado, nos diversos níveis de governo. Estas, direcionadas ao executivo federal, não foram inicialmente atendidas. Entre os três poderes, foi o Legislativo, que diante do cenário pandêmico e das mobilizações populares, abriu-se a interlocuções com sujeitos, grupos e organizações de representação do setor cultural em busca de medidas legais que garantissem um nível mínimo de renda que permitisse a sobrevivência durante a pandemia.

Destarte foram estruturados projetos de lei que tratavam de diferentes agentes e instituições artísticas e culturais. Dada a emergência da aprovação e dificuldade de fazê-la para o conjunto dos projetos de lei propostos, houve o esforço de diversos parlamentares, incluindo-se a relatoria da Deputada Jandira Feghali, para a reunião de todos projetos no PL N° 1.075, de 2020. Este, em sua etapa final de aprovação, ainda na Câmara dos Deputados, foi denominado de Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, em homenagem ao compositor, poeta e músico, uma das vítimas fatais do coronavírus no Brasil. No senado federal, o Projeto de Lei foi relatado pelo Senador Jacques Wagner e foi aprovado sem vetos. Em 29 de junho de 2020, após sanção presidencial, transformou-se em Lei.

No mês de setembro de 2020, em virtude do curto prazo para execução dos repasses financeiros, iniciou-se uma mobilização e articulação para prorrogação da aplicação de recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Isto resultou na publicação da MP n.º 1.019, no dia 29 dezembro de 2020, que alterou a n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural (BRASIL, 2020i). Contudo, de forma geral, esta prorrogação gerou insatisfação entre agentes culturais e demais atores envolvidos, devido a limitação imposta para utilização dos recursos.

Com o recrudescimento da pandemia no ano de 2021, vacinação à conta gotas e com o valor aproximado de R\$ 770.000.000,00 (setecentos e setenta milhões) destinados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc inviabilizados de utilização pela Lei n.º 14.017, fortaleceu-se a insatisfação com esta e a articulação por uma “prorrogação pra valer”. Tal articulação contou com a mobilização de agentes culturais de todo país, entidades representativas do setor cultural

e parlamentares. Isto resultou no PL n.º 795/2021 que visava alterar a Lei n.º 14.017, estendendo a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura e o prazo de utilização dos recursos pelos estados, Distrito Federal e municípios no ano de 2021. Enquanto o PL 795/2021 seguiu para sanção presidencial, iniciou-se uma mobilização com intuito de pressionar o Presidente da República a sancionar o referido PL sem vetos.

Entretanto, em diário oficial datado de 13 de maio de 2021, foi publicado despacho do Presidente da República com vetos parciais ao PL 795/2021 que impediam a plena utilização dos recursos não empenhados e inscritos em restos a pagar. Com isso, iniciou-se novamente uma mobilização para pressão por parte de agentes culturais e entidades representativas do setor cultural para derrubada do veto. Em sessão conjunta, realizada no dia 01 de junho de 2021, um acordo, praticamente unânime, entre os líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal garantiu a aprovação da derrubada de vetos. Esta situação possibilitou, entre outras ações, a utilização do saldo remanescente para seleção e empenho de contemplados até o fim de 2021.

Entre os entraves para execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, mencionadas pelos sujeitos enunciantes desta pesquisa, encontravam-se: ausência do Ministério da Cultura; o SNC não estava integralmente implementado; não havia um Plano Nacional sendo executado e que pudesse guiar os gestores culturais de maneira mais assertiva; inexistência de um cadastro unificado – o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC) estava desatualizado; ocorrência de exclusões sobrepostas na falta de acesso à internet e à rede bancária; o baixo número de profissionais específicos da pasta da cultura nos entes federativos, bem como a não existência de uma frequente familiaridade destes com a elaboração de editais, notas técnicas entre outros; e, informações confusas transmitidas aos mais diversos atores culturais, advindas de várias fontes.

Segundo os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, algumas circunstâncias contribuíram para a realização dos processos de articulação e mobilização: luta por sobrevivência/sentir na pele; disponibilidade de tempo; familiaridade com redes sociais; existência de redes de contato ativadas devido aos desmontes na cultura; e, a fuga da polarização, da ideia da Lei de Emergência Cultural enquanto um projeto político da esquerda ou de oposição. Ademais, indicou-se que, ao nível nacional, os momentos de maior mobilização e articulação eram relacionados a etapas institucionais a serem cumpridas, como os processos de formulação,

aprovação na câmara dos deputados e no senado, sanção, regulamentação, implementação e prorrogação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Assim como a descrição dos processos de articulação e mobilização relacionados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, ao nível nacional, foi relevante para se compreender a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC, versar sobre os mecanismos de financiamento à cultura catarinense, no contexto da pandemia da Covid-19, também o foi. Optou-se, no entanto, por aqueles em que o CEC-SC atuou com intuito de mitigar os impactos pandêmicos no setor cultural catarinense.

Dessa maneira, entre as ações do CEC-SC destacadas no capítulo quatro estavam: realização de pesquisa de impactos econômicos da Covid-19 ao setor cultural; participação no Comitê Estadual para Acompanhamento, Orientação e Fiscalização da Aplicação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc; composição da Comissão de Operacionalização e Implantação da Lei Emergencial da Cultura Aldir Blanc; atuação na Comissão de Organização e Acompanhamento do Prêmio de Reconhecimento por Trajetória Cultural Aldir Blanc SC; colaboração nas Comissão de Organização e Análise do Edital Emergencial, bem como na Comissão de Credenciamento do edital #SCulturaemSuaCasa; participação da Comissão de Organização e Análise para o Prêmio Catarinense de Cinema – 2020; atuação na Comissão de Organização e Acompanhamento do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura – 2020; e, a realização do III Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina, que em virtude da pandemia, sua pauta principal foi a Lei n.º Lei 14.017/2020.

Ao acompanhar a maneira como se deu a atuação do CEC-SC, assim como o desenvolvimento de ações no intuito de mitigar os impactos da pandemia da Covid-19 no estado, foi possível observar a percepção de que para se constituir como um espaço de pactuação de políticas estaduais de cultura, o CEC-SC deve ser capaz de atuar como um órgão representativo e articulador de demandas de agentes culturais catarinenses.

No contexto da pandemia da Covid-19, o CEC-SC, por meio de seus membros, primeiramente, buscou dimensionar o impacto financeiro que a suspensão das atividades culturais acarretou. Com isto, o CEC-SC objetivou subsidiar com os dados e indicadores gerados a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, o Governo do Estado de Santa Catarina e demais entes federados, o terceiro setor e a iniciativa privada, com elementos para que fosse pensado em estratégias e implantação de ações emergenciais, no curto, médio e longo prazos,

capazes de minimizar os impactos negativos gerados durante a crise pandêmica e criar condições necessárias para a retomada das atividades culturais.

Ademais, além de buscarem mobilizar e articular agentes culturais catarinenses, os membros do CEC-SC abriram-se ao diálogo, orientaram e forneceram ferramentas para a participação e o controle social na operacionalização e fiscalização da aplicação do recurso da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Tendo ciência das principais demandas do setor, os membros do CEC-SC atuaram para que editais fossem realizados, levando em consideração, na elaboração destes, as dificuldades que os inscritos poderiam enfrentar para acessar os recursos. Isto não implicou ausência de entraves na operacionalização de editais. No entanto, o CEC-SC e, por consequência, seus membros, se mantiveram ativos na tentativa de resolução destes.

Em resumo, segundo entrevistados, a execução da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc no Estado de Santa Catarina, de uma forma mais geral, foi impactada por circunstâncias, como: ausência de dados sistematizados do setor cultural catarinense e brasileiro; baixa institucionalização da cultura nos municípios; capacitação precária de pessoal para realização de editais; desmontes no setor cultural; pouco tempo para operacionalização – antes da prorrogação –; resistência por parte de profissionais da FCC ao planejamento e tomada de decisão conjunta com o CEC-SC; baixo quadro de pessoal e problemas interpessoais; dificuldades na transparência na aplicação de recursos por parte da FCC; e, disputas por recursos entre agentes culturais.

Contudo, sublinha-se que apesar dos entraves que envolveram os mecanismos de financiamento à cultura catarinense em tempos de Covid, houve avanços em termos de políticas públicas estaduais, como a inclusão de categorias LGBTQIA+ em editais, premiação de agentes culturais pelo reconhecimento de suas trajetórias na cultura catarinense e a descentralização de recursos aos municípios catarinenses. Ademais, acredita-se que a contingência vivenciada, pandemia da covid-19, explicitou o papel fundamental que o CEC-SC possui para o Sistema Estadual de Cultura (E3) e a importância das articulações e mobilizações entre agentes culturais para o setor cultural catarinense (E5).

No que concerne às articulações e mobilizações no Estado de Santa Catarina, como percebido ao nível nacional, pôde-se observar que a intensidade destas aumentava quando estavam relacionadas às etapas institucionais a serem cumpridas em relação à Lei de Emergência Cultural, como os processos de: formulação e aprovação na câmara dos deputados e no senado; sanção; regulamentação; implementação; e, prorrogação. Todavia, notou-se,

sobremaneira, duas situações: no ano de 2021, embora houvesse articulação e mobilização, ocorreu uma diminuição de ações voltadas à prorrogação da Lei, em especial, daquelas provenientes de entidades representativas do setor cultural, como o CEC-SC; a ocorrência de editais com orçamentos limitados e a impossibilidade de contemplar a todos os inscritos, parece ter motivado, em alguns casos, a atenuação da articulação entre agentes culturais.

Acerca dos motivos que auxiliaram na realização das articulações e mobilizações em Santa Catarina, os sujeitos desta tese mencionaram: a mobilização de políticos de todos os níveis; o fato dos agentes culturais estarem sentindo na pele o impacto das medidas restritivas; familiaridade com redes sociais; existência de redes anteriormente formadas por conta de desmontes e do processo eletivo do CEC-SC em 2019; e, a realização do III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina. Tais situações se aproximam daquelas referentes às articulações e mobilização ao nível nacional, com exceção da existência de redes anteriormente formadas por do processo eletivo do CEC-SC em 2019 e a realização do III Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Cultura de Santa Catarina.

Enfatiza-se, portanto, que frente ao avanço da pandemia da Covid-19 e as restrições às atividades culturais, o CEC-SC atuou no intuito de mitigar os impactos, especialmente econômicos, no setor cultural. Circunstancia que requisitou aos seus integrantes outras formas de atuação, articulações, mobilizações e possibilitou a ocorrência de identificações. Em vista disso, para analisar a dinâmica de formação de identificações entre os membros do CEC-SC elaborou-se uma articulação teórica entre psicanálise e Teoria do Discurso Político, recorrendo-se a conceitos, como o de narcisismo das pequenas diferenças, identificação, significante vazio, ponto nodal e antagonismo.

Reforça-se que os esforços analíticos efetuados puderam ser observados a partir de dois períodos distintos: o primeiro deles foi o momento do processo eletivo para representantes da sociedade civil, do ano de 2019, que implicou uma mudança de configuração do CEC-SC; o segundo período foi aquele que envolveu o enfrentamento da pandemia da Covid-19. A conformação 2019-2021 do CEC-SC teve, pela primeira vez, entre seus representantes da sociedade civil, sujeitos indicados por processo eletivo. Com isto, notou-se, no primeiro período em análise, a disputa pela fixação parcial de sentidos do **significante, e também ponto nodal, “sociedade civil”**. Tal significante foi, paulatinamente, esvaziado de seu conteúdo e serviu como ponto de identificação para diferentes sujeitos. Acerca disto, cumpre apontar que, nesta tese, considera-se que **as identificações se estruturam a partir de sujeitos que se identificam**

com determinados significantes e são sustentadas pelos sujeitos afetivamente. No entanto, para que estes significantes/**significantes vazios** sirvam como pontos de identificação para uma gama de sujeitos, é necessária a instauração de pontos que funcionem como **pontos de fixação nodal, ou ainda, como aglutinadores das representações, ideais ou desejos dos sujeitos.**

No período em questão, diante da fixação nodal do significante sociedade civil, houve, entre os sujeitos identificados com este significante, o estabelecimento de uma relação equivalencial e a conformação de uma cadeia de equivalências. Isto impulsionou a demarcação da fronteira política ou corte antagônico, dicotomizando o espaço social entre nós e eles dentro de uma prática discursiva. Aponta-se que a relação antagônica estabelecida entre nós e eles, conselheiros representantes da sociedade civil e do governo estadual, evidenciou, ainda, manifestações do **narcisismo das pequenas diferenças.** Disto que sob a égide do ideal do eu de supremacia, quando destinado às massas, indica que a intolerância ao outro é demonstrada, de modo mais intenso, contra as diferenças próximas (FUKS, 2011).

Com o estabelecimento de identificações entre sujeitos de um mesmo grupamento e de uma relação antagônica entre nós e eles, as diferenças “intoleráveis” passaram a ser **aquelas localizadas fora do nós.** Dessa maneira, foram evidenciados os **efeitos narcísicos no enfrentamento dessas diferenças,** que no caso em estudo, foram concernentes àquelas presentes nas relações entre conselheiros de grupamentos opostos. Nessa perspectiva, menciona-se que algumas das situações observadas e que se relacionaram aos efeitos narcísicos no enfrentamento das diferenças entre conselheiros, envolveram, entre outras circunstâncias: falas carregadas de hostilidade, mesmo que mais veladas, quando algum conselheiro tomava como agressão a si as discussões em reuniões; e, o incômodo, que beira o insuportável, frente ao modo de agir do outro, que é semelhante, próximo, mas ainda distante. Tais apontamentos vão ao encontro daquilo que diz Betty B. Fuks (2011, p.48): “são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, (...). E, exatamente por que não se trata de uma diferença qualquer, é que se produz o estranhamento que detona impulsos hostis contra aqueles que estão apenas um pouco mais além do espelho”.

Todavia, consoante ao que foi detalhado, tais exteriorizações dos efeitos narcísicos associados ao narcisismo das pequenas diferenças entre os membros do CEC-SC passaram a se tornar menos frequentes, ou, no mínimo, menos evidentes no período posterior às medidas restritivas em razão da pandemia da Covid-19. Ainda é relevante salientar que o segundo período das dinâmicas de identificação observadas no CEC-SC é concomitante ao silêncio dos

órgãos executivos aos níveis federal e estadual. Sublinha-se ainda, que este silêncio, pautado pela não resposta, auxílio ou socorro a um setor que se encontrava em estado de emergência, marcou a ocorrência de um **deslocamento**, de uma ruptura com os significados que eram fixados, e abriu-se a possibilidade de fixação de novos sentidos em relação ao papel do Estado no amparo à cultura. Demandou-se, assim, novas práticas articulatórias na tentativa de fixação de novos significantes, pois, como lembra Laclau (1990/ 1993), o **deslocamento** é uma experiência que desajusta a estrutura que precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação.

Frente a esta conjuntura, os membros do CEC-SC passaram a assumir uma série de demandas relacionadas às ações para mitigar o impacto da pandemia da Covid-19 no setor cultural catarinense e a percepção da **fronteira política** entre o nós x eles, sociedade civil x governo, foi se tornando menos evidente, até se deslocar¹³⁴. Assim, a dicotomização do espaço social entre nós e eles, no CEC-SC, nos termos da TDP, deixou de ocorrer. Acerca disto, Laclau e Mouffe (1985/ 2015) enfatizam que **as fronteiras políticas, ou corte antagônico**, são tidas como **contingentes** e em constante processo de **deslocamento** conforme a construção de **cadeias de equivalências**, que também se modificam, mantendo seu sentido indeciso.

No entanto, as conformações de cadeias de equivalências requisitam a formação de um significante vazio, a identificação com este e que tal significante funcione como um ponto aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos, ou seja, como um ponto nodal. No período aqui descrito, o ponto nodal observado, e também significante vazio, alvo de identificações entre os membros do CEC-SC, foi o “**emergência cultural**”. Este ponto, que, inicialmente, se referia a necessidade de políticas emergenciais para o setor cultural. Ao longo das articulações que foram se desenvolvendo, este significante passou a universalizar seu conteúdo particular, esvaziando-se de sentido para abarcar uma série de significados e demandas de um setor que se encontrava em estado de emergência e de seus agentes que tinham a sua sobrevivência ameaçada com o cenário pandêmico, medidas restritivas, inoperância e/ou lentidão de muitos dos órgãos executivos dos entes federativos

Essa reunião de sentidos em um ponto comum, **emergência cultural**, foi possibilitada pela **identificação** com este significante e atuou na união de agentes culturais, e, mais

¹³⁴ Pontua-se que a análise da dinâmica de formação de identificações foi realizada com enfoque nos membros do CEC-SC. Contudo, as articulações e mobilizações relacionadas ao estado de emergência cultural extrapolaram o CEC-SC, pois, a ele somaram-se outros atores sociais.

especificamente, no grupamento em estudo. Compreende-se que isto ocorreu, com a **diminuição do investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol daquilo que era comum ou do que havia sido esvaziado de seu significado particular. Por sua vez, isto atuou na suspensão de diferenças entre eles, bem como do narcisismo das pequenas diferenças, ou seja, desse fenômeno em que as pequenas diferenças dentro da semelhança geral, motivam sentimentos de estranheza e hostilidade entre sujeitos. Situação que auxiliou na formação de uma unidade ou relação equivalencial e possibilitou uma identificação coletiva.**

Enfatiza-se que as informações anteriormente descritas, acerca da dinâmica de formação de identificações, corroboram a ideia de que seriam necessários de investimentos libidinais, relacionados às identificações, que possibilitassem a suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças entre os membros do CEC-SC, para que este pudesse se constituir como espaço de pactuação das políticas estaduais de cultura e atuar como um órgão representativo e articulador de demandas de agentes culturais catarinenses.

Frisa-se ainda, que a identificação com o significante emergência cultural, no que concerne ao estabelecimento de **identificações** entre os membros do CEC-SC, pode também estar relacionado à privação do objeto da necessidade. Como aponta Freud (1912/ 2019), a privação do objeto da necessidade pode atuar na suspensão do narcisismo das pequenas diferenças entre grupamentos que anteriormente eram antagônicos uns aos outros, por intermédio da intensificação de uma pulsão frustrada. Nessa perspectiva, é possível pensar que o estado de emergência cultural, e, por vezes, a fome, enunciadora da morte, facilitou a suspensão do narcisismo das pequenas diferenças e o estabelecimento de pontos de identificação com o significante emergência cultural.

Diante do exposto, reitera-se a premissa desta tese: **a construção de um projeto político comum envolve a articulação de demandas particulares que coloque em conexão sujeitos que se identificam com significantes. E, ainda, de que com isso, é possível que ocorram investimentos libidinais entre os sujeitos, relacionados às identificações estabelecidas entre eles, e, assim, uma suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças.**

Isto posto, cabe tecer outras reflexões sobre os processos de articulação e mobilização versados nesta tese. Conforme mencionado por sujeitos desta pesquisa, não é possível desconsiderar uma conjuntura de articulação no campo cultural, ainda com uma dimensão

menor, que estava em andamento por conta dos desmontes ocorridos na pasta da cultura e que foi apontado como auxiliador na constituição dos processos de articulação e mobilização voltados à Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Menciona-se também que, apesar de ainda não ter sido observada uma efetiva institucionalização do SNC, este foi trazido a uma posição de protagonismo durante a descentralização de recursos decorrentes da lei aprovada. Mesmo que o SNC não se resuma, ao nível da União, à dimensão da mera transferência de recursos, a implementação deste, ainda que apresente deficiências, auxiliou na implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. Evidenciou-se, nesse sentido, a relevância de elementos que compõem o SNC, como aqueles que constituem o CPF da cultura – conselhos de políticas culturais, planos de cultura e os fundos de cultura –, bem como possibilidades de avanços nos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, e, por consequência, do SNC.

Além disso, mesmo que historicamente as políticas públicas de cultura voltadas à uma lógica participativa sejam recentes, em sua maioria, datadas do primeiro decênio do século XXI, é possível encontrar, na conjuntura de aprovação do PNC, uma intensa articulação no setor cultural. Talvez seja possível pensar que aquelas discussões também tenham implicado em identificações coletivas e na suspensão temporária do narcisismo das pequenas diferenças entre os atores envolvidos. Desde então, dificilmente se viu articulações e mobilizações como as que ocorreram em decorrência do agravamento do estado de emergência cultural e que trazem consigo a possibilidade de um ressurgir de um processo de luta, ou, nos termos de Turino (2020), a vivência de uma “nova cultura política”.

Contudo, apesar da análise da formação de identificações desta tese versar sobre os membros do CEC-SC, é pertinente retomar aquilo que se mencionou anteriormente, acerca da possibilidade de que frente a ocorrência de editais com orçamentos limitados e ao impedimento de se contemplar a todos os inscritos nestes, tenha ocorrido, em alguns casos, a atenuação da articulação entre agentes culturais catarinenses. Acredita-se que isto pode estar relacionado, do ponto de vista individual, ao retorno do investimento libidinal no eu ou naquilo que é particular à medida em que aquele significante que funcionava como aglutinador das representações, ideais ou desejos dos sujeitos não exerce mais tal função e os sujeitos não mais se identificam com ele. Identificação que fora facilitada pela existência da privação do objeto da necessidade e que pode deixar de ocorrer quando não houver mais a referida privação (FREUD, 1912/2019). Rememora-se, diante disso, que a identificação enquanto um mecanismo de laço afetivo, libidinal ou social, se faz e se desfaz. Possui caráter movente e é sustentada afetivamente pelos

sujeitos. Dessa maneira, pode ser observada, com o tempo, uma maior atenuação da identificação entre sujeitos deste campo que tem sido alvo de sucessivos ataques e desmontes, bem como tem convivido com a precariedade “lado-a-lado”.

Acerca desta, pode-se dizer que a pandemia da Covid-19 evidenciou e acentuou características de precarização já existentes no setor cultural. Nesse sentido, não se vê aqui a precariedade neste setor enquanto algo novo. Convive-se com ela há muito tempo. Por exemplo, pesquisas como Transform (2008), Menger (2005), Banks, Gill e Taylor (2013), Loacker (2013) e Nascimento e Dellagnelo (2018) já acentuavam a precarização relacionada ao trabalho na cultura antes da pandemia. No entanto, acredita-se que a pandemia da Covid-19, ao evidenciar a precarização existente no setor cultural, pode reacender debates em torno do assunto, como aquele que se relaciona às condições de trabalho e previdência das trabalhadoras e trabalhadores da cultura.

Outros exemplos de debates que podem ser empreendidos a partir das discussões engendradas nesta tese são referentes à diversidade cultural. Nesse sentido, pode ser pertinente investigar como se dá a suspensão ou não do narcisismo das pequenas diferenças em grupos de áreas distintas. Quais causas e ideias poderiam possibilitar isso? No caso da formação de cadeias de equivalência entre grupos distintos, pode ser pertinente pesquisar se isso não os afastaria sobremaneira de suas demandas iniciais e quais seriam os impactos disso nas identidades dos grupos.

Ademais, pensa-se que a relevância atribuída para a diminuição do investimento libidinal no eu, ou no particular, em prol daquilo que era comum ou do que havia sido esvaziado de seu significado particular, nas lutas coletivas, pode trazer contribuições significativas para o campo de estudo, em especial, às discussões sobre grupos. Acredita-se ainda, que a descrição das articulações e mobilizações coletivas pode subsidiar com dados, ações e lutas coletivas no setor cultural, bem como pesquisas a esse respeito. Outra possibilidade de estudo, a partir do desenvolvimento desta tese, pode ser investigar se no caso de a privação do objeto da necessidade deixar de existir para alguns sujeitos, estes continuariam se identificando com o significante “emergência cultural” e se manteriam articulados e mobilizados em prol desta causa coletiva.

Destaca-se que as discussões aqui empreendidas, em um aspecto mais amplo, contribuem para a compreensão das identificações enquanto mecanismos de ligações afetivas possuidoras de dinamicidade e das identidades como relacionadas às identificações e, ainda,

como representantes, a partir de relações equivalenciais, de múltiplos elementos num dado momento – sendo, portanto, contingentes, precárias e relacionais. Tais afirmações impactam na forma de se conceber o sujeito que se identifica e possui identidade. O sujeito, desse modo, não é visto como essência, ser unitário, pleno, autoconsciente, depositário da razão, origem do conhecimento e centro do universo.

Ele é, portanto, cindido, um ser que ocupa diversas posições durante sua vida e que tem múltiplos laços por identificação. É constitutivamente constituído e posicionado. É um ser cujas razões não são influenciadas apenas por questões racionais, mas também pelas paixões/afetividade. Compreender o sujeito, de acordo com o que aqui se propõe, além de observá-lo de uma forma mais ampla, contribui para o entendimento de que trabalhar a ação coletiva inclui observar aquilo que envolve a psiquê dos sujeitos cujos atos não serão sempre decorrentes de processos racionais, sobretudo, daqueles que envolvem a maximização dos interesses pessoais.

Cumprido ressaltar, que em oposição a estas afirmações predomina nos estudos organizacionais, predominam nos estudos organizacionais, abordagem em que as identidades são dotadas de características essenciais e objetiva. Nestas são ignoradas as relações de poder e aspectos não racionais. No caso das identificações, imperam concepções que associam estas à participação do sujeito – com características essenciais e objetivas – na organização e a ideia de pertencimento, desconsiderando-se a dinamicidade desta.

Enquanto campo discursivamente posicionado, conforme outrora explicitado, há nos Estudos Organizacionais uma articulação significativa do *mainstream* das teorias organizacionais com o discurso hegemônico do capital e com a narrativa unidimensional do mercado (RAMOS, 1981), que posiciona discursivamente as teorias organizacionais hegemônicas na lógica do *management* (GAULEJAC, 2014; PARKER, 2002). Nessa articulação, se tem por organização um sistema social de função administrativo-econômica, com estrutura e objetivos definidos e que atua de modo racional-legal e coerente (COOPER; BURRELL, 1988). Tal concepção, associa-se àquilo que se compreende por empresa e a toma como modelo (RODRIGUES; SILVA, 2019). Esse posicionamento discursivo das teorias predominantes nos Estudos Organizacionais, constitui-se, portanto, como uma metanarrativa que ignora qualquer outra possibilidade de organização e de organizar (DUARTE; ALCADIPANI, 2016; BOHM, 2006).

Entretanto, conforme refere Bohm (2006), essas metanarrativas que significam a organização e o organizar não conseguem dar conta de toda a realidade social, tendo em vista que estão sempre acompanhadas por forças de subversão, resistência ou desposicionamento as quais buscam ir além das noções dominantes. Nesta perspectiva, pode-se citar o trabalho de Dellagnelo, Bohm e Mendonça (2013). Neste os autores permitem que se pense na prática da articulação enquanto uma possibilidade de organização. Considerando-se isto e buscando-se ir além das noções dominantes acerca da organização e do organizar, considera-se, nesta pesquisa, os laços afetivos inerentes aos sujeitos e ao fenômeno organizacional – inclui-se aqui organização e organizar. Esta compreensão, possibilita que se evidencie a relevância das dinâmicas de identificações nas ações dos sujeitos.

Dinâmicas mobilizadas pela afetividade e que se fazem presentes nos fenômenos organizacionais, mas que tendem a ser ignoradas, mesmo por abordagens que se posicionam como críticas nos Estudos Organizacionais e, no entanto, costumam privilegiar as práticas organizacionais ao invés do (s) sujeito (s) e das identificações entre eles estabelecidas, circunstância que pode implicar em uma compreensão reducionista do fenômeno organizacional. De modo a corroborar tal afirmação, destaca-se que mesmo estudos que versam sobre organização dialógica (MORAES; MISOCZKY, 2016), organizações substantivas (SERVA, 1997), organizações isonômicas e fenonômicas (RAMOS, 1989), economia solidária (ANDION, 2005) e autogestão (PINHEIRO; PAULA, 2016), não se analisa e não se versa a respeito das dimensões afetivas e a dinâmica de identificações entre os sujeitos.

Desse modo, defende-se que pensar em outras possibilidades de teorizar ou analisar o fenômeno organizacional, deveria implicar a consideração das dimensões afetivas e, mais especificamente, das dinâmicas de formações de identificações. Com isto, pontua-se que, os resultados evidenciados e a articulação teórica aqui desenvolvida, podem auxiliar em pesquisas que versem sobre as motivações que levam sujeitos a se identificarem, ou a se engajarem, a uma causa ou ideia, articulando-se com outros, e posteriormente, a se desarticularem.

Como limitações da pesquisa, pode-se citar a necessidade de distanciamento social que inviabilizou a possibilidade de um acompanhamento de bastidores de todos os eventos observados. Todavia, isto foi amenizado pela construção de laços afetivos com membros do CEC-SC, no período anterior às medidas restritivas, e que foram indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Diante da argumentação exposta, que inclui o contexto de emergência cultural, finalizo esta tese com as palavras de Bertolt Brecht: “Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam – Isso é natural. (...) Não diga nunca: Isso é natural. A fim de que nada passe por ser imutável” (BERTOLT BRECHT, 1990, p.160).



7 REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. **Administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- AKTOUF, O. Administração e teorias das organizações contemporâneas: rumo a um humanismo radical crítico? **Organizações e Sociedade**, v.8, n.21, p.13-34, 2001.
- ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational identity. **Research in Organizational Behavior**, London, v.7, p.263-295, 1985.
- ALCADIPANI, R. Réplica: a singularização do plural. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 211-220, mar. 2005.
- ALVESSON, M. “Self-doubters, strugglers, storytellers, surfers and others: images of self-identities in organization studies”, **Human Relations**, v. 63, n. 2, p. 193-217, 2010.
- ALVESSON, M.; ASHCRAFT, K. L.; THOMAS, R. Identity matters: Reflections on the construction of identity scholarship. *Organization Studies*. **Organization**, v.15, n.1, p. 5-28, 2008.
- ALVESSON, M.; HARDY, C.; HARLEY, B. Reflecting on reflexivity: Reflexive textual practices in organization and management theory. *Journal of Management Studies*, v. 45, n.1, p. 480-501, 2008.
- ASHFORTH, B. E., HARRISON, S. H.; CORLEY, K. G. Identification in organizations: Na examination of four fundamental questions. **Journal of Management**, v. 34, n. 3, p. 325–374, 2008.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Critical Management Studies**. London: Sage, 1992.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H (Org.). **Making Sense of Management: a critical analysis**. London: Sage, 1993.
- ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista De Administração Contemporânea**, v. 9, n.1, 79-101.
- ANZIEU, D. **The Group and the Unconscious**. London: Routledge, 1984
- ARMSTRONG, D. **Organization in the Mind**. London: Psychoanalysis, Group Relations, and Organizational Consultancy, 2005.
- ARNAUD, G. The contribution of psychoanalysis to organization studies and management: an overview, **Organization Studies**, v. 33, n. 9, p. 1121-1135, 2012.
- ARNAUD, G.; VANHEULE, S. Lacanian psychoanalysis and management research: On the possibilities and limits of convergence, **Management Decision**, v. 51, n. 8, p.1664-1677, 2013.

ARNAUD, G.; VANHEULE, S. The division of the subject and the organization: a Lacanian approach to subjectivity at work, **Journal of Organizational Change Management**, v. 20, n. 3, p. 359-369, 2007.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EMERGÊNCIA CULTURAL. **Aprovada no Senado a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc**. 04 de maio de 2020. Facebook: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, 2020a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/leiemergenciacultural/photos/118016956596797/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BANKS, M; GILL, R.; TAYLOR, S. (Ed). **Theorizing Cultural Work: labour, continuity and change in the cultural and creative industries**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

BAUER; M. A. L.; MESQUITA, Z. As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura ecológica. **RAC Eletrônica**, v.1, n.1, p.16-30, jan./abr. 2007.

BARCELLOS, R. R.; DELLAGNELO, E. H. L. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. **Organizações & Sociedade (Online)**, v. 21, p. 405-424, 2014.

BARCELLOS, R. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. de. Reposicionando Conceitos: a organização fora dos eixos. **Rev. adm., empres.**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 10-21, fev. 2017.

BARCELLOS, R. R.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas de equivalência: O Circuito Fora do Eixo à luz da teoria política do discurso. **Revista de Administração (FEA-USP)**, v. 49, p. 684-697, 2014.

BARON, L.; LINHARES, B. de F. A Política como Conflito: a noção de antagonismo na teoria de Ernesto Laclau. **Em Tese**, Florianópolis, v.17, n.2, p.189-206, jul./dez. 2020.

BARROS, A. N. de; ANDRADE, C. R. de; GUIMARÃES, L. de V. M. Narcisismo nas organizações: Formas de investimento pulsional no capitalismo tardio. **Psicol. Argumen.**, Curitiba, v. 27, n.56, p. 11-22, jan./mar, 2009.

BARROSO, A. de F. Sobre a concepção de sujeito em Freud e Lacan. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 149-159, jun. 2012.

BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BINET, A. **Le fétichisme dans l'amour. Études de psychologie expérimentale**. Paris: Octave Doin, 1888.

BION, W.R. **Experiências com Grupos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006

BÖHM, S.; BATTA, A. Just doing it: enjoying commodity fetishism with Lacan. **Organization**, v. 17, n. 3, p. 345–361, 2010.

BOJE, D. Stories of the storytelling organization: a postmodern analysis of Disney as “Tamara-Land”. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 4, p. 997–1035, 1995.

BOSCO, J.; BLANC, A. **O BÊBADO E A EQUILIBRISTA**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/elis-regina/45679/>>. Acesso em 06 de jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 526, de 1 de julho de 1938**. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: <[BRASIL. **Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953**. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1953. Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11920.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11920.htm\)>. Acesso em: 2 dez. 2020.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institue%20o%20Conselho%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20%20art.&text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%2C%20no%20Minist%C3%A9rio,o%20Conselho%20Nacional%20de%20cultura.>>. Acesso em: 2 dez. 2020.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966**. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0074.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8490-19-novembro-1992-376965-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19649compilado.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020

BRASIL. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005.** Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.973, de 07 de outubro de 2009.** Altera o Decreto no 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6973.htm#art1>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012.** Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012.** Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nº s 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12761.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013.** Regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30043748/do1-2013-08-27-decreto-n-8-084-de-26-de-agosto-de-2013-30043737>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.** Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.611, de 21 de dezembro de 2015.** Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.

Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8611.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-normaatualizada-pe.html>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016.** Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv728.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv728.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília, DF: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019.** Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Brasília, DF: Presidência da República, 2019d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10107.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10359.htm>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.075, de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020b. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242136>. Acesso em: 4 dez. 2020.

BRASIL. Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020c. Disponível em: <
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node013dqjwhoqe0dh97srknE2kspt13119583.node0?codteor=1867390&filename=MSC+93/2020. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília, DF: Senado Federal, 2020d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 986, de 29 de junho de 2020. Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2020e. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv986impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv986impressao.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 990, de 9 de julho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020f. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv990impressao.htm >. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020. Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020g. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10464.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.489, de 17 de setembro de 2020**. Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020h. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10489.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 990, de 9 de julho de 2020**. Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Brasília, DF: Presidência da República, 2020i. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1019.htm>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BUARQUE, Chico. **Chico Buarque** (1978). [S.I.]: Philips, 2010. 1 CD.

BURITY, J. A.. Psicanálise, Identificação e a Formação de Atores Coletivos. **Trabalhos Para Discussão - TPD**, v. 82, n.82, p. 01-25, 1998.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. *In*: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59 - 74.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 2: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, Londres, v. 9, n. 2, p. 387-424, jan. 1989.

BURRELL, G; G. MORGAN. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**: elements of the sociology of corporate life. Great Britain: Heinemann Education Books, 1979.

BRECHT, B. Teatro completo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 129-160.

BROWN, A. Narcissism, identity and legitimacy. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 3, p. 643-686, 1997

BROWN, A. D. Identities and identity work in organizations. **International Journal of Management Reviews**, v. 17, n. 1, p. 20–40, 2015.

BROWN, A. D.; COUPLAND, C. Sounds of silence: graduate trainees, hegemony and resistance. **Organization Studies**, v. 26, n. 7, p. 1049–1069, 2005.

CALABRE, L. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970. **Políticas Culturais em Revista** (UFBA) – PCR, Salvador, v.1, n.1, p.19-35, 2008.

CALABRE, L. **Conselhos de Cultura no Brasil**: algumas questões. In: RUBIM, A. A. C.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (Org.). Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 287-302.

CALABRE, L. A Arte e a Cultura em Tempos de Pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 – 21, jan./jun. 2020.

CALDAS, M. P.; WOOD JÚNIOR, T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v.37, n.1, p.6-17. jan./mar, 1997.

CANEDO, D.P.; NETO, C.B.P. (Coord.) **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa. Salvador: Observatório da Economia Criativa: Santo Amato: UFRB, 2020.

CARMINATTI, L. **Nota da Deputada Luciane Carminatti sobre o Edital Emergencial para a Cultura**. Florianópolis, 27 de junho de 2020. Disponível em: <<https://lucianecarminatti.com.br/nota-da-deputada-luciane-sobre-o-edital-emergencial-para-a-cultura/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CARROLL, L. **Alice no País das Maravilhas (1865)**. Tradução: Izabela Koenig. São Paulo: Edições Usborne, 2015.

CAVALCANTE, T. M. B. de M.; COSTA, M. H. A. Equivalência e Processos de Referenciação na Construção Identitária do Movimento Occupy Wall Street. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, n. 47, p. 10-30, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4115>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Como votará a Bancada Catarinense?** Florianópolis, 25 de maio de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc/photos/577114796253348>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Vitória da Cultura!** Lei Aldir Blanc Sancionada, e Agora? Florianópolis, 02 de julho de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Impacto Econômico da Covid-19 no Setor Cultural Catarinense**. Florianópolis, Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020c. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1N7D3ZpUqswlqgTQqv5SzAF6LBy0Yml6/view>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Mobiliza SC**. Florianópolis, 03 de junho de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc/photos/a.279702849327879/582243552407139/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Aprovada Lei Nacional de Emergência Cultural Aldir Blanc**. Florianópolis, 04 de junho de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc/photos/pcb.583107818987379/583067948991366/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **CEC recebe Moção de Aplauso da ALESC**. Florianópolis, 05 de agosto de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc/photos/a.279702849327879/619479245350236/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEC-SC. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE SANTA CATARINA. **Prorroga Lei Aldir Blanc Já**. Florianópolis, 28 de dezembro de 2020. Facebook: Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, 2020g. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conselhoestadualdeculturadesc/photos/716481475650012>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CEDERSTRÖM, C.; HOEDEMAEKERS, C. (Eds). **Lacan and Organization**, San Francisco: MayFly, 2010.

CEDERSTRÖM, C.; SPICER, A. Discourses of the real kind: a post-foundational approach to organizational discourse analysis. **Organization**, p. 1-28, 2013.

CHANLAT, J. F. (Org.). **O sujeito na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992.

CHANLAT, J. F. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999.

COELHO *et al.* A Servidão Cultural: uma análise crítica do discurso do Ministério da Cultura de 2003 a 2017. **Políticas Culturais em Revista (UFBA) – PCR**, Salvador, v.12, n.1, p.360-383, 2019.

CONGRESSO NACIONAL. **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 55, p. 1, 20 mar. 2020. Disponível em:<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CONTU, A. Decaf resistance: on misbehavior, cynicism, and desire in liberal workplaces. **Management Communication Quarterly**, v. 21, n. 3, 364–379, 2008.

CONTU, A; DRIVER, M; JONES, C. Jacques Lacan with Organization Studies, **Organization**, v. 17, n. 3, p. 307–315, 2010.

CONTU, A.; PALPACUER, F.; BALAS, N. Multinational corporations' politics and resistance to plant shutdowns: a comparative case study in the south of France. **Human Relations**, v. 66, n. 3, p. 363-384, 2013.

CONTU, A; WILLMOTT, H. Re-embedding situatedness: the importance of power relations in learning theory. **Organization Science**, v. 14, n. 3, p. 283–296, 2003.

COOPER, R. Modernism, postmodernism and organizational analysis 3: the contribution of Jacques Derrida. **Organization Studies**, Londres, v. 10, n. 4, p. 479-502, jan. 1989.

COOPER, R.; BURRELL Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, Londres, v. 9, n. 1, p. 91-112, jan. 1988.

COSTA, K. M. S. **A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura**. 2017. 255 f. Tese (Doutorado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, São Paulo, 2017.

COSTAS, J.; TAHERI, A. The return of the primal father in postmodernity? A Lacanian analysis of authentic leadership, **Organization Studies**, v. 33, n. 9, p. 1195-1216, 2012.

CUNHA FILHO, F. H. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuições ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DEJOURS, C. J. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho (1980). 5ª Edição Ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, J. C. **A banalização da injustiça social (1998)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, J. C. **Trabalho vivo**: Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012. v.2.

DEJOURS, J. C. ABDOUCHELI, E., JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho (1993). 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

DE MATTIA, C. A metodologia de elaboração dos Planos Estaduais de Cultura fomenta a coprodução do bem público? **Políticas Culturais em Revista (UFBA) – PCR**, Salvador, v.1, n.7, p.100-118, 2014.

DELLAGNELO, E. H. L.; BÖHM, S.; MENDONÇA, P. Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. **RAE** (Impresso), v. 54, p. 141-153, 2013.

DELLAGNELO, E.H.L; SALLES, H. K.; SILVA, R.C. O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das Políticas Culturais no Brasil. *In*: BARROS, J.M.; COSTA, K. (Orgs.). **Planos municipais de cultura: reflexões e experiências**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

DESCARTES, R. Discurso do método (1637). *In*: **Discurso do método; Meditações; Objeções e Respostas; As paixões da Alma; Cartas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. *In*: CLEGG, S.; HARDY, Cynthia; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais** (1999). Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010 p. 105-133.

DORTIER, J-F. Le cercle de Vienne et le nouvel esprit scientifique. *In*: **Sciences Humaines**, hors-série, septembre 2000.

DRIVER, M. The lack of power or the power of lack in leadership as a discursively constructed identity. **Organization Studies**, v. 34, n. 3, p. 407-422, 2013.

DRIVER, M. Struggling with lack: a Lacanian perspective on organizational identity, **Organization Studies**, v. 30, n. 1, p. 55-72, 2009.

DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000100057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social (1893). *In*: **Durkheim, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EMERGÊNCIA CULTURAL. **Plantão Lei de Emergência Cultural: Votação na Câmara**. Youtube, 26 de maio de 2020. Emergência Cultural, 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x-4gEbxxr-M&list=PLAuwVZwULAq_qOOx0yNEpPNN_sLxujDJU&index=3>. Acesso em: 11 mai. 2021.

ELLIS, H. Auto-erotism: a study of the spontaneous manifestation of the sexual impulse (1898). *In* **Studies in the psychology of sex**. Vol. 1. London: Project Gutenberg, 1927.

ENRIQUEZ, E. L'imaginaire social, refoulement e et répression dans les organizations. **Connexions**, n.3, 1972.

ENRIQUEZ, E. **A Organização em Análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, E. Psicanálise e ciências sociais. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 153-174, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982005000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 509-515, Set. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A cultura na Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FCC. FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Instrução Normativa, n 1, de 29 de junho de 2020**. Estabelece normas para aplicação dos recursos das ações emergenciais ao setor cultural definidas na Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/20), que serão adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial do Estado: Florianópolis, SC, n. 21.375, p.17-18, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/fcc/lei-aldir-blanc/2676-in-n-01>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FCC. FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Portaria, n 39, de 22 de setembro de 2020**. A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) torna público o cronograma de inscrições para solicitação da renda emergencial aos trabalhadores(as) da cultura, conforme disposto no Inciso I, Art. 2º, da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc). Presidência: Florianópolis, 22 set. 2020c. Disponível em: <http://mapacultural.sc.gov.br/files/opportunity/73/portaria_n%C2%BA_39_-_inciso_i-2.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FEGHALI, J. **Hashtag AprovaEmergenciaCultural trending topics**. Brasília, 26 de maio de 2020. Twitter: Jandira Feghali, 2020a. Disponível em: <https://twitter.com/jandira_feghali/with_replies>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Brasil registra 583.628 mortes por coronavírus, com 20.890.779 casos confirmados de Covid-19 e 19.862.438 milhões de pessoas recuperadas**. Canal Saúde, Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/brasil-registra-583628-mortes-por-coronavirus-com-20890779-casos-confirmados-de-covid-19-e-19862438-milhoes-de-pessoas-recuperadas06092021>>. Acesso em: 07 set. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLYVBJERG, B. Five Misunderstanding about case study research. In: SEALE, C. *et al.* (Edit.) **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004.

FONTENELLE, I. A. Global responsibility through consumption? Resistance and assimilation in the anti-brand movement. **Critical Perspectives on International Business**, v. 6, n. 4, 256-272, 2010.

FÓRUM DE AÇÃO PERMANENTE. **Votação no Senado**. WhatsApp: Fórum de Ação Permanente. 01 de junho de 2020 às 14 horas e 13 minutos.

FOTAKI, M., LONG, S.; SCHWARTZ, H. hat can psychoanalysis offer organizationstudies today? Taking stock of current development and thinking about future directions. **Organization Studies**, v. 33, n. 9, p. 1105-1120, 2012.

FREITAS, M. E. Prefácio. IN: GODOI, C. K. **Psicanálise das organizações**: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional**: Identidade Sedução e Carisma? 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREUD, S. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1905). **Obras completas - Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria ("O Caso Dora") e Outros Textos (1901-1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v.6.

FREUD, S. Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci (1910) *In: Obras completas - Observações Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva ("O homem dos ratos"), Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v.9.

FREUD, S. Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia (o caso Schreber) (1911). *In: Obras completas - Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia (o caso Schreber), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.10.

FREUD, S. Sobre a mais Comum Depreciação na Esfera do Amor (Contribuições à Psicologia do Amor II) (1912). *In: Obras completas - Observações Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva ("O homem dos ratos"), Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v.9.

FREUD, S. Totem e tabu (1912-13). *In: Obras completas - Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v.11.

FREUD, S. O Interesse da Psicanálise (1913). *In: Obras completas - Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v.11.

FREUD, S. Introdução ao Narcisismo (1914). *In: Obras completas – Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.12.

FREUD, S. Os Instintos e seus destinos (1915a). *In: Obras completas* – Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.12.

FREUD, S. O Inconsciente (1915b). *In: Obras completas* – Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.12.

FREUD, S. O Tabu da Virgindade (Contribuições à Psicologia do Amor III) (1917) *In: Obras completas* - Observações Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva ("O homem dos ratos"), Uma Recordação da Infância de Leonardo Da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v.9.

FREUD, Sigmund. “O inquietante” (1919). *In: Obras completas* – História de uma Neurose Infantil (“O Homem dos Lobos”), Além do Princípio do Prazer e outros Textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.14.

FREUD, S. Além do Princípio do Prazer (1920). *In: Obras completas* – História de uma Neurose Infantil (“O Homem dos Lobos”), Além do Princípio do Prazer e outros Textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.14.

FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). *In: Obras completas* – Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.15.

FREUD, S. O eu e o Id (1923). *In: Obras completas* – O eu e o Id, estudo Autobiográfico e Outros Textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.16.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925). *In: Obras completas* – O eu e o Id, estudo Autobiográfico e Outros Textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v.16.

FREUD, S. O Futuro de Uma Ilusão (1927). *In: Obras completas* – Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v.17.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização** (1930). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. O Mal-estar na Civilização (1930). *In: Obras completas* – O Mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias e Outros Textos (1930-1926). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.18.

FREUD, S. Por que a Guerra? (1932). *In: Obras completas – O Mal-estar na Civilização, Novas conferências introdutórias e Outros Textos (1930-1926)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v.18.

FREUD, S. Moisés e o Monoteísmo (1939[1934-38]). *In: Obras completas – Moisés e o Monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e Outros Textos (1937-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v.19.

FUKS, B. B. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011.

GABRIEL, Y. (Ed.). **Organizations in Depth: The Psychoanalysis of Organizations**. London: Sage, 1999.

GABRIEL, Y. Psychoanalytic approaches to leadership. *In: BRYMAN, A. et al. (Ed.). The SAGE handbook of leadership*. London: Sage, 2011. p. 393-405.

GABRIEL, Y.; CARR, A. Organizations, management and psychoanalysis: an overview. **Journal of Managerial Psychology**, v. 17, n. 5, p. 348-365, 2002.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GARCIA-ROZA, L. A. **O mal radical em Freud**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como Doença Social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

GIACAGLIA, M. Universalismo e particularismo: emancipação e democracia na teoria do discurso. *In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.93 - 108.

GIL, G. **Discurso de posse no Ministério da Cultura**. Brasília, DF, 1 de jan. 2003.
Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6330>>. Acesso em: 03 set. 2020.

GLYNOS, J. Lacan at work. *In: CEDERSTRÖM, C.; HOEDEMAEKERS, C. (Eds). Lacan and Organization*, San Francisco: MayFly, 2010. p. 13-58

GODOI, C. K. **Psicanálise das organizações: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

GODOI, C.K.; CARGNIN, F. R. G.; UCHÔA, A. G.F. Manifestações inconscientes na relação líder-liderado: contribuições da teoria psicanalítica aos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p. 599-614, jul./set., 2017.

GODOY, A.S. Estudo de caso qualitativo In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; BARBOSA DA SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GREEN, A. **Le discours vivant**: La conception psychanalytique de l'affect. Paris: PUF, 1973.

GUIMARÃES, L. V. M.; MAESTRO FILHO, A. D. Epistemologia Freudiana e Estudos Organizacionais: Possibilidades da Interdisciplinaridade - Revista Contrapontos - Eletrônica, v. 13, n. 2, p. 84-93, mai./ago. 2013.

GUIMARÃES, L. M. **Três Estudos sobre o Conceito de Narcisismo na obra de Freud**: origem, metapsicologia e formas sociais. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, L. M.; ENDO, P. C. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2019.

GUIMARAES, L. M.; ENDO, P. C. A origem da palavra narcisismo. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 431-449, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000300431&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de abr. 2019.

HARARI, R. **O seminário “a angústia” de Lacan**: uma introdução. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

HOMANS, G. As pesquisas na Western Electric. In: BALCÃO, Yo; CORDEIRO, L. **O Comportamento Humano na Empresa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1975.

HOPE, S; RICHARDS, J. Loving work: Drawing attention to pleasure and pain in the body of the cultural worker. **European Journal of Cultural Studies**, v.18, n.2, p. 117-141, Apr. 2015.

HOWARTH, D. **Aplicando la Teoría del Discurso**: el Método de la Articulación en Studia Politicae N° 5. Editorial Universidad Católica, Córdoba, 2005.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis; identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

HE, H.; BROWN, A. D. Organizational Identity and Organizational Identification: A Review of the Literature and Suggestions for Future Research. **Group & Organization Management**, v. 38, n.1, p. 3-35, 2013.

HIRIGOYEN, M.F. **Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano** (1998). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HODGKINSON, G. P. Organizational identity and organizational identification: a critical realist design science perspective. **Group & Organization Management**, v. 38, n.1, p. 145-157, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**: perfil dos municípios brasileiros 2018. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de informações e indicadores culturais**: 2007-2018. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

JAQUES, E. **The changing culture of a factory**. London: Tavistock, 1951

JONES, C.; SPICER, A. The sublime object of entrepreneurship. **Organization**, v. 12, n. 2, p. 223–246, 2005.

JUNIOR, N. L. *et al.* Diálogos Possíveis entre a Psicanálise Lacaniana e a Teoria do Discurso. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P.; LINHARES, B. (Org.). **Ernesto Laclau e seu Legado Transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

JUSTEN, Carlos Eduardo. Como a Representação Política Pode Tornar a Democracia mais democrática? Resignificando o Fenômeno Político da Representação a Partir da Teoria Laclauiana. **Org & Demo** (Unesp. Marília), v. 16, p. 109-128, 2015.

KAUARK, G.; COSTA, L.; VILUTIS, L. Definições e desafios dos agentes culturais: Considerações a partir da experiência com formação e qualificação de agentes culturais na Bahia. XVI Congresso Internacional FoMerco. Integração Regional em Tempos de Crise: desafios Políticos e Dilemas Teóricos. **Anais...** Salvador: UFBA, 2017. p.1-14. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1504148430_ARQUIVO_Artigo_o_Fomerco_LuanaVilutis_LeonardoCosta_GiulianaKauark.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

KETS DE VRIES, M. F. R The dark side of leadership. **Business Strategy Review**, v. 14, n. 3, p. 25-28, 2003.

KETS DE VRIES, M. F. R; MULLER, D. Narcisismo e liderança: uma perspectiva de relações de objetos. **Rev. adm., empres.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 5-16, set. 1990.

KLEIN, M. **Contributions to psycho-analysis**. London: Hogarth Press, 1965.

KRAFFT-EBING, R. V. **Psychopathia sexualis** (1886). Paris: Payot, 1950.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu (1949). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 16: de um outro ao outro** (1968-1969). Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise** (1969-1970). Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

LACAN, J. **Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud** (1953-1954). 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** (1954-1955). 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. **Seminário 3: As Psicoses** (1955-1956). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. **Seminário 9: A Identificação: seminário 1961 - 1962**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003

LACAN, J. **Escritos** (1966). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo** (1990). Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença** (1996). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, E. Glimpsing the future. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. In.: **Laclau: a critical reader**. New York: Routledge, 2004. p. 279-328.

LACLAU, E. **A Razão Populista** (2005). São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, A.; BURITY, J. (Org.) **Inclusão social identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-37.

LACLAU, E. "Atisbando el futuro". In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical** (1987). São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições** (1974). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LAPIERRE, L. (Coord.). **Imaginário e liderança: na sociedade, no governo, nas empresas e na mídia**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAPLANCHE, J. **A angústia** (1980) São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GUILLANT, L. Introduction à une psychopathologie sociale, **L'Évolution Psychiatrique**, n. 1, p. 1-52, 1954.

LEMINSKI, P. **Caprichos & relaxos** (1983). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEVINSON, H. A Psychologist Looks at Executive Development. **Harvard Business Review**, v. 40, n. 5, p.69-75.

LISPECTOR, C. Primeiras Histórias. *In*: LISPECTOR, C. **Todos os Contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

LINO, J. A cultura material da Guerra do Contestado como documento histórico. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 36, p. 45-70, 2012.

LOACKER, B. Becoming 'culturpreneur': How the 'neoliberal regime of truth' affects and redefines artistic subject positions. **Culture and Organization**, Abingdon-UK, v. 19, n. 2, p. 124-145, 2013.

LOK, J.; WILLMOTT, H. Identities and Identifications in Organizations: Dynamics of Antipathy, Deadlock, and Alliance. **Journal of Management Inquiry**, v. 23, n. 3, p. 215–230, 2014.

LOPES, A. C.; MEDONÇA, D. BURITY, J. A. A Contribuição de Hegemonia e estratégia socialista para as ciências humanas e sociais. *In*: LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical** (1987). São Paulo: Intermeios, Brasília: CNPq, 2015. p. 7 -32.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

LUBIT, R. O impacto dos gestores narcisistas nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 42 (3): 66-77, Jul-Set, 2002.

MACHADO, A. Provérbios e Cantares (1912). *In*: MACHADO, A. **Campos de Castilla** (1907-1917). 18ª ed. Madrid: Ed. Cátedra, 2012.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 7, p. 51-73, 2003.

MAIA, R. D. O conceito de identidade na filosofia e nos atos de linguagem. 2008. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura (1922)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARCHART, O. Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. *In: Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.9-13.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. *In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais (1999)*. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2001. p. 31-56.

MARTINS, C. *et al.* **Perto do Coração**. Florianópolis: ConectArtSC, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCCAbRnPO7d0aDHKyZ8qmv6w>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MARTINELLI, T. **Todos Juntos**. Florianópolis: ConectArtSC, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vAcpDV4a6iY&list=UUCAbRnPO7d0aDHKyZ8qmv6w&index=12>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MEIRELES, C. **Ou isto ou Aquilo** (1964). São Paulo: Global Editora, 2012.

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 135-145, junho de 2003.

MENDONÇA, D. de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, set-dez, 2007, p. 249 – 258.

MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, jan./jun. de 2009, p. 153-169.

MENDONÇA, D. de. Antagonismo como identificação política. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 9, p. 205-228, dez. 2012.

MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamental e desfundamental. *In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014a. p.27-46.

MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. *In: MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L.P. (org.) Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b. p. 47 - 58.

MENDONÇA, P.; BÖHM, S. The organization of counter-hegemonic movements and the struggle for rural development in Sertão. [Écully, França]: [Emlyon Business School], october, 2010. Draft paper presented at Emlyon Business School.

MENGER, P.-M. Artists as Workers: Theoretical and methodological challenges. **Poetics**, 28, 2001, p. 1-19.

MENGER, P.-M. Are there too many artists? The "excess supply" issue: a measurement puzzle, an increasingly flexibility-driven functional requirement and an unavoidable mismatch effect in creative activities. **Proceedings of the International Symposium on Culture Statistics. Montreal**, 21-23 Out, 2002.

MENGER, P.-M. **Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfose do Capitalismo**. Lisboa: Editora Roma, 2005.

MENZIES, I.E.P. **The Functioning of Social Systems as a Defense Against Anxiety. London: Tavistock, 1970.**

MEZZA, M. Uma objeção à autonomia do eu: o estádio do espelho. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 44, p. 63-70, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372015000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 abr. 2019.

MIGUELEZ, O. M. **Narcisismos (2007)**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria Nº 156, de 06 de julho de 2004**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 129, p. 13, 07 jul. 2004. Disponível em:<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=13&data=07/07/2004&captchafield=firstAccess>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria Nº 82, de 18 de maio de 2005**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 97, p. 14, 23 mai. 2005. Disponível em:<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=23/05/2005>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em:<http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC_1%C2%AA-PARTE.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. II Conferência Nacional de Cultura: Conferindo os Conformes. ROTTA, V; COELHO, M. J. H. (Org.). **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em:< <https://drive.google.com/file/d/0B-UTbSJnclT6R29uTEhneFJCNXM/view>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria Nº 123, de 13 de dezembro de 2011.** Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura – PNC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 239, p. 12-20, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://antigo.cultura.gov.br/documents/10937/1516157/Portaria+n%C2%BA%20123%2C%20de+13+de+dezembro+de+2011+-+Estabelece+as+metas+do+Plano+Nacional+de+Cultura+-+PNC.pdf/4e56f6f4-d07b-4879-bcae-7dcf04b36f12>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. III Conferência Nacional de Cultura: Uma Política de Estado para a Cultura. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. *Anais...* Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <http://cnp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/ANAIS-IIICNC_-RF.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Instrução Normativa Nº 8, de 11 de maio de 2016.** Altera a Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva – PNCV. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 31, 12 mai. 2016. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=12/05/2016&pagina=31>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria da Economia Criativa. **Cultura Gera Futuro**, 2018. Disponível em: <http://culturagerafuturo.com>. Acesso em: 6 ago. 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Instrução Normativa Nº 2, de 23 de abril de 2019.** Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 78, p. 3, 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/04/2019&jornal=515&pagina=3>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, 2019. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/nova-lei-de-incentivo-a-cultura-reduz-de-r-60-milhoes-para-r-1-milhao-teto-de-captacao-por-projeto/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Histórico SNC**, [201-]. Disponível em: <<http://snc.cultura.gov.br/adesao/consultar/estado>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sistema Nacional de Cultura.** Consultas, [20--]. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MISCENKO, D.; DAY, D. V. Identity and identification at work. *Organizational Psychology Review*, v. 6, n. 3, 215–247, 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mais de Quatro Mil Municípios Foram alcançados pela Lei de Incentivo ao Setor Cultural**. Brasília, 30 de novembro de 2020. TwitterMinistério do Turismo, 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/MTurismo/status/1333440653414461442>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania y política democrática radical. Debate Feminista. Cidadania e Feminismo (Edição especial). São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. p. 29-47.

MOUFFE, C. **The Democratic Paradox** (2005). London: Verso, 2009.

MOUFFE, C. **Prácticas artísticas y democracia agonística**. Barcelona, Bellaterra: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2007.

MOUFFE, C. Entrevista concedida a James Martin. *In*: MARTIN, J. (org). **Chantal Mouffe: hegemony, radical democracy, and political**. London, New York: Routledge, 2013.

MOUFFE, C. **Sobre o Político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MORAES, J.; MISOCKSKY, C. M. A organização dialógica do movimento de trabalhadores desocupados de la matanza. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MUMBY, D. K. Power and politics. *In*: JABLIN, F. M; PUTNAM, L. L. (Eds.), **The New Handbook of Organizational Communication**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001. p. 585-623.

MUMBY, D. K. Theorizing resistance in organization studies: a dialectical approach. **Management Communication Quarterly**, v. 19, n. 1, p. 19-44, 2005.

MÜLLER, M. Lack and jouissance in hegemonic discourse of identification with the state. **Organization**, v. 20, n. 2, p. 279-298, 2013.

NÄCKE, P. (1899). Kritisches zum Kapitel der normalen und pathologischen Sexualität. *In*: **Arch. Psychiat. Nervenkrankh**, 1899.

NASCIMENTO, M. **Maria, Maria**. Belo Horizonte: Emi-Odeon, 1978. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47431/>>. Acesso em 09 de jul. 2021.

NASCIMENTO, M. Entre a Obrigação e o Prazer de Criar: uma análise psicodinâmica do prazer-sofrimento no trabalho artístico, 2017. 346 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NASCIMENTO, M.; DELLAGNELO, E. H. L. Entre a Obrigação e o Prazer de Criar: uma análise Psicodinâmica do prazer-sofrimento trabalho artístico. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 135-166, ago. 2018.

NASCIMENTO, M.; COELHO, M. ; DELLAGNELO, E. H. L. Reconhecimento do trabalho artístico na sociedade de consumo. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração** (UFF), v. 12, n.3, p. 65-78, 2018.

NASCIMENTO, M.; DELLAGNELO, E. H. L. ; COELHO, M. “Tu Não Fazes Nada Além de Arte?” Uma análise Psicodinâmica do trabalho artístico. **RGO. Revista Gestão Organizacional** (UNOCHAPECÓ), v. 13, n.3, p. 71-92, set./dez.2020.

NASCIMENTO, M.; COELHO, M.; TAVARES, L.F.; RODRIGUES, M. S. A Servidão Voluntária e o Discurso de Empreendedorismo Cultural: Aproximações (Tristes, Mas) Possíveis. **Grifos** (UNOESC), v. 28, n. 46. p. 136-158, 2019.

NETO, H. **Por que jogar esse jogo?** In: RUBIM, A. A. C.; COSTA, K. (Org.). Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 28-44.

NUNBERG, H.; FEDERN, E. (orgs.). **Les premiers psychanalystes**. Minutes de la Société psychanalytique de Vienne (1967). Vol. II. Paris: Gallimard, 1978.

NUNES, R. Uma ou duas melancolias? Revista **Crise e Crítica**, v.1. n.1, out. p. 134-148. 2017

OLIVEIRA, R. P. **Políticas Culturais e o Campo Museal em Santa Catarina (1987 – 2006)**. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, R. P.; SILVA, R. C. da. Um Estudo das Políticas Culturais Praticadas em Santa Catarina (1987-2002). In: VIEIRA, M. M.F.; SILVA, M. R. (orgs.). **Cultura, Mercado e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Da Casa Editora, 2010.

OLIVEIRA, D. J. **Direitos Culturais e Políticas Públicas**: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura. 2014. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OVÍDIO, P. N. **Metamorfoses** (8 d.C.). Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 1983.

PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PAES, K. D. ; DELLAGNELO, E. H. L. O Sujeito na Epistemologia Lacaniana e Sua Implicação Para os Estudos Organizacionais. Cadernos **EBAPE.BR** (FGV), v. 13, p. 530-540, 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A Imaginação a Serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. Fundação Perseu Abramo, 2002.

PAULA, A. P. P. Tragtemberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 127-144, jan./fev. 2002.

PAULA, A. P. P. Eros e Narcisismo nas organizações. **Revista de Administração de empresas RAE- Eletrônica**, v. 2, n.2, jul./dez., 2003.

PAULA, A. P. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAULA, A. P. P. **Repensando os Estudos Organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C. S.; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e “gerencialismo engajado”: os limites do movimento Critical Management Studies. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 393-404, set. 2009.

PAGÉS, M. **A vida afetiva dos grupos: esboço de uma teoria de relação humana (1968)**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1976.

PAGÉS, M. et al. **O poder das organizações (1987)**. São Paulo: Atlas, 1993.

PARKER, M. Life after Jean François. In: HASSARD, J; PARKER, M. **Postmodernism and Organizations**. London: Sage, 1993.

PARKER, M. **Against Management: Organization in the Age of Managerialism**. Cambridge: Polity, 2002.

PARKER, I. Lacanian discourse analysis in psychology: seven theoretical elements, **Theory & Psychology**, v. 15, n. 2, p. 163-182, 2005.

PARSONS, T. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização, in: Etzioni, A. (Org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

PATERSON, B. L.; BOTTORFF, J. L.; HEWAT, R. Blending observational methods: possibilities, strategies and challenges. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, n. 1, p. 29-38, 2003.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. de P. A espacialidade na construção da identidade. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-21, Mar. 2011.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A.P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em Questão**, ano 14, n. 33, jan./mar., 2016.

PIÚBA, F. A Lei Aldir Blanc e a Cultura que Vem Debaixo do Barro do Chão. *In*: FEGHALI, J (Org). **Como Anda a Lei Aldir Blanc?** Análises, balanços, relatório técnico e pesquisa nacional. Jandira Feghali: Brasília, 2020. p.10-16.

POGREBINSCHI, T. Da Cultura de Participação à Política de Cultura. *In*: BRASIL, Ministério da Cultura. II Conferência Nacional de Cultura: Conferindo os Conformes. ROTTA, V; COELHO, M. J. H. (Org.). **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, 2010. p.23. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-UTbSJnclT6R29uTEhneFJCNXM/view>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

POLLETTA, F.; JASPER, J. M. Collective Identity and Social Movements. **Annual Review of Sociology**. v. 27, n. 1, p. 283-305, 2001.

POPPER, K. A lógica da investigação científica (1934). *In*: **Karl Popper, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRESTES MOTTA, F. C.; FREITAS, M. E. **Vida psíquica e organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PRESTES MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. F.F.G. **Teoria Geral da Administração (2006)**. 3ª Edição revista. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

KAST, F. E.; ROSENZWEIG, J. E. **Organização e Administração: um enfoque sistêmico**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2ª edição, 1980.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização das riquezas das nações** (1981). Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAMOS, A. G. Narcisismo do branco brasileiro. **A Manhã**, 12 de novembro de 1950.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. *In*: CLEGG, S.; HARDY, Cynthia; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais** (1999). Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2010 p.61-97.

ROBERTO Alvim é exonerado após pronunciamento semelhante a de ministro de Hitler. **NSC TOTAL**, 17 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/roberto-alvim-e-exonerado-apos-pronunciamento-semelhante-a-de-ministro-de-hitler>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

RODRIGUES, M.; CARVALHO, R. Empresarização e Modernidade: a ideia de empresa no centro do mundo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais - RBEO**, v. 6, n. 1, p.40-76, abr./2019.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Governo Dilma: Patamar Rebaixado. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org). **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p.11-31.

RUBIM, A. A. C. **Agentes Culturais**: Delimitações e contextos de atuação. Salvador: RUBIM-UFBA, 2017.

RUBIM, I.; BRIZUELA, J.; LEAHY, R. **Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura**. In: RUBIM, A. A. C.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (Org.). Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 27-49.

SANKOWSKY, D. The charismatic leader as narcissist: understanding the abuse of power. **Organizational Dynamics**, v. 23, n. 4, p. 57-71, 1995.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto nº 1.949, 24 de junho de 1997**: Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Cultura. Disponível em: < <http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/09/DECRETO-N.%C2%BA-1.949-DE-24-DE-JUNHO-DE-1997-REGIMENTO-INTERNO.pdf>> Acesso em 01 jun. 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 869, de 22 de setembro de 2020**. Estabelece procedimentos para a operacionalização das ações emergenciais realizadas com recursos recebidos na forma estabelecida na Lei federal nº 14.017, de 2020, e no Decreto federal nº 10.464, de 2020. Florianópolis, SC, 2020a. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-869-2020-santa-catarina-estabelece-procedimentos-para-a-operacionalizacao-das-acoes-emergenciais-realizadas-com-recursos-recebidos-na-forma-estabelecida-na-lei-federal-no-14-017-de-2020-e-no-decreto-federal-no-10-464-de-2020>> Acesso em: 12 mai. 2021.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 2.975, de 18 de dezembro de 1961**: dispõe sobre educação e cultura. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2975_1961_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 4.086, de 27 de novembro de 1967**: dispõe sobre a Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1967/4086_1967_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 5.719, de 24 de junho de 1980**: dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá providências correlatas. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1980/5719_1980_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 8.952, de 7 de janeiro de 1993**: dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8952_1993_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 10.308, de 26 de dezembro de 1996**: dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura e adota outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1996/10308_1996_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual n. 14.367, de 25 de janeiro de 2008**: dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14367_2008_Lei.html> Acesso em 23 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei estadual nº 17.449, 10 de janeiro de 2018**: Institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/Lei-n-17.449-18-Sistema-Estadual-de-Cultura.pdf>> Acesso em 24 ago. 2019.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar nº 741, 12 de junho de 2019**: Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/741_2019_lei_complementar.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20estrutura%20organizacional,Executivo%2C%20e%20estabelece%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,-1%C2%BA%20Esta%20Lei> Acesso em 01 jun. 2021.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral** (1916). 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHAFFER, M. *et al.* A Metáfora e a Constituição da Subjetividade na Psicose. *Revista Organon*, v. 16, n. 32/33, p. 125-148, 2002.

SCHOPENHAUER, A. **Parerga y paralipomena** (1851). Trad. Pilar López de Santa María. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SCHWARTZ, H. S. **Narcissistic process and corporate decay, the theory of the organizational ideal**. New York: New York University Press, 1990.

SÉGUIN, F; CHANLAT, J.-F. O paradigma funcionalista e sua concepção da organização (trad. livre). In: **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.

SEMENSATO, C. A. G.; BARBALHO, A. A. Sistema Nacional de Cultura: um estado da arte da produção acadêmica com foco nos estudos de caso de municípios. **PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, Niterói/RJ, Ano 10, n. 19, p. 350-379, set. 2020.

SERVA, M. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v.37, n. 2, 1997.

SOARES, C. R.; GOULART, Í. B. Identificando elementos característicos do narcisismo nos profissionais de uma organização do trabalho. **Revista Gestão e Tecnologia Pedro Leopoldo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1-15, ago./ dez., 2010.

SOL. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. **Portaria nº 104, de 05 de novembro de 2018**. Aprova o regulamento do processo eletivo para 10 (dez) membros titulares, com igual número de suplentes, do Conselho Estadual de Cultura, oriundos da sociedade civil para o período de 2019 a 2021, e dá outras providências.

SOUZA, E. M. de; SOUZA, S. P.; SILVA, A. R. L. da. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 198-217, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

SPICER, A.; Sewell, G. From national service to global player: transforming the organizational logic of a public broadcaster. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 913-943, 2010.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Edit.) **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

STARNINO, A. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do *Seminário IX* de Jacques Lacan. **Dois pontos**: v. 13, n. 3, p. 231-249, dez. 2016.

STAVRAKAKIS, Y. Lacan y lo político. Buenos Aires: Prometeo – UNLP, 2007.

STAVRAKAKIS, Y. Subjectivity and the Organized Other: Between Symbolic Authority and Fantasmatic Enjoyment. *Peripheral Vision*. **Organization Studies**, v. 29, n. 7, p. 1037–1059, 2015.

STEIN, M. When does narcissistic leadership become problematic? Dick Fuld at Lehman Brothers. **Journal of Management Inquiry**, v. 22, n. 3, p. 282-293, 2013.

STEIN, M.; PINTO, M. The dark side of groups: a “gang at work” in Enron. **Group & Organization Management**. v. 36, n.6, p.692-721, 2011.

SVENINGSSON, S.; ALVESSON, M. Managing managerial identities: Organizational fragmentation, discourse and identity struggle. **Human Relations**, v. 56, n. 10, p. 1163–1193, 2003.

TORFING, J. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford: Blackwell, 1999.

TRANSFORM. **Producción cultural y prácticas instituyentes**: líneas de ruptura en la crítica institucional. Traficantes de Sueños: Madrid, 2008.

TURINO, C. Lei Aldir Blanc: modos de usar. **P2P & Inovação**, Rio Janeiro, v.7, Ed. Especial, p.184-191, set. 2020/fev. 2021 [2020a].

TURINO, C. **Aprovada a Lei de Emergência Cultural no Brasil**. 26 de maio de 2020. Facebook: Célio Turino, 2020b. Disponível em: <https://m.facebook.com/celioturino/photos/a.159801718189945/696489784521133/?type=3&source=48&__tn__=EHH-R>. Acesso em: 12 mai. 2021.

VAN BOMMEL, K.; SPICER, A. Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, p. 1717–1744, 2011.

VANHEULE, S. **The Subject of Psychosis: A Lacanian Perspective**. London: Palgrave, 2011.

VARZEA, M. Cadê Regina? 17 abr. 2020. Instagram: marcelovarzea. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_GpAu4HyoV/?utm_source=ig_embed>. Acesso em: 01 dez. 2020.

VELOSO, C. **Sampa**. Rio de Janeiro: CBD Phonogram, 1978. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/41670/>>. Acesso em 17 de abr. 2019.

VIDAL, U. Um Parto Prematuro e Quase Aflito que nos Trouxe de Volta para Dentro de Tantos ‘Brasis’. *In*: FEGHALI, J (Org). **Como Anda a Lei Aldir Blanc?** Análises, balanços, relatório técnico e pesquisa nacional. Jandira Feghali: Brasília, 2020. p.7-9.

WILLMOTT, H. Theorizing contemporary control: some post-structuralist responses to some critical realist questions. **Organization**, v. 12, n. 5, p. 747-780, 2005.

ZALEZNIK, A.; VRIES, M.F.R.K. **Power and the Corporate Mind**. Boston: Houghton Mifflin, 1975.

ZIZEK, S. **The Sublime Object of Ideology** (1989). London, New York: Verso, 2008.

ZIZEK, S.; DALY, G. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

8 APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Concordo em participar do trabalho desenvolvido pela pesquisadora Monique Nascimento, Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui

informadx de que a pesquisa é coordenada por Monique, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº 99995-4079 ou e-mail moniquenn@gmail.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro. Fui informadx do objetivo do trabalho, que, em linhas gerais pressupõe investigar e analisar a articulação entre agentes culturais catarinenses. Minha colaboração se fará por meio de participação em entrevista, a ser gravada (em áudio) a partir desta autorização. Após a coleta de dados, a entrevista será transcrita e analisada conforme os temas presentes no conteúdo adquirido. O acesso aos dados coletados será permitido a orientadora deste estudo, professora Eloise Helena Livramento Dellagnelo, fundadora do Observatório da Realidade Organizacional de Santa Catarina, situado na UFSC. Fui também esclarecidx de que posso me recusar a responder qualquer pergunta e de que posso me retirar desse trabalho a qualquer momento, sem prejuízo de qualquer natureza. Estou ciente de que o resultado do trabalho poderá ser publicado em artigo científico ou outro meio científico de divulgação, preservando em sigilo o nome dos participantes. Todo o material coletado ficará sob a responsabilidade da pesquisadora Monique Nascimento.

Assinatura dx participante